

ANÁLISE FONOLÓGICA DO SAYNÁWA (PANO)
- A LÍNGUA DOS ÍNDIOS DA T. I. JAMINÁWA
DO IGARAPÉ PRETO



CLÁUDIO COUTO



Coleção Teses
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UFPE

ANÁLISE FONOLÓGICA DO SAYNÁWA (PANO) -
A LÍNGUA DOS ÍNDIOS DA T. I. JAMINÁWA DO IGARAPÉ PRETO



CLÁUDIO COUTO

ANÁLISE FONOLÓGICA DO SAYNÁWA (PANO) -
A LÍNGUA DOS ÍNDIOS DA T. I. JAMINÁWA DO IGARAPÉ PRETO

Recife (PE) - 2013

Diagramação

Edufpe

Revisão

O autor

Impressão e acabamento

Editora Universitária - EdUFPE

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

- C871a Couto, Cláudio André Cavalcanti.
Análise fonológica do Saynáwa (Pano): a língua dos índios da T.I.
Jamináwa do Igarapé Preto / Cláudio André Cavalcanti Couto. – Recife :
Ed. Universitária da UFPE, 2013.
287 p. : il. – (Coleção Teses).

Originalmente apresentada como dissertação do autor (Mestrado –
UFPE. Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2010) sob o mesmo
título.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-415-0296-2 (broch.)

1. Linguística – Fonologia. 2. Línguas indígenas – Fonologia. 3.
Língua Pano – Cruzeiro do Sul (Acre, Brasil). I. Título.

414 CDD (23.ed.) UFPE (BC2013-138)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado; **Vice-Reitor:** Prof. Sílvio Romero Marques; **Diretora da Editora:** Prof^a Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

Editora associada à 
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Organizadores:

Evandra Grigoletto (UFPE)

Judith Hoffnagel (UFPE)

Conselho Editorial

Aloísio Dantas de Medeiros (UFCG)

Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE)

Antônio Carlos dos Santos Xavier (UFPE)

Amara Cristina de Barros e Silva Botelho (UPE)

Beth Marcuschi (UFPE)

Ermelinda Ferreira (UFPE)

José Hélder Pinheiro (UFCG)

Kazue Saito Monteiro de Barros (UFPE)

Lourival Holanda (UFPE)

Lucila Nogueira (UFPE)

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)

Maria Auxiliadora Bezerra (UFCG)

Maria do Carmo de Siqueira Nino (UFPE)

Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega (UFCG)

Márcio Ricardo Muniz (UFBA)

Maria Virgínia Leal (UFPE)

Marlos Barros (UFPE)

Nelly Medeiros de Carvalho (UFPE)

Roland Mike Walter (UFPE)

Stella Telles (UFPE)

*A Seu Benedito (Iban),
Seu Roseno (Təpəjtima)
e ao povo Saynáwa (Saybaybô).*

Aos meus pais Antônio e Cássia.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus familiares, em especial meus pais, meus irmãos e sobrinhas, minhas avós Nair e Gelly, meus avôs Germino e José, e minha tia Astrogilda.

À profª Stella Telles.

Ao prof. Aldir Santos De Paula.

Ao líder da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto e do povo Saynáwa, Seu Benedito, e aos demais falantes do Saynáwa, Dona Francisca, Dona Maria Joana, Seu Roseno, Seu Walmir, Seu Jacinto, Seu Raimundo Nonato e Seu José.

Ao líder do povo Jamináwa-Arara e da aldeia Nova Vida I, João, ao líder da aldeia Nova Vida II, Raimundo, e ao líder da aldeia Estrema, Zeca.

Aos filhos e netos de Seu Benedito e aos demais moradores da aldeia Morada Nova, dentre eles: Dona Maria (esposa de Seu Roseno), Elso e Mere, Zozó e Rosa, Toim, e Celso (professor da aldeia).

Aos moradores da aldeia Estrema, dentre eles: Dona Francisca (esposa de Seu Walmir), Dona Francisca (viúva de Seu Oliveira), Dona Fátima (esposa de Seu José) e José Francisco (professor da aldeia).

Ao povo Jamináwa-Arara da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, dentre eles: Dona Esmeralda e Seu Afonso, Dona Suzana e Seu Nicolau, Lair, Raimundo, Pirrica e Delciane, João e esposa, e Zezinho e Rute.

Ao bibliotecário Rubens de Azevedo Filho.

Ao povo da Foz do Paraná dos Mouras, município de Rodrigues Alves-AC, em especial Seu Francisco e Dona Celly.

Aos funcionários da Secretaria de Educação do Acre, em especial Maria do Socorro, Manoel Estébio e Agaíze.

À FUNAI e ao seu representante em Cruzeiro do Sul-AC, Auricélio.

Ao PPGL-UFPE, Programa de Pós-Graduação em Letras, e a todos os seus coordenadores, funcionários e professores, dentre eles:

Diva, prof. Marlos Pessoa, prof^a Nelly Carvalho, prof. Lourival Holanda e prof^a Gilda Lins (*in memoriam*).

Ao CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de estudos concedida.

À Propesq, Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE, pelo auxílio financeiro para a pesquisa de campo.

À prof^a Carla Maria Cunha.

Ao NEI, Núcleo de Estudos Indigenistas da UFPE, e a todos os seus pesquisadores e bolsistas, em especial a amiga Claristella Santos.

Ao amigo Miguel Schettini.

Ao amigo Nelivaldo e aos demais colegas e amigos do PPGL-UFPE, dentre eles: Júlia, Edigard, Emanuel, Ana Cristina, Márcio, Margareth, Sônia, Misael e Eraldo.

Aos amigos Marília, Martin, Diogo, Edney e André.

“– É verdade o que o povo diz, que a Terra gira?

– é

– E sabe por que a gente não vê?

– não

– Porque todo mundo caminha junto, o copo, a gente, os bichos, o igarapé, tudo tá indo junto. Se só eu fosse e o igarapé ficasse, eu ia ver que a Terra tava girando, porque eu tava viajando e o igarapé não. Tudo viaja junto”

(Seu Benedito, líder e pajé dos Saynáwa, em 15/12/08, na aldeia Morada Nova, T.I. Jamináwa do Igarapé Preto)

“Iban”, nome indígena de Seu Benedito, cujo significado é “aquele que gosta de viajar, de acompanhar os outros”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Acre
AM	Amazonas
C	consoante ou margem silábica
(C)	margem silábica não obrigatória, como em (C)V(C)
C ¹	posição de onset, em representações como [C ¹ VC ² C ³]
C ²	primeira posição de coda, em representações como [C ¹ VC ² C ³]
C ³	segunda posição de coda, em representações como [C ¹ VC ² C ³]
cf.	conforme
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CL	clíticos <i>tout court</i> (clitics <i>tout court</i>)
CPI-ACRE	Comissão Pró-Índio do Acre
DCL	clíticos direcionais (directional clitic)
erg.	ergativo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
Hz	hertz
IPA	<i>The International Phonetic Alphabet</i>
N	núcleo silábico
N'	rima
N''	sílaba
nda	nos demais ambientes
ndaV	nos demais ambientes vocálicos
O	onset
O ¹	onset
PSS	Princípio de Sequenciamento de Sonoridade
R	rima
RO	Rondônia
s.	segundos
SSP	<i>Sonority Sequencing Principle</i>
T.I.	Terra Indígena

UFAL	Universidade Federal de Alagoas
V	vogal ou núcleo silábico
V:	vogal longa
ĩ	vogal nasal
vs.	versus

LISTA DE SÍMBOLOS

-	fronteira de morfema, como em -bu ou formação de ditongo, como em –oj, ou [w] -
?	nome desconhecido ou incerteza sobre a identificação da espécie vegetal ou animal, como em təʃən “capeba” (<i>Lamiaceae</i> ?)
†	pessoas falecidas
//	transcrição fonológica
[]	transcrição fonética
:	oposição, como em /p/ : /b/
ˈ	acento mais proeminente
ˌ	acento menos proeminente
~	variação, como em [ba'kaʔ] ~ [wa'kaʔ]
#	fronteira de palavra
/	indica um contexto, como em /n/. → .[n] / ndaV __ V
—	marca a posição em que ocorre um segmento, como em /ə/ → [ə] / __ /n/.
.	fronteira de sílaba, como em [ĩ.ˈnãʔ] - /in.an/ “lago”
∅	não realização
:	alongamento vocálico, como em [ˈi:] - /i/ “árvore”
*	forma não aceita, como em * [pə.tʃjo.ˈreʔ]
ω	palavra fonológica
, ω (3 sílabas ou +)	em palavra fonológica com 3 ou mais sílabas, como em /u/ → [w] / V __ V, ω (3 sílabas ou +)
σ	sílaba

-	sílaba pesada, como em (X)
	-
	[^h iʔ] ~ [^h i:] - /i/ “árvore”
˘	sílaba leve
μ	mora
U	enunciado fonológico
I	frase entonacional
φ	frase fonológica
C	grupo clítico
Σ	pé
[] φ	limite do constituinte prosódico, como em [^h tʃi ˌtʃaj ^h ma]φ
...	possibilidade de existência de outro segmento dentro do constituinte prosódico, como em v → ^h ṽ / [..._n] σ ou de outros constituintes prosódicos hierarquicamente inferiores, como em /n/. → .[ɲ] / [...[[...i,e _] σ [V...] σ] Σ...] ω
>	maior impedimento da passagem do fluxo de ar que, como em Oclusiva (b) > Fricativa (β)

APRESENTAÇÃO

Até o século XVII, o conhecimento das línguas indígenas do Brasil era bastante limitado. A documentação disponível até essa época diz respeito, quase exclusivamente, à língua Tupinambá (ou Tupi Antigo), falada na costa brasileira e à língua Kariri, falada por grupos do sertão nordestino. O eminente estudioso das línguas indígenas brasileiras, prof. Aryon Rodrigues, num trabalho publicado na revista D.E.L.T.A, em 1993, considerou fontes históricas que indicavam a diversidade linguística existente no início da colonização, com vistas a estimar um número plausível de línguas faladas no Brasil em 1500. O número a que chegou o prof. Aryon Rodrigues aponta para um total de mais de mil e duzentas línguas existentes no início da colonização.

No percurso dos 500 anos de contato, muitas dessas línguas desapareceram, sobretudo, em decorrência da dizimação criminosa causada aos povos indígenas e das mortes em massa de populações inteiras acometidas por doenças contra as quais não possuíam imunidade. Como se pode deduzir, esse quadro foi responsável pelo apagamento de numerosas etnias e línguas, o que é visível quando se observa o número remanescente de línguas indígenas nos dias atuais: aproximadamente 180 línguas, representando apenas 15% daquelas existentes há 500 anos. Isso significa que mais de 1.000 línguas desapareceram sem deixar qualquer vestígio.

Atualmente, as 180 línguas que sobreviveram se distribuem em agrupamentos genéticos variados. Há dois troncos linguísticos, 41 famílias e em torno de 10 línguas isoladas. Esses agrupamentos revelam a larga diversidade linguística ainda presente no Brasil. Entretanto, a maioria dessas línguas tem um número pequeno de falantes, sendo que em muitas delas o processo de transmissão linguística não tem sido regular entre gerações. Essa situação tem ocasionado o deslocamento linguístico em favor da língua portuguesa, no interior de muitas comunidades. 136 línguas (em torno de 75%) são faladas por até 2.000 falantes, ou seja, a maior parte das 180 línguas encontra-se seriamente ameaçada de extinção.

A tarefa linguística envolve a documentação e a análise das línguas naturais. Num quadro como o referido acima, o empenho de pesquisadores e a implementação de políticas que protejam o patrimônio imaterial, que inclui essas línguas, são ações altamente relevantes, seja do ponto de vista social, no que concerne à preservação do direito dos povos que as falam, seja do ponto de vista científico, no que tange à contribuição dos fenômenos encontráveis nas línguas para o avanço da compreensão da faculdade humana da linguagem.

Nesse sentido, o estudo realizado por Cláudio Couto, no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, sobre o Saynáwa (família Pano), uma língua extremamente ameaçada, falada por apenas oito indivíduos no estado do Acre, representa um notável esforço para o registro, a documentação e o conhecimento de mais uma língua em vias de extinção.

Em particular, seu trabalho se apresenta como um estudo cuidadoso e detalhado da fonologia do Saynáwa. Com minúcia e perspicácia peculiares, o autor desenvolve um estudo sério e amadurecido, a partir da pesquisa de campo realizada entre 2008 e 2010, junto aos últimos conhecedores da língua. Durante a pesquisa, o autor pôde observar e documentar o status político da língua para os seus falantes, o que resultou no reconhecimento de mais uma autodenominação étnica para a família Pano.

Quanto à análise linguística, Cláudio Couto descreveu a fonologia segmental, o acento, a sílaba e vários processos fonológicos do Saynáwa, tendo como base teorias atuais e adequadas aos fenômenos observados na língua, o que assegurou um resultado confiável e convincente para a sua análise. Este livro vem, portanto, enriquecer de forma inequívoca o conhecimento das línguas Pano, em particular, e das línguas indígenas brasileiras, como um todo.

Stella Telles

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras
(PPGL)/UFPE

Coordenadora do Núcleo de Estudos Indigenistas/PPGL/UFPE

INTRODUÇÃO

Este livro trata da descrição e análise da fonologia da língua Saynáwa, falada pelos índios Saynáwa, que residem na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto em Cruzeiro do Sul -AC.

Essa língua jamais foi estudada, e não identificamos referências bibliográficas sobre sua existência. Os habitantes da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto eram considerados como pertencentes ao povo Jamináwa, sem que tal fato tivesse sido até então comprovado, como aponta Sáez (1998), que revela não existir estudos antropológicos sobre os índios do Igarapé Preto.

Por essas razões, a língua Saynáwa, até então desconhecida, nunca foi classificada, não sendo mencionada em classificações de línguas indígenas brasileiras como a de Rodrigues (2002). Apesar disso, os traços culturais e linguísticos que os Saynáwa compartilham com outros povos Pano, fazendo inclusive com que recebessem a denominação de Jamináwa, um povo Pano, nos fazem desde logo classificar a língua Saynáwa como pertencente a essa família linguística, como poderemos constatar ao longo deste estudo.

E no decorrer deste trabalho, tendo em vista o objetivo geral de descrever e analisar a fonologia da língua Saynáwa, identificaremos os fonemas segmentais consonantais e vocálicos dessa língua, procurando observar as alofonias de cada fonema e como esses fones se comportam do ponto de vista acústico e articulatório.

Além da fonologia segmental, nos debruçaremos também sobre a fonologia suprasegmental do Saynáwa, analisando: sua estrutura silábica, os tipos silábicos fonéticos e fonológicos e a silabificação; seu padrão acentual, na palavra e na frase; e seus constituintes prosódicos. Além disso, investigaremos quais são e como ocorrem os principais processos fonológicos do Saynáwa.

Para alcançarmos todos esses objetivos, tivemos antes que documentar essa língua junto aos seus últimos falantes, e esse registro sonoro, bem como a análise que desenvolveremos, mostram-se não só

importantes, como também urgentes, frente à iminente extinção desse idioma.

O Saynáwa tem apenas 8 falantes, com uma faixa etária entre 91 e 50 anos, e não está sendo ensinado aos mais jovens do grupo.

Ao realizarmos a documentação e o estudo da fonologia do Saynáwa, estamos contribuindo para a preservação da memória e da cultura desse povo, uma vez que a língua de um dado grupo reflete sua forma de ver, pensar, estar e interagir no mundo (WURM 1991 *apud* WETZELS 1999, p. 15).

Não temos a pretensão utópica de ressuscitar entre os Saynáwa a língua de seus ancestrais, mas objetivamos deixar para os mesmos um registro de parte de sua história, possibilitando a revalorização de sua cultura dentro da própria comunidade, que já possui escolas com professores de sua etnia, mas cujo ensino ainda é apenas em português, pois os professores já não têm o Saynáwa como língua materna, nem existem cartilhas ou outros materiais didáticos nesta língua.

Dessa forma, nosso trabalho pretende contribuir para que a língua Saynáwa não deixe de ser registrada e estudada antes de seu desaparecimento, permitindo que a comunidade Saynáwa, em sua maioria já monolíngue em português, possa, caso deseje, conhecer a língua de seus ancestrais, podendo nossa pesquisa servir, por exemplo, como auxílio para a elaboração de cartilhas para o ensino desta língua entre os Saynáwa mais novos.

Além desse papel junto à comunidade Saynáwa, acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir para com os estudos linguísticos.

Hoje existem no Brasil cerca de 180 línguas indígenas¹ (RODRIGUES 2002), quase todas em perigo de extinção e, pior, a maioria está morrendo sem qualquer estudo ou documentação, causando um estreitamento dos dados empíricos linguísticos (WETZELS 1999, p. 13). Este fato deve ser lamentado tanto do ponto de vista humanitário, como científico, uma vez que a linguística só tem a ganhar

¹ Rodrigues (1993) calcula que no final do século XV deveriam existir, aproximadamente, 1175 línguas indígenas vivas, tendo desaparecido desde então 85% desses idiomas.

com a descrição e análise de uma língua ainda não estudada². Assim ocorreria se o Saynáwa não fosse estudado a tempo, perderíamos a possibilidade de observar o comportamento fonológico de um idioma, que por si só já é único.

Além do caráter único da fonologia de cada língua, que já demonstra a relevância da sua compreensão para o conhecimento das línguas do mundo, o estudo do Saynáwa pode contribuir também para o conhecimento da família linguística Pano, que há pouco tempo poderia ser considerada como a “<least known linguistic family of the least known continent>” (ERIKSON 1994, p. 7).

Quanto à situação específica das línguas Pano do Brasil, Rodrigues (2002) aponta a mesma escassez de estudos, “o Acre, onde se fala a maioria das línguas da família Pano, continua sendo a região brasileira menos pesquisada por lingüistas e antropólogos” (RODRIGUES 2002, p. 77).

Esse quadro, entretanto, vem sendo modificado, ao menos em países como o Peru e a Bolívia, como podemos ver em Mori (1993), em Erikson (1994) e em Rodrigues (2002), onde, segundo o último, os estudos sobre essa família têm se desenvolvido consideravelmente. De Paula (2007) defende que essa realidade está começando a ser modificada também no Brasil, e é a este movimento que nosso estudo pretende se aliar, o de compreender cada vez mais as diversas línguas Pano faladas em nosso país e, assim, entendermos melhor essa família linguística e as línguas indígenas brasileiras.

METODOLOGIA (pesquisa de campo)

O corpus da nossa pesquisa é formado pelos dados por nós coletados em pesquisa de campo realizada entre 21 de novembro e 20 de dezembro de 2008 na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto.

² Rodrigues (1984) expõe a importância do estudo das línguas indígenas brasileiras para a fonética e a fonologia, apontando, inclusive, vários fenômenos fonético-fonológicos que passaram a ser cientificamente conhecidos a partir desses estudos.

Nossa pesquisa contou com 5 informantes: Dona Francisca (*ʃankuani*), de 91 anos³, Dona Maria Joana (*isabati*), de 78 anos, Seu Benedito (*iban*), de 59 anos, Seu Roseno (*təpajtima*), de 57 anos, e Seu Walmir (*busən*), de 55 anos.

Além desses informantes, a língua Saynáwa conta com mais 3 falantes: Seu Raimundo Nonato (*iasan*), de 67 anos, Seu Jacinto (*tʃafipakəti*), de 63 anos, e Seu José, que deve ter entre 50 e 55 anos.

Todos os 8 falantes do Saynáwa falam também o português, sendo que Dona Francisca e Dona Maria Joana aprenderam o português quando já eram adultas, enquanto os demais aprenderam quando eram adolescentes.

Seu Raimundo Nonato e Seu Jacinto, apesar de se mostrarem solícitos e de conversarem conosco, não quiseram ser entrevistados, preferindo ficar à parte dos nossos trabalhos. Seu Jacinto participou apenas como ouvinte em uma das entrevistas, realizada com Seu Roseno. Já quanto ao Seu José, nós o conhecemos, mas não conseguimos entrevistá-lo por causa de seus compromissos.

Nosso principal informante foi Seu Benedito, líder e pajé dos Saynáwa, com quem gravávamos de 2 a 3 horas diariamente, enquanto com os demais informantes, não menos interessados na pesquisa, gravávamos cerca de 1 hora.

As entrevistas foram, em sua maioria, individuais e, em poucas ocasiões, contaram com a presença de mais de um informante. Elas foram realizadas nas aldeias Nova Vida I, Morada Nova e Estrema, e se basearam nos seguintes questionários: o “Léxico para estudos comparativos, composto por itens do Rowe Standard Comparative Vocabulary e do léxico de M. Swadesh” (s.d.), o “Questionário (SIL-Museu Nacional)” (s.d.), o “Pesquisa tipológica das Línguas Indígenas” do Museu Nacional (s.d.) e o “The Lingua descriptive studies: Questionnaire” de Comrie e Smith (1977).

³ As idades, que são estimadas, se referem à época da pesquisa de campo.

Além desses questionários, elaboramos outros a partir de Payne (1997), do dicionário Capanahua (Pano) de Loos e Loos (2003), do vocabulário Yaminahua (Pano) apresentado em Eaken (2008), do léxico Shanenawa (Pano) apresentado por Cândido (2004), da gramática do Yaminahua (Pano) de Faust e Loos (2002), e da “Enciclopédia da Floresta” organizada por Cunha e Almeida (2002), com nomes de plantas e animais de uma região do alto Juruá próxima ao Igarapé Preto.

Inicialmente, solicitamos aos nossos informantes itens lexicais, em fala normal ou em fala silabada. Posteriormente, pedimos frases e, só depois, pequenos textos. Os dados não se restringiram aos questionários, obtivemos também produções espontâneas na língua, histórias do povo, mitos, cantos e informações etnográficas. Todos os dados foram gravados através de *Mini-disc Sony* (gravação digital) e gravador de *Fita K-7 Sony*, captados por *Microfone Sony* e armazenados em *mini-disc* e *fitas k-7*. Obtivemos cerca de 30 horas de dados linguísticos.

Gravamos também, em filmadora *HDD Sony*, cerca de 2 horas de danças, cantos, mitos e histórias do povo Saynáwa, não apenas com os aludidos informantes, mas também com parte da comunidade da T.I., especificamente, os filhos e netos de Seu Benedito, que participaram da festa tradicional, conhecida em Saynáwa como *rabəbəiati*.

Durante as sessões de entrevista, realizamos a transcrição fonética de oitiva dos dados segundo o Alfabeto Internacional de Fonética (IPA) de 2005. Além disso, registramos as informações etnográficas em um caderno à parte e as demais observações em um diário de campo.

Após a pesquisa de campo, transferimos todo o material coletado para o programa computacional *Sound Forge 7.0*, quando então realizamos uma nova transcrição dos dados, mas agora com o auxílio de programas computacionais como o *Praat*, que nos auxiliou na análise acústica dos fones do Saynáwa.

Uma vez diante da descrição fonética dos dados e da análise de suas propriedades acústicas, analisaremos a fonologia segmental do Saynáwa, identificando seus fonemas consonantais e vocálicos, com suas respectivas realizações alofônicas, através de procedimentos como a oposição em par mínimo e em ambiente análogo, assim como a observação dos fenômenos da distribuição complementar e da variação livre. Já as realizações em fala silabada nos permitirão identificar os ditongos da língua.

Levando em consideração também a fala silabada, identificaremos quais são os tipos silábicos fonéticos do Saynáwa e, tendo em vista a análise segmental realizada, quais os tipos se confirmam fonologicamente. Nesse momento, poderemos entender como se dá a silabificação no Saynáwa e investigar a existência de processos de ressilabificação.

Após essas análises, nos concentraremos no estudo do padrão acentual da língua, quando observaremos o comportamento do acento em palavras sem e com morfologia, e em compostos e frases. Uma vez feitas essas análises, tentaremos identificar os constituintes prosódicos do Saynáwa, seja através do estudo do acento, seja através dos processos fonológicos da língua.

E esses processos fonológicos serão observados não apenas em relação aos constituintes prosódicos que eles tomam como domínios específicos de atuação, mas também quanto às regras fonológicas envolvidas nesses processos e quais operações elas realizam.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso trabalho tem como marco teórico a fonologia moderna, mas, em razão de estarmos analisando uma língua ágrafa e sem estudos prévios, partiremos dos procedimentos de descoberta da fonologia tradicional através da abordagem estruturalista distribucional. Neste sentido, nos apoiaremos nos modelos presentes em Comrie e Smith (1977), Gleason (1978) e Lass (1984), além de nos basearmos também em obras como a de Kindell (1981) e a de Cagliari (2002). Para nos

auxiliar em nossa análise fonética, utilizaremos Ladefoged e Maddieson (1996).

Por aplicarmos a fonologia estruturalista quando da análise da fonologia segmental do Saynáwa, que será tratada em nosso capítulo 2, utilizaremos os termos próprios dessa teoria, e, ao longo de nosso trabalho, em especial no capítulo 3, onde as teorias da fonologia moderna ganharão maior relevo, iremos adaptando os termos conforme as teorias mais recentes. A vogal /i/, por exemplo, será denominada inicialmente de vogal anterior, mas no decorrer de nossa análise passaremos a denominá-la de vogal coronal.

No que concerne à fonologia moderna, nos apoiaremos nas teorias fonológicas não-lineares, autosegmental, métrica e prosódica, postuladas e presentes em autores como Goldsmith (1979; 1995), Nespor e Vogel (1986), Clements (1990), Kenstowicz (1994), Hayes (1995), bem como na revisão da teoria autosegmental realizada por Clements e Hume (1995), denominada de “Geometria dos Traços”.

Apesar de as teorias fonológicas não-lineares passarem a ser aplicadas mais ostensivamente a partir do nosso capítulo 3, quando trataremos da fonologia suprasegmental, não deixaremos de observá-las já quando da análise da fonologia segmental. Por exemplo, levaremos em consideração desde nossa análise segmental que as aproximantes (glides) possuem a mesma estrutura interna das vogais a elas homorgânicas, integrando, assim, a classe dos vocoides, conforme Clements e Hume (1995).

Tendo em vista as teorias fonológicas não-lineares, nos apoiaremos em:

1) Clements (1990) e Kenstowicz (1994) para analisarmos a estrutura silábica do Saynáwa, a silabificação e os possíveis processos de ressilabificação. Nesse momento, utilizaremos também Blevins (1995);

2) Hayes (1995) para analisarmos o padrão acentual do Saynáwa, uma vez que estamos partindo da hipótese que ele obedece a um padrão rítmico, sendo o acento nessa língua, portanto, métrico. Por isso nos basearemos na fonologia métrica para investigarmos se essa

hipótese se confirma, pois em caso afirmativo, o conhecimento dessa estrutura métrica poderá ser importante para a compreensão de outros aspectos da fonologia do Saynáwa, uma vez que, “*metrical structure is not just a means of deriving stress but serves as a general organizing principle for the phonology of a language*” (HAYES 1995, p. 82);

3) Nespor e Vogel (1986) para entendermos e identificarmos quais são os constituintes prosódicos do Saynáwa e como eles se organizam hierarquicamente. Seguindo Nespor e Vogel (1986, p. 1, 301), trabalharemos com a perspectiva de a teoria prosódica ser uma teoria dos domínios, podendo ser observada a aplicação das regras fonológicas em constituintes prosódicos específicos, e com a perspectiva de o subsistema prosódico estar relacionado ao subsistema métrico da língua;

4) e, por fim, na “Geometria dos Traços”, de Clements e Hume (1995), para compreendermos como ocorrem os principais processos fonológicos do Saynáwa. Levando também em consideração o subsistema prosódico, investigaremos como esses processos fonológicos estão relacionados a esse subsistema a partir não apenas da identificação de quais constituintes prosódicos eles tomam como domínios de aplicação de suas regras, como também quais são as regras prosódicas identificadas nesses processos, conforme Nespor e Vogel (1986), que se basearam em Selkirk (1980).

Ao nos apoiarmos na fonologia prosódica (NESPOR E VOGEL 1986) para tratarmos dos processos fonológicos do Saynáwa, situaremos a atuação das regras fonológicas em domínios definidos em termos da hierarquia fonológica, enquanto em outros modelos, como o da fonologia gerativa tradicional, esses domínios seriam definidos em termos de constituintes morfossintáticos (NESPOR E VOGEL 1986, p. 15). Além disso, não deixaremos de ficar atentos, quando tratarmos desses processos, a possíveis relações entre o subsistema métrico e a ocorrência de mudanças segmentais, como é comum nas línguas do mundo (HAYES 1995, p. 82).

Ao longo de nosso trabalho, falaremos mais sobre essas teorias quando maiores explicações se mostrarem necessárias para a compreensão dos fenômenos estudados.

Além desse referencial teórico, observaremos também trabalhos que tratam especificamente ou trazem informações sobre outras línguas Pano, quais sejam: Amahuaca (SHELL 1975), Arara (CUNHA 1993; SOUZA 2009), Camannawa (LOOS 1999), Capanahua (SHELL 1975), Cashibo (SHELL 1950; 1975), Cashinahua (KENSINGER 1963; SHELL 1975), Kaxinawa (CAMARGO 1988-1989), Caxinauá (CAMARGO 1995; 2005), Chácobo (PROST 1967), Huariapano (PARKER 1994), Jaminawa (LANES 2000), Yaminahua (FAUST E LOOS 2002; LOOS 2006), Kaxarari (LANES 2000; SOUSA 2004; COUTO 2005), Katukína (BARROS 1987), Katukina (AGUIAR 1994), Marinhua (PIKE E SCOTT 1962; SHELL 1975), Marubo (COSTA 1992; 2000; SOARES 1996), Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000; FERREIRA 2001; 2005), Matsés (DORIGO s.d.; DORIGO E COSTA 1997 *apud* COSTA 2000), Matses (LOOS 1999), Pacanawa (LOOS 1999), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Shanenawá (CÂNDIDO 1998), Shanenawa (CÂNDIDO 2004), Shipibo-Conibo (SHELL 1975), Wariapano (VALENZUELA 1998 *apud* COSTA 2000), Yawanawa (LANES 2000), Yawanawá (DE PAULA 2007).

Ao lado desses trabalhos, observaremos também obras que abordam aspectos da família linguística Pano como um todo, como a reconstrução do Proto Pano, de Shell (1975), e as classificações de Rivet e Tastevin (1927), Loukotka (1939), Mason (1950), Rivet e Loukotka (1952), McQuown (1955), D'Ans (1973), Erikson (1994), Loos (1999), Rodrigues (2002) e Ribeiro (2006). Já trabalhos como os de Kensinger (1986), Mori (1993) e Aguiar (1994), por exemplo, nos foram muito úteis como fonte de referência bibliográfica especializada sobre línguas Pano.

E em relação à história e à sociedade Saynáwa, pois uma língua não pode ser compreendida sem entendermos o povo que a fala, recorreremos a algumas obras que tratam de aspectos etnográficos dos povos Pano ou dos índios do Acre em geral, como os trabalhos já indicados, e os que seguem: Chandless (1866), Abreu (1914), Tastevin

(1919; 1924; 1925; 1926; 1928), Oppenheim (1936), Castelo Branco (1947; 1950), Kietzeman (1952), Schultz e Chiara (1955), Carvalho (1955), Alviano (1957), CPI-Acre (1982), Aguiar (1987; 1994), Gonçalves (1991), Erikson (1993), Townsley (1993), Lima (1994), Sáez (1998; 2002; 2002-2003; 2006; 2008), Cruz (2004), Martins (2006) e Naveira (2007).

ESTRUTURA DO LIVRO

Vejam algumas observações sobre a estrutura desta obra:

1) para a grafia dos etnônimos indígenas adotamos a orientação estabelecida em 1953 pela Associação de Antropologia Brasileira, mas quando fazemos referência a algum trabalho específico, utilizamos a grafia empregada por seu autor, assim, o etnônimo Kaxinawá aparece grafado: Caxinauá (ABREU 1914; CAMARGO 1995; 2005), Kachinaua (TASTEVIN 1925), Cachinaua (OPPENHEIM 1936), Kachinauá (CASTELO BRANCO 1950), Kachináua (SCHULTZ E CHIARA 1955), Cashinahua (KENSINGER 1963; SHELL 1975) ou Kaxinawa (CAMARGO 1988-1989);

2) todas as línguas por nós diretamente referidas são da família linguística Pano, com exceção do português, do inglês, do holandês e das que possuem indicação em contrário. Por isso não indicamos a qual família linguística línguas como o Arara ou o Poyanáwa pertencem, pois já sabemos desde já que integram a família Pano, como indicamos em nosso referencial teórico quando tratamos das línguas desta família sobre as quais dispomos de material bibliográfico;

3) para a grafia de nomes de lugares, como rios, por exemplo, também respeitamos a denominação empregada pelos autores que a eles se refiram;

4) para a transcrição fonética e fonológica utilizamos a fonte *SIL Doulos IPA93*⁴, em conformidade com o Alfabeto Internacional de Fonética (IPA);

5) o livro está dividido em 3 capítulos, os quais se dividem em tópicos e subtópicos;

⁴ Disponível no site:

http://scripts.sil.org/cms/scripts/page.php?site_id=nrsi&item_id=encore-ipa.

6) o Capítulo 1 é dedicado à história e aos aspectos socioculturais dos Saynáwa, além de tratar de modo geral da família linguística Pano e de suas classificações, bem como dos problemas relacionados aos etnônimos Pano;

7) o Capítulo 2 trata da fonologia segmental do Saynáwa, quando apresentamos os fonemas consonantais e vocálicos e suas respectivas realizações alofônicas, além de identificarmos os ditongos dessa língua;

8) o Capítulo 3 é destinado ao estudo da fonologia suprasegmental do Saynáwa, quando nos concentramos em sua estrutura silábica, em seu padrão acentual e em seus constituintes prosódicos. Além disso, analisamos nesse capítulo os principais processos fonológicos do Saynáwa;

9) em anexo, apresentamos um mapa com a localização da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto no estado do Acre (Anexo I), fotos dos nossos informantes e do *rabəbəiati*, “brincadeira” tradicional do povo Saynáwa (Anexo II), e os espectrogramas dos fones vocálicos do Saynáwa (Anexo III). E, ao final, apresentamos um “Pequeno Vocabulário Saynáwa/Português”, no qual incluímos os nomes científicos das espécies vegetais e animais, que em sua maioria está de acordo com Cunha e Almeida (2002).

CAPÍTULO 1

Saynáwa: o povo do grito, aspectos históricos e socioculturais.

1.1. A família linguística Pano.

Os povos indígenas da família linguística Pano apresentam uma grande homogeneidade territorial, cultural e linguística (RIVET E TASTEVIN 1927; ERIKSON 1994; SÁEZ 2006).

Eles se concentram em uma área geográfica contínua, localizada no sudoeste amazônico, que abrange três países, Peru, Bolívia e Brasil (ERIKSON 1994; SÁEZ 2006; DE PAULA 2007). A região habitada pelos povos Pano se estende: a oeste, desde o curso médio do rio Ucayali, ao sul, até os cursos superiores dos rios Juruá e Purus, a leste, até a parte ocidental do estado de Rondônia, e ao norte, entre os rios Javari e Juruá. Alguns núcleos isolados podem ser encontrados no sudeste do Peru (AGUIAR 1994; RODRIGUES 2002).

Estima-se que sua população seja de quase 39 mil pessoas. No Brasil, seriam cerca de 7.700 índios, no Peru, 30 mil, e na Bolívia, 700 (ERIKSON 1994). Devemos ressaltar que ainda podem existir grupos isolados, não contatados, vindo assim a aumentar o número dessas estimativas.

No Brasil, os índios Pano podem ser localizados nos estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia, mas a maior parte de sua população vive no Acre (GONÇALVES 1991; RODRIGUES 2002).

Conforme Rodrigues (2002), as seguintes línguas Pano são faladas no Brasil, recebendo o grupo a mesma denominação da língua materna: “*Amawáka, Karipúna, Katukína do Acre (Wanináwa), Kaxararí, Kaxináwa (Kaxinawá), Marúbo, Matís (Matsés), Mayá (?)*, *Mayorúna, Nukuíni, Poyanáwa, Yamináwa, Yawanáwa*” (RODRIGUES 2002, p. 81). Cunha (1993) demonstra que a essa lista pode ser acrescentada a língua Arara. De Paula (2007), por sua vez, aponta que também podem ser acrescentadas as línguas “*Shawadáwa (Arara), Shanenáwa, Korubo, Maia*”, além de poderem ainda existir outras línguas Pano, de povos ainda não contatados (DE PAULA 2007, p. 34).

Foi Raoul de La Grasserie em 1890, ao estudar um grupo de línguas pertencentes a uma mesma família linguística, quem utilizou o nome de uma dessas línguas para nomear todo o grupo, fazendo surgir a denominação Pano (DE PAULA 2007) e inaugurando, assim, os estudos sobre as línguas dessa família (SÁEZ 2006).

A partir de então, sob essa denominação, as línguas Pano passaram a ser classificadas internamente. Rivet e Tastevin (1927), por exemplo, dividiram essas línguas em três grupos geográficos: “*le groupe de l’Amazonie et de l’Ucayali (...), le groupe de l’Inambari et le groupe du Mamoré-Beni-Madeira*” (RIVET E TASTEVIN 1927, p. 811). Do mesmo modo, dividindo a família Pano em grupos geográficos, temos Loukotka (1939), Mason (1950) e Rivet e Loukotka (1952). Abaixo segue a classificação das línguas da família Pano proposta por Mason (1950):

“*Pano Central*

A. Chama (Ucayali)

1. Conibo

a. Conibo

b. Shipibo

a. Caliseca, Sinabo (?)

b. Manamabobo, Manava

c. Setebo

a. Sensi: Casca, Runubu, Ynubu, Barbudo, Tenti, Mananawa (?)

b. Panobo: Pano, Pelado, Manoa, Cashiboyano

2. Cashibo (Comabo)

a. Cacataibo

b. Cashiño

c. Ruño

d. Buninawa

e. Carapacho (?)

f. Puchanawa

g. Shirinó

B. Curina (Kulino)

C. Capanawa

1. *Capanawa*
 - a. *Buskipani*
 2. *Remo*
 - a. *Sacuya*
 3. *Maspo*
 - a. *Epetineri (Impenitari)*
 4. *Nucuini*
 - a. *Cuyanawa*
 5. *Niarawa*
 6. *Puyanawawa (?)*
- D. Amawaca (amenguaca ?)*
1. *Amawa*
 - a. *Cashinawa*
 - b. *Sheminawa*
 - c. *Inuvakeu*
 - d. *Viwivakeu*
 2. *Pichobo*
 - a. *Pichobo (Pisobo)*
 - b. *Soboibo*
 - a. *Ruanawa*
 - c. *Machobo*
 - a. *Comobo*
- E. Catukina*
1. *Arara*
 - a. *Shawanawa*
 2. *Ararapina*
 3. *Ararawa*
 4. *Saninawa*
 - a. *Saninawacana*
- F. Juruá-Purus*
1. *Poyanawa*
 2. *Shipinawa*
 3. *Ararawa*
 4. *Yauavo*
 5. *Yaminawa*
 6. *Runinawa*
 7. *Contanawa*

8. *Yawanawa*
9. *Pacanawa*
10. *Yumbanawa*
11. *Yura*
12. *Tushinawa*
13. *Marinawa*
14. *Espinó*
15. *Manawa*
16. *Canamari*

Pano Sul-Occidental

A. *Arasaire*

B. *Aisawaca*

1. *Aisawaca*

2. *Yamiaca*

C. *Arauí (?)*

Pano Sul-Oriental

A. *Pacawará*

1. *Chacobo*

2. *Caripuná (Jau-navo)*

a. *Jacariá*

b. *Paniá (Pamaná)*

3. *Capuibo*

4. *Sinabo*

B. *Zurina (?)*” (MASON 1950)

D’Ans (1973) propôs outra classificação, dividindo as línguas da família Pano em cinco grupos: Pano Ucayalino (subgrupos Ucayalino A e Ucayalino B), Pano Preandino, Pano das Cabeceiras (subgrupos Isconahuano, Amahuacano, Cashinahuano e Pano-Purus), Pano Beniano e Pano do Norte. Já Erikson (1994) dividiu a família Pano em oito grupos: Shipibo/Conibo/Shetebo, Pano do Sul, Yaminahua, Amahuaca, Cashinahua, Cashibo, Pano Central e Pano do Norte.

Como exposto por De Paula (2007), outras classificações foram propostas. Mencionamos, contudo, apenas as mais citadas nos estudos sobre a família linguística Pano.

Ao observarmos as classificações de Rivet e Tastevin (1927), Loukotka (1939), Mason (1950), Rivet e Loukotka (1952), D’Ans (1973) e Erikson (1994), bem como as classificações ou listas de línguas da família Pano de McQuown (1955), Shell (1975), Kensinger (1986), Mori (1993), Aguiar (1994), Loos (1999), Rodrigues (2002) e Ribeiro (2006), ou as demais obras presentes em nossa bibliografia, não encontramos qualquer menção ao povo ou à língua Saynáwa, existindo na bibliografia consultada tão somente indicações do uso deste etnônimo como uma aloreferência.

Na literatura, os termos Saynawa, Sainawa, ou Sáinaua são transcritos como aloreferências dos índios Kaxinawá (Cashinahua), Yamináua, ou Yaminawa-Arara.

Segundo Sáez (2002; 2002/2003), Desfayes e Keifenheim *apud* Froidevaux (2005) e Fabre (2005), os Jamináwa e outros grupos Pano chamavam os Kaxinawá de Saynawa ou Sainawa, “*dizem os Yaminawa que aqueles conhecidos pelos brancos como Kaxinawá não são verdadeiros Kaxinawá, mas Sainawa, sendo que os verdadeiros Kaxinawá, um pequeno grupo de índios brabos, foram assimilados por eles decênios atrás*” (SÁEZ 2002, p. 39). Já conforme Kensinger (1986) e Déléage (2009), eram os Sharanahua que chamavam os Cashinahua de Sainawa, referência que os Cashinahua consideravam pejorativa.

Por outro lado, Tastevin (1925) nos relata que no alto rio Murú, afluente do rio Tarauacá, eram os Kachinaua que denominavam os Yamináua de Sáinaua, tendo este grupo migrado para o rio “*Imbira*” (TASTEVIN 1925, p. 414).

E Naveira (2007, p. 357), ao tratar de um mito contado por um índio Yawanawá da T.I. Rio Gregório, diz que os Sainawa podem ser identificados como os Pakanawa, sendo esta uma referência aos Yaminawa-Arara que atualmente estão no rio Bagé, no Acre. Esse dado de Naveira (2007) é interessante porque de fato os Saynáwa reconhecem como parentes próximos os Jamináwa-Arara do rio Bagé, vivendo no Igarapé Preto alguns destes índios Jamináwa-Arara. A informação de Naveira (2007), entretanto, não deixa de ser uma aloreferência.

Apenas em De Paula (2007) e em Carid (1999) *apud* Martins (2006, p. 71), encontramos indicações do termo Sainawá como autodenominação de alguns índios que vivem entre os Yawanawá na T.I. Rio Gregório, município de Tarauacá-AC. Esses índios, como observaremos mais adiante, são considerados pelos Saynáwa da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto como sendo seus parentes.

Assim, a língua Saynáwa e seu povo não foram ainda identificados na literatura, inexistindo menção a essa língua em listas ou classificações de línguas amazônicas. Os índios da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto são vistos pelos órgãos oficiais como pertencentes ao povo Jamináwa e falantes da língua homônima.

A ignorância da existência do povo e da língua Saynáwa revela a situação de desconhecimento sobre os índios Pano do Acre, como exposto em Rodrigues (2002), apesar do crescente interesse da comunidade científica por estes povos, como demonstra De Paula (2007).

1.2. Saynáwa ou Jamináwa? A questão do etnônimo.

Como expusemos no tópico anterior, os órgãos oficiais reconhecem como sendo Jamináwa os índios da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, como pode ser observado nos documentos da FUNAI referentes à mencionada T.I. e sua população: a Portaria nº 66/MJ, de 02 de março de 1993, e a Portaria nº 688/PRES, de 22 de agosto de 2001, bem como os dados presentes no *site* oficial desse órgão⁵.

Além da FUNAI, outras instituições, como o Conselho Indigenista Missionário–CIMI⁶ e o Instituto Socioambiental⁷, bem como a bibliografia consultada, Gonçalves (1991, p. 46), trazem a

⁵ Site consultado:

<http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/ac/ac-jaminawadoigarapepreto.htm>. Acesso em: 22/06/09.

⁶ Site consultado:

<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=734&eid=306>. Acesso em: 22/06/09.

⁷ Site consultado: http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3703. Acesso em: 23/06/09.

mesma informação. A própria denominação da T.I. revela que seus habitantes são reconhecidos como pertencentes ao povo Jamináwa.

Essa informação também nos foi dada pelos funcionários da Secretaria de Educação do Estado do Acre, Maria do Socorro Oliveira e Manoel Estébio, que nos disseram que nessa T.I. ainda existia um índio, Seu Benedito, que falava a língua de seus antepassados.

O prof. Aldir De Paula (UFAL), entretanto, nos afirmou que ainda precisava de confirmação a informação de que os índios do Igarapé Preto eram Jamináwa e de que a língua Pano falada por Seu Benedito era Jamináwa, pois inexistiam estudos linguísticos sobre o grupo do Igarapé Preto. Nesse mesmo sentido aponta Sáez (1998), quando diz que os índios do Igarapé Preto ainda não tinham sido estudados do ponto de vista antropológico, não se podendo afirmar com precisão se eram índios Jamináwa.

Pouco tempo antes de irmos fazer nossa pesquisa de campo, Manoel Estébio, em comunicação pessoal, nos disse ter conhecido Seu Benedito durante a realização do V Encontro de Culturas Indígenas e o I Jogos da Celebração, que reuniu vários índios do estado do Acre em outubro de 2008 na T.I. Poyanáwa, na aldeia Barão, no município de Mâncio Lima-AC. Nesta ocasião, Seu Benedito teria afirmado a Manoel Estébio que pertencia ao povo Saynáwa e falava a língua homônima, como nos relatou o último.

Essa informação foi comprovada quando fizemos nossa pesquisa de campo. Seu Benedito reafirmou que era Saynáwa, bem como comprovamos a existência de mais pessoas que ainda falavam essa língua, os quais também se reconheciam como Saynáwa.

Seu Benedito nos disse que a denominação Jamináwa havia sido colocada por não-índios no tempo em que eles trabalhavam na extração da borracha. Ele nos relatou que um patrão não-índio, seringalista, disse ao avô materno dele, Seu José Marcolino, já falecido, que eles eram índios Jamináwa e passou a chamá-los desse modo. O grupo, entretanto, não deixou de se autodenominar Saynáwa. Na verdade, Seu José Marcolino contava ao neto, Seu Benedito, como este nos disse

posteriormente, que o nome antigo do povo não era Saynáwa, mas sim Saybaybô.

Ao perguntarmos por qual razão o grupo aceitou ser denominado Jamináwa, Seu Benedito nos disse que essa tinha sido uma decisão de seu avô, líder do grupo, e todos aceitaram por respeito à sua liderança. Quanto às razões do avô em tomar tal atitude, não soube explicar. Dessa forma, todo o povo passou a ser denominado desse modo, sendo assim reconhecido pelos não-índios e por índios que tiveram contato recente com eles.

Os próprios índios Saynáwa mais novos passaram a se reconhecer como Jamináwa, permanecendo o conhecimento e uso do nome Saynáwa apenas entre os mais velhos.

Seu Benedito nos disse que ele e os outros membros do grupo não mudaram a denominação nos órgãos públicos, elegendo a autodenominação Saynáwa como oficial, porque o nome Jamináwa já estava consagrado e poderia ser mais complicado fazer mudanças dessa ordem. Porém, durante nossa pesquisa, ele e os demais informantes fizeram questão de afirmar que eram falantes do Saynáwa e desejavam que constasse em nosso estudo esta autodenominação. Deste modo, em atenção à vontade da comunidade e, em especial, dos informantes, respeitaremos a autodenominação do grupo.

O fato de um povo ser conhecido por um nome diverso do de sua autodenominação não ocorreu apenas com os Saynáwa, é comum com outros povos indígenas e, ainda mais, com povos Pano. Isso ocorre, dentre outras razões: porque a denominação foi dada por não-índios ou por índios estranhos ao grupo (TASTEVIN 1926, p. 47; CASTELO BRANCO 1947, p. 193; 1950, p. 28-29), porque o próprio grupo adotou um nome diverso do de sua autodenominação para evitar hostilidades de outros grupos indígenas ou dos não-índios (TASTEVIN 1924; 1925, p. 415, 417; 1926, p. 50; 1928, p. 211-212; CASTELO BRANCO 1950, p. 25, 29), ou porque nomes de clãs foram considerados como o nome de todo o grupo (KENSINGER 1986, p. 224-225; AGUIAR 1987, p. 43; ERIKSON 1994, p. 4).

Em relação aos Saynáwa, os não-índios nomearam o grupo de modo diverso do de sua autodenominação ou porque os confundiram com um grupo Pano semelhante a eles, como ocorreu com os Yawanawá, que foram denominados de Katukina (LIMA 1994, p. 3), ou porque empregaram um nome genérico para sua denominação⁸.

A última hipótese é reforçada pelo fato de que o etnônimo Jamináwa (Yaminawa, Yaminahua) é considerado por Erikson (1994, p. 6) não como a denominação de um único povo, mas de um grupo de povos com características culturais parecidas. Já segundo documento do CPI-Acre (1982), o nome Jamináwa é tido explicitamente como um termo genérico, tendo servido para designar diversos grupos, “*Jaminaua (nome genérico dado pelos brancos a índios do grupo Pano que são Xaranaua, Mastanaua Xixinaua, Cududaua, Jauanaua, Marinaua, Kaxinaua, etc.)*” (CPI-ACRE 1982, p. 22).

A aplicação genérica do termo Jamináwa pode explicar a diversidade de povos conhecidos por essa denominação. Os Jamináwa (Yaminawa ou Yaminahua) podem ser encontrados em três países: Peru, Brasil e Bolívia.

No Peru, existem 2 grupos, um vivendo nas cabeceiras do rio Juruá e outro nas cabeceiras do rio Purus (GONÇALVES 1991). Esses 2 grupos, entretanto, são distintos, sendo comum apenas sua denominação. Segundo Townsley (1988, p. 13) *apud* Gonçalves (1991, p. 238), a língua (“*dialect*”) dos Yaminahua do Juruá é mais próxima do Mastanahua e do Parquenahua quando comparada à língua dos Yaminahua do Purus, que por sua vez é quase idêntica à língua dos Sharanahua.

Já Sáez (2006, p. 29), que estuda os Jamináwa da T.I. Cabeceiras do Rio Acre em Assis Brasil-AC, afirma que os Jamináwa do Brasil não são os mesmos do Peru. Desse modo, os diversos grupos Jamináwa espalhados pelo Peru, Brasil e Bolívia não constituem, ao menos no que se refere aos 2 povos Jamináwa do Peru e aos da T.I.

⁸ Não devemos esquecer a hipótese de que a denominação dada pelo patrão não-índio pode ter sido motivada pelo desejo do seringalista em neutralizar a identidade do grupo.

Cabeceiras do Rio Acre⁹, no Brasil, um mesmo grupo. Isso demonstra que povos culturalmente e linguisticamente distintos foram nomeados de modo semelhante, “*embora decerto tenham vagos elos genealógicos*”, mas esses elos eles também teriam com outros povos Pano (SÁEZ 2006, p. 29), em um mesmo grau ou até mais acentuadamente.

Portanto, as afirmações de que “*enquanto as demais línguas da família Pano sempre são faladas em áreas geográficas restritas e por um grupo relativamente reduzido de falantes, o Jaminawa é falado em diversos pontos do estado do Acre, Peru e Bolívia*” (LANES 2000, p. 26) ou “*os Yaminahua caracterizam-se por seu núcleo populacional ser disperso*” (PLAZA E CARVAJAL 1985 *apud* AGUIAR 1994, p. 147), parecem se pautar apenas pela similaridade dos etnônimos, que não condizem com as diferentes realidades culturais e linguísticas desses povos.

O mesmo parece ter ocorrido com os índios da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, que foram denominados Jamináwa por ser esse um termo genérico dado a povos Pano.

O etnônimo Jamináwa, na verdade, não consistia em uma autodenominação de nenhum povo Pano, foi um termo criado por não-índios e por outros grupos Pano no final do século XIX (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991), significando “povo do machado” (yami = machado, nawa = povo) (FAUST E LOOS 2002, p. 11).

De mesmo modo, o etnônimo Saynáwa (saj = grito, nawa = branco, gente) é recente, tendo sido adotado, segundo Seu Benedito, após o contato do seu povo com a sociedade não-índia. O etnônimo que

⁹ Os Jamináwa da T.I. Mamoate (alto rio Iaco), da T.I. Jamináwa do Alto Rio Caeté, da T.I. Guajará (rio Iaco), todas no município de Sena Madureira-AC, e os Jamináwa da T.I. Kayapucá (rio Purus), município de Boca do Acre-AC, são os mesmos Jamináwa da T.I. Cabeceiras do Rio Acre, de Assis Brasil-AC (CRUZ 2004, p. 89-112).

Quanto aos Jamináwa da Bolívia, residentes nas margens dos rios Acre e Tahuamanu, no departamento de Pando (AGUIAR 1994, p. 147), não sabemos se são os mesmos do Brasil, aqui citados, ou de um dos dois grupos do Peru.

os mais antigos adotavam como autodenominação era Saybaybô, que também significa ‘povo do grito, povo gritador’ (saj = grito, sajki = gritar, -bu = gente). Como veremos em 3.2., o etnônimo Saybaybô condiz mais com o padrão acentual da língua, o que pode levar a crer ser o termo Saynáwa um empréstimo linguístico. A razão de eles terem se denominado ‘povo do grito, povo gritador’ não é conhecida pelo grupo.

Os sufixos -nawa e -bo são comuns nas denominações dos índios Pano (GONÇALVES 1991), mas segundo Tastevin (1919) o emprego desses sufixos não é aleatório, indica procedências distintas dos grupos que os portam em suas autodenominações:

“Le nombre des tribus dont la terminaison commune est Nawa est remarquable: il y a les Nawas, les Katsinawas, les Yaminawas (...) Maintenant remarquons que les noms de tribus accompagnés du suffixe nawa au Juruá, portent le suffixe bo dans le fleuve voisin, L’Ucayali” (TASTEVIN 1919, p. 152)

Se seguirmos o pensamento de Tastevin (1919), poderíamos considerar que os Saynáwa teriam vindo do rio Ucayali e assim se diferenciariam dos demais povos Pano que vivem nas proximidades do rio Juruá e de seus afluentes, que teriam suas autodenominações terminadas em -nawa. Entretanto, segundo Castelo Branco (1950), todos os índios Pano das bacias do Juruá e do Purus, independentemente de sua autodenominação, são originários do alto rio Marañon, tendo passado pelos rios Ucaiali, Javari e Jutai (CASTELO BRANCO 1950, p. 3, 46), e apesar de os Pano do rio Ucayali terem sido classificados como um grupo à parte dos que vivem nas bacias do Juruá e do Purus (RIVET E TASTEVIN 1927; LOUKOTKA 1939; MASON 1950; RIVET E LOUKOTKA 1952; D’ANS 1973), Rivet e Tastevin (1927) apontam que *“D’une façon générale, les langues du haut Juruá se rapprochent plutôt des dialectes pano de l’Ucayali que de ceux de l’Inambari et du Mamoré”* (RIVET E TASTEVIN 1927, p. 815).

Assim, similaridades entre os grupos Pano do Ucayali e do Juruá-Purus são mais comuns do que podemos suspeitar. De qualquer modo, basearmo-nos tão somente em autodenominações para compreendermos a relação dos Saynáwa com os demais povos Pano ou até mesmo de onde eles vieram não nos ajudará muito, visto que os etnônimos Pano nos apresentam mais problemas que soluções.

Como mais um exemplo desses problemas relacionados aos etnônimos, ao menos para os pesquisadores, temos o fato de que os índios Pano de um mesmo grupo se dividem em clãs. Essas divisões são importantes do ponto de vista social, mas não implicam em distinções culturais ou linguísticas entre os membros de diferentes clãs de um mesmo grupo. No caso dos índios Marubo, essas autodenominações dão conta das distintas unidades matrilineares (MELATTI 1977 *apud* LIMA 1994, p. 7), enquanto entre os Kaxinawá a regra de filiação aos clãs é patrilinear (LIMA 1994, p. 11). E assim também ocorre com muitos outros índios Pano, que possuem dentro de sua sociedade subgrupos ou clãs nos quais seus membros se organizam e se posicionam frente aos demais do grupo (GONÇALVES 1991; LIMA 1994).

Kensinger (1986) e Erikson (1994) relatam que essa divisão em clãs provocou e ainda provoca alguns mal-entendidos, em que nomes de subgrupos são tomados pelos pesquisadores como nomes de toda a tribo. Como exemplo, temos os Katukina. Aguiar (1987) demonstra que esse povo não tem uma autodenominação única, eles se reconhecem como um grupo linguisticamente e culturalmente coeso, mas não possuem um nome comum. Como eles se dividem em clãs, quais sejam, “*Varináwa; Satanáwa; Wanináwa; Kamanáwa; Naynáwa*” (AGUIAR 1987, p. 45), alguns destes nomes foram utilizados para definir todo o povo, como o etnônimo Naynáwa, que foi utilizado pelo CIMI para definir o grupo (AGUIAR 1987, p. 45). Equívoco semelhante parece ter ocorrido com Tastevin (1924) quando esteve com os Katukina.

Tastevin (1924; 1925) nos afirma que o termo Katukina foi adotado por alguns grupos Pano para evitar hostilidades dos brancos,

visto que os índios Katukina (família linguística Katukína) (RODRIGUES 2002, p. 81) mantinham boas relações com os não-índios enquanto os povos Pano tinham má reputação entre os exploradores (TASTEVIN 1924, p. 5). Este mesmo autor nos relata que um grupo Pano conhecido como Katukina se reconhecia na verdade pelo nome genérico de Nuke (os homens) e pelo nome específico de Wani-nawa, existindo na aldeia grupos remanescentes de tribos já extintas, como os “*Kama-nawa, Nai-nawa, Wari-nawa, Numa-nawa, Sata-nawa*” (TASTEVIN 1924, p. 5). Entretanto, tendo em vista o exposto em Aguiar (1987), vemos que estes grupos, tidos por Tastevin (1924) como de tribos distintas, são na verdade, assim como o “*Wani-nawa*”, nomes de clãs de um mesmo grupo e não de diversas tribos.

Diante dessas questões, em que nomes de clãs são tomados como nomes de tribos, pesquisamos em nossa bibliografia se existia algum clã entre os diversos povos Pano que se autodenominava Saynáwa¹⁰, não tendo sido identificado nenhum clã com este etnônimo. No caso dos índios que vivem com os Yawanawá da T.I. Rio Gregório e que se consideram Sainawá (CARID 1999 *apud* MARTINS 2006, p. 71; DE PAULA 2007), eles são reconhecidos pelos Saynáwa do Igarapé Preto como parentes próximos, tendo vivido com estes há alguns anos.

Assim, diante das informações disponíveis sobre os povos Pano, o grupo Saynáwa não pode ser considerado como clã de nenhum outro povo¹¹, não podendo ser afirmado que o grupo do Igarapé Preto seja

¹⁰ Kensinger (1986) aponta a existência de um subgrupo hoje extinto entre os Marubo: Chaináwabu ou Chainawa. Apesar da semelhança entre os nomes Chainawa e Saynáwa, não temos como precisar se ambos foram um mesmo grupo, até porque, como exposto por Lima (1994), dois povos Pano diversos como os Marubo e os Katukina possuem entre suas várias autodenominações, que nomeiam os clãs constituintes destas sociedades, nomes em comum. Os Varinawa, Satanawa, Kamanawa, Numanawa e Waninawa existem tanto entre os Marubo como entre os Katukina (LIMA 1994), mas, por exemplo, os Varinawa do grupo Katukina não falam a mesma língua, nem são culturalmente idênticos aos Varinawa do grupo Marubo.

¹¹ Entre os Jamináwa que vivem no Brasil, por exemplo, foram identificados os seguintes clãs: Xixinawa, Kununawa, Mastanawa, Bashonawa, Sharanawa (CRUZ 2004, p. 89; SÁEZ 2006, p. 29). Não existe entre os grupos denominados Jamináwa

remanescente de um grupo maior, onde exista um clã com o mesmo etnônimo. Por outro lado, não existem hoje entre os Saynáwa subdivisões em clãs, reconhecendo-se todos por uma mesma autodenominação, nem conseguimos recuperar da memória do grupo se divisões como esta existiram.

Podemos ver, portanto, que o conhecimento dos etnônimos dos povos Pano pelos não-índios sempre se mostrou confuso, ocorrendo ora a denominação de povos muito distintos entre si sob um mesmo nome, ora a denominação de um mesmo povo por uma profusão de nomes.

Ao esclarecermos esses fatos e, de igual modo, ao identificarmos que não há outros grupos ou subgrupos que também se autodenominam Saynáwa, confirma-se o sentimento dos índios Saynáwa da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto em se considerarem um grupo distinto de outros povos Pano, apesar dos inegáveis laços que unem esses povos e que revelam uma grande homogeneidade linguística e cultural, como exposto em Rivet e Tastevin (1927), Erikson (1994) e Sáez (2006).

1.3. História dos Saynáwa.

1.3.1. Origens.

Conforme os relatos do povo Saynáwa, em especial os de Dona Francisca (91 anos em 2008), a índia Saynáwa mais idosa da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, os Saynáwa viviam nas cabeceiras do rio Tarauacá¹², afluente direito do rio Juruá, sendo costume dos índios Pano desta região viver em áreas de cabeceiras (OPPENHEIM 1936).

Seu Benedito (59 anos em 2008) reforça a informação de sua mãe, Dona Francisca, mas fala de um rio específico, próximo às cabeceiras do Tarauacá, de onde seu povo teria vindo, o rio da Besta. Ele nos conta que ouviu esta informação de Seu Raimundo Yawanawá, índio Yawanawá que mora na T.I. Rio Gregório, município de Tarauacá-AC.

qualquer clã Saynáwa (GONÇALVES 1991; FAUST E LOOS 2002; CRUZ 2004; SÁEZ 2006).

¹² A região do alto Tarauacá está indicada no mapa do Anexo I.

Em nossa bibliografia, encontramos referências não ao rio, mas ao igarapé da Besta. Esse igarapé, ao contrário das informações do Seu Raimundo Yawanawá, é um afluente do médio rio Liberdade (TASTEVIN 1928, p. 209-210), não estando nas proximidades das cabeceiras do Tarauacá. Este dado pode ser confirmado em mapas atuais (ESTADO DO ACRE [200-?]), que apontam a localização do igarapé da Besta na T.I. Campinas, onde vivem os Katukina, já próximo da divisa com o estado do Amazonas. A inexistência de um rio com esse nome na região do alto Tarauacá pode ser atestada também em mapas mais antigos, como o presente em Tastevin (1926).

De qualquer modo, nada impede que um dos rios da região do alto Tarauacá fosse conhecido pelos índios por uma denominação diversa da que ficou registrada pelos não-índios, podendo existir de fato um rio da Besta naquela região. Acreditamos, entretanto, que a informação do Seu Raimundo Yawanawá está relacionada de fato ao igarapé da Besta, afluente do Liberdade, do qual fala Tastevin (1928), uma vez que a existência de índios Jaminauás nesse igarapé é apontada em Tastevin (1928, p. 208) por volta de 1918 e em Castelo Branco (1950, p. 23) por volta de 1911, podendo Seu Raimundo Yawanawá ter confundido estes Jaminauás com os Saynáwa¹³.

Índios Jamináwa também foram identificados habitando o alto Tarauacá no início da década de 1920 (TASTEVIN 1926, p. 50; CASTELO BRANCO 1947, p. 194; 1950, p. 25). Esses Jamináwa poderiam ser os Saynáwa, naquela época já reconhecidos de modo distinto do de sua autodenominação, o que parece pouco provável visto que os Saynáwa só passaram a ser reconhecidos como Jamináwa quando estavam

¹³ Castelo Branco (1950) descreve os índios Jaminauás do igarapé da Besta, afluente do rio Liberdade, como indivíduos com um tipo físico bem diferente dos demais Pano, com os primeiros sendo “*corpulentos, altos, espadaúdos (...) vários chegam a pesar 90, 100 e mais quilogramas*” (CASTELO BRANCO 1950, p. 30). Este tipo físico em nada parece com o dos Saynáwa que habitam a T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, os quais se assemelham muito mais ao padrão físico dos índios Pano em geral, como também descrito em Castelo Branco (1950, p. 30).

trabalhando nos seringais, momento este posterior à sua vida nas cabeceiras do Tarauacá.

Independentemente dessas conjecturas, e da informação do Seu Raimundo Yawanawá, que não será levada em consideração por ser proveniente de um membro estranho ao grupo, desejamos registrar a versão presente na memória do povo Saynáwa, que afirma ter vivido desde tempos imemoriais nas cabeceiras do rio Tarauacá.

A região do alto Tarauacá tinha nessa época, início do século XX, uma população indígena predominantemente Pano, como podemos ver no grande número de grupos dessa família linguística identificados nessa região em Tastevin (1926), Oppenheim (1936) e em Castelo Branco (1947; 1950), como os: Cachinauas, Corronauas, Marinauas, Xaranauas, Tutxinauas (OPPENHEIM 1936, p. 149), Kachinauás, Catuquinas, dentre outros (TASTEVIN 1926, p. 49-54; CASTELO BRANCO 1950, p. 25).

Os Saynáwa acabaram tendo que deixar essa região em razão de um ataque que sofreram dos índios Katukina.

Segundo o relato de seus antepassados, eles quase foram extintos nessa luta, tendo suas casas incendiadas e grande parte de seu povo assassinado, inclusive o avô paterno de Dona Francisca. Poucos Saynáwa sobreviveram, dentre eles o Seu José Marcolino, pai de Dona Francisca, que na época era jovem, e alguns irmãos dele, que conseguiram fugir do massacre. Uma irmã do Seu José Marcolino foi “roubada” pelos Katukina.

Hoje os Saynáwa não sabem quais foram os motivos dessa briga, mas ataques como esse não eram incomuns entre os grupos Pano. Lima (1994) e Kietzeman (1952, p. 3, 8), por exemplo, nos remetem às constantes guerras travadas entre os Yaminawá e os Amahuaca, enquanto Schultz e Chiara (1955, p. 197) nos falam sobre as rivalidades entre os Kachináua e os Jamináua. Os próprios Katukina, povo que atacou os Saynáwa, mantinham relações conflituosas constantes com os Yawanawá, que se perpetuam até hoje (LIMA 1994), sendo os Katukina também inimigos dos Arara (CUNHA 1993, p. 1).

As lutas tinham os mais variados motivos, desde a disputa por territórios até o “roubo” de mulheres, como relata Lima (1994, p. 4, 6) sobre as lutas entre os Katukina e os Yawanawá, Schultz e Chiara (1955, p. 196) sobre as brigas entre os Marináua e os Charanáua, ou Oppenheim (1936, p. 151) sobre os demais índios amazônicos.

Esses conflitos não só eram comuns como contribuíram, ao lado das “correrias”¹⁴ e das epidemias de gripe ou sarampo (TASTEVIN 1924; 1925; 1926; 1928; CASTELO BRANCO 1950; SCHULTZ E CHIARA 1955; LIMA 1994; CRUZ 2004), para dizimar grande parte dos índios Pano, promovendo o esfacelamento dessas sociedades e sua migração forçada, isso quando esses grupos não eram completamente extintos (TASTEVIN 1926; 1928; CASTELO BRANCO 1950; ALVIANO 1957).

Por resultar no massacre de grupos inteiros ou na expulsão desses povos de suas terras, os não-índios chegaram a incentivar lutas entre grupos indígenas rivais, alimentando velhas rixas, como indica Castelo Branco (1950, p. 17), retratando inclusive um evento ocorrido em 1906 em que índios Cachinauás arranjaram armas com seringueiros para se vingar dos Jaminauás e propuseram aos não-índios a entrega dos despojos da guerra: mulheres e crianças aprisionadas (CASTELO BRANCO 1950, p. 29). Um documento da CPI-Acre (1982, p. 2) também nos fala dessas manipulações pelos não-índios de rivalidades tradicionais, chegando os não-índios até mesmo a patrocinar essas brigas.

¹⁴ As “correrias” eram chacinas empreendidas pelos não-índios na época da exploração da borracha, fins do século XIX e primeira metade do século XX, contra os índios no intuito de tomar suas terras ou pôr fim a sociedades contrárias à empresa da borracha, como podemos ver neste relato: “*abundam no Acre as histórias de massacres traiçoeiros de tribos, praticados pelos invasores neo-brasileiros (...) ainda em tempos atuais, certas firmas comerciais mantêm seus homens em armas para matar índios, que se opõem pacífica ou hostilmente à devastação e ocupação de suas regiões de caça*” (SCHULTZ E CHIARA 1955, p. 182). Castelo Branco (1950, p. 22) chega a expor que as “correrias” constituíam o “‘Esporte’ predileto de muitos seringueiros durante os lazes da safra”.

Portanto, não seria de todo impossível que esse ataque empreendido pelos Katukina contra os Saynáwa tivesse sido insuflado pelos não-índios ou até mesmo patrocinado por eles.

Não sabemos quando ocorreu de fato esse ataque, podemos fazer apenas estimativas a partir dos relatos do grupo e das idades de seus integrantes. Segundo Dona Francisca, os Saynáwa foram atacados e expulsos do alto Tarauacá pouco antes do seu nascimento, quando seu pai ainda era jovem. Como ela tinha 91 anos (idade estimada) em 2008, deve ter nascido por volta de 1917, assim, os Saynáwa devem ter residido na região do alto Tarauacá até, no máximo, a segunda década do século XX.

Os Saynáwa não sabem dizer se no tempo em que seus antepassados viviam no alto Tarauacá já tinha sido iniciado o contato com os não-índios. Eles acreditam que sim, pois os mais velhos contavam que conheciam desde sempre os bens utilizados pelos não-índios, como machados, roupas etc.

De qualquer modo, nessa época, início do século XX, a empresa da borracha já tinha se estabelecido nos altos cursos do rio Tarauacá e demais rios das bacias do Juruá e do Purus. Tastevin (1926, p. 47) e Castelo Branco (1947, p. 193-194) nos relatam que por volta de 1900, 1903, os últimos afluentes do Tarauacá já estavam povoados por não-índios, existindo aproximadamente 115 seringais na região do Juruá e do Tarauacá em 1906, e, segundo Tastevin (1926, p. 49), 52 seringais só no rio Tarauacá em 1924.

Desde o século XIX, a região compreendida entre os rios Juruá e Purus, que permaneceu inexplorada por muitos anos pelas sociedades ocidentais, ganhou a atenção dos exploradores da borracha (CHANDLESS 1866, p. 87), tendo alcançado a empresa da borracha seu apogeu no final do século XIX e início do século XX, como vemos neste registro:

“O Acre estava por vir. Nestes últimos decênios do século XIX e nas décadas seguintes do século XX, a indústria extrativa iria ganhar corpo cuja sombra se faria sentir nas populações indígenas da região”
(GONÇALVES 1991, p. 12)

Nessa mesma época, início do século XX, os peruanos se interessaram pela exploração do caucho e passaram a ocupar a região, também empreendendo “correrias” contra os povos indígenas (TASTEVIN 1925, p. 419). O interesse dos caucheiros por essa região durou pouco, tendo a empresa seringalista, entretanto, se fixado de vez nas terras do atual Acre.

Assim, diante da exploração da borracha e do caucho, os índios das bacias do Juruá e do Purus se viram em pouco tempo em vias de extinção. Tastevin (1926) indica que no alto Tarauacá, onde antes tinha cerca de 4 mil índios, em 1924 eram cerca de 700.

Por essas razões, não nos parece improvável que na época do ataque sofrido pelos Saynáwa eles já tivessem tido contato com os não-índios e que, talvez, essa luta com os Katukina tenha sido motivada, direta ou indiretamente, pela ação das explorações dos não-índios ou mesmo insuflada por estes. O próprio povo que atacou os Saynáwa certamente já tinha tido esse contato, uma vez que o etnônimo Katukina, como vimos em Tastevin (1924; 1925), foi adotado por alguns grupos Pano para evitar as hostilidades dos não-índios.

De qualquer modo, a extinção iminente denunciada por Tastevin (1926) também foi sentida pelos Saynáwa por causa do aludido ataque. O grupo, reduzido a poucos sobreviventes, vagou alguns anos à procura de um lugar onde pudesse se reestruturar.

Encontramos na literatura por nós consultada muitos relatos do início do século XX de grupos sobreviventes que vagaram pela região à procura de um lugar onde pudessem viver, como os Chipinaua dos rios Branco, Amahuaca e Grajahú, que quase foram exterminados em 1918 por uma epidemia de gripe, restando apenas 9 índios, e se refugiaram entre os Yaminaua do alto rio Valparaíso e do igarapé da Besta (TASTEVIN 1928, p. 212). Voltaremos a falar desse grupo mais adiante. Ou ainda um grupo de Jaminaua que se estabeleceu na foz do São Luiz, no rio Tarauacá, oriundos do rio Liberdade. Estes índios Jaminaua fugiram em razão de lutas com os Catuquina do alto rio Gregório, que os marcaram com as tatuagens típicas dos Catuquina, os quais levaram

consigo índios Jaminawa transformados em escravos (TASTEVIN 1926, p. 51).

O último relato muito se assemelha ao dos Saynáwa, existindo a informação de que a mãe de Dona Francisca, Dona Maria Regina, sobrevivente do massacre, tinha uma tatuagem parecida com a descrita em Tastevin (1926, p. 51). Este fato, entretanto, não prova por si só que esses Jaminawa da foz do São Luiz são os Saynáwa, pois, como veremos mais adiante, as tatuagens eram comuns entre os povos Pano, sendo bastante semelhantes os desenhos usados entre os diversos grupos dessa família linguística. Além disto, os descendentes de Dona Maria Regina afirmam que ela foi tatuada por seus ascendentes.

Hoje os Saynáwa não sabem dizer por onde andaram seus antepassados quando dessa fuga, por isso não temos como saber se eles estiveram na foz do São Luiz. Podemos afirmar apenas que por volta de 1917 eles estavam estabelecidos no Riozinho, pois esse é o ano estimado do nascimento de Dona Francisca, que relata ter nascido neste local e nele ter vivido por algum tempo com seus pais José Marcolino e Maria Regina, que eram primos.

Cabe destacar que o Riozinho também é conhecido como Riozinho Cruzeiro do Vale ou Igarapé Humaitá. Ele é afluente direito do rio Juruá e fica onde hoje se situa a T.I. Arara do Igarapé Humaitá, habitada pelos índios Arara (CUNHA 1993) e localizada no município de Porto Walter-AC.

Os Saynáwa não sabem quanto tempo passaram no Riozinho. Podemos tão somente calcular que lá estiveram no máximo até 1941, pois nesse ano estima-se ter ocorrido o nascimento de Seu Raimundo Nonato (67 anos em 2008), irmão de Dona Francisca, nas margens do rio Valparaíso. Assim, os Saynáwa podem ter vivido no Riozinho entre a década de 1910 e o início dos anos 1940, aproximadamente.

Esses cálculos são meras estimativas até porque os grupos da região não se fixavam muito tempo em um mesmo lugar, sendo as migrações bastante comuns. Essa mobilidade dos grupos Pano tinha várias motivações, que iam desde a necessidade de fugir de seus rivais, como já destacamos, passando pela necessidade de trocar bens entre os

grupos (CHANDLESS 1866, p. 100-101) ou pela necessidade de encontrar caça (OPPENHEIM 1936, p. 147-148), até a simples visita entre parentes (SCHULTZ E CHIARA 1955, p. 195). Esse hábito nômade dos povos Pano, como mesmo define Oppenheim (1936), perdura até hoje, ao menos entre os Saynáwa.

As migrações ou simples viagens ocorriam não apenas entre os afluentes de um determinado rio, como entre rios que não se comunicavam, favorecidas essas comunicações pelos chamados “varadouros”. Segundo Schultz e Chiara (1955, p. 199), os índios da região costumavam se trasladar das cabeceiras de um rio para outro a partir destes caminhos pela mata. Os autores apontam a existência de varadouros que ligavam rios da região como o Juruá ao Purus (CHANDLESS 1866, p. 100-101), o Ucayale ao Moa e ao Paraná da Viúva, o Tarauacá ao Breu e ao Tejo (CASTELO BRANCO 1947, p. 173), o Ucaiale ao Juruá ou ao alto Purus (CASTELO BRANCO 1950, p. 48), o Itacoaí ao Juruá (CARVALHO 1955), dentre outros.

A informação sobre as comunicações entre a bacia do Ucayali e a do Juruá traz mais argumentos para a hipótese de que os Saynáwa seriam originários do Ucayali, em razão de os mais antigos se autodenominarem Saybaybô, conforme o pensamento de Tastevin (1919), aqui já exposto. Parecendo ser bastante viável a migração desse povo da bacia do Ucayali até o alto Tarauacá, afinal segundo Rivet e Tastevin (1927, p. 815-816), os Sipibo, do Ucayali, estavam em contato com os grupos Pano do alto Juruá e Purus, e os Conibo, também do Ucayali, “*se comunicavam com os seus irmãos do Juruá*” (CASTELO BRANCO 1950, p. 48).

Mesmo sabendo da possibilidade dos Saynáwa terem migrado do Riozinho (Riozinho Cruzeiro do Vale ou Igarapé Humaitá), como era costume dos povos Pano, como vimos, e da imprecisão desses cálculos, tomamos como hipótese sua permanência nesse local entre a década de 1910 e início da década de 1940, aproximadamente, e pesquisamos em nossa bibliografia quais povos foram identificados como residentes das margens desse rio nesse período.

As informações são imprecisas porque identificamos que não existe apenas esse rio, afluente direito do rio Juruá, com esse nome, mas também outro rio Humaitá, afluente do rio Murú (TASTEVIN 1925; CASTELO BRANCO 1950), além de existir um quarto nome alternativo para o Riozinho Cruzeiro do Vale: rio Amahuaca (TASTEVIN 1928, p. 210).

Castelo Branco (1950), por exemplo, indica a existência, por volta de 1911, de Araras, Ararapinas, Contanauás, Caxinauás, Jaminauás e Tuxinauás no Humaitá, afluente do Murú, que acreditamos não ser o mesmo rio referido pelos Saynáwa. Já em outra passagem, Castelo Branco (1950) indica a existência de índios Amoacas, Jaminauás e Chipinauás no rio Amoacas, também em 1911, mas não sabemos se este é o mesmo rio referido pelos Saynáwa, como faz crer Tastevin (1928, p. 210).

O que sabemos de fato é que foi nessa época, da estadia dos Saynáwa no Riozinho Cruzeiro do Vale, que eles passaram a ter um contato mais direto com os não-índios, tendo sido absorvidos como mão de obra pelos seringais.

Como muitos outros índios da região (CHANDLESS 1866; TASTEVIN 1926; CASTELO BRANCO 1947; 1950; CUNHA 1993; CRUZ 2004), os Saynáwa passaram a trabalhar nos seringais, que dominavam as terras tradicionalmente habitadas pelos Pano, fazendo com que as bacias do Juruá e do Purus fossem conhecidas como “o ‘*quartel general*’ da produção da borracha” (GONÇALVES 1991, p. 12).

A utilização dos índios como trabalhadores na extração do látex aumentou justamente entre as duas guerras mundiais, período da inserção dos Saynáwa nos seringais, pois com a queda da borracha nessas décadas a mão de obra se tornou escassa (GONÇALVES 1991).

Os relatos dos índios da região sobre o tratamento dispensado a eles pelos seringalistas são terríveis, sendo conhecido esse período de trabalho nos seringais como “*tempo do cativo*”, quando eram tratados como escravos e eram proibidos de falar sua língua ou praticar suas atividades rituais, suas pinturas ou costumes que os identificassem com seu povo (CRUZ 2004). Os Saynáwa não nos falam em maus

tratos, nem em proibições desse tipo nos seringais em que trabalharam, falam até bem de alguns patrões, como o Seu Alfredo Said.

Sabemos, entretanto, que ao passarem a trabalhar nos seringais, os Saynáwa tiveram que conviver com não-índios e com índios que não tinham contato anteriormente, tendo que aprender novos hábitos e até mesmo outra língua, o português. Isso acarretou mais perdas para o grupo, que tentava se reestruturar após sua quase extinção.

A necessidade do uso da língua portuguesa fez com que as gerações mais novas (filhos e netos de Seu Benedito, por exemplo) já não tivessem como língua materna o Saynáwa e assim esta língua se encontra hoje em perigo de extinção. Costumes tradicionais também foram esquecidos e até mesmo atividades econômicas foram modificadas, pois os índios passaram a se dedicar a uma atividade nova e a depender de bens oriundos da sociedade ocidental, passando a ser escassos a caça (OPPENHEIM 1936) e os demais recursos naturais por causa das atividades capitalistas desenvolvidas na região (SCHULTZ E CHIARA 1955). Tudo isso se configura, segundo nossa compreensão, em violência.

Foi justamente nessa época que os Saynáwa sofreram outra violência, passando a ser conhecidos não por sua autodenominação, mas como índios Jamináwa, por decisão do patrão seringalista, acatada pelo chefe do grupo, Seu José Marcolino. A decisão do líder dos Saynáwa pode estar ligada ao fato dele considerar mais seguro para seu povo ser conhecido por um nome distinto do de sua autodenominação, evitando assim hostilidades de outros grupos, e adotando estratégia parecida com a dos Katukina, como exposto em Tastevin (1924; 1925), que ironicamente era um dos povos temidos pelos Saynáwa e que quase os extinguiu.

Do Riozinho Cruzeiro do Vale, os relatos dos Saynáwa nos levam para as margens do rio Valparaíso, afluente direito do rio Juruá, e que corre mais ao norte paralelamente ao Riozinho Cruzeiro do Vale, estando muito próximo a este rio.

Os Saynáwa não sabem quando foram para o Valparaíso, podendo ter ocorrido essa migração já na década de 1920, pouco depois

de passarem algum tempo no Riozinho, ou no início dos anos 1940. O que sabemos é que em 1941, provável ano de nascimento de Seu Raimundo Nonato, eles já estavam nas margens do Valparaíso.

Levando em consideração essas estimativas, pesquisamos em nossa bibliografia quais povos foram indicados como habitantes dessa região e identificamos em Castelo Branco (1950, p. 24) a informação da existência de Jaminauás no rio Valparaíso por volta de 1930. Não é improvável que estes Jaminauás sejam os Saynáwa, nesse tempo já conhecidos pelos não-índios de forma distinta da de sua autodenominação.

Em época que foge às nossas estimativas, encontramos em Castelo Branco (1950, p. 23) a informação da existência de índios Sanynauás e Jaminauás no rio Valparaíso em 1911, sendo que em relatos de 1912-1914 já não se fala nesses grupos habitando esse rio (CASTELO BRANCO 1950, p. 24). Chamamos a atenção para esse dado pela semelhança entre os termos Sanynauás e Saynáwa, existindo em classificações de línguas Pano, como as de Mason (1950), Rivet e Loukotka (1952) e McQuown (1955), referências aos Saninawa ou Saninawa. Não podemos afirmar se estamos diante de povos distintos ou de um mesmo grupo que teve sua autodenominação grafada de modos diversos, mas temos fortes suspeitas de que estamos tratando de grupos diferentes, uma vez que os Saynáwa não relatam ter estado no Valparaíso por volta de 1911, e porque Rivet e Loukotka (1952, p. 1138) identificam os Saninawa como índios Ararawa.

No Valparaíso, os Saynáwa continuaram vivendo e trabalhando nos seringais, tendo lá se estabelecido por muito tempo, sendo esse o local de nascimento não apenas de Seu Raimundo Nonato, como também do outro irmão de Dona Francisca, Seu Jacinto.

Além dos aludidos nascimentos, novos integrantes se juntaram ao grupo, sendo eles Dona Raimunda e seus dois filhos, Seu Joaquim e Dona Maria Joana, que chegaram ao Valparaíso depois que os Saynáwa já viviam lá.

Todos nos informaram que Dona Raimunda era uma índia Amawáka (Amuaca), sendo desconhecido de sua filha, Dona Maria

Joana, única do referido grupo ainda viva em 2008, o local de origem de sua mãe, nem se ela era realmente Amawáka. Dona Maria Joana não sabe até mesmo onde nasceu, acredita que foi em um lugar chamado Santo Antônio, mas não tem certeza. Já Seu Walmir, neto de Dona Raimunda, nos diz, sem muita convicção, que já se cogitou ser sua avó Shipinawa, sendo mais comum o grupo se reportar à Dona Raimunda como índia Amawáka.

Mesmo Seu Joaquim e Dona Maria Joana sendo filhos de Dona Raimunda, já nascidos quando da inserção dela entre os Saynáwa, esses irmãos não são considerados Amawáka como a mãe, mas Saynáwa, apesar de não se saber quem era o pai deles. Isso talvez seja explicado pelo fato de que Dona Raimunda tenha se unido ao Seu José Marcolino, que já era casado com Dona Maria Regina (mostrando que a poligamia era permitida no grupo), e assim os filhos dela tenham sido plenamente inseridos no grupo.

De qualquer modo, segundo nossos informantes, a língua e os hábitos de Dona Raimunda em nada diferiam dos demais Saynáwa.

Essa informação de que a língua de Dona Raimunda era a mesma da dos demais Saynáwa pode ser, entretanto, colocada em dúvida porque nós mesmos percebemos em nossa pesquisa de campo que os Saynáwa consideram línguas Pano distintas da sua, como o Arara, falado pelas índias Jamináwa-Arara residentes da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, como uma mesma língua, apesar de depois se desdizerem, apontando várias diferenças entre os idiomas.

Não seria surpreendente, portanto, se Dona Raimunda, falando outra língua, conseguisse se comunicar sem problemas com os Saynáwa, uma vez que as línguas Pano são inteligíveis entre si.

Independentemente dessas conjecturas, o que devemos destacar é o fato de não termos identificado diferenças entre a língua falada por Dona Maria Joana, filha de Dona Raimunda, e os demais Saynáwa.

Se Dona Raimunda era Amawáka¹⁵ ou Shipinawa, não temos como saber, mas gostaríamos de lembrar um dado aqui já exposto,

¹⁵ Os Amawáka (Amahuaca, Amuaca) vivem no Peru, no departamento de Loreto (KIETZEMAN 1952; AGUIAR 1994, p. 89), e no Brasil, no estado do Amazonas

presente em Tastevin (1928, p. 212). Ele fala de um grupo de 9 índios Chipinaua, a maioria mulheres e crianças, dos rios Branco, Amahuaca e Grajahú, que sobreviveram a uma epidemia de gripe por volta de 1918 e que se refugiaram entre os Yaminaua do alto rio Valparaíso e do igarapé da Besta. Estes Chipinaua podem ser justamente o povo de Dona Raimunda, que passou a viver com os Saynáwa (conhecidos como Jamináwa ou Yaminaua) no Valparaíso.

Dona Raimunda e Seu José Marcolino só tiveram um filho, João, já falecido. Seu José Marcolino e suas esposas, e os filhos destas, moravam em uma mesma casa.

Com o passar dos anos, Dona Maria Joana, que deve ter nascido por volta de 1930 (78 anos em 2008), casou-se com um Saynáwa, também chamado Joaquim, mas cujo nome indígena era *pakamuſa*. Eles tiveram cinco filhos, Seu Oliveira, Seu Roseno, Seu Walmir, Dona Maria Magnólia e Seu José, todos nascidos no Valparaíso. Eles formaram outro núcleo familiar e construíram sua casa ao lado da do Seu José Marcolino.

Já Seu Joaquim (*manku*), também filho de Dona Raimunda, casou-se com Dona Francisca e com ela teve Seu Benedito, nascido igualmente no Valparaíso. Seu Joaquim morreu logo, por isto Dona Francisca e seu filho ficaram morando com Seu José Marcolino e suas duas esposas. Posteriormente, Dona Francisca casou-se com Seu Mariano, Saynáwa, e com ele teve uma filha, Maria, que hoje mora em Cruzeiro do Sul-AC.

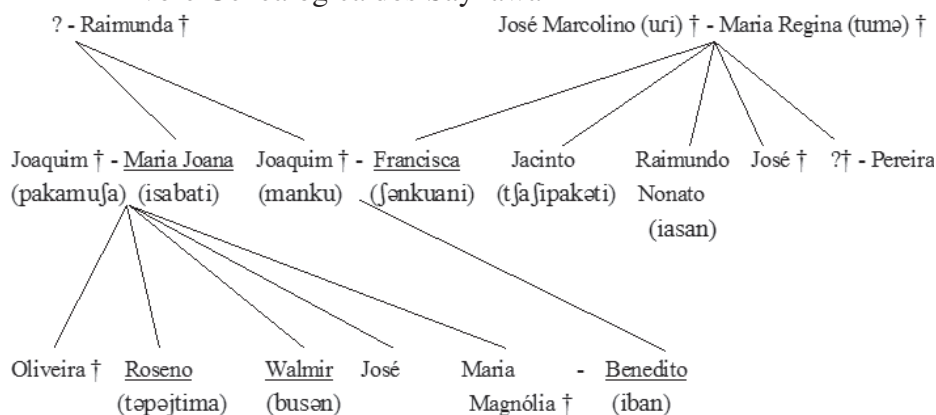
Os irmãos Raimundo Nonato, Jacinto, bem como um de nome José, já falecido, também moravam com o pai, Seu José Marcolino. Uma das filhas deste, irmã dos referidos senhores e de Dona Francisca, casou-se com Seu Pereira, Saynáwa. O casal morava no Valparaíso, mas depois ela faleceu e Seu Pereira foi com seus filhos viver junto aos

(RODRIGUES 2002, p. 81), mas no passado foram identificados residindo no rio Amoacas, assim como os Chipinauás, (CASTELO BRANCO 1950, p. 23), e nas cabeceiras dos rios Juruá-Mirim, Môa e Paraná dos Mouras, estando praticamente extintos na década de 1930 nestas cabeceiras (OPPENHEIM 1936, p. 150).

Yawanawá na atual T.I. Rio Gregório, sendo eles os Sainawá referidos por De Paula (2007) e Carid (1999) *apud* Martins (2006, p. 71) como residentes da mencionada T.I., segundo explicam os Saynáwa do Igarapé Preto.

Para entendermos melhor essas informações, vejamos a árvore genealógica que esboçamos abaixo:

Árvore Genealógica dos Saynáwa¹⁶



Delinear a história dessa família é mostrar a própria história dos Saynáwa, ou, ao menos, à que tivemos acesso, pois essa família foi o que restou desse povo. Existem outros Saynáwa espalhados pelo Acre,

¹⁶ Não colocamos nesta árvore Seu Mariano, já falecido, e a informação de que ele se casou com Dona Francisca, nascendo dessa união Maria, atualmente residindo em Cruzeiro do Sul-AC. Também não destacamos a união entre Dona Raimunda e Seu José Marcolino, e o filho de ambos, Seu João, já falecido. Quanto aos tios de Dona Francisca, dentre eles um de nome Luís, já falecido, não conseguimos saber se tiveram descendência e decidimos não colocar seus nomes na árvore. Omitimos esses nomes, bem como as mencionadas uniões, apenas para tornar a árvore visualmente mais fácil de ser compreendida e porque ela sintetiza as relações dos Saynáwa que vivem no Igarapé Preto e foram nossos informantes (estes têm seus nomes sublinhados na árvore).

Os nomes indígenas que conseguimos identificar estão presentes entre parênteses. Indicamos com uma cruz as pessoas falecidas.

é o caso dos parentes distantes do rio Gregório, mas estes, bem como outros que não tivemos notícia, já não formam um grupo coeso, nem podemos saber se ainda falam a língua de seus ancestrais.

Já em relação às pessoas indicadas nessa árvore genealógica, sabemos que todos tinham como língua materna o Saynáwa, com exceção de Dona Raimunda, tendo alguns aprendido o português quando já eram adultos, como Seu José Marcolino, Dona Maria Regina, Dona Francisca (91 anos) e Dona Maria Joana (78 anos), e outros quando eram adolescentes, como Seu Raimundo Nonato (67 anos), Seu Jacinto (63 anos), Seu Benedito (59 anos), Seu Roseno (57 anos) e Seu Walmir (55 anos). Todos aprenderam o português a partir do trabalho nos seringais.

Essa família que gerou dois núcleos, o de Dona Francisca e o de Dona Maria Joana, acabou se unindo mais uma vez através do casamento entre Dona Maria Magnólia e Seu Benedito, originando parte das novas gerações que hoje residem no Igarapé Preto.

E os Saynáwa foram para esse novo lugar, o Igarapé Preto, também por decisão do patrão seringalista, Seu Alfredo Said, que os chamou na década de 1960 para lá residirem e trabalharem. Assim, os Saynáwa permaneceram no Valparaíso entre os anos 1940, no mínimo, e os 1960, quando se mudaram para o Igarapé Preto.

1.3.2. A formação da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto.

O Igarapé Preto é um afluente direito do rio Paraná dos Mouras e este é um afluente esquerdo do rio Juruá. O mencionado Igarapé tem aproximadamente 32 km de extensão e se localiza no município de Cruzeiro do Sul-AC.

No Igarapé Preto, estavam localizadas as terras de três seringais, um de propriedade do Seu Alfredo Said, outro do Seu Tescon e outro do Seu Calira, existindo várias colocações em seu curso: o Deserto, o Pau Cacundo, a Limeirinha e a Limeira.

Os Saynáwa, empregados do Seu Alfredo Said desde o Valparaíso, quando foram trabalhar no seringal dele no Igarapé Preto por volta dos anos 1960, fixaram residência na colocação Limeira.

No Igarapé Preto, Seu Oliveira, falecido em 2005, casou com a não-índia Dona Francisca e tiveram 7 filhos. Seu Walmir casou com a não-índia Dona Francisca e não tiveram filhos. Seu Roseno casou com a não-índia Dona Maria e tiveram 1 filho adotivo. Seu José casou com a não-índia Dona Fátima e tiveram 11 filhos, 4 já falecidos. A viúva de Seu Oliveira, a esposa de Seu Roseno e a de Seu José são irmãs. Já seu Benedito, casado com a prima Dona Maria Magnólia, teve 9 filhos, os quais tinham entre 34 e 16 anos em 2008.

Seu Benedito nos disse que, ao contrário dos seus familiares, não se fixou em definitivo no Igarapé Preto, tendo morado também em outros lugares, como na colocação Cacaia, localizada no rio Tamboriaco Mirim, afluente do rio Juruá-Mirim, já próximo ao Peru; na colocação Barreiro, localizada no igarapé Retiro, também afluente do Juruá-Mirim; e no rio Juruá, sempre trabalhando como seringueiro e levando consigo esposa e filhos.

Documento da CPI-Acre (1982) indica a presença de índios Jamináua, originários do rio Tarauacá, em lugares como o igarapé Tamboriaco, afluente do rio Juruá-Mirim, e o rio Juruá, dentre outras localidades, destacando que é difícil ter precisão nesses dados devido à grande mobilidade do grupo (CPI-ACRE 1982, p. 34). Essas informações condizem com os lugares citados por Seu Benedito, mas mesmo que os Jamináua mencionados no documento da CPI-Acre (1982) não sejam os Saynáwa, a constatação presente no aludido documento não deixa de refletir um comportamento semelhante entre os Saynáwa: sua grande mobilidade, característica deles e dos demais índios Pano como vimos em 1.3.1.

Os Saynáwa só começaram a se fixar em definitivo em um lugar quando do processo de demarcação da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, reunindo todos os familiares próximos, inclusive Seu Benedito, que se estabeleceu de vez no Igarapé Preto em 1983, bem como os parentes distantes, que andavam dispersos pelos afluentes do rio Juruá.

O processo de demarcação teve início na década de 1970, quando o seringalista Alfredo Said doou parte de suas terras no Igarapé Preto para Seu José Marcolino e sua família.

A partir de então, por volta de 1978, funcionários da FUNAI perguntaram a Seu Benedito, que, por conta do falecimento de Seu José Marcolino, havia se tornado o líder do povo Saynáwa, se ele e seu povo desejavam viver em sua própria terra, em uma T.I. que pudesse abrigar todos os índios Saynáwa. Diante da afirmativa do grupo, iniciou-se de fato o processo de demarcação e homologação da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, que se estendeu até os anos 1990 e não foi fácil para o grupo, sofrendo Seu Benedito nessa época até mesmo ameaças de morte¹⁷.

A T.I. foi identificada em 1977, foi ratificada em 1984 e foi interditada em 1987, Portaria n° 2734/87, quando se deu a desapropriação das terras dos outros dois seringalistas do Igarapé Preto. A T.I. teve sua área revista em 2 de março de 1993 através da Portaria n° 66/MJ e foi homologada em 11 de dezembro de 1998¹⁸.

Desse modo, os Saynáwa conseguiram a demarcação da sua T.I., reconquistando assim o direito à sua própria terra, perdido desde a fuga das cabeceiras do Tarauacá no início do século XX, e deixando de estar a serviço dos seringais.

1.4. Os Saynáwa hoje.

1.4.1. A T.I. Jamináwa do Igarapé Preto – suas aldeias e sua população.

A T.I. Jamináwa do Igarapé Preto está situada no município de Cruzeiro do Sul-AC, distante cerca de 8 horas de barco da sede desse município.

Essa T.I. tem 25.651 ha. de superfície e 100 km de diâmetro (PORTARIA N° 66/MJ de 2 de março de 1993), e encontra-se na margem esquerda do igarapé Preto, seu limite leste, indo desde sua nascente até próximo à sua foz, estendendo-se por 27 km dos 32 km desse igarapé.

¹⁷ Sobre o processo de demarcação das T.I. no Acre a partir da década de 1970, o chamado “*tempo dos direitos*” (CRUZ 2004, p. 107), ver CPI-Acre (1982), Gonçalves (1991) e Cruz (2004).

¹⁸ Dados consultados no *site*:

<http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/ac/ac-jaminawadoigarapepreto.htm>. Acesso em: 22/06/09.

É justamente às margens do igarapé Preto que estão situadas as 4 aldeias da T.I., Morada Nova, Estrema, Nova Vida I e Nova Vida II, distantes umas das outras por apenas alguns minutos de barco.

As antigas colocações, Deserto, Pau Cacundo, Limeirinha e Limeira, foram abandonadas com o fim dos seringais, criando-se em 1986 a aldeia Morada Nova, onde hoje ainda residem Dona Francisca, Seu Raimundo Nonato, Seu Jacinto, Seu Roseno e família, Seu Benedito com filhos e netos. Em seguida, formou-se a aldeia Estrema, a maior da T.I., onde moram a viúva de Seu Oliveira com filhos e netos, Seu Walmir e esposa, Seu José e família, e Dona Maria Joana.

Além dos Saynáwa e de alguns antigos moradores não-índios dos seringais do Igarapé Preto, a T.I. teve sua população aumentada por outros índios Saynáwa, parentes distantes, bem como por índios de outras etnias, como Kaxinawá e Jamináwa, e por não-índios, que se casaram com moradores da T.I. e vieram se juntar à comunidade.

Em 2000, chegaram cerca de 30 índios Jamináwa-Arara, oriundos da T.I. Jamináwa-Arara do Rio Bagé, nos municípios de Jordão-AC e Marechal Thaumaturgo-AC. Eles são parentes distantes dos Saynáwa e formaram duas novas aldeias, a Nova Vida I e a Nova Vida II, habitadas apenas por eles e por não-índios que se casaram com integrantes do grupo.

Os Jamináwa-Arara que residem na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto são filhos e netos de duas índias Jamináwa-Arara, as irmãs Dona Esmeralda e Dona Suzana, ambas com cerca de 60 anos, e de Seu Afonso, não-índio. Essa relação poligâmica foi desfeita há poucos anos, com Seu Afonso permanecendo casado apenas com Dona Esmeralda, enquanto Dona Suzana se casou com Seu Nicolau, não-índio.

A convivência entre os Saynáwa e os Jamináwa-Arara é, na medida do possível, harmoniosa.

A população da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto é de aproximadamente 180 pessoas (ano de 2008) e dentre elas identificamos 86 índios Saynáwa e 47 índios Jamináwa-Arara, com os índios Saynáwa representando 48% da população do Igarapé Preto. Os

Saynáwa, portanto, apesar de já terem contado com uma população ainda menor, continuam em perigo de extinção.

A disposição das aldeias e a construção das casas seguem o modelo das antigas colocações de seringais, com casas construídas em estruturas palafíticas, empregando-se madeiras da própria T.I. e a palha Jaci para o telhado, mas esta vem sendo substituída por telhas de alumínio devido à escassez da palha. Internamente as casas são geralmente divididas em três cômodos, sala, quarto e cozinha, sendo que algumas cozinhas têm uma de suas paredes aberta, ficando exposto o seu interior. As casas são guarnecidas por poucos móveis.

Cada unidade familiar, composta por cônjuges e filhos, tem sua própria casa. Seu Benedito, desde que ficou viúvo, deixou sua casa e foi morar com sua mãe e seus tios, levando consigo seus filhos solteiros.

Não existem pátios comunais nas aldeias, mas tão somente campos de futebol.

Existem na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, três escolas, uma na aldeia Morada Nova, outra na Estrema e uma terceira na Nova Vida I, e dois postos de saúde, um na aldeia Estrema e outro na Nova Vida II. As escolas oferecem cursos do Ensino Fundamental I com professores indígenas, mas que são monolíngues em português. Os postos de saúde contam com agentes da própria comunidade, sendo mais comum na T.I. doenças como a malária e a diarreia.

Além dessas construções, existem casas de farinha em cada aldeia, sendo que na Morada Nova, existem 4 dessas casas, somando 7 casas de farinha em toda a T.I. Essas casas ficam um pouco distantes dos núcleos das aldeias e são cercadas por plantações de mandioca e de banana.

1.4.2. Organização política, econômica e social dos Saynáwa.

Os Saynáwa têm como líder, desde a morte de Seu José Marcolino nos anos 1970, Seu Benedito, que também é o cacique geral (denominação da comunidade) da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto desde que ela foi criada.

A T.I. Jamináwa do Igarapé Preto além de ter um cacique geral, tem para cada aldeia um chefe, sendo eles: João, etnia Jamináwa-Arara (aldeia Nova Vida I); Raimundo, etnia Jamináwa-Arara (aldeia Nova Vida II); Zeca, etnia Jamináwa (aldeia Estrema); e Seu Benedito, etnia Saynáwa (aldeia Morada Nova). E assim como os Saynáwa, os Jamináwa-Arara também têm seu líder, o mesmo João responsável pela aldeia Nova Vida I.

Os principais meios de subsistência dos Saynáwa são: a agricultura, a caça, a pesca e, com pouca expressividade, a coleta de alimentos. Além disso, uma das formas de sustento financeiro dos Saynáwa é obtida com as aposentadorias do Funrural. Os mais novos, por sua vez, começam a se envolver em trabalhos ligados a órgãos públicos, desenvolvendo profissões como a de professor e a de agente de saúde dentro da própria T.I.

A agricultura, a produção da farinha de mandioca e a caça são atividades desempenhadas predominantemente por homens, já a coleta de alimentos e a pesca são realizadas por ambos os sexos e por crianças. As mulheres ficam sempre encarregadas dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos. Entre os homens não existem divisões rígidas, quem caça pode também ser responsável pela produção da farinha.

Eles plantam mandioca (roça), banana, milho e cana-de-açúcar apenas para consumo próprio, com exceção da mandioca, da qual eles comercializam a farinha, vendida na foz do rio Paraná dos Mouras e na cidade de Cruzeiro do Sul-AC. Cada aldeia possui sua casa de farinha e cada família tem sua plantação de mandioca, apenas na aldeia Morada Nova é que cada família tem sua própria casa de farinha.

Costumam caçar com armas de fogo, há muito não utilizam arco e flecha, hábito que Dona Francisca ainda chegou a ver. Os animais mais caçados são veado, caititu, queixada, nambu, jacu, tatu, paca e macaco. A atividade da caça pode durar 1 ou até 5 dias, quando saem em expedições em pequeno grupo. Os produtos da caça são comercializados entre eles. Já a pesca, que eles, assim como a população da região (CARVALHO 1955, p. 64), chamam de mariscar, é

apenas para consumo próprio. Eles usam para esta atividade canoas sem motor, as quais só tem este fim, pois o meio de transporte são os barcos com motor.

Os Saynáwa se queixam que a caça e a pesca estão se tornando escassas por causa das propriedades localizadas no entorno da T.I.

A coleta de alimentos se restringe a alguns frutos, como: mamão, açaí, patoá, buriti, pupunha, ingá, dentre outros. Eles criam galinhas, das quais raramente se alimentam, e ovelhas. Na aldeia Nova Vida II, algumas vacas são criadas, mas apenas os não-índios consomem sua carne ou seu leite, pois os Saynáwa acreditam que tomar leite de bicho deixa a pessoa “bruta”, só devendo ser bebido o leite materno, e só gostam de carne que seja proveniente da caça ou da pesca.

Os Saynáwa têm a carne como seu principal alimento, sem ela não há boa comida. Consomem muito a farinha de mandioca e bebidas feitas com o patoá e o açaí, além do mingau da banana e da caiçuma, bebida feita com mandioca. Além desses alimentos, próprios da T.I., dependem muito dos produtos vindos de fora, como açúcar, sal, arroz etc.

Jamais comem o tatu canastra, dizem que ao se comer esse animal algum parente morre. Não conseguimos recuperar nos mitos e histórias contadas por eles indicações que explicassem possíveis razões para esse tabu alimentar. Além disso, consideram que ao se comer a cabeça de qualquer animal, a pessoa adquire as suas características. Comer a cabeça do macaco, por exemplo, dá inteligência, já a do jabuti, deixa a pessoa “lesa”.

O povo Saynáwa não apresenta uma organização social muito diferente da dos não-índios da região no que diz respeito às regras matrimoniais e de parentesco. Não identificamos entre eles regras para o matrimônio diferentes das da sociedade ocidental, salvo no passado a possibilidade de poligamia, caso do antigo líder do grupo, Seu José Marcolino, sendo comum este comportamento entre os líderes de povos Pano (TASTEVIN 1926, p. 52).

Do mesmo modo, os Saynáwa já não apresentam regras de parentesco diversas das da sociedade não-índia, não existindo mais entre eles clãs ou metades, comuns entre outros povos Pano, como os Katukina (AGUIAR 1987; LIMA 1994) ou os Yaminawa, do Peru (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991).

Acreditamos que essas características comuns aos povos Pano, como a divisão em clãs e em metades, pode ter se perdido entre os Saynáwa por causa da diminuição drástica de sua população e do contato com a sociedade ocidental. Erikson (1993) também nos relata que entre os Matis o conceito de metade, tão comum nas sociedades Pano, se perdeu, “*Os Matis constituem claramente uma exceção, pois todos os outros grupos pano (...) são ditos terem metades*” (ERIKSON 1993, p. 336). Veremos no subtópico 1.4.4., entretanto, que esse conceito de metades sobrevive de certa forma na cosmovisão Saynáwa.

1.4.3. Cultura Saynáwa.

Assim como a organização social, aspectos culturais tradicionais do povo Saynáwa também vêm sendo perdidos ao longo do seu processo de contato com a sociedade ocidental. Mas os mais velhos ainda guardam na memória e até praticam hábitos aprendidos com seus pais, que não estão sendo repassados para os mais novos.

Era costume entre os Saynáwa realizar festas, *rabəbəiati*, “brincadeira”, onde ocorriam danças tradicionais, conhecidas como *sakuj* ou *tʃirin*¹⁹, nas quais os participantes dançavam formando uma roda e cantavam, estendendo-se a festa até quando houvesse bebida e comida.

Eles já não realizam com frequência essas festas, sendo desconhecidas pelos mais novos, mas mesmo assim Seu Benedito resolveu ensinar aos seus filhos e netos e nos mostrar como os antigos dançavam. Nesse momento, ele nos disse que era bom realizar as danças em um dia de festa de santo (santos católicos), o que pode indicar uma ligação dessas festas tradicionais a antigas comemorações

¹⁹ Abreu (1914, p. 107) nos fala da “*Dança de tirĩ*” entre os Caxinauás.

religiosas, apesar de eles dizerem que não havia momentos especiais para realizá-las.

Para a dança que Seu Benedito nos mostrou, com seus netos e filhos, eles se ornamentaram com palha de buriti e de bananeira, tendo feito saias e adornos para os braços e para as cabeças. Apenas Seu Benedito, cacique e líder do *rababaiati*, usou colares de miçangas e cocar, feito com penas de gavião.

Os participantes, homens e mulheres, costumavam se pintar com urucum e jenipapo, mas diante da falta deste último, os do Igarapé Preto usaram canetas hidrocor preta e vermelha, além de urucum. Os desenhos eram geralmente de formas geométricas e, segundo nos informaram, não obedeciam a nenhum traço pré-definido. Nesse momento, nós mostramos retratos de índios Yaminawa do rio Acre, presentes em Sáez (2006; 2008), mas eles nos disseram que as pinturas e os adornos dos Saynáwa eram diferentes.

O canto entoado por Seu Benedito durante a dança era em Saynáwa e falava sobre a alegria de estarem todos juntos e brincando. Além desses cantos, entoados em festas como esta, os mais velhos nos falaram sobre outros cantos tradicionais, como os de ninar, conhecidos como *iama iama* e *ufauə ufauə*.

As pinturas corporais não estavam restritas às festas. As mulheres Saynáwa também tinham o costume, já perdido, de pintar todo o corpo das crianças de jenipapo para livrá-las de doenças ou para curá-las, dando-lhes depois caiçuma.

Entre os mais antigos apenas Dona Maria Regina, já falecida, tinha tatuagens, uma nos lábios e outra que saia dos lábios, passando pelas bochechas e indo até perto das orelhas. Como vimos em 1.3.1., o relato da tatuagem de Dona Maria Regina muito se parece com a do grupo Jaminawa que foi marcado pelos Catuquina com suas tatuagens típicas, como descrito em Tastevin (1926, p. 51), mas as tatuagens não apenas eram comuns entre os povos Pano, como eram muito semelhantes entre si,

“a tatuagem dos <Panos> é também característica, embora as tribus sejam separadas por grandes

distancias entre si. Consiste em tatuar o rosto com um desenho de linhas rectas dirigidas da bocca ás orelhas, com traços perpendiculares a estas, formando um conjuncto de desenho angular.(...) Os <Panos> tambem tatuam a bocca, assim como o corpo” (OPPENHEIM 1936, p. 148-149)

As mulheres Saynáwa mais antigas também tinham o septo nasal e as orelhas furadas, usando um adorno que trespassava o septo nasal e ia até as orelhas.

Elas faziam a partir do barro utensílios como potes, canecos, vasos, e os pintavam com tintas extraídas de plantas da região. As mulheres Saynáwa mais antigas faziam também flautas, *ɾəuə*, com taquari, e costumavam tecer e bordar, fazendo redes, cobertas, saias, tudo com algodão e utilizando o urucum para tingir. Essas saias eram a única vestimenta dessas mulheres, que deixavam os seios à mostra.

Dona Francisca não chegou a usar esses adornos ou tatuagens, nem a se vestir como seus ancestrais, mas fazia todos os objetos mencionados, não mais se dedicando a tais trabalhos devido à idade avançada e à recente deficiência visual. Esses conhecimentos tradicionais desaparecerão com Dona Francisca, pois seus netos e bisnetos não se mostram interessados em aprendê-los.

Quanto aos mitos e histórias Saynáwa, Seu Benedito e Seu Walmir são as pessoas mais solicitadas do grupo para contá-los. Conseguimos coletar alguns mitos, como o “da criação do mundo”, o “do trovão” e o “de como o primeiro homem morreu e outros o seguiram”; e algumas histórias, como a “da cobra encantada”, a “do coelho”, a “da juriti”, a “da estrela Boca da Noite” e a “do sovino”.

Os mitos falam da criação do mundo, de como surgiram os índios e os não-índios, bem como do tempo em que os bichos falavam e de como surgiram alguns fenômenos naturais, além de explicar como alguns homens morreram (foram para outro lugar) e depois nós os seguiremos. Já as histórias envolvem acontecimentos vividos por animais, a transformação de um homem em estrela, dentre outros

eventos, trazendo muitas vezes mensagens como a condenação da traição entre irmãos, da sovinice, e outros aspectos que mereceriam um trabalho à parte.

Os mitos e histórias Saynáwa muito se assemelham aos de outros povos Pano, como os dos Caxinauás, em Abreu (1914), dos Kachinaua, em Tastevin (1925; 1926), ou dos Yaminawa, em Sáez (2006).

1.4.4. Cosmovisão Saynáwa.

Ao perguntarmos aos Saynáwa qual era sua religião, eles sempre nos diziam que eram católicos, sendo todos batizados, inclusive os pais de Dona Francisca, que foram batizados já adultos.

Em suas casas, existem várias imagens de santos católicos, dispostas como verdadeiros altares. Uma figura religiosa muito importante entre eles é a do Irmão José, cearense que na década de 1960 andou pelo Acre fazendo pregações. Alguns índios, como Seu Benedito, o acompanharam, e hoje eles veem o Irmão José como um homem santo.

Ao lado dessas manifestações de fé típicas das sociedades ocidentais, identificamos outras, mais próximas aos antigos Saynáwa. A convivência entre dois modos distintos de ver e crer o mundo resultou em uma cosmovisão heterogênea, em que elementos ocidentais são reinterpretados e adaptados às crenças de seus ancestrais.

A figura do pajé (*nai baj*), por exemplo, ainda existe entre eles, que no caso são Seu Benedito e Seu Roseno. Fomos informados que Seu Jacinto e o Joilson, filho de Seu Benedito, também faziam curas.

O ritual da cura consiste em uma cerimônia relativamente rápida, onde o pajé reza em silêncio, fazendo alguns movimentos com um raminho sobre a parte doente do corpo, e fazendo o sinal da cruz. Existem também outros rituais de cura, mais elaborados, onde se usa um cachimbo e são entoados cantos, pois a fumaça e o canto servem para curar.

Townsley (1993) nos fala sobre esses cantos utilizados pelos pajés (xamãs segundo o autor) Yaminahua, do Peru. Ele nos diz que

durante os rituais de cura o canto serve como um caminho (“*song paths*”) que conecta o pajé a outro mundo, dando-lhe poderes para curar. Os cantos são um meio de acesso a esse mundo não revelado às demais pessoas, bem como um repositório de conhecimento dos pajés (TOWNSLEY 1993, p. 457).

Os cantos que ouvimos de Seu Benedito falavam sobre o fato dele ser pajé, de ser filho do pai do céu, da mãe do céu e do cipó, bem como de todos serem irmãos. Os cantos mencionavam também curas e os elementos da natureza. Ele nos disse que canta para poder curar e também para se comunicar com Deus, diz que inventa na hora, que Deus ensina a ele esses cantos.

Assim, encontramos entre os Saynáwa algo bastante parecido com o que Townsley (1993) nos fala. Os Saynáwa também desejam com o canto alcançar esse outro mundo e poder curar as pessoas. A comunidade acredita que apenas alguns deles nasceram com esse dom, que Deus já os ensinou desde sempre.

Por isso, os pajés Saynáwa são vistos, assim como entre os Yaminahua (TOWNSLEY 1993, p. 449), como pessoas especiais dentro da comunidade, que veem além dos outros e se comunicam com o outro mundo. Eles servem como conselheiros e são vistos como profundos conhecedores da história e da cultura de seu povo. Townsley (1993, p. 451) nos fala que com o declínio da organização política tradicional, o pajé Yaminahua acabou sendo também o chefe, o cacique. O mesmo ocorreu entre os Saynáwa, Seu Benedito é não só o que cura, o que conta histórias e mitos, o que dá conselhos, como é o chefe político e sempre é apontado como o melhor informante da língua Saynáwa. Seu José Marcolino, por exemplo, antigo líder dos Saynáwa, não era pajé, seu pai é quem era. Assim, a figura do líder político não se confundia com a do líder religioso.

Além dos rituais de cura, os pajés Saynáwa são sempre procurados para dizer qual erva serve para determinada doença, não sendo necessário que eles mesmos façam os “preparos” (remédio em Saynáwa é *rau*, assim como erva e veneno). Os remédios podem ser chás, colírios ou o rapé. Este pode ser de dois tipos, um mais fraco,

serve para espirrar ou, como eles dizem, para limpar o corpo, e é usado com bastante frequência, já o outro rapé é mais forte, e dizem ser alucinógeno.

Outro tratamento comum, tradicional entre os povos Pano (TASTEVIN 1925; 1926) e muito difundido entre os índios da região (MARTINS 2006), é a chamada “vacina do sapo”, *kanpu*, onde se retira uma substância secretada pelo sapo *kanpu* e depois se aplica esta substância em pontos no corpo da pessoa feitos a partir de queimaduras na pele. Dizem que a pessoa fica inchada e vomita bastante, curando-se de todo tipo de doença.

Todos esses conhecimentos são revelados aos pajés a partir do cipó (*huni*)²⁰. O cipó, conhecido na sociedade ocidental também como Ayahuasca, é uma bebida alucinógena, utilizada pelos demais índios Pano (TASTEVIN 1924; 1925; 1926) e bastante popular no Acre. Segundo os pajés, essa bebida permite que eles acessem outra realidade, o mundo espiritual, podendo ver quais são os remédios bons para determinadas doenças, bem como ver o futuro e a natureza das pessoas. Dizem que durante o mês que se segue à ingestão do cipó, tudo o que se sonhar será verdade, será um aviso do futuro, sendo esses sonhos revelações desse mundo espiritual. Todos podem tomar o cipó, mas só quem terá acesso a todos esses conhecimentos será o pajé, pois só ele tem esse dom e foi iniciado.

Antes de falarmos sobre esse processo de preparação para ser pajé, gostaríamos de falar sobre o “sistema de metades” existente entre as sociedades Pano (GONÇALVES 1991; ERIKSON 1993).

Esse sistema de metades “*tem a sua fundação ideológica num conceito de um universo de ordem dual*” (TOWNSLEY 1987, p. 368 *apud* GONÇALVES 1991, p. 249). Os Yaminawa do Peru, por exemplo, classificam os elementos da natureza, os homens, os animais e as plantas, em dois grupos ou ordens: “*Roa*”, “*coisas da água e do céu*”, e “*Dawa*”, “*coisas da terra e da floresta*” (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 66). Essas duas ordens revelam uma dualidade

²⁰ Em Saynáwa, a palavra *huni* significa também “homem”.

que ao mesmo tempo se opõe e se complementa. Os homens que pertencem a uma determinada metade mantêm relações espirituais com todos os demais seres, homens, animais ou plantas, que pertencem à mesma metade (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 66-68).

Essas metades se complementam, por exemplo, nas regras existentes para o casamento entre os membros das duas metades, como ocorre entre os Yaminawa, onde as regras matrimoniais obedecem a uma exogamia de metades (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 66). Esse sistema informa também entre os Kaxinawá quais nomes serão adotados, permitindo que se identifique a qual metade pertence a pessoa tão somente pelo nome que porta, funcionando também como um sistema de organização social (MCCALLUM 1989 *apud* GONÇALVES 1991, p. 71).

Entre os Saynáwa, entretanto, como dissemos em 1.4.2., não conseguimos observar nem recuperar de suas memórias elementos que indicassem a existência desse sistema regendo relações matrimoniais, a adoção de nomes ou mesmo uma forma de estruturação social. Percebemos, todavia, que assim como entre os Yaminawa, onde esse sistema está em declínio, mas pode ainda ser encontrado no “Xamanismo” (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 248), também entre os Saynáwa preservou-se esse sistema na religião ancestral. A cosmovisão dual, que projeta esse sistema de metades, ainda persiste no universo das crenças e ritos dos pajés Saynáwa.

Entre os Saynáwa existem dois tipos de pajé: o “do seco” e o “da água”. Seu Benedito nos disse que era pajé “do seco” e o rito de preparação para ser pajé “do seco” era distinto do necessário para ser “da água”, não sabendo dizer como era a iniciação deste último.

O processo de iniciação para ser pajé “do seco” envolve duas fases, que duram muitos meses, devendo-se seguir uma dieta rigorosa, sem sal ou açúcar, além do iniciado ter que se isolar e se abster de relações sexuais. Em um momento posterior, passa-se dois meses na dieta da jiboia, que só pode começar se o iniciado conversar com a jiboia e depois sonhar com ela, sabendo assim se foi aceito. Aí, ao final, toma-se o cipó.

A referência à jiboia nos remete a Tastevin (1924; 1925; 1926) e seus relatos sobre os Kachinaua e os Katukina. O autor nos diz que os mencionados índios acreditavam que foi o espírito da cobra da água que os ensinou a tomar o cipó e é esse espírito que o pajé incorpora quando está sob os efeitos dessa bebida. Não é o pajé quem canta e cura, mas o espírito do cipó, da cobra da água (TASTEVIN 1924). Tal crença certamente deve guiar também os pajés “do seco” Saynáwa.

Como aponta Townsley (1988) *apud* Gonçalves (1991, p. 253) para os Yaminawa, cada pajé terá afinidades com os elementos de sua metade, será guiado por uma de suas metades, por isso existem pajés “*Roa*” e “*Dawa*”, devendo cada um passar não só por uma dieta alimentar rigorosa e abstinência sexual, como ser iniciado no conhecimento de alguns espíritos. Por exemplo, o “*Roa*” deve conhecer os espíritos de sua metade, “*ani*” (um inseto) e “*dai*” (uma vespa), devendo o iniciado aguentar as suas picadas, enquanto o “*Dawa*” deve conhecer o espírito do “*Rodo*” (a sucuri), devendo o iniciado comer sua língua e seus excrementos (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 253).

Assim também ocorre com os Saynáwa. Existem pajés “do seco”, que seriam a princípio, pensando no sistema Yaminawa (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 253), o “*Dawa*”, e aqui vemos muitas semelhanças, pois o pajé “do seco” Saynáwa também deverá receber o espírito de uma cobra da água (a jiboia), assim como os Katukina (TASTEVIN 1924), enquanto os pajés “da água” seriam, ao que nos parece, o “*Roa*”.

Não temos como saber, de fato, quão próximo é o sistema Saynáwa do sistema dos demais povos Pano, interessa-nos constatar apenas que o sistema de metades persiste na religião tradicional Saynáwa, como persiste na Yaminawa e talvez na Katukina, existindo dois tipos de pajé e, portanto, duas iniciações distintas porque eles pertencem a metades diferentes e se relacionam com os seres que pertencem a estas metades.

A jiboia, por exemplo, está na mesma metade onde se situa Seu Benedito. Os Saynáwa consideram os animais que pertencem à sua

metade como seus parentes, com exceção das cobras que não são da água. Erikson (1993, p. 333) ao falar dos Matis nos diz que o sistema de metades entre eles persiste apenas para os animais, enquanto os homens se reconhecem como integrantes de apenas uma das metades.

Os pajés Saynáwa ao tomarem conhecimento desses espíritos não se tornam superiores aos animais, mas se igualam a eles. Por essa razão, dizem que o ferrão de uma arraia ou a picada de um inseto não poderia abalá-los, pois eles pertencem a um mesmo universo, estando em contato com o animal tanto no mundo físico, como no espiritual.

Desse modo, a cosmovisão dual projeta outro dualismo: o mundo físico, onde estamos, e o mundo espiritual, paralelo a este, onde estão os espíritos dos homens, animais e plantas. A divisão em metades persiste seja em um ou em outro mundo, por isso os pajés irão se relacionar com os espíritos de sua metade. Ao tomarem o cipó entrarão em contato com o mundo espiritual, paralelo a este, e terão os espíritos de sua própria metade como seus guias, como indica Townsley (1988) *apud* Gonçalves (1991, p. 249). Afinal, como exposto em Tastevin (1925, p. 21) em relação à cosmogonia Kachinaua, o mundo dos espíritos e o nosso são semelhantes.

Por isso existe um pajé “do seco” e outro “da água”, porque ele pertence a uma dessas metades (seco / água), seja neste mundo físico ou no outro, paralelo. Assim como ele se comunica e se relaciona com os entes de sua metade neste mundo, ele também o faz no espiritual. E é no mundo espiritual que podemos saber o futuro e quais ervas curam porque, como demonstra Tastevin (1924) para os Katukina, são os espíritos a fonte das doenças, são eles que governam nossas vidas.

E a morte de alguém ocorreria, segundo o pensamento Yaminawa (TOWNSLEY 1988 *apud* GONÇALVES 1991, p. 250) e ao que nos parece também o dos Saynáwa, a partir da permanência definitiva da “alma” no mundo dos espíritos, pois nossa “alma” estaria em constante viagem entre o mundo físico e o espiritual enquanto estamos vivos.

O sistema de metades, portanto, sobrevive nas crenças tradicionais dos Saynáwa, mas, como veremos a seguir, não passou

incólume pelo processo de aculturação que essa sociedade sofreu a partir de seu contato com o mundo ocidental, resultando em uma cosmovisão heterogênea como havíamos dito no início deste subtópico, onde conceitos cristãos são reinterpretados.

Os pajés Saynáwa dizem que ao tomar o cipó, que é justamente quando se tem acesso ao mundo dos espíritos, a pessoa saberá se ela é boa ou ruim, pois verá sua alma no inferno ou no céu. Eles nos disseram que o corpo fica aqui na Terra, mas a alma lá no inferno, se a pessoa for ruim.

Desse modo, diferentemente da fé cristã que acredita em um céu e em um inferno, mas que a alma só irá para um desses lugares quando morrermos, os Saynáwa creem que nossas almas já estão nesse céu ou nesse inferno enquanto ainda estamos vivos. Esta é justamente a visão tradicional de sua fé, a que existe um mundo dos espíritos paralelo a este, estando naquele nossas almas e de todos os demais entes, e só se permanecendo em definitivo nele ao morrermos.

As metades Saynáwa foram reinterpretadas como uma dualidade céu/inferno, presente na doutrina cristã. Assim, as pessoas já estão no inferno ou no céu desde sempre, pois pertencem a esta ou àquela metade.

A diferença entre a dualidade tradicional Saynáwa e a cristã é que na primeira uma das metades não encarna o mal, enquanto na cristã sim, onde a oposição é bem/mal, enquanto entre os Saynáwa trata-se apenas de duas metades distintas e complementares. O mal pode ser praticado pelos pajés se eles assim desejarem, e isso independe da metade a que eles pertençam. A relação bem/mal convive para além das metades entre os Saynáwa. Isso vem mudando a partir da catequese dos índios, fazendo com que uma das metades passe a cumprir o papel do bem e a outra do mal.

Eles mantêm a ideia de um mundo paralelo, espiritual, distinto do qual vivemos como matéria, mas estão reinterpretando a sua ideia tradicional de dualidade a partir de outra, ocidental. Entretanto, o fato de continuar existindo pajés “do seco” e “da água”, e dos homens se

irmanarem com determinados animais, indica que a dualidade de seus ancestrais ainda permanece viva, justapondo-se à ocidental.

O exterior, assim, foi reinterpretado pelos Saynáwa a partir dos modelos interiores pré-existentes, sendo a atual cosmovisão Saynáwa constituída também por este outro dualismo, que convive com as figuras de um filho do pai do céu e outro do cipó.

1.4.5. Aspectos sociolinguísticos do Saynáwa.

A língua Saynáwa, como os conhecimentos e os costumes tradicionais do povo Saynáwa, está ameaçada de extinção. Dos 86 índios Saynáwa, apenas 8 ainda falam a língua de seus ancestrais, que não está sendo ensinada aos mais novos. Nas escolas do Igarapé Preto, os professores indígenas são monolíngues em português e não existem cartilhas ou qualquer outro material didático em Saynáwa.

Os últimos falantes do Saynáwa, que têm entre 91 e 50 anos, tiveram que aprender o português para poder trabalhar nos seringais e não ensinaram a seus filhos a língua Saynáwa porque ela já não tinha a mesma função social de antes. Esta geração mais nova, por sua vez, não se interessa em aprender, nem que seus filhos aprendam a língua dos avôs, porque além de ter perdido sua função social, o Saynáwa também está perdendo seu valor identitário.

Essa situação é parecida com a de outros povos indígenas, como os Jamináwa-Arara, por exemplo, que também vivem no Igarapé Preto. Dentre os Jamináwa-Arara que vivem na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, apenas Dona Suzana e Dona Esmeralda, ambas com cerca de 60 anos, ainda falam a língua Arara, além do português.

A relação entre essas índias, falantes do Arara, e os nossos informantes é interessante porque pudemos comprovar como as línguas Pano são muito semelhantes entre si, como expõem Rivet e Tastevin (1927) e Erikson (1994), dentre outros autores. As línguas Arara e Saynáwa são inteligíveis entre si, chegando os Saynáwa a nos dizer que era a mesma língua, mas depois, eles mesmos confirmaram que eram diferentes.

Os Saynáwa consideram que as outras línguas Pano não diferem muito do Saynáwa, pois podem entender e se comunicar facilmente com os índios Kaxinawá, Jamináwa do rio Acre e Iaco, Arara do rio Bagé, Yawanawá, Nukini. Eles dizem que só têm dificuldade com o Ashaninka (Kámpa). Isto se deve ao fato desta língua ser de outra família linguística, a Aruák (RODRIGUES 2002, p. 72).

Em relação à língua dos Jamináwa do rio Acre e Iaco, por exemplo, com os quais os Saynáwa tiveram contato recentemente, eles mencionaram várias diferenças entre suas línguas, afirmando que são línguas distintas.

A grande inteligibilidade entre as línguas Pano deve ser a razão pela qual os Saynáwa, mesmo reconhecendo Dona Raimunda como índia Amawáka, como vimos em 1.3.1., considerem que ela falava o mesmo idioma dos demais Saynáwa.

Se Dona Raimunda falasse de fato uma língua distinta da dos Saynáwa, e neste caso ocorreria o mesmo com sua filha, Dona Maria Joana, apesar de não termos identificado em nossa pesquisa de campo diferenças entre os informantes, a língua Saynáwa, como nós a conhecemos hoje, poderia ter sofrido influências desse outro idioma, uma vez que nossos informantes, com exceção de Dona Francisca, aprenderam sua língua materna também com Dona Raimunda.

De qualquer modo, todos os informantes, inclusive Dona Maria Joana, se consideram falantes do Saynáwa e é essa língua, ainda viva na memória desses poucos falantes e ameaçada de desaparecer, que passamos a descrever e analisar sua fonologia nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2

A Fonologia segmental do Saynáwa.

2.1. A Fonologia segmental do Saynáwa.

Neste capítulo, trataremos da fonologia segmental do Saynáwa, especificamente, dos fonemas segmentais consonantais e vocálicos, bem como dos ditongos. Apresentaremos primeiramente o inventário dos fones e dos fonemas consonantais, depois as oposições identificadas e, em seguida, a descrição dos fonemas consonantais e de seus respectivos alofones. Faremos o mesmo para os segmentos vocálicos, além de tratarmos das vogais longas. Após esses estudos, nos dedicaremos aos ditongos do Saynáwa.

2.1.1. Os fonemas segmentais consonantais do Saynáwa.

2.1.1.1. O inventário fonético e o fonológico dos segmentos consonantais do Saynáwa.

- Inventário dos fones segmentais consonantais do Saynáwa.

Tabela nº 1

MODO DE ARTICULAÇÃO	PONTO DE ARTICULAÇÃO				
	LABIAL	ALVEOLAR	PALATAL	VELAR	GLOTAL
OCCLUSIVA	p b	t		k	ʔ
NASAL	m	n	ɲ		
TEPE		r			
FRICATIVA	β	s	ʃ		h
AFRICADA		ts	tʃ		
APROXIMANTE	w		j		

- Inventário dos fonemas segmentais consonantais do Saynáwa.

Tabela nº 2

MODO DE ARTICULAÇÃO	PONTO DE ARTICULAÇÃO				
	LABIAL	ALVEOLAR	PALATAL	VELAR	GLOTAL
OCCLUSIVA	p b	t		k	
NASAL	m	n			
TEPE		r			
FRICATIVA		s	ʃ		h
AFRICADA		ts	tʃ		
APROXIMANTE			j		

2.1.1.2. Identificação dos fonemas segmentais consonantais do Saynáwa.

A língua Saynáwa apresenta 17 fones consonantais. A partir do método da oposição em par mínimo e em ambiente análogo, confirmamos o estatuto fonológico de 13 desses segmentos, /p, b, m, t, n, r, s, ts, ʃ, tʃ, j, k, h/, não se confirmando como fonemas os fones [β, w, ɲ, ʔ]²¹. Seguem abaixo as oposições identificadas:

/p/ : /b/

- (01) [pu¹raʔ] - /pura/ “timbó”
[bu¹raʔ] - /bura/ “palmeira”

- (02) [l¹boj] - /buj/ “cera”
[l¹poj] - /puj/ “fezes”

/p/ : /m/

- (03) [jo¹paʔ] - /iupa/ “panema”
[jo¹maʔ] - /iuma/ “peixe”

²¹ Falaremos sobre o fone [ʔ] no capítulo 3, quando tratarmos da sílaba, do acento e dos processos fonológicos.

- (04) [tʃaj¹maʔ] - /tʃajma/ “perto”
[tʃaj¹paʔ] - /tʃajpa/ “comprido”

/b/ : /m/

- (05) [ba¹tʃiʔ] - /batʃi/ “ovo”
[ma¹tʃiʔ] - /matʃi/ “monte”
(06) [ba¹kaʔ] ~ [wa¹kaʔ] - /baka/ “água, rio”
[ma¹kaʔ] - /maka/ ‘rato grande’

/m/ : /n/

- (07) [kə¹moʔ] - /kəmu/ “saliva”
[kə¹noʔ] - /kənu/ “arco”
(08) [ma¹waʔ] - /maua/ “morrer”
[na¹waʔ] - /naua/ “branco (gente)”

/t/ : /b/

- (09) [ba¹moʔ] - /bamu/ “queixada”
[ta¹moʔ] - /tamu/ “bochecha”

/t/ : /ts/

- (10) [ta¹waʔ] - /taua/ “cana, ucuubinha”
[tsa¹weʔ] - /tsaui/ “sentar-se”
(11) [toa¹kẽʔ] - /tuakin/ “atirar”
[tsoa¹kẽʔ] - /tsuakin/ “chupar”

/t/ : /tʃ/

- (12) [ta¹reʔ] - /tari/ “roupa”
[tʃa¹taʔ] - /tʃata/ “Deus, avô, cacique”

- (13) [ta'puʔ] - /tapu/ “ponte”
[tʃa'puʔ] - /tʃapu/ “podre”

/n/ : /t/

- (14) [no'aʔ] - /nua/ “poço”
[to'aʔ] - /tua/ “pássaro sim-sinhô”
(15) [na'waʔ] - /naua/ “branco (gente)”
[ta'waʔ] - /taua/ “cana, ucuubinha”

/r/ : /n/

- (16) [jamə'reʔ] - /iaməri/ “amanhã”
[mə'neʔ] - /məni/ “banana”

/r/ : /t/

- (17) [ʃa'raʔ] - /ʃara/ “bom”
[ʃa'taʔ] - /ʃata/ “urubu”

/s/ : /t/

- (18) [sa'puʔ] - /sapu/ “algodão”
[ta'puʔ] - /tapu/ “ponte”

/s/ : /ts/

- (19) [na'saʔ] - /nasa/ “tartaruga-de-igapó”
[na'tsaʔ] - /natsa/ “baço”

/s/ : /ʃ/

- (20) [sina'iʔ] - /sinai/ “reima”
[ʃina'ĩʔ] - /ʃinain/ “pensar”

- (21) [i'sĩʔ] - /isin/ “manga” (rede de pesca)
 [pi'ʃiʔ] - /piʃin/ “esteira”

/s/ : /tʃ/

- (22) [ba'seʔ] - /basi/ “capim”
 [ba'tʃeʔ] - /batʃi/ “ovo”

/ts/ : /tʃ/

- (23) [ma'tseʔ] - /matsi/ “frio”
 [ma'tʃeʔ] - /matʃi/ “monte”

/ʃ/ : /ts/

- (24) [ma'ʃeʔ] - /maʃi/ “areia”
 [ma'tseʔ] - /matsi/ “frio”
 (25) [ʃoma'keʔ] - /ʃumaki/ “mamar”
 [tsoma'kẽʔ] - /tsumakin/ “segurar”

/ʃ/ : /tʃ/

- (26) [βi'ʃiʔ] - /biʃi/ “estrela”
 [βi'tʃiʔ] - /bitʃi/ “pele”
 (27) [ʃa'naʔ] - /ʃana/ “manixi”
 [tʃa'naʔ] - /tʃana/ “japiim”

/ʃ/ : /t/

- (28) [kə'ʃaʔ] - /kəʃa/ “lábio”
 [ʃə'taʔ] - /ʃəta/ “dente”
 (29) [ne'ʃiʔ] - /niʃi/ “cipó-envira”
 [ne'tiʔ] - /niti/ “caminho”

/j/ : /i/

(30) [k^hoj] - /kuj/ “queixo”

[ko^hiʔ] - /kui/ “quente”

(31) [no^hnaɟ] - /nunaj/ “nadar”

[na^hiʔ] - /nai/ “céu”

(32) [si^hnaɟ] - /sinaɟ/ “raiva”

[sina^hiʔ] - /sinaɪ/ “reima”

(33) [baj] - /baj/ “roçado”

[ba^hiʔ] - /bai/ “passear”

/k/ : /p/

(34) [ta^hkuʔ] - /taku/ “saracura”

[ta^hpuʔ] - /tapu/ “ponte”

/k/ : /b/

(35) [ke^hmeʔ] - /kimi/ “tartaruga-da-mata”

[βe^hmeʔ] - /bimi/ “fruta”

/k/ : /t/

(36) [po^hkoʔ] - /puku/ “intestino”

[po^htoʔ] - /putu/ “pó”

/h/ : /r/

(37) [ho^hnoʔ] - /hunu/ “caititu”

[ro^hnoʔ] - /runu/ “cobra”

(38) [ho^haʔ] - /hua/ “flor”

[ro^həʔ] - /ruə/ “machado”

/h/ : /ʃ/

(39) [hə'oʔ] - /həu/ “sapo” (‘o que canta’)

[ʃə'oʔ] - /ʃəu/ “cipó”

(40) [ha'kaʔ] - /haka/ “socé”

[ʃa'kaʔ] - /ʃaka/ “escama”

/h/ : /s/

(41) [hə'nəʔ] - /hənə/ “rio” (‘rio grande’)

[sə'rəʔ] - /sərə/ “pavão”

2.1.1.3. Descrição dos fonemas segmentais consonantais e de seus alofones.

- O fonema oclusivo labial surdo /p/

O fonema oclusivo labial surdo /p/ apresenta apenas um alofone: o fone oclusivo labial surdo [p]. Esse fonema ocupa a posição de onset silábico.

O fone [p] ocorre em sílaba realizada em posição inicial (42-46), medial (44-45) e final de palavra (46-52). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (42-46) e tônica (46-52). Esse fone pode ser produzido após e diante de vogais orais ou nasais (42-52), bem como após as consoantes [j, s, ʃ] (45-47).

(42) [pə'ʃəʔ] - /pəʃə/ “casa”

(43) [pi'noʔ] - /pinu/ “beija-flor”

(44) [popo'ãʔ] - /pupuan/ “coruja”

(45) [ᵛpojpi'seʔ] - /pujpsi/ “mastruço”

(46) [ᵛpas'peʔ] - /paspi/ “lança”

(47) [ᵛaʃ'paʔ] - /aspa/ “boca”

(48) [kã'puʔ] - /kanpu/ “sapo-verde” (utilizado para a “vacina do sapo”)

(49) [ka'pəʔ] - /kapə/ “jacaré”

(50) [mə'paʔ] - /məpa/ “xixuá”

(51) [ʃi'piʔ] - /ʃipi/ “soim”

(52) [tʃu'paʔ] - /tʃupa/ “mutuca”

- O fonema oclusivo labial sonoro /b/

O fonema oclusivo labial sonoro /b/ apresenta três alofones: o fone oclusivo labial sonoro [b], o fone fricativo labial sonoro [β] e o fone aproximante labial sonoro [w]. Esse fonema sempre ocupa a posição de onset silábico.

O fone oclusivo labial sonoro [b] pode ocorrer em sílaba realizada em início (53-55), em meio (56) e em final de palavra (57-62). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (53-56) e tônica (57-62). Em ambiente precedente, observamos a realização de todas as vogais, orais ou nasais (56-62), não ocorrendo nesse ambiente as consoantes [s, ʃ, j]. Em ambiente subsequente, [b] é produzido diante das vogais [ə, a, u, o] (53-59, 61-62), as quais podem vir nasalizadas, como em (60). O fone [b] não se realiza diante das anteriores [i, e].

(53) [bə'neʔ] ~ [βə'neʔ] - /bəni/ “levantar-se”

(54) [ba'kaʔ] ~ [wa'kaʔ] - /baka/ “água, rio”

(55) [bu'neʔ] - /buni/ “fome”

(56) [məba'kõʔ] - /məbakun/ “arapuá-amarela”

(57) [ʃa'baʔ] - /ʃaba/ “dia”

(58) [aĩ'boʔ] - /ainbu/ “mulher”

(59) [ne'boʔ] - /nibu/ “escorpião”

(60) [i'bõʔ] - /ibun/ “mandim-preto”

(61) [ma'bəʃ] - /mabəs/ “caçuma”

(62) [ʃo'boʔ] - /ʃubu/ “arapuca”

O fone fricativo labial sonoro [β] diante das vogais [ə, a] apenas pode iniciar palavra (69-70), e diante das vogais anteriores [i, e] ocorre em qualquer posição na palavra (63-68). Quanto à tonicidade, é produzido em sílaba pretônica (64-66, 69-70) e tônica (63, 67-68).

(63) [ʼβiʔ] - /bi/ “carapanã”

(64) [βi'taʃ] - /bitas/ “perna”

(65) [βe'meʔ] - /bimi/ “fruta”

(66) [haβi'aʔ] - /habia/ “ele” (pronome pessoal 3ª pessoa)

(67) [mə'βeʔ] - /məbi/ “punho”

(68) [ʃo'βiʔ] - /ʃubin/ “caxinguba”

(69) [βə'roʔ] ~ [wə'roʔ] - /bəru/ “olho”

(70) [βa'reʔ] ~ [ba'reʔ] - /bari/ “sol”

Em início de palavra, o fone aproximante labial sonoro [w] alterna com o oclusivo labial sonoro [b] e com o fricativo labial sonoro [β] diante da vogal central baixa [a] ou da central média [ə].

(71) [wa'tʃiʔ] ~ [ba'tʃiʔ] - /batʃi/ “ovo”

(72) [wa'seʔ] ~ [ba'seʔ] - /basi/ “capim”

(73) [wə'ʃoʔ] ~ [bə'ʃoʔ] - /bəʃu/ “freijó”

(74) [wə'roʔ] ~ [bə'roʔ] - /bəru/ “olho”

A partir dessa exposição, podemos fazer as seguintes considerações sobre as realizações alofônicas de /b/.

Quando em início de palavra e diante das vogais centrais [ə, a], o fonema /b/ se realiza como [b], [β] ou [w]²². Nos dados acima, vemos a variação entre [b] ~ [β] (53, 70), a variação entre [b] ~ [w] (54, 71-73) e a variação entre [β] ~ [w] (69, 74). A flutuação pode ser explicada pelo processo fonológico da lenição, sobre o qual falaremos no tópico 3.4., dedicado aos processos fonológicos.

Já quando diante das vogais anteriores [i, e], o fonema /b/ se realiza como [β], realizando-se como [b] diante das demais vogais.

A realização desses alofones pode ser assim representada:

/b/ → [b] ~ [β] ~ [w] / # __ [a, ə]

[β] / __ [i, e]

[b] / __ nda

Desse modo, o fonema /b/ apresenta três alofones: [b], [β] e, desde que seja em início de palavra, [w]. A oclusiva labial sonora foi escolhida para representar o fonema por apresentar uma distribuição mais larga.

²² Nas línguas Jaminawa e Kaxarari (LANES 2000), o fone [β] também varia com o fone [w] em início de palavra, sendo postulado como fonema dessas línguas a aproximante labial /w/, e [β, w] como suas realizações alofônicas (LANES 2000, p. 69, 71, 111). De modo diverso para o Kaxarari, Sousa (2004, p. 48) afirma que /w/ e /β/ são fonemas desta língua.

No Shanenawá (CÂNDIDO 1998), [w] está em variação livre com [β] quando diante de vogal central, não apenas em início de palavra, tendo sido postulado por Cândido (1998, p. 66-67) que [β, w] são alofones de /w/.

Já no Huariapano (PARKER 1994), foi identificada a variação [b] ~ [β] ~ [w], sendo a oclusiva realizada em início de frase e depois de nasal. Parker (1994, p. 96) interpretou o /β/ na base.

- O fonema nasal labial /m/

O fonema nasal labial /m/ apresenta apenas um alofone: o fone nasal labial [m]. Esse fonema ocupa a posição de onset silábico.

O fone [m] é realizado em sílaba localizada em início (75-76), em meio (77) e em final de palavra (78-84). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (75-77) e tônica (78-84). Esse fone pode ser produzido após e diante de vogais orais ou nasais (75-84), bem como após as consoantes [ʃ, j] (82-83).

(75) [mu'kaʔ] - /muka/ “amargoso” (planta)

(76) [mə'kãʔ] - /məkan/ “mão”

(77) [koma'wãʔ] - /kumauan/ “nambu-azul”

(78) [hu'moʃ] - /humus/ “umbu”

(79) [ʃi'maʔ] - /ʃima/ “sarapó”

(80) [kə'moʔ] - /kəmu/ “saliva”

(81) [a'miʔ] - /ami/ “amarelinho”

(82) [iʃ'mẽʔ] - /ismin/ “urubu-rei”

(83) [tʃaj'maʔ] - /tʃajma/ “perto”

(84) [kõ'maʔ] - /kunma/ “miratauá”

- O fonema oclusivo alveolar surdo /t/

O fonema oclusivo alveolar surdo /t/ apresenta apenas um alofone: o fone oclusivo alveolar surdo [t]. Esse fonema ocupa a posição de onset silábico.

O fone [t] ocorre em sílaba realizada em início (85-86), em meio (90-91, 95-96) e em final de palavra (86-94). Em relação à tonicidade, ocorre em sílaba pretônica (85-86, 90-91, 95-96) e tônica (86-94). Esse fone pode ser produzido após e diante de vogais orais ou nasais (85-96), bem como após as consoantes [ʃ, s, h, j] (86-88, 91).

(85) [tə'ʃoʔ] - /təʃu/ “pescoço”

- (86) [ᵀtejʃ'təʔ] - /tistə/ “carvão”
- (87) [ᵀnes'teʔ] - /nisti/ “paxiúba”
- (88) [βi.poh'toʔ] - /bipustu/ “panturrilha”
- (89) [mã'tejs] - /mantis/ “unha”
- (90) [nutã'teʔ] - /nutanti/ “alguidar” (“copo pequeno”)
- (91) [ᵀbajtə'təʔ] - /bajtətə/ “gavião”
- (92) [tʃa'taʔ] - /tʃata/ “Deus, avô, cacique”
- (93) [ʃə'taʔ] - /ʃəta/ “dente”
- (94) [βi'taʃ] - /bitas/ “perna”
- (95) [matu'kẽʔ] - /matukin/ “varrer”
- (96) [rəti'kĩʔ] - /rətikin/ “atar, ligar”

- O fonema nasal alveolar /n/

O fonema nasal alveolar /n/ apresenta dois alofones: o fone nasal alveolar [n] e o fone nasal palatal [ɲ]. Esse fonema ocorre em posição de onset e de coda.

Quando em posição de coda, o fonema nasal alveolar tem seu traço de nasalidade assimilado pela vogal precedente e é apagado na superfície, como vemos em (97-105). Identificamos a assimilação de coda nasal tautossilábica por todos os fones vocálicos do Saynáwa [i, e, ə, a, u, o] (97-105).

- (97) [rə'kĩʔ] - /rəkin/ “nariz”
- (98) [rãtõ'koʔ] - /rantunku/ “joelho”
- (99) [ta'pũʔ] - /tapun/ “raiz”
- (100) [bo'kõʔ] - /bukun/ “embaúba”
- (101) [ʃoẽ'keʔ] - /ʃuənki/ “soprar”
- (102) [no'ẽʔ] - /nuin/ “minhoca”
- (103) [ᵀpaʃpĩ'kaʔ] - /paspinka/ “bem-te-vi”
- (104) [ʃã.kaĩ'teʔ] - /ʃankainti/ “pulmão”

(105) [aĩ'boʔ] - /ainbu/ “mulher”

A nasal alveolar em posição de coda só não será apagada se estiver em ambiente intervocálico, quando rersilabificará, passando a ocupar a posição de onset da sílaba seguinte, surgindo como: [ɲ], se for precedida pelas vogais anteriores [i, e] (106-110) ou estiver diante de vogal anterior que rersilabificou como [j] (111-112)²³; ou como [ɲ], nos demais ambientes (113-117).

(106) [nẽ.ɲu.'ãʔ] - /nin.u.an/ “choaca”²⁴

(107) [ma.ɾĩ.ɲa.'taʔ] - /ma.rin.a.ta/ “mucunã”

(108) [ta.pĩ.'ɲãʔ] - /ta.pin.an/ “saber”

(109) [ĩ.'ɲãʔ] - /in.an/ “lago”

(110) [ne.'ʃi hẽ.'ɲis] - /ni.ʃi hin.is/ “apu”

(111) [põ.'ɲãʔ] - /pun.i.an/ “braço”²⁵

(112) [mã.'ɲoʔ] - /man.i.u/ “liso”²⁶

(113) [ʃõ.'nãʔ] - /ʃun.an/ “marrom”

(114) [bũ.'naʔ] - /bun.a/ “abelha uruçu”

(115) [nõ.'nõʔ] - /nun.un/ “pato”

(116) [nõ.'neʔ] - /nun.i/ “mulateiro”

(117) [tõ.'noʔ] - /tun.u/ “mandim-duro”

²³ No tópico 3.4, trataremos do processo de palatalização da nasal alveolar.

²⁴ Reproduziremos a divisão silábica nas representações fonética e fonológica apenas quando se mostrar pertinente tal identificação.

²⁵ Em outras línguas Pano, encontramos as seguintes representações fonológicas para a palavra “braço”: /puyã/, em Poyanáwa (DE PAULA 1992), /póⁿyaⁿ/, em Marinahua (PIKE E SCOTT 1962), /poyámi/, em Chácobo (PROST 1967), /punya/, em Caxinauá (CAMARGO 1995), e /piñá/, em Cashibo (SHELL 1950).

²⁶ Em Marinahua (PIKE E SCOTT 1962), “escorregadio” é /máⁿyoⁿ/, muito parecido com /man.i.u/ “liso” em Saynáwa.

A realização na superfície do alofone [ɲ] nos exemplos (111-112) acima ocorre a partir da seguinte derivação:

/pun.i.an/ → [pũn.i.ãn] → [pũn.jãn] → [pũ.njã] → [põ.'ɲãʔ] - “braço” (111)²⁷

/man.i.u/ → [mãn.i.u] → [mãn.ju] → [mã.nju] → [mã.'ɲoʔ] - “liso” (112)²⁸

Se compararmos o exemplo (111) ao (116), abaixo repetidos, veremos que a realização do alofone [ɲ], quando não precedido de vogal anterior, ocorre apenas se ele for realizado diante de [j], a partir da derivação acima exposta.

[põ.'ɲãʔ] - /pun.i.an/ “braço” (111)

[nõ.'neʔ] - /nun.i/ “mulateiro” (116)

Quando em posição de onset, o fonema nasal alveolar se realiza como o fone nasal alveolar [n].

O fone [n] pode ocorrer em sílaba localizada em início (118-120), em meio (129-130) e em final de palavra (121-128, 131-134). Em relação à tonicidade, ocorre em sílaba pretônica (118-119, 129-130) e tônica (120-128, 131-134). Ele pode ocorrer diante de vogais orais ou nasais (118-134), e após vogais orais (121-130, 132-134) ou após a consoante [j] (131), não sendo realizado após vogais nasais.

(118) [nuʃa'teʔ] - /nuʃati/ “tipoia” (utilizada no passado para levar as crianças nas costas)

(119) [na'iʔ] - /nai/ “céu”

(120) ['neʔ] ~ ['ne:] - /ni/ “floresta”

(121) [i'noʔ] - /inu/ “onça”

²⁷ Os números dispostos à direita indicam que o exemplo já foi exposto e está sendo lembrado.

²⁸ Veremos com maiores detalhes este comportamento (111-112) no subtópico 3.1.4., dedicado à ressilabificação.

- (122) [i.'naʔ] - /i.na/ “rabo”
- (123) [hu'noʔ] - /hunu/ “caititu”
- (124) [kə'noʔ] - /kənu/ “arco”
- (125) [pa'neʔ] - /pani/ “rede de dormir”
- (126) [wə'nəʔ] - /bənə/ “marido”
- (127) [a'naʔ] - /ana/ “língua”
- (128) [ʃo'noʔ] - /ʃunu/ “samaúma”
- (129) [me.seno'teʔ] - /misinuti/ “piauí”
- (130) [tʃini'kĩʔ] - /tʃinikin/ “espremer”
- (131) [ˌmaj'naʔ] - /majna/ “magro”
- (132) [sa'nẽʔ] - /sanin/ “piabinha”
- (133) [bu'neʔ] - /buni/ “fome”
- (134) [u'nãʔ] - /unan/ “saúva”

Assim como se observa na língua Yawanawá (DE PAULA 2007), contrariando o que ocorre em outras línguas Pano, como o Marubo (COSTA 2000)²⁹, não identificamos o processo de nasalização quando a nasal alveolar ocupa na subjacência a posição de onset, como podemos ver em (118-134) acima, sendo explicada a nasalização das vogais [ẽ, ã] em (132, 134), respectivamente, pela presença de coda nasal. Assim, como observaremos melhor no tópico 3.4., dedicado aos processos fonológicos, a nasalização decorre apenas da assimilação regressiva de coda nasal tautossilábica.

Isso prova que nos exemplos (114, 117) abaixo, dentre outros já expostos nesta seção, temos uma nasal alveolar em posição de coda na subjacência, uma vez que a vogal precedente encontra-se nasalizada.

[bũ.'naʔ] - /bun.a/ “abelha urucu” (114)

²⁹ Em Marubo, temos a nasal alveolar em onset promovendo a assimilação, “[ˈina] - /ina/ ‘rabo’”, bem como a assimilação para além dos limites da sílaba, “[ĩĩ] - /i'an/ ‘lago’” (SOARES 1996, p. 88; COSTA 1992).

[tõ.'noʔ] - /tun.u/ “mandim-duro” (117)

Já o exemplo (122) abaixo, quando comparado ao (109), demonstra que para a nasal palatal [ɲ] ocorrer na superfície é necessário que na subjacência a nasal alveolar esteja em posição de coda, uma vez que em (122) a realização contígua da vogal [i] por si só não condiciona a palatalização desta consoante.

[ĩ.'ɲãʔ] - /in.an/ “lago” (109)

[i.'naʔ] - /i.na/ “rabo” (122)

Portanto, essas realizações demonstram que temos na subjacência em coda uma consoante nasal com ponto de articulação especificado, qual seja, a nasal alveolar /n/. Essa conclusão é reforçada pelo fato de que a nasal labial /m/ só se realiza em onset silábico, não promovendo o processo de nasalização. Vejamos alguns exemplos com a consoante /m/ (135-138).

(135) [i.'miʔ] - /i.mi/ “sangue”

(136) [ma.'poʔ] - /ma.pu/ “cinzas”

(137) [ha.kĩ.'maʔ] - /ha.kin.ma/ “esquecer”

(138) [kõ.'maʔ] - /kun.ma/ “miratauí”

Em resumo, quando o fonema /n/ está em posição de coda, ele é apagado ou, estando em ambiente intervocálico, surge na superfície como [ɲ, n]. Esses alofones estão em distribuição complementar. Já quando o fonema /n/ está em posição de onset na subjacência, ele se realiza como [n], distinguindo-se do fone nasal alveolar anteriormente descrito porque não ocorre após vogal nasalizada. Decidimos representar esse fonema pela nasal alveolar /n/ porque o fone nasal alveolar [n] tem uma maior distribuição e frequência no corpus.

Todas essas considerações sobre os alofones de /n/ podem ser representadas como segue:

/n/. → .[ɲ] / [i, e] __ V

.[ɲ] / V __ [j]

/n/. → .[n] / ndaV __ V

/n/. → ø / __ C, #

./n/ → [n]

- O fonema tepe alveolar /r/

O fonema tepe alveolar /r/ apresenta apenas um alofone: o fone tepe alveolar [r]. Esse fonema ocorre em posição de onset silábico.

O fone [r] é realizado em sílaba localizada em início (139-141), em meio (142) e em final de palavra (143-150). Em relação à tonicidade, ocorre em sílaba pretônica (139-140, 142) e tônica (141, 143-150). Esse fone ocorre apenas após e diante de vogais (139-150).

(139) [rɔ'əʔ] - /ruə/ “machado”

(140) [rə'kĩʔ] - /rəkin/ “nariz”

(141) [rɔʔ] - /ru/ “guariba”

(142) [iʃkĩrã'pãʔ] - /iskinranpan/ “jacareúba”

(143) [ne'ruʔ] - /niru/ “macaco bule-bule”

(144) [wə'roʔ] - /bəru/ “olho”

(145) [taka'raʔ] - /takara/ “galinha”

(146) [ku'rãʔ] - /kuran/ “seringa”

(147) [ka'riʔ] - /kari/ “batata-doce”

(148) [ta'reʔ] - /tari/ “roupa”

(149) [tʃi'ĩʔ] - /tʃirin/ “dança tradicional”

(150) [jo'raʔ] - /iura/ “gente”

- O fonema fricativo alveolar surdo /s/

O fonema fricativo alveolar surdo /s/ ocorre em posição de onset e de coda silábica.

Em posição de onset, ele apresenta um alofone: o fone fricativo alveolar surdo [s]. Em posição de coda, apresenta três alofones: o fone fricativo alveolar surdo [s], o fone fricativo palatal surdo [ʃ] e o fone fricativo glotal surdo [h].

O fone [s], quando em onset silábico, pode ocorrer em sílaba localizada em início (151-152), em meio (153-154) e em final de palavra (155-158). Em relação à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (151-154) e tônica (155-158). Esse fone ocorre apenas após e diante de vogais, não se realizando após vogais nasais (151-158).

(151) [sãto'reʔ] - /santuri/ “sururina”

(152) [sə'rəʔ] - /səɾə/ “pavão”

(153) [wəsu'aʔ] - /bəsua/ “frente”

(154) [me,ʃino'teʔ] - /misinuti/ “piauí”

(155) [e'ʃẽʔ] - /isin/ “manga” (rede de pesca)

(156) [i'soʔ] - /isu/ “macaco-preto”

(157) [a'ʃĩʔ] - /asin/ “mutum”

(158) [i'saʔ] - /isa/ “pássaro”

O fone [s], quando em coda silábica, pode ocorrer em sílaba realizada em início (161-167), em meio (168) e em final de palavra (159-160). Em relação à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (161-168) e tônica (159-160). Esse fone ocorre apenas após vogais orais (159-168), e diante das consoantes oclusivas surdas [p, t, k] e da africada palatal surda [tʃ] (161-168). A ocorrência do fone fricativo alveolar surdo diante da africada palatal surda é pouco frequente em nosso corpus.

- (159) [mã'tejs] - /mantis/ “unha”³⁰
 (160) [pi'rus] ~ [pi'ruʃ] - /pirus/ “pipira”
 (161) [pas'peʔ] - /paspi/ “lança”
 (162) [isti'βiʔ] ~ [iʃti'βiʔ] - /istibin/ “sapucaia”
 (163) [is'koʔ] - /isku/ “japó”
 (164) [bostʃo'maʔ] - /bustʃuma/ “cachorrão”
 (165) [pos'toʔ] ~ [poh'toʔ] ~ [poʃ'toʔ] - /pustu/ “barriga”
 (166) [məstə'boʔ] - /məstəbu/ “homem velho”
 (167) [nejska'iʔ] - /niskain/ “suar”
 (168) [βa,kis'taʔ] ~ [βa,kiʃ'taʔ] ~ [ba,kiʃ'taʔ] - /bakista/
 “criança”

O fone fricativo palatal surdo [ʃ] pode ocorrer em sílaba realizada em posição inicial (172-182), medial (171) e final de palavra (169-170). Em relação à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (171-182) e tônica (169-170). Esse fone ocorre apenas após vogais orais (169-182), e diante das consoantes oclusivas surdas [p, t, k], da africada palatal surda [tʃ] e da nasal labial [m] (171-182). A ocorrência do fone fricativo palatal diante da africada palatal surda ou da nasal labial é pouco frequente em nosso corpus.

- (169) [na'kaʃ] ~ [na'kas] - /nakas/ “cupim”
 (170) [pi'ruʃ] ~ [pi'rus] - /pirus/ “pipira”
 (171) [i,ʃiʃ'mũʔ] - /iʃismun/ “cansação, urtiga”
 (172) [iʃ'mẽʔ] - /ismin/ “urubu-rei”
 (173) [iʃti'βiʔ] ~ [isti'βiʔ] - /istibin/ “sapucaia”
 (174) [aʃ'paʔ] - /aspa/ “boca”
 (175) [buʃ'kaʔ] - /buska/ “cabeça”

³⁰ Nos exemplos (159, 167), podemos observar o processo da inserção de [j], sobre o qual trataremos no tópico 3.4.

- (176) [ɿwaʃtõ'koʔ] - /bastunku/ “cotovelo”
 (177) [ɿmeʃ'keʔ] ~ [ɿmes'keʔ] - /miski/ “pedra”
 (178) [ɿboʃ'teʔ] ~ [ɿbos'teʔ] - /busti/ “pente”
 (179) [ɿtoʃ'pəʔ] - /tuspə/ “bacurau”
 (180) [ɿəʃ'tõʔ] - /əstun/ “irmão mais novo”
 (181) [ɿiʃtʃo'ãʔ] - /istʃuan/ “espantar”
 (182) [ɿteʃ'təʔ] - /tistə/ “carvão”³¹

O fone fricativo glotal surdo [h] pode ocorrer em sílaba realizada em início (183) e em meio de palavra (184-185). Em relação à tonicidade, é realizado apenas em sílaba pretônica (183-185). Esse fone ocorre apenas após a vogal posterior média-alta [o], e diante da oclusiva alveolar surda [t] (183-185).

- (183) [ɿpoh'toʔ] ~ [ɿpos'toʔ] ~ [ɿpoʃ'toʔ] - /pustu/ “barriga”
 (184) [βiɿpoh'toʔ] ~ [βiɿpos'toʔ] - /bipustu/ “panturrilha”
 (185) [põɿpoh'toʔ] - /punpustu/ “músculo do membro superior”

A partir do exposto, podemos observar que os fones [s, ʃ, h], que ocupam a posição de coda, variam entre si.

O fone [s] varia livremente com o fone [ʃ], como podemos conferir nos exemplos (160/170), (162/173), (168), (169), (177) e (178):

- [pi'rus] ~ [pi'ruʃ] - /pirus/ “pipira” (160/170)
 [ɿsti'βiʔ] ~ [ɿʃti'βiʔ] - /istibin/ “sapucaia” (162/173)
 [βaɿkis'taʔ] ~ [βaɿkiʃ'taʔ] ~ [baɿkiʃ'taʔ] - /bakista/ “criança”
 (168) [na'kaʃ] ~ [na'kas] - /nakas/ “cupim” (169)

³¹ Sobre este exemplo (182), aplica-se o mesmo que foi apresentado em nota de rodapé para os exemplos (159, 167).

[_lmeʃ'keʔ] ~ [_lmes'keʔ] - /miski/ “pedra” (177)

[_lboʃ'teʔ] ~ [_lbos'teʔ] - /busti/ “pente” (178)

Já o fone fricativo glotal surdo [h] é produzido apenas após [o] e diante de [t], variando nesse ambiente com os fones [s, ʃ], como vemos em (183-184)³²:

[_lpoh'toʔ] ~ [_lpos'toʔ] ~ [_lpoʃ'toʔ] - /pustu/ “barriga” (183)

[βi_lpoh'toʔ] ~ [βi_lpos'toʔ] - /bipustu/ “panturrilha” (184)

Assim, esses alofones podem ser representados da seguinte forma:

/s/. → [s] ~ [ʃ]

[s] ~ [ʃ] ~ [h] / [o] — [t]

No tópico 3.4., veremos que essas alofonias podem ser explicadas pelo processo da neutralização.

Escolhemos o fricativo alveolar surdo para representar esse fonema porque ele tem uma distribuição mais larga que o fricativo glotal surdo, e é mais natural que o fricativo palatal surdo (LASS 1984, p. 151, 154), apesar deste aparentemente ter uma distribuição mais larga. Pois, como vimos em sua descrição, apenas ele pode ser produzido diante de [m] (171-172), sendo estes os únicos dados de nosso corpus com tal realização:

[i_lʃiʃ'mũʔ] - /iʃismun/ “cansação, urtiga” (171)

³² A ocorrência da fricativa glotal surda em posição de coda é bastante restrita no corpus, resumindo-se aos exemplos (183-185). Esses exemplos são derivados de um mesmo radical, “pustu” – “barriga”. Assim, em “bipustu” – “panturrilha”, temos ‘bi-’, também presente em “bitas” – “perna”, junto a “pustu”, resultando em “bipustu”, cuja tradução literal seria “barriga da perna”.

Já em “punpustu” – “músculo do membro superior”, temos ‘pun-’, também presente em “punian” – “braço”, junto a “pustu”, resultando em “punpustu”, literalmente “barriga do braço”.

[iʃ'mẽʔ] - /ismin/ “urubu-rei” (172)

Acreditamos que essa restrição em relação ao fone [s] pode ser limitada aos dados por nós coletados, não sendo inesperado identificar em novos dados a variação [s] ~ [ʃ] nesse ambiente³³. Por este motivo, não nos sentimos autorizados a afirmar categoricamente que [s] tem uma distribuição menos larga que [ʃ].

- O fonema africado alveolar surdo /ts/

O fonema africado alveolar surdo /ts/ apresenta apenas um alofone: o fone africado alveolar surdo [ts]. Esse fonema ocupa a posição de onset silábico.

O fone [ts] ocorre em sílaba produzida em início (186-191, 199), em meio (192-194) e em final de palavra (195-198). Em relação à tonicidade, ocorre em sílaba pretônica (186-194) e tônica (195-199). Esse fone é produzido apenas após e diante de vogais (186-199).

(186) [tsa'noʔ] - /tsanu/ “colher, garfo”

(187) [tsoa'kẽʔ] - /tsuakin/ “chupar”

(188) [tsuma'kĩʔ] - /tsumakin/ “segurar”

(189) [tsa'weʔ] - /tsaui/ “sentar-se”

³³ No Marubo, segundo Costa (2000, p. 100), o fonema /s/, estando em coda, realiza-se como [z] quando diante de [m]. Assim, não temos a realização do fone [s] diante da nasal labial nessa língua. Já no Katukína (BARROS 1987, p. 34), o fone [s] pode se realizar neste ambiente, mas flutua com o fone [z], sendo ambos alofones de /s/.

Tanto Costa (2000) para o Marubo, como Barros (1987), e neste mesmo sentido Aguiar (1994), para o Katukína, identificaram em posição de coda os fonemas /s, ʃ/, caso semelhante a outras línguas Pano, como por exemplo: Kaxarari (SOUSA 2004), Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000; FERREIRA 2001; 2005), Yawanawá (DE PAULA 2007), Chácobo (PROST 1967) e Poyanáwa (DE PAULA 1992). Já em Arara (CUNHA 1993, p. 58), os fones [s, ʃ], que se confirmam como fonemas, ocorrem em onset, mas apenas [ʃ], alofone de /ʃ/, é realizado em coda.

- (190) [tsipe'seʔ] - /tsipisi/ “emissão de flatulência”
- (191) [tsəko'eʔ] - /tsəkui/ “solução”
- (192) [matso'teʔ] - /matsuti/ “vassoura”
- (193) [atsa'naʔ] - /atsana/ “cansar-se”
- (194) [ã_tsoa'kẽʔ] - /antsuakin/ “beijar”
- (195) [kə'tsẽʔ] - /kətsin/ “gato-peludo” (tipo de gato-do-mato)
- (196) [o'tsaʔ] - /utsa/ “coelho”
- (197) [a'tsaʔ] - /atsa/ “mandioca”
- (198) [pe'tsuʔ] - /pitsu/ “periquito” (verde, pequeno)
- (199) ['tsoʔ] ~ ['tso:] - /tsu/ “pulga”

- O fonema fricativo palatal surdo /ʃ/

O fonema fricativo palatal surdo /ʃ/ apresenta apenas um alofone: o fone fricativo palatal surdo [ʃ]. Esse fonema se realiza em posição de onset silábico.

O fone [ʃ] ocorre em sílaba localizada em início (200-202), em meio (203-204) e em final de palavra (204-213). Em relação à tonicidade, ocorre em sílaba pretônica (200-201, 203-204) e tônica (202, 204-213). Esse fone é realizado apenas após e diante de vogais, não ocorrendo após vogais nasais (200-213).

- (200) [ʃu'moʔ] - /ʃumu/ “pote”
- (201) [ʃə'taʔ] - /ʃəta/ “dente”
- (202) ['ʃoʔ] - /ʃu/ “verde”
- (203) [kəʃi'neʔ] - /kəʃini/ “barba”
- (204) [neʃo'foʔ] - /niʃuʃu/ “arruda”
- (205) [ne'ʃoʔ] - /niʃu/ “mororó”
- (206) [ne'ʃiʔ] - /niʃi/ “cipó-envira”
- (207) [ke'ʃiʔ] - /kiʃi/ “coxa”
- (208) [mo'ʃaʔ] - /muʃa/ “espinho”

- (209) [ma'ʃeʔ] - /maʃi/ “areia”
- (210) [kə'ʃaʔ] - /kəʃa/ “lábio”
- (211) [tə'ʃoʔ] - /təʃu/ “pescoço”
- (212) [pe'ʃiʔ] ~ [pi'ʃiʔ] - /piʃin/ “esteira”
- (213) [βi'ʃiʔ] - /biʃi/ “estrela”

- O fonema africado palatal surdo /tʃ/

O fonema africado palatal surdo /tʃ/ apresenta apenas um alofone: o fone africado palatal surdo [tʃ]. Esse fonema ocorre em posição de onset silábico.

O fone [tʃ] ocorre em sílaba realizada em início (214-218), em meio (216, 219-222) e em final de palavra (217, 223-229). Em relação à tonicidade, ocorre em sílaba pretônica (214-217, 219-222) e tônica (217-218, 223-229). Esse fone é realizado após e diante de vogais orais ou nasais (214-229), bem como após as consoantes [s, ʃ] (221-222).

- (214) [tʃu'maʔ] - /tʃuma/ “cuia”
- (215) [tʃə'rəʔ] - /tʃərə/ “periquito” (‘tipo de periquito do bico preto’)
- (216) [tʃatʃe'teʔ] - /tʃatʃiti/ “facão”
- (217) [tʃi'tʃiʔ] - /tʃitʃi/ “avó”
- (218) [tʃiʔ] ~ [tʃi:] - /tʃi/ “fogo”
- (219) [etʃa'paʔ] ~ [itʃa'paʔ] - /itʃapa/ “muito”
- (220) [patʃi'aʔ] - /patʃia/ “maduro”
- (221) [bostʃo'maʔ] - /bustʃuma/ “cachorrão”
- (222) [iʃtʃo'ãʔ] - /istʃuan/ “espantar”
- (223) [kã'tʃaʔ] - /kantʃa/ “prato”
- (224) [pã'tʃõʔ] - /pantʃun/ “carapanaúba”
- (225) [ʃã'tʃoʔ] - /ʃantʃu/ “caranguejo”
- (226) [ku'tʃaʔ] - /kutʃa/ “flecha”

- (227) [jo'tʃiʔ] - /iutʃi/ “pimenta”
 (228) [pə'tʃiʔ] - /pətʃi/ “as costas”
 (229) [mə'tʃaʔ] - /mətʃa/ “várzea”

- O fonema aproximante palatal /j/

O fonema aproximante palatal /j/ apresenta apenas um alofone: o fone aproximante palatal [j]. Esse fonema realiza-se apenas em posição de coda silábica.

O fone [j] ocorre em sílaba localizada em início (230-233, 235-241), em meio (234) e em final de palavra (242-245). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (230-238) e tônica (239-245). Esse fone ocorre após as vogais orais [u, o, ə, a] (230-245), com as quais forma ditongo decrescente, e diante das oclusivas surdas [p, t, k] (230-235, 238) e das nasais [m, n] (236-237).

- (230) [ˌpojpi'seʔ] - /pujpi/ “mastrução”
 (231) [ˌhujpi'riʔ] - /hujpiri/ “rã”
 (232) [ˌbajtə'təʔ] - /bajtətə/ “gavião”
 (233) [ˌmaj'teʔ] - /majti/ “cocar”
 (234) [ʃaˌkaj'teʔ] - /ʃakajti/ “maracá”
 (235) [ˌsaj'keʔ] - /sajki/ “gritar”
 (236) [ˌtʃaj'maʔ] - /tʃajma/ “perto”
 (237) [ˌmaj'naʔ] - /majna/ “magro”
 (238) [ˌtʃaj'paʔ] - /tsajpa/ “comprido”
 (239) [ˈpoj] ~ [ˈpuj] - /puj/ “fezes”
 (240) [ˈboj] - /buj/ “cera”
 (241) [ˈpəj] - /pəj/ “asa”
 (242) [ʃo'aj] - /ʃuaj/ “coçar, curuba” (escabiose ou sarna)
 (243) [si'naj] - /sinaj/ “raiva”
 (244) [mani'paj] - /manipaj/ “sororoca”

(245) [sa'koj] - /sakuj/ ‘dança tradicional’

- O fonema oclusivo velar surdo /k/

O fonema oclusivo velar surdo /k/ apresenta apenas um alofone: o fone oclusivo velar surdo [k]. Esse fonema ocupa a posição de onset silábico.

O fone [k] ocorre em sílaba localizada em início (246-250), em meio (251) e em final de palavra (250, 252-263). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (246-251) e tônica (250, 252-263). Esse fone ocorre após e diante de vogais orais ou nasais (246-263), bem como após as consoantes [s, ʃ, j] (253-255).

(246) [kə'ʃaʔ] - /kəʃa/ “lábio”

(247) [ka'ʃiʔ] - /kaʃi/ “morcego”

(248) [ke'meʔ] - /kimi/ “tartaruga-da-mata”

(249) [ku'rãʔ] - /kuran/ “seringa”

(250) [koĩ'kaʔ] - /kuinka/ “anu”

(251) [taka'raʔ] - /takara/ “galinha”

(252) [ʃə'kəʃ] - /ʃəkəs/ “bacuri”

(253) [saj'keʔ] - /sajki/ “gritar”

(254) [buʃ'kaʔ] - /buska/ “cabeça”

(255) [is'koʔ] - /isku/ “japó”

(256) [ʃoẽ'keʔ] - /ʃuənki/ “soprar”

(257) [paβi'kiʔ] - /pabinki/ “orelha”

(258) [pitʃã'kĩʔ] - /pitʃankin/ “cozinhar”

(259) [tʃini'kĩʔ] - /tʃinikin/ “espremer”

(260) [matu'kẽʔ] - /matukin/ “varrer”

(261) [rãtõ'koʔ] - /rantunku/ “joelho”

(262) [mə'kãʔ] - /məkan/ “mão”

(263) [e:'keʔ] - /iiki/ “cantar”

- O fonema fricativo glotal surdo /h/

O fonema fricativo glotal surdo /h/ apresenta apenas um alofone: o fone fricativo glotal surdo [h]. Esse fonema realiza-se apenas em posição de onset silábico.

O fone [h] ocorre apenas em sílaba localizada em início de palavra (264-272). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (264-270, 272) e tônica (271). Esse fone ocorre diante de vogais orais ou nasais (264-272).

(264) [ha'naʔ] - /hana/ “aracuã”

(265) [ho'neʔ] - /huni/ “homem, cipó (bebida)”

(266) [hə'nəʔ] - /hənə/ “rio” (‘rio grande’)

(267) [hu'moʃ] - /humus/ “umbu”

(268) [hi'něʔ] ~ [he'něʔ] - /hinin/ “extrato” (perfume)

(269) [ma'ni heně'teʔ] - /mani hininti/ “açafroa”

(270) [haka'wãʔ] - /hakauan/ ‘tipo de socó’

(271) [hãʔ] - /han/ “sim”

(272) [hu'aʔ] - /hua/ “flor”

2.1.2. Os fonemas segmentais vocálicos do Saynáwa.

2.1.2.1. O inventário fonético e o fonológico dos segmentos vocálicos do Saynáwa.

- Inventário dos fones segmentais vocálicos orais do Saynáwa.

Tabela n° 3

	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
	Não-arredondada		Arredondada
ALTA	i		u
MÉDIA-ALTA	e		o
MÉDIA		ə	
BAIXA		a	

- Inventário dos fones segmentais vocálicos nasais do Saynáwa.

Tabela nº 4

	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
	Não-arredondada		Arredondada
ALTA	ĩ		ũ
MÉDIA-ALTA	ẽ		õ
MÉDIA		ə̃	
BAIXA		ã	

- Inventário dos fonemas segmentais vocálicos do Saynáwa.

Tabela nº 5

	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
	Não-arredondada		Arredondada
ALTA	i		u
MÉDIA		ə	
BAIXA		a	

2.1.2.2. Identificação dos fonemas segmentais vocálicos do Saynáwa.

A língua Saynáwa apresenta 12 fones vocálicos. A partir do método da oposição em par mínimo e em ambiente análogo, confirmamos o estatuto fonológico de 4 desses segmentos, /i, ə, a, u/, não se confirmando como fonemas os fones [e, o, ĩ, ẽ, ə̃, ã, ũ, õ]. Seguem abaixo as oposições identificadas:

/i/ : /u/

(273) [βi'tʃĩʔ] - /bitʃĩ/ “pele”

[βi'tʃuʔ] - /bitʃu/ “jaburu”

(274) [ta'pĩʔ] - /tapĩ/ “aprender”

[ta'pũʔ] - /tapun/ “raiz”

/i/ : /ə/

- (275) [ʃi'neʔ] - /ʃini/ “grilo”
[ʃə'neʔ] - /ʃəni/ “preguiçoso”
(276) [i'keʔ] ~ [e'keʔ] - /iiki/ “cantar”
[ə'keʔ] - /əəki/ “assustar”

/i/ : /a/

- (277) [ba'tʃiʔ] - /batʃi/ “ovo”
[βi'tʃiʔ] - /bitʃi/ “pele”
(278) [i'sĩʔ] ~ [e'sĩʔ] - /isin/ “manga” (rede de pesca)
[a'sĩʔ] - /asin/ “mutum”

/ə/ : /a/

- (279) [ʃə'oʔ] - /ʃəu/ “cipó”
[ʃa'oʔ] - /ʃau/ “osso”
(280) [ma'kəʔ] - /makə/ “piranha”
[ma'kaʔ] - /maka/ “rato grande”

/ə/ : /u/

- (281) [bə'neʔ] - /bəni/ “levantar-se”
[bu'neʔ] - /buni/ “fome”
(282) [pəj] - /pəj/ “asa”
[puj] ~ [poj] - /puj/ “fezes”

/a/ : /u/

- (283) [ba'neʔ] - /bani/ “pupunha”
[bu'neʔ] - /buni/ “fome”

(284) [na¹miʔ] - /nami/ “carne”

[nu¹miʔ] - /numi/ “sede”

2.1.2.3. Descrição dos fonemas segmentais vocálicos e de seus alofones.

- O fonema anterior alto não-arredondado /i/

O fonema anterior alto não-arredondado /i/ é realizado em núcleo silábico e apresenta cinco alofones: o fone anterior alto não-arredondado oral [i], o fone anterior médio-alto não-arredondado oral [e], o fone anterior alto não-arredondado nasal [ĩ], o fone anterior médio-alto não-arredondado nasal [ẽ] e o fone aproximante palatal [j], quando este está em posição de onset silábico.

O fone [i] ocorre em sílaba localizada em início (285-295, 307), meio (288, 296-298) e final de palavra (299-306). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (285-288, 290-294, 296-298, 307) e tônica (289, 295, 299-306). Esse fone ocorre após as vogais [ə, a, u, o] (299, 303-306) e após quase todas as consoantes, exceto [b, j]. Ele é realizado diante das vogais [a, u, o] (286, 293, 297) e de quase todas as consoantes, exceto [ɲ, j, h].

(285) [itʃa¹paʔ] - /itʃapa/ “muito”

(286) [i¹aʔ] - /ia/ “piolho”

(287) [i¹sõʔ] - /isun/ “urina”

(288) [ᵢisti¹βĩʔ] ~ [ᵢʃti¹βĩʔ] - /istibin/ “sapucaia”

(289) [i¹ʔ] ~ [i¹:] ~ [eʔ] - /i/ “árvore”

(290) [tʃi¹tʃãʔ] - /tʃitʃan/ “cesta”

(291) [hi¹nẽʔ] ~ [he¹nẽʔ] - /hinin/ “extrato” (perfume)

(292) [ᵣi¹ʔpeʔ] ~ [ᵣejʃ¹peʔ] - /rispi/ “corda”

(293) [pi¹uʔ] - /piu/ “guariúba”

- (294) [βi'wãʔ] ~ [βe'wãʔ] - /biuan/ “tamanduá pequeno”
 (295) [tʃiʔ] ~ [tʃi:] ~ [tʃeʔ] - /tʃi/ “fogo”
 (296) [e.sini'paʔ] - /isinipa/ “zangado”
 (297) [pə,tʃio'reʔ] - /pə'tʃiuri/ “atrás”
 (298) [naʃi'teʔ] - /naʃiti/ “porto”
 (299) [ja'iʃ] - /iais/ “tatu”
 (300) [ko'ʃiʔ] - /kuʃi/ “correr”
 (301) [ba'tʃiʔ] - /batʃi/ “ovo”
 (302) [nu'miʔ] ~ [no'miʔ] - /numi/ “sede”
 (303) [u'iʔ] ~ [o'iʔ] - /ui/ “chuva”
 (304) [na'iʔ] - /nai/ “céu”
 (305) [məʃo'iʔ] - /məʃui/ “anoitecer”
 (306) [rə'iʔ] - /rəi/ “juriti”
 (307) [βi'taʃ] ~ [βe'taʃ] - /bitas/ “perna”

O fone [e] ocorre em sílaba localizada em início (308-319, 328-330), meio (320) e final de palavra (309, 311, 315-317, 321-327, 329-330). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (308-309, 311-317, 320, 328-330) e tônica (309-311, 315-319, 321-327, 329-330). Esse fone ocorre após as vogais [ə, o] (326-327) e após quase todas as consoantes, exceto [b, j]. Ele é realizado diante das vogais [a, o] (320, 328) e de quase todas as consoantes, exceto [ɲ, j, h].

- (308) [e'sẽʔ] - /isin/ “manga” (rede de pesca)
 (309) [e:'keʔ] ~ [i:'keʔ] - /iiki/ “cantar”
 (310) [eʔ] ~ [iʔ] ~ [i:] - /i/ “árvore”
 (311) [e'βeʔ] - /ibi/ “casca de árvore”
 (312) [pes'taʔ] - /pista/ “curto”
 (313) [ne'wəʔ] - /niuə/ “araçá”
 (314) [ne'roʔ] - /niru/ “macaco bule-bule”

- (315) [ne'teʔ] - /niti/ “caminho”
- (316) [meʔ'keʔ] ~ [mes'keʔ] - /miski/ “pedra”
- (317) [ke'neʔ] - /kini/ “buraco”
- (318) [neʔ] ~ [ne:] - /ni/ “floresta”
- (319) [tʃeʔ] ~ [tʃiʔ] ~ [tʃi:] - /tʃi/ “fogo”
- (320) [ʃəne'aʔ] - /ʃənia/ “gordo”
- (321) [o'teʃ] - /untis/ “garra”
- (322) [roʃo'βeʔ] - /ruʃubi/ “cacau”
- (323) [ko'teʔ] - /kuti/ “jaci”
- (324) [ʃə'keʔ] - /ʃəki/ “milho”
- (325) [ba'neʔ] - /bani/ “pupunha”
- (326) [tsəko'eʔ] - /tsəkui/ “solução”
- (327) [ba're pə'eʔ] - /bari pəi/ “verão”
- (328) [ke'oʔ] - /kiu/ “maçaranduba”
- (329) [e'meʔ] ~ [i'miʔ] - /imi/ “sangue”
- (330) [βe'tʃeʔ] ~ [βi'tʃiʔ] - /bitʃi/ “pele”

O fonema /i/ realiza-se como [i] sempre quando temos coda nasal tautossilábica. O fone [i] ocorre em sílaba localizada em início (331-333), meio (334-340) e final de palavra (341-346). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (331-332, 334-340) e tônica (333, 341-346).

- (331) [i'nãʔ] - /in.an/ “lago”
- (332) [sĩ'paʔ] - /sin.pa/ “máscara”
- (333) [mĩʔ] ~ [mẽʔ] - /min/ “teu/tua” (pronome possessivo)
- (334) [hakĩ'maʔ] - /ha.kin.ma/ “esquecer”
- (335) [aĩ'boʔ] - /a.in.bu/ “mulher”
- (336) [huĩ'teʔ] - /hu.in.ti/ “coração”
- (337) [paβĩ'kiʔ] - /pa.bin.ki/ “orelha”

- (338) [ʃəi'kaʔ] - /ʃə.in.ka/ “cancão”
- (339) [koĩ'kaʔ] - /ku.in.ka/ “anu”
- (340) [tapĩ'jãʔ] - /ta.pin.an/ “saber”
- (341) [a'sĩʔ] - /a.sin/ “mutum”
- (342) [tʃi'pĩʔ] - /tʃi.pin/ “irmã mais velha”
- (343) [tʃi'riʔ] - /tʃi.rin/ “dança tradicional”
- (344) [bo'ĩʔ] - /bu.in/ “pica-pau”
- (345) [tʃəʃə'ĩʔ] - /tʃə.ʃə.in/ “arder”
- (346) [a'ĩʔ] - /a.in/ “esposa”

O fonema /i/ realiza-se como [ẽ] sempre quando temos coda nasal tautossilábica. O fone [ẽ] ocorre em sílaba localizada em início (347-350), meio (351-352) e final de palavra (353-358). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (349-352) e tônica (347-348, 353-358).

- (347) [i'mẽʔ] ~ [i'mĩʔ] - /min/ “teu/tua” (pronome possessivo)
- (348) [i'βẽʔ] - /bin/ “caucho”
- (349) [tẽ'keʔ] - /tin.ki/ “cair”
- (350) [nẽʝu'ãʔ] - /nin.u.an/ “choaca”
- (351) [hatẽ'jaʔ] - /ha.tin.a/ “quando?”
- (352) [i'as'kẽ'keʔ] - /as.kin.ki/ “respirar”
- (353) [sa'nẽʔ] - /sa.nin/ “piabinha”
- (354) [kəʃə'kẽʔ] - /kə.ʃə.kin/ “costurar”
- (355) [i'is'mẽʔ] - /is.min/ “urubu-rei”
- (356) [o'ẽʔ] - /u.in/ “vivo”
- (357) [ko'ẽʔ] ~ [ko'ĩʔ] - /ku.in/ “fumaça”
- (358) [no'ẽʔ] ~ [no'ĩʔ] - /nu.in/ “minhoca”

O fonema /i/ quando ocorre em sílaba do tipo /V/ e diante de sílaba sem onset, em palavra com três ou mais sílabas, realiza-se como [j], passando a ocupar a posição de onset da vogal contígua³⁴. O fone [j] ocorre em sílaba localizada em início (359-365), meio (366-368) e final de palavra (369-371). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (359-368) e tônica (369-371). Esse fone ocorre após as vogais [ə, a, o] (366-371), e diante das vogais [a, ã, u, o], com as quais forma ditongo crescente (359-371).

- (359) [jo'raʔ] - /iura/ “gente”
- (360) [ja'iʃ] - /iais/ “tatu”
- (361) [jo'soʔ] - /iusu/ “feijão, fava”
- (362) [jo'kaʔ] - /iuka/ “goiabeira”
- (363) [ju'məʔ] - /iumə/ “linha de costura”
- (364) [jao'ʃiʔ] - /iaʊʃi/ “sovino”
- (365) [jātə'ʔ] - /iantəin/ “a tarde”
- (366) [kəjo'kẽʔ] - /kəiukin/ “morder”
- (367) [aja'mes] - /aiamis/ “beber”
- (368) [ra,bəbəja'teʔ] - /rabəbəiati/ “brincadeira”
- (369) [ka'jaʔ] - /kaia/ “reto”
- (370) [tʃikə'joʔ] - /tʃinkəiu/ “jandaia”
- (371) [ʃo'jaʔ] - /ʃuia/ “rato pequeno”

A partir do que foi demonstrado, podemos verificar abaixo as alofonias do /i/ de forma esquemática:

1) Os fones [i, e] estão em variação livre.

[i'ʔ] ~ [i:] ~ [eʔ] - /i/ “árvore” (289/310)

[hi'nẽʔ] ~ [he'nẽʔ] - /hinin/ “extrato” (perfume) (291)

³⁴ O Saynáwa não apresenta onset ramificado, por essa razão temos: [pə.tʃi.o.'reʔ] - /pə.tʃi.u.ri/ “atrás”, e não *[pə.tʃjo.'reʔ].

- [_lriʃ'peʔ] ~ [_lrejʃ'peʔ] - /rispi/ “corda” (292)
 [βi'wãʔ] ~ [βe'wãʔ] - /biuan/ “tamanduá pequeno” (294)
 ['tʃiʔ] ~ ['tʃi:] ~ ['tʃeʔ] - /tʃi/ “fogo” (295/319)
 [βi'taʃ] ~ [βe'taʃ] - /bitas/ “perna” (307)
 [e:'keʔ] ~ [_li:'keʔ] - /iiki/ “cantar” (309)
 [e'meʔ] ~ [i'miʔ] - /imi/ “sangue” (329)
 [βe'tʃeʔ] ~ [βi'tʃiʔ] - /bitʃi/ “pele” (330)

Apesar de estarem em variação livre, identificamos que o fone [i] tem uma frequência maior no corpus e é privilegiado em fala silabada. A realização de [e] é mais comum apenas após as consoantes [ts, k, h].

A constatação da variação entre esses fones é reforçada pelas observações obtidas através da análise, a partir do programa computacional *Praat*, dos espectrogramas dos fones [i, e]³⁵. Foram identificadas nos espectrogramas as alturas do 1º formante desses fones nas palavras abaixo³⁶:

³⁵ Os espectrogramas dos fones [i, e] podem ser vistos no Anexo III.

³⁶ As alturas do 1º formante identificadas para estas palavras são recorrentes nos demais dados da língua. Esta tabela nº 6 e as demais, relacionadas às outras vogais orais (Tabelas nº 6-12), são apenas ilustrativas.

Tabela nº 6

FONE [i]		
	PALAVRA	ALTURA 1º FORMANTE
(372)	[i'aʔ] - /ia/ “piolho”	391,2388 Hz
(373)	[ke'ʃiʔ] - /kiʃi/ “coxa”	351,3812 Hz
(374)	[ʔbiʔ] - /bi/ “carapanã”	364,5599 Hz
(375)	[ko'iʔ] - /kui/ “quente”	331,6380 Hz
(376)	[i'noʔ] - /inu/ “onça”	381,5632 Hz
		VARIACÃO 364, 0762 Hz

Tabela nº 7

FONE [e]		
	PALAVRA	ALTURA 1º FORMANTE
(377)	[mə'βeʔ] - /məbi/ “punho”	393,9899 Hz
(378)	[ke'ʃiʔ] - /kiʃi/ “coxa”	357,7739 Hz
(379)	[ʔpeʔ] - /pi/ “comer”	388,3090 Hz
(380)	[meʃ'keʔ] ~ [mes'keʔ] - /miski/ “pedra”	378,3008 Hz
(381)	[e'sẽʔ] - /isin/ “manga” (rede de pesca)	384,1922 Hz
		VARIACÃO 380,5131 Hz

Essas informações demonstram que apesar de a vogal anterior alta [i] ter em média o 1º formante mais baixo que a vogal anterior média-alta [e], essa diferença é muito pequena, de apenas 16,4369 Hz. Além disto, a altura do 1º formante de [i], em exemplos como (372, 376) acima, equivale à do 1º formante de [e] (377-381). Portanto, esses fones não só estão em variação livre, como pouco se diferenciam

acusticamente, podendo-se suspeitar que a distinção fonética entre eles seja apenas auditiva³⁷.

2) Os fones [ĩ, ã] também estão em variação livre. A realização de [ĩ], entretanto, é mais frequente e é privilegiada em fala silabada.

[ˈmĩʔ] ~ [ˈmẽʔ] - /min/ “teu/tua” (pronome possessivo) (333/347)

[koˈẽʔ] ~ [koˈĩʔ] - /kuin/ “fumaça” (357)

[noˈẽʔ] ~ [noˈĩʔ] - /nuin/ “minhoca” (358)

Os fones anteriores nasais estão em distribuição complementar com os fones anteriores orais, ocorrendo [ĩ, ã] apenas quando temos na base coda nasal tautossilábica, enquanto [i, e] são realizados nos demais ambientes.

3) Já o fone [j] também está em distribuição complementar com as vogais anteriores orais, sendo realizado [j] apenas quando a anterior alta ocorre em sílaba do tipo /V/ e diante de sílaba sem onset, em palavra com três ou mais sílabas, enquanto [i, e] são realizadas nos demais ambientes.

Concluindo, todas essas alofonias podem ser assim representadas:

/i/ → [i] ~ [e]

/i/ → [ĩ, ã] / __ /n/.

[i, e] / __ nda

/i/ → [j] / __. V, ω (3 sílabas ou +)

[i, e] / __ nda

³⁷ Pretendemos nos aprofundar nessa questão em trabalhos posteriores.

Decidimos representar esse fonema pela anterior alta não-arredondada oral porque o fone [i] tem uma distribuição menos restrita que os fones [i, ĩ, j], e é mais frequente, mais comum em fala silabada e mais natural que o fone [e] (LASS 1984, p. 131, 139-147)³⁸.

- O fonema central médio não-arredondado /ə/

O fonema central médio não-arredondado /ə/ é realizado em núcleo silábico e apresenta dois alofones: o fone central médio não-arredondado oral [ə] e o fone central médio não-arredondado nasal [ẽ].

O fone [ə] ocorre em sílaba localizada em início (382-398, 400), meio (399) e final de palavra (395, 398, 400-403). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (383-395, 398-400) e tônica (382, 395-398, 400-403). Esse fone ocorre após as vogais [a, u, o] (402-403) e após quase todas as consoantes, exceto [ɲ, j]. Ele é realizado diante de todas as vogais (386-391) e de quase todas as consoantes, exceto [ɲ, h].

(382) [ʼəʔ] - /ə/ “eu” (pronome pessoal)

(383) [ɲə:ʼkeʔ] - /əəkɨ/ “assustar”

(384) [ɲəʼtõʔ] - /əstun/ “irmão mais novo”

(385) [ʃəʼũʔ] - /ʃəun/ “peixe espia-mulher”

(386) [ʃəaʼkĩʔ] - /ʃəakin/ “engolir”

³⁸ Conforme a bibliografia consultada, outras línguas Pano também apresentam o fone [e] como alofone de /i/, caso das línguas: Arara (CUNHA 1993), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Shanenawa (CÂNDIDO 1998; 2004), Katukína (BARROS 1987) e Caxinauá (CAMARGO 1995). Destas, em Arara (CUNHA 1993), Poyanáwa (DE PAULA 1992) e Shanenawa (CÂNDIDO 1998; 2004) encontramos a mesma flutuação entre os fones [e, i] encontrada em Saynáwa, com a diferença que na língua por nós analisada o fone [e] tem uma distribuição mais larga que a encontrada nas línguas destacadas.

Já as línguas Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000; FERREIRA 2001; 2005), Cashibo (SHELL 1975) e Matses (LOOS 1999) apresentam o fonema /e/.

Lanes (2000) não identificou a produção de [e] na língua Jaminawa.

- (387) [hə'oʔ] - /həu/ “sapo” (‘o que canta’)
- (388) [ʃə'oʔ] ~ [ʃə'uʔ] - /ʃəu/ “cipó”
- (389) [nə'aʔ] - /nəa/ “jacamim”
- (390) [rə'iʔ] - /rəi/ “juriti”
- (391) [ba're pə'eʔ] - /bari pəi/ “verão”
- (392) [ʃəi'kaʔ] - /ʃəinka/ “cancão”
- (393) [βə'roʔ] - /bəru/ “olho”
- (394) [wə'ʃoʔ] - /bəʃu/ “freijó”
- (395) [ʃə'kəʃ] - /ʃəkəs/ “bacuri”
- (396) ['pəʔ] - /pə/ “reza”
- (397) ['pəj] - /pəj/ “asa”
- (398) [mə'təʔ] - /mətə/ “mingau”
- (399) [jãtə'iʔ] - /iantəin/ “a tarde”
- (400) [rə'wəʔ] - /rəuə/ “taquari, flauta” (flauta feita de taquari)
- (401) [na'nəʔ] - /nanə/ “jenipapo”
- (402) [bo'əʔ] ~ [bu'əʔ] - /buə/ “curimatã”
- (403) [ta'əʔ] - /taə/ “pé”

O fonema /ə/ realiza-se como [ə] sempre quando temos coda nasal tautossilábica. O fone [ə] ocorre em sílaba localizada em início (404-405), meio (406) e final de palavra (407-409). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (405-406) e tônica (404, 407-409).

- (404) ['əʔ] - /ən/ “meu/minha” (pronome possessivo)
- (405) [ʃə'koa'neʔ] - /ʃənkuani/ ‘nome próprio’
- (406) [ʃə'keʔ] - /ʃuənki/ “soprar”
- (407) [raka'wəʔ] - /rakauən/ “deite”
- (408) [jono'əʔ] - /iunuən/ “tarumã”
- (409) [tə'ʃəʔ] - /təʃən/ “capeba”

Os fones [ə] e [ẽ] estão em distribuição complementar, [ẽ] ocorre sempre quando temos na base coda nasal tautossilábica, enquanto [ə] é realizado nos demais ambientes.

/ə/ → [ẽ] / __ /n/.

[ə] / __ nda

Para compreendermos melhor o fone [ə]³⁹ em relação aos demais fones vocálicos orais, analisamos no espectrograma as alturas do seu 1º formante nas palavras abaixo:

Tabela nº 8

FONE [ə]		
	PALAVRA	ALTURA 1º FORMANTE
(410)	[ə'paʔ] - /əpa/ “pai”	417,9613 Hz
(411)	[mə'βeʔ] - /məbi/ “punho”	457, 4274 Hz
(412)	[kə'ʃaʔ] - /kəʃa/ “lábio”	434,2141 Hz
(413)	[hə'pəʔ] - /həpə/ “palha”	450,9884 Hz
(414)	[o'ʃəʔ] - /uʃə/ “lua”	510,5007 Hz
		VARIAÇÃO 454,2183 Hz

Comparemos a variação obtida para o fone [ə] com a das demais vogais orais e vejamos qual é a variação geral para vogais altas, médias-altas, média e baixa⁴⁰.

³⁹ O espectrograma do fone [ə] pode ser visto no Anexo III.

⁴⁰ Sabemos que a comparação do 1º formante das vogais anteriores, centrais e posteriores pode ser a princípio imprecisa em razão de estarmos comparando vogais com pontos de articulação distintos, entretanto, quando observamos os valores para as vogais anteriores e as posteriores, em suas diversas alturas, observamos que elas mantêm, com uma pequena margem de diferença, o mesmo padrão, demonstrando que para o Saynáwa o ponto de articulação não influencia nos resultados do 1º formante.

Tabela nº 9

QUADRO COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DA ALTURA DO 1º FORMANTE DOS FONES VOCÁLICOS ORAIS DO SAYNÁWA			
	FONES		VARIAÇÃO GERAL
VOGAIS ALTAS	[i] 364,0762 Hz (cf. Tabela nº 6)	[u] 370,6243 Hz (cf. Tabela nº 11, apresentada na descrição do fonema /u/)	367,3502 Hz
VOGAIS MÉDIAS-ALTAS	[e] 380,5131 Hz (cf. Tabela nº 7)	[o] 387,7136 Hz (cf. Tabela nº 12, apresentada na descrição do fonema /u/)	384,1133 Hz
VOGAL MÉDIA	[ə] 454,2183 Hz (cf. Tabela nº 8)		454,2183 Hz
VOGAL BAIXA	[a] 687,0572 Hz (cf. Tabela nº 10, apresentada na descrição do fonema /a/)		687,0572 Hz

O quadro comparativo acima nos mostra que temos uma vogal central média [ə], uma vez que esse fone tem a altura do 1º formante mais alta que as vogais médias-altas, não podendo, portanto, se interpretar esse segmento como uma vogal média-alta, muito menos como uma vogal alta. Por essa razão e porque esse segmento contrasta com os demais segmentos vocálicos da língua, como vimos no subtópico 2.1.2.2., o quadro fonológico das vogais é composto por vogais altas, média e baixa⁴¹.

⁴¹ Conforme a bibliografia consultada, a língua Saynáwa difere da maioria das demais línguas Pano por apresentar um fonema central médio. A língua Matis apresenta um fonema central médio, sendo que no caso desta língua é um fonema central médio-alto, representado por Spanghero Ferreira (2000, p. 36, 40) e Ferreira (2001, p. 36) como /ə/, enquanto no Saynáwa temos um fonema central médio, o qual representamos como /ə/ segundo o Alfabeto Fonético Internacional (IPA) de 2005. Contudo, em estudo posterior, Ferreira (2005, p. 30) revisou o quadro fonológico das

- O fonema central baixo não-arredondado /a/

O fonema central baixo não-arredondado /a/ é realizado em núcleo silábico e apresenta dois alofones: o fone central baixo não-arredondado oral [a] e o fone central baixo não-arredondado nasal [ã].

O fone [a] ocorre em sílaba localizada em início (415-434, 440), meio (432, 436-437, 439-440) e final de palavra (415, 417, 428-430, 433-436, 438-448). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (415-417, 421-434, 436-437, 439-440) e tônica (415, 417-

vogais do Matis e desconsiderou a existência da central média-alta como fonema, não expondo este segmento nem mesmo como realização fonética do Matis.

Em outras línguas Pano, a central média não só inexistente como fonema, como também não há fonemas vocálicos médios, existindo tão somente fonemas vocálicos altos e baixos, caso das línguas: Arara (CUNHA 1993), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Yawanawá (DE PAULA 2007), Jaminawa (LANES 2000), Kaxarari (LANES 2000), Caxinauá (CAMARGO 1995), Katukína (BARROS 1987), Shanenawa (CÂNDIDO 1998; 2004) e Marubo (COSTA 2000). Estas línguas apresentam 4 fonemas vocálicos orais, assim como o Saynáwa. Seria possível cogitar que o fonema vocálico central alto presente nas mencionadas línguas, e possivelmente em outros idiomas Pano, corresponda ao fonema vocálico central médio no Saynáwa. Essa hipótese, todavia, precisa ser conferida em um estudo comparativo, que fugiria aos objetivos do presente trabalho.

Em trabalho posterior, conforme a bibliografia da qual dispomos, Camargo (2005) utiliza a vogal ə na descrição da construção genitiva do Caxinauá, indicando que esta vogal constituiria um dos fonemas desta língua. Assim, também o Caxinauá possuiria uma vogal central média conforme interpretação mais recente de Camargo.

Para o Cashinahua, Kensinger (1963), diferentemente de Camargo (2005), nos diz que [ə] é alofone de /a/, ocorrendo apenas em sílaba final de frase.

Outras línguas Pano apresentam fonemas vocálicos médios, mas estes não são vogais centrais e sim vogais posteriores médias-altas. É o caso dos idiomas: Kaxarari, conforme a interpretação de Sousa (2004), diversa da de Lanes (2000); Shipibo-Conibo (SHELL 1975), Capanahua (SHELL 1975), Amahuaca (SHELL 1975), Marinahua (PIKE E SCOTT 1962), Chácobo (PROST 1967) e Huariapano (PARKER 1994). Na reconstrução do Proto-Pano, Shell (1975) considerou a vogal posterior média-alta como forma reconstruída.

Já as línguas Cashibo (SHELL 1950; 1975); Cashinahua (KENSINGER 1963); e Matis, segundo a interpretação mais recente de Ferreira (2005); apresentam fonemas vocálicos médios: anteriores e posteriores, mas não centrais.

420, 428-430, 433-436, 438-448). Esse fone ocorre após as vogais [i, e, ə, u, o] (417, 438-439, 441-445) e após todas as consoantes. Ele é realizado diante das vogais [i, ə, u, o] (422-424, 426-427, 432, 438) e de quase todas as consoantes, exceto [ɲ, h].

- (415) [a'jaʔ] - /aia/ “maracanã”
- (416) [a'toʔ] - /atu/ “estômago”
- (417) [ane'aʔ] - /ania/ “cunhado (a)”
- (418) ['maʔ] - /ma/ “não”
- (419) ['naʔ] ~ ['na:] - /na/ “este/esta” (pronome demonstrativo)
- (420) ['tʃaj] - /tʃaj/ “longe”
- (421) [ra'ʃoʔ] - /raʃu/ “gripe”
- (422) [tai'keʔ] - /taiki/ “raio”
- (423) [ja'əʔ] - /iaə/ “biorana”
- (424) [ba'iʔ] - /bai/ “passear”
- (425) [βa'reʔ] ~ [ba'reʔ] - /bari/ “sol”
- (426) [ra'oʔ] - /rau/ “erva, remédio, veneno”
- (427) [ta'uʔ] - /tau/ “paxiubão”
- (428) [wa'kaʔ] ~ [ba'kaʔ] - /baka/ “água, rio”
- (429) [ta'waʔ] - /taua/ “cana, ucuubinha”
- (430) [maj'naʔ] - /majna/ “magro”
- (431) [wa'moʔ] - /bamu/ “queixada”
- (432) [ʃaʃa'iʔ] - /ʃaʃai/ “marupá”
- (433) [ba'baʔ] - /baba/ “neto”
- (434) [tʃa'raʃ] - /tʃaras/ “ariramba”
- (435) [tã'paʃ] - /tanpas/ “tucano”
- (436) [kəjata'paʔ] - /kəiatapa/ “alto”
- (437) [ʃã,kã'i'teʔ] - /ʃankainti/ “pulmão”
- (438) [ʃu'aj] - /ʃuaj/ “coçar, curuba” (escabiose ou sarna)

- (439) [βia'naʔ] - /biana/ “carrapicho”
- (440) [ma,ɾĩɲa'taʔ] - /marinata/ “mucunã”
- (441) [ʃi'aʔ] - /ʃia/ “ardência da pimenta”
- (442) [nə'aʔ] - /nəa/ “jacamim”
- (443) [pu'aʔ] - /pua/ “inhame”
- (444) [to'aʔ] - /tua/ “pássaro sim-*sinhô*”
- (445) [ʃəne'aʔ] - /ʃənia/ “gordo”
- (446) [koʃo'kaʔ] - /kuʃuka/ “boto”
- (447) [pi'saʔ] - /pisa/ “araçari”
- (448) [o'kaʔ] - /uka/ “graúna”

O fonema /a/ realiza-se como [ã] sempre quando temos coda nasal tautossilábica. O fone [ã] ocorre em sílaba localizada em início (449-454), meio (455-456) e final de palavra (453, 457-463). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (449-451, 453-456) e tônica (452-453, 457-463).

- (449) [ãtsoa'kẽʔ] - /antsuakin/ “beijar”
- (450) [mã'ɲoʔ] - /maniu/ “liso”
- (451) [tã'paʃ] - /tanpas/ “tucano”
- (452) ['hãʔ] - /han/ “sim”
- (453) [kã'kãʔ] - /kankan/ “abacaxi”
- (454) [nã'pəʔ] - /nanpə/ “mosca-varejeira”
- (455) [ʃoã'keʔ] - /ʃuanki/ “curar”
- (456) [nutã'teʔ] - /nutanti/ “alguidar” (“copo pequeno”)
- (457) [põ'ɲãʔ] - /punian/ “braço”
- (458) [a'mãʔ] - /aman/ “capivara”
- (459) [u'nãʔ] - /unan/ “saúva”
- (460) [ʃõ'nãʔ] - /ʃunan/ “marrom”
- (461) [aku'ãʔ] - /akuan/ “manacá”

(462) [rono'aŋ] - /runuan/ “sucuri, jiboia” (‘cobra da água’)

(463) [baba'wãŋ] - /babauan/ “nora”

Os fones [a] e [ã] estão em distribuição complementar, [ã] ocorre sempre quando temos na base coda nasal tautossilábica, enquanto [a] é realizado nos demais ambientes.

/a/ → [ã] / __ /n/.

[a] / __ nda

A partir dos espectrogramas das palavras abaixo, identificamos uma variação de 687,0572 Hz para a altura do 1º formante do fone [a]⁴².

Tabela nº 10

FONE [a]		
	PALAVRA	ALTURA 1º FORMANTE
(464)	[taka'raŋ] - /takara/ “galinha”	659,7183 Hz
(465)	[a'tsaŋ] - /atsa/ “mandioca”	686,7943 Hz
(466)	[i'aŋ] - /ia/ “piolho”	691,7172 Hz
(467)	[kə'ʃaŋ] - /kəʃa/ “lábio”	646,3334 Hz
(468)	[ma'poŋ] - /mapu/ “cinzas”	750,7232 Hz
		VARIAÇÃO 687,0572 Hz

- O fonema posterior alto arredondado /u/

O fonema posterior alto arredondado /u/ é realizado em núcleo silábico e apresenta cinco alofones: o fone posterior alto arredondado oral [u], o fone posterior médio-alto arredondado oral [o], o fone posterior alto arredondado nasal [ũ], o fone posterior médio-alto

⁴² O espectrograma do fone [a] pode ser visto no Anexo III.

arredondado nasal [õ] e o fone aproximante labial sonoro [w], quando este está em posição de onset silábico.

O fone [u] ocorre em sílaba localizada em início (469-481), meio (482-487) e final de palavra (488-493). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (469-487) e tônica (488-493). Esse fone ocorre após as vogais [i, ə, a] (483-484, 491-492) e após quase todas as consoantes, exceto [β, w]. Ele é realizado diante das vogais [i, ə, a] (470-472, 478-479) e de quase todas as consoantes, exceto [w, ɲ, h].

- (469) [u'nãʔ] - /unan/ “saúva”
- (470) [u'iʔ] ~ [o'iʔ] - /ui/ “chuva”
- (471) [hu'aʔ] - /hua/ “flor”
- (472) [bu'əʔ] - /buə/ “curimatã”
- (473) [pu'poʔ] ~ [po'poʔ] - /pupu/ “tipo de coruja”
- (474) [ɭbuʃ'teʔ] ~ [ɭboʃ'teʔ] - /busti/ “pente”
- (475) [ku'ʃaʔ] - /kuʃa/ “cedro”
- (476) [bu'raʔ] - /bura/ “palmeira”
- (477) [bu'ʃiʃ] - /buʃis/ “jatobá”
- (478) [pua'kĩʔ] - /puakin/ “fumar”
- (479) [ʃu'aj] - /ʃuaj/ “coçar, curuba” (escabiose ou sarna)
- (480) [ɭhujpi'riʔ] - /hujpiri/ “rã”
- (481) [kuʃa'kĩʔ] - /kuʃakin/ “gafanhoto”
- (482) [bəju'ãʔ] - /bəiuan/ “caparari”
- (483) [təu'teʔ] - /təuti/ “colar”
- (484) [nau'miʔ] - /naumi/ “canela”
- (485) [i.tus'taʔ] - /itusta/ “sobrinha”
- (486) [aku'ãʔ] - /akuan/ “manacá”
- (487) [nẽɲu'ãʔ] - /ninuan/ “choaca”
- (488) [ka'muʃ] ~ [ka'moʃ] - /kamus/ “cascavel”

- (489) [pi'rus] ~ [pi'ruʃ] - /pirus/ “pipira”
 (490) [pi'tsuʔ] ~ [pi'tsoʔ] ~ [pe'tsoʔ] - /pitsu/ “periquito”
 (verde, pequeno)
 (491) [ta'uʔ] - /tau/ “paxiubão”
 (492) [pi'uʔ] - /piu/ “guariúba”
 (493) [a'kuʔ] - /aku/ “cumaru”

O fone [o] ocorre em sílaba localizada em início (494-507, 521), meio (500, 508-510) e final de palavra (503-504, 507, 510-522). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (494-504, 507-510, 521) e tônica (503-507, 510-522). Esse fone ocorre após as vogais [i, e, ə, a] (509, 512-514) e após quase todas as consoantes, exceto [β, w]. Ele é realizado diante das vogais [i, e, ə, a] (495, 497-498, 508) e de quase todas as consoantes, exceto [w, ɲ].

- (494) [o'ʃəʔ] - /uʃə/ “lua”
 (495) [o'iʔ] ~ [u'iʔ] - /ui/ “chuva”
 (496) [osa'ɪʔ] - /usain/ “rir”
 (497) [no'əʔ] - /nuə/ “sal”
 (498) [ʃo'aʔ] - /ʃua/ “Rio Valparaíso”
 (499) [toã'teʔ] - /tuanti/ “remo”
 (500) [jono'ãʔ] - /iunuan/ “maúba”
 (501) [ko'tʃaʔ] - /kutʃa/ “flecha”
 (502) [bo'kaʔ] - /buka/ “irara”
 (503) [ɿpoh'toʔ] ~ [ɿpos'toʔ] ~ [ɿpus'toʔ] - /pustu/ “barriga”
 (504) [no'koʔ] - /nuku/ “nós” (pronome pessoal)
 (505) [ɾroʔ] - /ru/ “guariba”
 (506) [ɾboj] - /buj/ “cera”
 (507) [po'pos] - /pupus/ “lama”
 (508) [mano'eʔ] - /manui/ “gostar, amar”

- (509) [məo'teʔ] - /məuti/ “pulseira”
(510) [βi_ipoh'toʔ] ~ [βi_ipos'toʔ] - /bipustu/ “panturrilha”
(511) [tʃa'ʃoʃ] - /tʃaʃus/ “sapo-de-enxurrada”
(512) [ke'oʔ] - /kiu/ “maçaranduba”
(513) [ʃi'oʔ] - /ʃiu/ “mosca-pium”
(514) [ʃa'oʔ] - /ʃau/ “osso”
(515) [a'toʔ] - /atu/ “estômago”
(516) [te'poʔ] - /tipu/ “cachimbo”
(517) [i'poʔ] - /ipu/ “bode” (peixe)
(518) [pã'toʔ] - /pantu/ “grotas”
(519) [mã'noʔ] - /maniu/ “liso”
(520) [sa'koj] - /sakuj/ “dança tradicional”
(521) [ho'noʔ] ~ [hu'noʔ] - /hunu/ “caititu”
(522) [sa'poʔ] ~ [sa'puʔ] - /sapu/ “algodão”

O fonema /u/ realiza-se como [ũ] sempre quando temos coda nasal tautossilábica. O fone [ũ] ocorre em sílaba localizada em início (523-525), meio (526) e final de palavra (527-532). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (523-526) e tônica (527-532).

- (523) [bũ'naʔ] - /buna/ “abelha uruçú”
(524) [nũ'toʔ] - /nuntu/ “rolinha”
(525) [pũ'nãʔ] ~ [põ'nãʔ] - /punian/ “braço”
(526) [saũ'keʔ] - /saunki/ “salgar”
(527) [i_iʃi'mũʔ] ~ [e_iʃi'mũʔ] - /iʃismun/ “cansanção, urtiga”
(528) [ʃi'mũʔ] - /ʃimun/ “camapum”
(529) [ta'pũʔ] ~ [ta'põʔ] - /tapun/ “raiz”
(530) [ʃə'ũʔ] - /ʃəun/ “peixe espia-mulher”
(531) [tʃi'ũʔ] - /tʃiun/ “assa-peixe”

(532) [ha'ũʔ] - /haun/ “seu/sua” (pronome possessivo)

O fonema /u/ realiza-se como [õ] sempre quando temos coda nasal tautossilábica. O fone [õ] ocorre em sílaba localizada em início (533-539), meio (540) e final de palavra (539, 541-545). Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (533-540) e tônica (539, 541-545).

(533) [õ'tejs] - /untis/ “garra”

(534) [põ,poh'toʔ] - /punpustu/ “músculo do membro superior”

(535) [põ'jãʔ] ~ [pũ'jãʔ] - /punian/ “braço”

(536) [kõ'maʔ] - /kunma/ “miratauí”

(537) [bõ'kaʃ] - /bunkas/ “cana-de-macaco”

(538) [tõ'noʔ] - /tunu/ “mandim-duro”

(539) [nõ'nõʔ] - /nunun/ “pato”

(540) [waʃtõ'koʔ] - /bastunku/ “cotovelo”

(541) [wa'jõʔ] - /baʃun/ “cego”

(542) [ja,mana'põʔ] - /iamanapun/ “madrugada”

(543) [no'kõʔ] - /nukun/ “nosso/nossa” (pronome possessivo)

(544) [ba'tõʔ] - /batun/ “piauí-de-flecha”

(545) [bo'kõʔ] - /bukun/ “embaúba”

O fonema /u/ quando ocorre em ambiente intervocálico⁴³, em palavra com três ou mais sílabas, realiza-se como [w], passando a ocupar a posição de onset da vogal contígua⁴⁴. O fone [w] ocorre em sílaba localizada em meio (546-548) e em final de palavra (549-559),

⁴³ Quando o fone [w] é produzido em início de palavra, ele é um dos alofones de /b/, como vimos na descrição desse fonema.

⁴⁴ O Saynáwa não apresenta onset ramificado, por essa razão temos: [pua'kĩʔ] - /puakin/ “fumar”, e não *[pwa'kĩʔ].

não sendo realizado em início de palavra. Quanto à tonicidade, é realizado em sílaba pretônica (546-548) e tônica (549-559). Esse fone ocorre após as vogais [i, e, ə, a] (546-559), e diante das vogais [e, ə, ẽ, a, ã], com as quais forma ditongo crescente (546-559)⁴⁵.

(546) [ewa'paʔ] - /iuapa/ “grande”

(547) [pə'ʃə ʃəwa'teʔ] - /pəʃə ʃəuati/ “teto, coberta da casa”

(548) [əwa'iʔ] - /əuai/ “crescer”

(549) [na'waʔ] - /naua/ “branco (gente)”

(550) [ə'waʔ] - /əua/ “mãe”

(551) [na'wəʔ] - /nauə/ “tabaco”

(552) [ne'wəʔ] - /niuə/ “araçá”

(553) [a'waʔ] - /aua/ “anta”

(554) [βe'wãʔ] ~ [βi'wãʔ] - /biuan/ “tamanduá pequeno”

(555) [ʃa'wãʔ] - /ʃauan/ “arara”

⁴⁵ Assumimos a aproximante labial sonora [w] como alofone de /u/ e não como fonema por causa do aporte teórico por nós utilizado. Estamos nos pautando em uma perspectiva não-linear, como já falamos em nossa introdução, e que é exposta por Clements e Hume (1995).

Os demais estudos sobre as línguas Pano, que dispomos em nossa bibliografia, consideraram, com exceção de Cunha (1993) sobre a língua Arara, a aproximante labial sonora como fonema. Entretanto, acreditamos que esta distinção em relação à análise que ora apresentamos seja tão somente uma divergência teórica. Esses estudos possivelmente consideraram a aproximante labial sonora como fonema em razão de uma perspectiva linear. Neste sentido, temos em De Paula (2007, p. 64-67) sobre o Yawanawá, em Costa (2000, p. 55) sobre o Marubo e em Spanghero Ferreira (2000, p. 48) e Ferreira (2001, p. 35) sobre o Matis, a afirmação de que /w/ foi interpretado como fonema por causa da teoria linear aplicada, mas que poderia ser interpretado como alofone de /u/ em uma análise não-linear.

Shell (1975) não apresentou a aproximante labial sonora como fonema da língua Cashibo.

Já em relação à língua Yaminahua, segundo a interpretação de Faust e Loos (2002), a aproximante labial sonora foi considerada apenas como uma realização alofônica, mas por razões diversas das nossas.

- (556) [tsa'weʔ] - /tsau/ “sentar-se”
 (557) [ɾə'wəʔ] - /ɾəuə/ “taquari, flauta” (flauta feita de taquari)
 (558) [ja'waʔ] - /iaua/ “porco”
 (559) [ba'nẽ ma'wẽʔ] - /banin mauən/ “tucum”

A aproximante labial sonora [w] não é realizada em coda silábica. Entretanto, a realização de [w] nessa posição silábica, formando ditongo decrescente, pode ser percebida na elicitação de textos em fala mais rápida, ocorrendo de modo variável e em poucos dados e desde que a palavra não seja produzida no final de enunciado. Esta realização, por não ser identificada em fala silabada e por não ser recorrente, não foi por nós considerada na descrição fonética da língua. Assim, temos:

- (560) [ʃa'oʔ] - /ʃau/ “osso”, e não *[ʃaw]
 (561) [ɾa'oʔ] - /ɾau/ “erva, remédio, veneno”, e não *[ɾaw]
 (562) [ʃə'oʔ] - /ʃəu/ “cipó”, e não *[ʃəw]
 (563) [nau'miʔ] - /naumi/ “canela”, e não *[naw'miʔ]
 (564) [təu'teʔ] - /təuti/ “colar”, e não *[təw'teʔ]

A partir do que expusemos, podemos verificar abaixo as alofonias do /u/ de forma esquemática:

1) Os fones [u, o] estão em variação livre⁴⁶.

- [u'iʔ] ~ [o'iʔ] - /ui/ “chuva” (470/495)
 [pu'poʔ] ~ [po'poʔ] - /pupu/ ‘tipo de coruja’ (473)
 [buʃ'teʔ] ~ [boʃ'teʔ] - /busti/ “pente” (474)
 [ka'muʃ] ~ [ka'moʃ] - /kamus/ “cascavel” (488)

⁴⁶ Conforme a bibliografia consultada, outras línguas Pano também apresentam o fone [o] variando livremente com o fone [u], sendo ambos alofones de /u/, caso das línguas: Arara (CUNHA 1993), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Shanenawa (CÂNDIDO 1998; 2004) e Yawanawá (DE PAULA 2007).

[pi'tsuʔ] ~ [pi'tsoʔ] ~ [pe'tsoʔ] - /pitsu/ “periquito” (verde, pequeno) (490)

[,poh'toʔ] ~ [,pos'toʔ] ~ [,pus'toʔ] - /pustu/ “barriga” (503)

[ho'noʔ] ~ [hu'noʔ] - /hunu/ “caititu” (521)

[sa'poʔ] ~ [sa'puʔ] - /sapu/ “algodão” (522)

Mesmo diante dessa variação, podemos identificar algumas distinções na ocorrência desses fones. O fone [o] tem uma distribuição mais larga, podendo ser realizado após e diante de [e], e diante de [h]. Apesar disto, identificamos que o fone [u] é privilegiado em fala silabada e só não é mais frequente sua realização, comparada à do fone [o], após as consoantes [t, ts, tʃ].

A constatação da variação entre os fones [u, o] é reforçada pelas observações obtidas através da análise de seus espectrogramas⁴⁷. Foram identificadas nos espectrogramas as alturas do 1º formante desses fones nas palavras abaixo:

Tabela nº 11

FONE [u]		
	PALAVRA	ALTURA 1º FORMANTE
(565)	[hu'moʃ] - /humus/ “umbu”	381,6593 Hz
(566)	[a'nuʔ] - /anu/ “paca”	353,1079 Hz
(567)	[bu'ʃiʃ] - /buʃis/ “jatobá”	367,4713 Hz
(568)	[u'iʔ] - /ui/ “chuva”	389,3607 Hz
(569)	[na'i oʃu'paʔ] - /nai uʃupa/ “nuvem”	361,5225 Hz
		VARIAÇÃO 370,6243 Hz

⁴⁷ Os espectrogramas dos fones [u, o] podem ser vistos no Anexo III.

Tabela nº 12

FONE [o]		
	PALAVRA	ALTURA 1º FORMANTE
(570)	['boʔ] - /bu/ “cabelo”	392,0682 Hz
(571)	[ma' pɔʔ] - /mapu/ “cinzas”	382,3282 Hz
(572)	[hu' mɔʃ] - /humus/ “umbu”	387,7935 Hz
(573)	[kɔ'iʔ] - /kui/ “quente”	378,7761 Hz
(574)	[bo'kõʔ] - /bukun/ “embaúba”	397,6020 Hz
		VARIAÇÃO 387,7136 Hz

Essas informações demonstram que apesar de a vogal posterior alta [u] ter em média o 1º formante mais baixo que a vogal posterior média-alta [o], essa diferença é muito pequena, de apenas 17,0893 Hz. Além disto, a altura do 1º formante de [u], em exemplos como (565, 568) acima, equivale à do 1º formante de [o] (570-574). Portanto, esses fones não só estão em variação livre, como pouco se diferenciam acusticamente, podendo-se suspeitar que a distinção fonética entre eles seja apenas auditiva.

Esse comportamento é idêntico ao observado para os fones [i, e], o que nos leva a considerar a possibilidade de ser apenas auditiva a distinção entre as vogais altas e as médias-altas do Saynáwa.

2) Os fones [ũ, õ] também estão em variação livre. A realização de [ũ], entretanto, é mais frequente e é privilegiada em fala silabada.

[pũ'jãʔ] ~ [põ'jãʔ] - /punian/ “braço” (525/535)

[ta'pũʔ] ~ [ta'põʔ] - /tapun/ “raiz” (529)

Os fones posteriores nasais estão em distribuição complementar com os fones posteriores orais, ocorrendo [ũ, õ] apenas quando temos

na base coda nasal tautossilábica, enquanto [u, o] são realizados nos demais ambientes.

3) Já o fone [w] também está em distribuição complementar com as vogais posteriores orais, sendo realizado [w] apenas quando a posterior alta ocorre em ambiente intervocálico, em palavra com três ou mais sílabas, enquanto [u, o] são realizadas nos demais ambientes.

Concluindo, todas essas alofonias podem ser assim representadas:

/u/ → [u] ~ [o]

/u/ → [ũ, õ] / __ /n/.

[u, o] / __ nda

/u/ → [w] / V __ V, ω (3 sílabas ou +)

[u, o] / __ nda

Decidimos representar esse fonema pela posterior alta arredondada oral porque o fone [u] tem uma distribuição menos restrita que os fones [ũ, õ, w], e, apesar de ter uma distribuição menos larga que o fone [o], é mais frequente, mais comum em fala silabada e mais natural que este fone (LASS 1984, p. 131, 139-147)⁴⁸.

⁴⁸ Segundo a bibliografia consultada, também foi identificado o fonema /u/, inexistindo o fonema */o/, nas seguintes línguas Pano: Arara (CUNHA 1993), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Shanenawa (CÂNDIDO 1998; 2004), Yawanawá (DE PAULA 2007), Yaminahua (FAUST E LOOS 2002), Jaminawa (LANES 2000), Caxinauá (CAMARGO 1995), Cashinahua (KENSINGER 1963), Katukína (BARROS 1987), Marubo (COSTA 2000) e Kaxarari (LANES 2000).

Já em outras línguas Pano, o fonema /o/ foi identificado, inexistindo no sistema fonológico a vogal */u/, como em: Shipibo-Conibo (SHELL 1975), Capanahua (SHELL 1975), Cashibo (SHELL 1950; 1975), Amahuaca (SHELL 1975), Marinhua (PIKE E SCOTT 1962), Huariapano (PARKER 1994) e Chácobo (PROST 1967). Shell (1975), por

2.1.2.3.1. As vogais longas.

No Saynáwa, as vogais longas são realizações apenas fonéticas, não se confirmando fonologicamente.

A ocorrência dessas vogais longas pode ser explicada por dois motivos:

1) são realizadas graças ao processo do alongamento iâmbico, sobre o qual falaremos nos tópicos 3.2. e 3.4. e que pode ser observado nos exemplos (575-579) abaixo;

2) são realizadas porque temos na base duas vogais idênticas em sequência, o que pode ser observado nos exemplos (580-581) abaixo, sendo esse comportamento semelhante ao identificado no Yawanawá (DE PAULA 2007, p. 43).

(575) [tso:] ~ [tsoʔ] - /tsu/ “pulga”

(576) [i:] ~ [iʔ] ~ [eʔ] - /i/ “árvore”

(577) [tʃi:] ~ [tʃiʔ] ~ [tʃeʔ] - /tʃi/ “fogo”

(578) [ne:] ~ [neʔ] - /ni/ “floresta”

(579) [na:] ~ [naʔ] - /na/ “este/esta” (pronome demonstrativo)

(580) [e:'keʔ] ~ [i:'keʔ] - /iiki/ “cantar”

(581) [ə:'keʔ] - /əəki/ “assustar”

As vogais nasais apresentam alongamento compensatório, sendo essa mais uma prova de que essas vogais surgem na superfície graças ao processo de assimilação da coda nasal. Esse alongamento, entretanto, por não ser significativo, não foi interpretado como vogal longa.

Em (582-583) abaixo, identificamos uma diferença de 0,032791 s. entre a duração da vogal oral e a da nasal, já em (584-585), temos uma diferença de 0,022423 s. Desse modo, a vogal nasal não chega a

ter baseado seu estudo em grande parte destas línguas, defendeu a existência de “*o” para o Proto-Pano e não de *u.

A coexistência dos fonemas /u, o/ foi identificada nas línguas: Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000; FERREIRA 2001; 2005) e Kaxarari (SOUSA 2004).

1,5 vezes a duração da vogal oral, o que segundo Hayes (1995, p. 81) não revela um contraste de duração significativo⁴⁹.

Tabela nº 13⁵⁰

QUADRO COMPARATIVO DA DURAÇÃO DE VOGAIS ORAIS E NASAIS		
	PALAVRA	DURAÇÃO DA VOGAL (em negrito>)
(582)	[na'iʔ] - /nai/ “céu”	0,141440 s.
(583)	[naĩʔ] - /nain/ “bicho-preguiça”	0,174231 s.
(584)	[ma'iʔ] - /mai/ “terra”	0,126188 s.
(585)	[mã'tejs] - /mantis/ “unha”	0,148611 s.

2.1.3. Ditongo.

A língua Saynáwa apresenta ditongo crescente, formado pela aproximante labial sonora [w] e pela aproximante palatal [j], e ditongo decrescente, formado pela aproximante palatal [j]. Os ditongos crescentes se constituem apenas em realizações fonéticas, e os decrescentes se confirmam fonologicamente, com exceção dos que são realizados em sílabas CVCC⁵¹.

2.1.3.1. Ditongo crescente.

O ditongo crescente pode ser formado pela aproximante labial sonora [w], realização alofônica de /u/, desde que não seja em início de

⁴⁹ Hayes (1995, p. 81) demonstra que em línguas Iâmbicas, caso do Saynáwa como veremos em 3.2, elementos longos devem ser 1,5 ou 2,0 vezes mais longos que os elementos breves para se obter o efeito iâmbico.

⁵⁰ Esta tabela é apenas ilustrativa, as durações das vogais orais e nasais aqui apresentadas são recorrentes nos demais dados.

⁵¹ Como expusemos em nossa introdução, utilizamos o recurso da solicitação aos informantes de fala silabada para identificarmos a realização dos ditongos na língua.

palavra; ou pela aproximante palatal [j], realização alofônica de /i/, em qualquer posição na palavra.

Não existem ditongos crescentes nasais porque o processo de assimilação de coda nasal é anterior à ressilabificação das vogais adjacentes, como veremos em 3.1.4. e 3.4.

A aproximante labial sonora [w] forma ditongo crescente com [e] (586), com [ə] (587-588), com [ɐ] (589), com [a] (590-591) e com [ã] (592).

A aproximante palatal [j] forma ditongo crescente com [a] (593-594), com [ã] (595), com [u] (596-597) e com [o] (598-599).

Os ditongos crescentes ocorrem em sílabas do tipo [CV] (590, 593, 595-598) e [CVC] (586-589, 591-594, 599), não sendo realizados em sílabas [CVCC].

Tabela nº 14

QUADRO DOS DITONGOS CRESCENTES	
[w] -	[j] -
- [e] (586) [tsa'weʔ] - /tsau/ “sentar-se”	- [a] (593) [japa'wãʔ] - /iapauan/ “matrinxã” (594) [ʃo'jaʔ] - /ʃuia/ ‘rato pequeno’
-[ə] (587) [ʃa'wəʔ] - /ʃauə/ “jabuti” (588) [mə'wəʔ] - /məuə/ “barreiro”	- [ã] (595) [jãtə'ĩʔ] - /iantəin/ “a tarde”
-[ɔ] (589) [ba'nẽ ma'wɔʔ] - /banin mauən/ “tucum”	- [u] (596) [ju'məʔ] - /iumə/ “linha de costura” (597) [bəju'ãʔ] - /bəiuan/ “caparari”
-[a] (590) [əwa'iʔ] - /əuai/ “crescer” (591) [ta'waʔ] - /taua/ “cana, ucuubinha”	- [o] (598) [jo'paʔ] - /iupa/ “panema” (599) [tʃikə'joʔ] - /tʃinkəiu/ “jandaia”
-[ã] (592) [həpə'wãʔ] - /həpəuan/ “piaçabeira”	

2.1.3.2. Ditongo decrescente.

O ditongo decrescente é formado pela aproximante palatal [j], que se confirma como o fonema /j/. Já os ditongos decrescentes realizados em sílabas [CVCC] são apenas fonéticos.

A aproximante palatal [j] forma ditongo decrescente com [ə] (600), com [a] (601-603), com [u] (604) e com [o] (605-606). Esses

ditongos decrescentes ocorrem em sílabas do tipo [VC] (603) e [CVC] (600-602, 604-606), não sendo realizados em sílabas [CVCC].

Tabela nº 15

QUADRO DOS DITONGOS DECRESCENTES	
- /j/	
[ə] -	
(600) [ˈpəj] - /pəj/ “asa”	
[a] -	
(601) [ʃaˌkajˈteʔ] - /ʃakajti/ “maracá”	
(602) [naˈi ˈbaj] - /nai baj/ “pajé”	
(603) [ʃoˈaj] - /ʃuaj/ “coçar, curuba” (escabiose ou sarna)	
[u] -	
(604) [ˌhujpiˈriʔ] - /hujpiri/ “rã”	
[o] -	
(605) [ˌpojpiˈseʔ] - /pujpisi/ “mastruço”	
(606) [ˈpoj] - /puj/ “fezes”	

Além da ocorrência de ditongo decrescente fonológico, temos a ocorrência de ditongo decrescente formado por [j] que é apenas fonética. É o caso abaixo (607-609) dos ditongos –ej –oj em sílaba do tipo [CVCC], que ocorrem devido ao processo de inserção, como veremos em 3.4.

(607) [mãˈtejs] - /mantis/ “unha”

(608) [ˌtejʃˈtəʔ] - /tistə/ “carvão”

(609) [poˈko tʃeˈpojʃ] - /puku tʃipus/ “barriga toda” (o abdômen e o tórax)

Não identificamos em fala silabada a realização de ditongo decrescente com a aproximante labial sonora [w]. Esse ditongo só é percebido na elicitacão de textos em fala mais rápida, ocorrendo de modo variável e em poucos dados e desde que a palavra não seja produzida no final de enunciado. Por apresentar estas restrições, não sendo recorrente, nem realizado em fala silabada, não consideramos a realização de ditongo decrescente formado com [w].

As realizações (610-612) não são esperadas na língua, mas sim as expostas em (613-615) abaixo.

(610) *['raw]

(611) *['ʃəw]

(612) *[,naw'miʔ]

(613) [ra'oʔ] - /rau/ “erva, remédio, veneno”

(614) [ʃə'oʔ] - /ʃəu/ “cipó”

(615) [nau'miʔ] - /naumi/ “canela”

CAPÍTULO 3

A sílaba, o acento, os constituintes prosódicos e os processos fonológicos do Saynáwa.

3.1. A sílaba do Saynáwa.

A língua Saynáwa apresenta os tipos silábicos fonéticos [V, CV, VC, CVC, CVCC]. O tipo [CVCC] não se confirma fonologicamente. Desse modo, a língua apresenta em sua fonologia os padrões silábicos /V, CV, VC, CVC/, tendo como molde silábico a estrutura (C)V(C).

3.1.1. A sílaba fonética.

Vejamos cada um dos tipos silábicos fonéticos.

- A sílaba [V]

A sílaba [V] pode vir em início de palavra (1-8, 15-18) e em meio de palavra (8-13). Essa sílaba só pode formar palavra mínima (15-16) ou ser realizada em final de palavra (14) se ela não estiver em final de frase ou se apresentar vogal alongada. Em (14, 15), por exemplo, as palavras para “terra” e “meu/minha” quando elicitadas isoladamente não terminam com sílaba do tipo [V], apresentam uma oclusiva glotal após a vogal final.

Quanto aos demais tipos silábicos, [V] pode ocorrer diante de todos eles, e após [V, CV] (6, 8-14), não ocorrendo após sílabas do tipo [VC, CVC, CVCC]. Essa sílaba pode ter seu núcleo ocupado por todas as vogais orais e nasais, bem como por vogais longas.

- (1) [i.ʼfɨʃ] V.CVC - /iʃis/ “mandim-mole”
- (2) [a.ʼjaʔ] V.CVC - /aia/ “maracanã”
- (3) [ĩ.ʼjãʔ] V.CVC - /inan/ “lago”
- (4) [õ.ʼtejs] V.CVCC - /untis/ “garra”
- (5) [ə.ʼneʔ] V.CVC - /əni/ “taxi”
- (6) [u.ʼiʔ] V.VC - /ui/ “chuva”
- (7) [e.wa.ʼpaʔ] V.CV.CVC - /iuapa/ “grande”

- (8) [o.i.'seʔ] V.V.CVC - /uisi/ “inverno”
(9) [to.ã.'teʔ] CV.V.CVC - /tuanti/ “remo”
(10) [βi.a.'naʔ] CV.V.CVC - /biana/ “carrapicho”
(11) [tə.u.'teʔ] CV.V.CVC - /təuti/ “colar”
(12) [ta.i.'keʔ] CV.V.CVC - /taiki/ “raio”
(13) [hu.ĩ.'teʔ] CV.V.CVC - /huinti/ “coração”
(14) [ma.'i tʃa.ka.'boʔ] CV.V # CV.CV.CVC - /mai tʃakabu/
“a terra é ruim” ([ma.'iʔ] CV.VC - “terra”)
(15) [ʔ̃ ʔ̃aʃ.'paʔ] V # VC.CVC - /ən aspa/ “minha boca”
([ʔ̃ʔ̃ʔ] VC - “meu/minha”)
(16) [ʔ̃i:] ~ [ʔ̃e:] V: - /i/ “árvore”
(17) [ʔ̃e.'keʔ] V:..CVC - /iiki/ “cantar”
(18) [ʔ̃ə.'keʔ] V:..CVC - /əəki/ “assustar”

- A sílaba [CV]

A sílaba [CV] pode vir em início de palavra (19-23, 25, 27-29, 31, 33-36) e em meio de palavra (22, 24-26, 30, 32). Essa sílaba só pode formar palavra mínima (33) ou ser realizada em final de palavra (32) se ela não estiver em final de frase ou se apresentar vogal alongada. Em (32-33), por exemplo, as palavras para “lua” e “cabelo” quando elicitadas isoladamente não terminam com sílaba do tipo [CV], apresentam uma oclusiva glotal após a vogal final.

Quanto aos demais tipos silábicos, [CV] pode ocorrer após e diante de todos eles. Essa sílaba pode ter seu onset ocupado por todas as consoantes e seu núcleo por todas as vogais orais e nasais, bem como por vogais longas.

- (19) [mə.'təʔ] CV.CVC - /mətə/ “mingau”
(20) [ko.'keʔ] CV.CVC - /kuki/ “paneiro” (para levar mandioca)
(21) [tʃi.pas.'peʔ] CV.CVC.CVC - /tʃipaspi/ “anca”

- (22) [wa.ma.'naʔ] CV.CV.CVC - /bamana/ “rosto”
 (23) [jo.'soʔ] CV.CVC - /iusu/ “feijão, fava”
 (24) [o.na.'maʔ] V.CV.CVC - /unama/ “idiota”
 (25) [pa.tʃi.'ris.'taʔ] CV.CV.CVC.CVC - /patʃirista/ “fraco”
 (26) [a.ne.'aʔ] V.CV.VC - /ania/ “cunhado (a)”
 (27) [bo.'kõʔ] CV.CVC - /bukun/ “embaúba”
 (28) [ma.'taʃ] CV.CVC - /matas/ “alma-de-porco”
 (29) [ta.'məʃ] CV.CVC - /taməs/ “dedo do pé”
 (30) [nejs.ka.'iʔ] CVCC.CV.VC - /niskain/ “suar”
 (31) [mã.'tejs] CV.CVCC - /mantis/ “unha”
 (32) [o.'ʃə e.wa.'paʔ] V.CV # V.CV.CVC - /uʃə iuapa/
 “a lua é grande” ([o.'ʃəʔ] V.CVC - “lua”)
 (33) ['bo ʔʃaj.'paʔ] CV # CVC.CVC - /bu ʔʃajpa/
 “cabelo comprido” ([ʔboʔ] CVC - “cabelo”)
 (34) [ko.'ẽʔ] CV.VC - /kuin/ “fumaça”
 (35) ['ko:] CV: - /ku/ “pus”
 (36) [na.u.'miʔ] CV.V.CVC - /naumi/ “canela”

- A sílaba [VC]

A sílaba [VC] pode vir em início (37-39, 45-46) e em final de palavra (40-44), bem como pode formar palavra mínima (45-46).

Quanto aos demais tipos silábicos, a sílaba [VC] pode ocorrer após [V, CV] (40-44), não se realizando após [VC, CVC, CVCC]. Ela é realizada diante de [CV, CVC] (37-39) e, apesar de não termos identificado no corpus, acreditamos que possa também ocorrer diante de [CVCC]. Ela não pode ser produzida diante das sílabas [V, VC].

A sílaba do tipo [VC] pode ter seu núcleo preenchido por todas as vogais orais e nasais e sua coda pelos fones [j, s, ʃ, ʔ]. O fone [ʔ] só pode ocupar coda final (43-46).

- (37) [aʃ.'paʔ] VC.CVC - /aspa/ “boca”

(38) [iʃ.ˈmẽʔ] VC.CVC - /ismin/ “urubu-rei”

(39) [aʃkẽˈkeʔ] VC.CV.CVC - /as.kin.ki/ “respirar”

(40) [ʃo.ˈaj] CV.VC - /ʃuaj/ “çoçar, curuba” (escabiose ou sarna)

(41) [ja.ˈiʃ] CV.VC - /iais/ “tatu”

(42) [ra.ˈis] CV.VC - /rais/ “genro”

(43) [o.ˈiʔ] V.VC - /uin/ “vivo”

(44) [ʃa.ba.ˈiʔ] CV.CV.VC - /ʃabai/ “amanhecer”

(45) [ˈəʔ] VC - /ə/ “eu” (pronome pessoal)

(46) [ˈiʔ] ~ [ˈeʔ] VC - /i/ “árvore”

- A sílaba [CVC]

A sílaba [CVC] pode vir em início (47-51, 62-63), em meio (52-54) e em final de palavra (48-61), bem como pode formar palavra mínima (62-63).

Quanto aos demais tipos silábicos, a sílaba [CVC] pode ocorrer após todos eles, e diante de [CV, CVC, CVCC] (47-54), não sendo realizada diante de [V, VC].

A sílaba do tipo [CVC] pode ter seu onset preenchido por todas as consoantes, seu núcleo por todas as vogais orais e nasais e sua coda pelos fones [j, s, ʃ, h, ʔ]. O fone [h] só pode ocupar coda medial (52) e o fone [ʔ] só pode ocupar coda final (48-55, 59-61, 63).

(47) [ɰəs.ˈtejs] CVC.CVCC - /bəstis/ “um”

(48) [ɰəʃ.ˈkoʔ] CVC.CVC - /məsku/ “traíra”

(49) [ɰoj.pi.ˈseʔ] CVC.CV.CVC - /pujɰisi/ “mastruço”

(50) [ɰes.ˈta ɰis.ˈtaʔ] CVC.CV # CVC.CVC - /pista rista/ “pequeno”

(51) [ɰaʃ.pĩ.ˈkaʔ] CVC.CV.CVC - /paspinka/ “bem-te-vi”

(52) [põ.ɰoh.ˈtoʔ] CV.CVC.CVC - /punpustu/ “músculo do membro superior”

- (53) [ʃa.kaj.'teʔ] CV.CVC.CVC - /ʃakajti/ “maracá”
 (54) [i.ʃiʃ.'mũʔ] V.CVC.CVC - /iʃismun/ “cansanção, urtiga”
 (55) [ʃo.'jaʔ] CV.CVC - /ʃuia/ “rato pequeno”
 (56) [sa.'koj] CV.CVC - /sakuj/ “dança tradicional”
 (57) [a.ĩ.'ɲaʃ] V.V.CVC - /ainas/ “cipó-timbó”
 (58) [pi.'rus] CV.CVC - /pirus/ “pipira”
 (59) [jo.'ʃãʔ] CV.CVC - /iuʃan/ “fêmea”
 (60) [aʃ.'paʔ] VC.CVC - /aspa/ “boca”
 (61) [t'ejʃ.'təʔ] CVCC.CVC - /tistə/ “carvão”
 (62) ['boj] CVC - /buj/ “cera”
 (63) ['tʃiʔ] CVC - /tʃi/ “fogo”

- A sílaba [CVCC]

A sílaba [CVCC] pode vir em início (64-68) e em final de palavra (69-73).

Quanto aos demais tipos silábicos, a sílaba [CVCC] pode ocorrer após [V, CV, CVC] (69-73) e, apesar de não termos identificado no corpus, acreditamos ser possível sua realização após [VC]. Ela pode ocorrer diante de [CV, CVC] (64-68), não sendo realizada diante de [V, VC].

O tipo silábico [C¹VC²C³] pode ter seu onset (C¹) ocupado pelas consoantes [p, m, t, n, r], seu núcleo pelas vogais [e, o], a primeira posição de coda (C²) por [j] e a segunda posição de coda (C³) por [s, ʃ]. Essa sílaba é pouco frequente no corpus e tem sua realização restrita⁵², sendo produzida graças ao processo de inserção, como veremos no tópico 3.4.

- (64) [t'mejʃ.ke.'teʔ] CVCC.CV.CVC - /miskiti/ “anzol”

⁵² Conforme a bibliografia consultada, as línguas Shipibo-Conibo, Capanahua (SHELL 1975) e Marubo (COSTA 2000) apresentam sílaba do tipo [CVCC], sendo restrita nessas línguas Pano tal realização, assim como no Saynáwa.

(65) [ᵣejs.¹peʔ] ~ [ᵣes.¹peʔ] CVCC.CVC ~ CVC.CVC - /rispi/
“corda”

(66) [ᵣmejs.¹keʔ] ~ [ᵣmes.¹keʔ] CVCC.CVC ~ CVC.CVC -
/miski/ “pedra”

(67) [ᵣnejs.ka.ᵢʔ] CVCC.CV.VC - /niskain/ “suar”

(68) [ᵣtejʃ.¹təʔ] CVCC.CVC - /tistə/ “carvão”

(69) [po.¹ko tʃe.¹pojʃ] CV.CV CV.CVCC - /puku tʃipus/
“barriga toda” (o abdômen e o tórax)

(70) [mã.¹tejs] CV.CVCC - /mantis/ “unha”

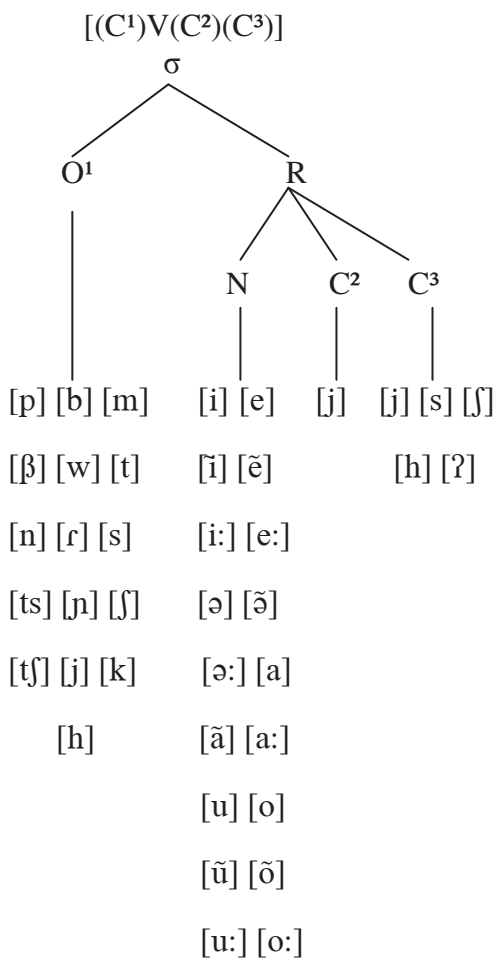
(71) [si.ko.¹mejs] CV.CV.CVCC - /sikumis/ “tiririca”

(72) [õ.¹tejs] V.CVCC - /untis/ “garra”

(73) [ᵣwəs.¹tejs] CVC.CVCC - /bəstis/ “um”

3.1.1.1. Molde da sílaba fonética.

Após a descrição dos tipos silábicos fonéticos, vejamos o molde da sílaba fonética.



3.1.2. A sílaba fonológica.

Vejam os tipos silábicos fonológicos.

- A sílaba /V/

A sílaba /V/ pode vir em início (74-77, 79, 85, 87-88), em meio (77-81, 84-85) e em final de palavra (74-75, 77-79, 82-86), bem como pode formar palavra mínima (87-88). Quanto aos demais tipos

silábicos, identificamos sua ocorrência após e diante de todos eles, exceto após /VC/. Entretanto, acreditamos ser possível tal realização.

O padrão /V/ pode ter seu núcleo preenchido por todas as vogais.

- (74) [u'iʔ] - /u.i/ V.V “chuva”
- (75) [i'aʔ] - /i.a/ V.V “piolho”
- (76) [a'sĩʔ] - /a.sin/ V.CVC “mutum”
- (77) [ə'waʔ] - /ə.u.a/ V.V.V “mãe”
- (78) [na'wəʔ] - /na.u.ə/ CV.V.V “tabaco”
- (79) [əwa'iʔ] - /ə.u.a.i/ V.V.V.V “crescer”
- (80) [tai'keʔ] - /ta.i.ki/ CV.V.CV “raio”
- (81) [ta.pĩna'maʔ] - /ta.pin.a.ma/ CV.CVC.V.CV “errar”
- (82) [ta'əʔ] - /ta.ə/ CV.V “pé”
- (83) [na'iʔ] - /na.i/ CV.V “céu”
- (84) [ʃo'jaʔ] - /ʃu.i.a/ CV.V.V ‘rato pequeno’
- (85) [joi'wəʔ] - /i.u.i.u.ə/ V.V.V.V.V “dizer”
- (86) [tõ'noʔ] - /tun.u/ CVC.V “mandim-duro”
- (87) [ʔəʔ] - /ə/ V “eu” (pronome pessoal)
- (88) [iʔ] ~ [eʔ] ~ [i:] - /i/ V “árvore”

- A sílaba /CV/

A sílaba /CV/ pode vir em início (89-94, 98-99, 102-104), em meio (93, 95-97) e em final de palavra (91-93, 95-96, 98-102), bem como pode formar palavra mínima (103-104). Quanto aos demais tipos silábicos, identificamos sua ocorrência após e diante de todas as sílabas.

O padrão /CV/ pode ter seu onset preenchido por todas as consoantes e seu núcleo por todas as vogais.

- (89) [na'iʔ] - /na.in/ CV.VC “bicho-preguiça”
- (90) [pi'fĩʔ] - /pi.ʃin/ CV.CVC “esteira”

- (91) [ʃa'kaʔ] - /ʃa.ka/ CV.CV “escama”
- (92) [məo'teʔ] - /mə.u.ti/ CV.V.CV “pulseira”
- (93) [taʃi'piʔ] - /ta.ʃi.pi/ CV.CV.CV “garganta”
- (94) [ʃə'kəʃ] - /ʃə.kəs/ CV.CVC “bacuri”
- (95) [itʃa'paʔ] - /i.tʃa.pa/ V.CV.CV “muito”
- (96) [kãʃi'koʔ] - /kan.ʃi.ku/ CVC.CV.CV “rim”
- (97) [oʃa'iʔ] - /u.ʃa.i/ V.CV.V “dormir”
- (98) [pi'ʃiʔ] - /pi.ʃi/ CV.CV “costela”
- (99) [hakĩ'maʔ] - /ha.kin.ma/ CV.CVC.CV “esquecer”
- (100) [pã'koʔ] - /pan.ku/ CVC.CV “tatu rabo-de-couro”
- (101) [i's'koʔ] - /is.ku/ VC.CV “japó”
- (102) [mə'təʔ] - /mə.tə/ CV.CV “mingau”
- (103) [tsoʔ] - /tsu/ CV “pulga”
- (104) [βiʔ] - /bi/ CV “carapanã”

- A sílaba /VC/

A sílaba /VC/ pode vir em início (105-108, 118), em meio (109-111) e em final de palavra (105, 109, 112-117), bem como pode formar palavra mínima (118). Quanto aos demais tipos silábicos, identificamos sua ocorrência após e diante de todas as sílabas, exceto diante de /V/. Entretanto, acreditamos que esta realização seja possível.

O padrão /VC/ pode ter seu núcleo preenchido por todas as vogais e sua coda pelas consoantes /n, s, j/.

- (105) [ĩ'nãʔ] - /in.an/ VC.VC “lago”
- (106) [aʃ'paʔ] - /as.pa/ VC.CV “boca”
- (107) [əʃ'tõʔ] - /əs.tun/ VC.CVC “irmão mais novo”
- (108) [õ'teʃs] - /un.tis/ VC.CVC “garra”
- (109) [aĩ'naʃ] - /a.in.as/ V.VC.VC “cipó-timbó”
- (110) [koĩ'kaʔ] - /ku.in.ka/ CV.VC.CV “anu”

- (111) [toã'teʔ] - /tu.an.ti/ CV.VC.CV “remo”
- (112) [ba'ĩʔ] - /ba.in/ CV.VC “surubim”
- (113) [ja'ĩʃ] - /i.a.is/ V.V.VC “tatu”
- (114) [bakə'aj] - /ba.kə.aj/ CV.CV.VC “fazer sexo”
- (115) [ra'is] - /ra.is/ CV.VC “genro”
- (116) [aku'ãʔ] - /a.ku.an/ V.CV.VC “manacá”
- (117) [nõ'nõʔ] - /nun.un/ CVC.VC “pato”
- (118) [ẽʔ] - /ən/ VC “meu/minha” (pronome possessivo)

- A sílaba /CVC/

A sílaba /CVC/ pode vir em início (119-124, 131-132), em meio (124-126) e em final de palavra (124, 127-130), bem como pode formar palavra mínima (131-132). Quanto aos demais tipos silábicos, identificamos sua ocorrência após e diante de todas as sílabas.

O padrão /CVC/ pode ter seu onset preenchido por todas as consoantes, seu núcleo por todas as vogais e sua coda pelas consoantes /n, s, j/.

- (119) [ɾos'koʔ] - /rus.ku/ CVC.CV “teimoso”
- (120) [põ'jãʔ] - /pun.i.an/ CVC.V.VC “braço”
- (121) [nõ'nõʔ] - /nun.un/ CVC.VC “pato”
- (122) [tẽ'keʔ] - /tin.ki/ CVC.CV “cair”
- (123) [nẽnu'ãʔ] - /nin.u.an/ CVC.V.VC “choaca”
- (124) [haʃ,kaj'mãʔ] - /has.kaj.man/ CVC.CVC.CVC “por
quê?”
- (125) [ra,baj'taʔ] - /ra.bas.ta/ CV.CVC.CV “pouco”
- (126) [wəṭõ'koʔ] - /bə.tun.ku/ CV.CVC.CV “testa”
- (127) [ta'pĩʔ] - /ta.pin/ CV.CVC “aprender”
- (128) [i'sõʔ] - /i.sun/ V.CVC “urina”
- (129) [tʃane'mes] - /tʃa.ni.mis/ CV.CV.CVC “mentiroso”

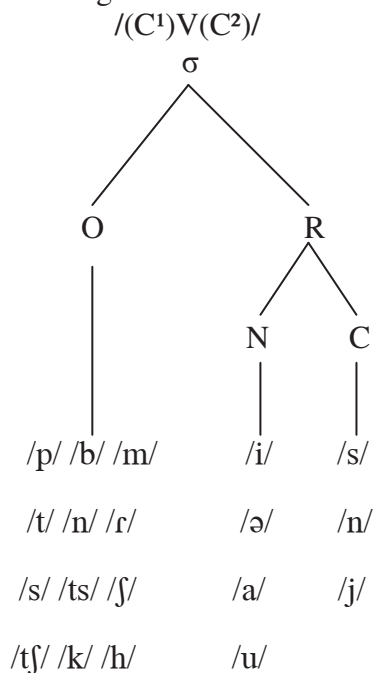
(130) [i_lʔtãʔ] - /is.tan/ VC.CVC “irmã mais nova”

(131) [pəj] - /pəj/ CVC “asa”

(132) [boj] - /buj/ CVC “cera”

3.1.2.1. Molde da sílaba fonológica.

Após a descrição dos padrões silábicos fonológicos, vejamos o molde da sílaba fonológica.



3.1.3. Silabificação.

Como vimos nos subtópicos anteriores, a língua Saynáwa apresenta os padrões silábicos /V, CV, VC, CVC/. Esses padrões, que segundo Kenstowicz (1994, p. 253) são os mais primitivos, indicam que o núcleo silábico é um componente obrigatório na estrutura silábica do Saynáwa, o que é esperado nas línguas do mundo (KENSTOWICZ 1994, p. 253).

Desse modo, a sílaba em Saynáwa é formada primeiramente a partir da atribuição de uma vogal ao núcleo:

1ª regra



Quanto à atribuição de segmentos às demais posições silábicas, alguns aspectos indicam que a atribuição do onset é anterior à atribuição da coda. Dentre eles:

1) a posição de onset é ocupada por todos os fonemas consonantais, salvo o fonema /j/, enquanto que na posição de coda temos apenas alguns fonemas ocupando esta posição, quais sejam /n, s, j/. Isso reflete a constatação de que a sonoridade “*rises maximally towards the peak and falls minimally towards the end*” (CLEMENTS 1990, p. 301);

2) sequências do tipo /VCV/ silabificam como /V.CV/ e não como /VC.V/. Por exemplo: /isun/ - “urina” silabifica /i.sun/ e não */is.un/. Essa é uma tendência universal em evitar sílabas sem onset (KENSTOWICZ 1994, p. 254), e é conhecida como “*CV-rule*” ou “*Maximal Onset Principle*” (BLEVINS 1995, p. 230).

Portanto, após a atribuição da vogal ao núcleo, uma consoante é atribuída à posição de onset:

2ª regra

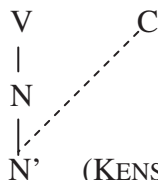


N'' (KENSTOWICZ 1994, p. 254)

Assim, temos os padrões silábicos /V, CV/.

Só então, a partir de uma terceira regra, na qual uma consoante é atribuída à posição de coda, é que temos a formação dos padrões silábicos /VC, CVC/:

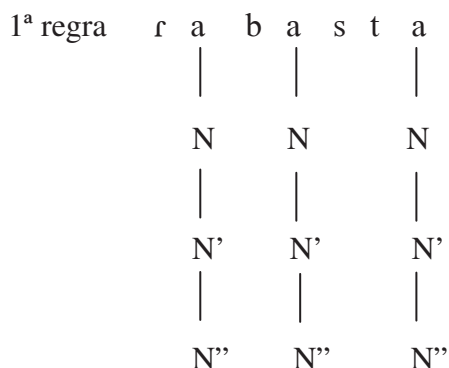
3ª regra

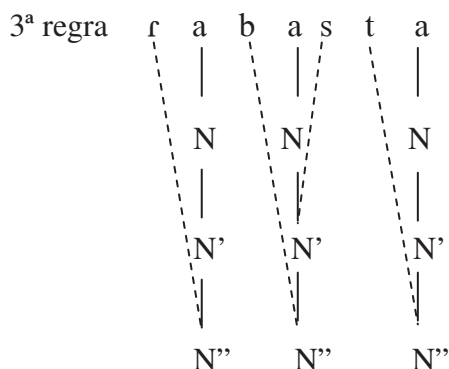
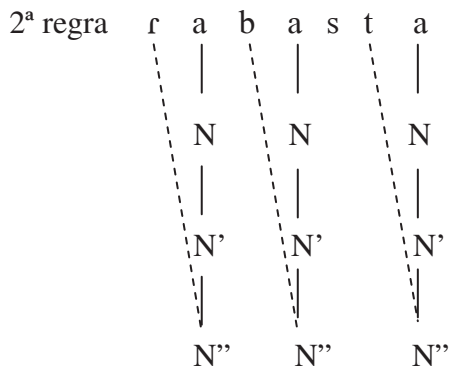


(KENSTOWICZ 1994, p. 254)

Vejamos agora como ocorre a silabificação em uma dada palavra do Saynáwa.

(133) /ra.bas.ta/ - “pouco”





Além desses padrões silábicos, nós identificamos no Saynáwa a sílaba [CVCC], que é bastante restrita, sendo realizada apenas foneticamente graças ao processo da inserção.

Como havíamos demonstrado, mencionando Kenstowicz (1994), as sílabas V, CV, VC, CVC são as mais primitivas e são formadas segundo as regras já demonstradas, a incorporação de mais segmentos ao onset ou à coda é bastante restrita e é guiada pelo “*Sonority Sequencing Principle*” (SSP) (KENSTOWICZ 1994, p. 254), traduzido como “*Princípio de Sequenciamento de Sonoridade*” (PSS) (DE PAULA 2007, p. 63). Esse princípio “*requires onsets to rise in sonority toward the nucleus and codas to fall in sonority from the nucleus*” (KENSTOWICZ 1994, p. 254).

Os diferentes graus de sonoridade dos segmentos podem ser entrevistados nesta escala abaixo, onde à esquerda temos o elemento mais sonoro e à direita o menos sonoro:

“*vogais > glides > líquidas > nasais > oclusivas*”
(KENSTOWICZ 1994, p. 254)

A ocorrência do tipo silábico [C¹VC²C³] no Saynáwa obedece a esse princípio, devendo C³ ser menos sonoro que C². Assim, como vimos quando da descrição dessa sílaba em 3.1.1., C² é ocupada por [j], pois segundo a escala acima apresentada esse glide é menos sonoro que [e, o], que ocupam V, e é mais sonoro que C³, ocupada por [s, ʃ]. C³ deve ser o elemento menos sonoro, por esta razão as fricativas ocupam a última posição na coda ramificada.

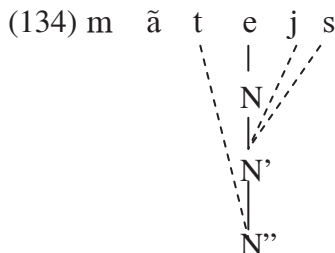
Seguindo esse princípio, uma 4ª regra deve ocorrer para que o segundo segmento seja atribuído à coda:

4ª regra



Vejamos essa regra na palavra (134) [mã.tejs] - /man.tis/ “unha”, onde na segunda sílaba [.tejs] temos C¹VC²C³, ocupando [j] a posição C² e [s] a posição C³:

4ª regra



As sílabas formadas segundo as quatro regras acima expostas são classificadas como “*core syllables*” (KENSTOWICZ 1994, p. 255). A língua Saynáwa não necessita de outras regras para formar suas sílabas, pois não apresenta onset ramificado, nem outros segmentos na coda, além dos já expostos.

3.1.3.1. A oclusiva glotal [ʔ].

Pudemos observar quando da descrição das sílabas fonéticas, que sílabas [V, CV] não são permitidas em final: de palavra, quando elicitadas isoladamente, ou de frases. Esses tipos silábicos podem finalizar palavra apenas se estas não estiverem em final de frase.

Assim, apenas as sílabas [VC, CVC, CVCC] podem finalizar palavra isolada ou frase. Desse modo, quando a coda da sílaba final não está preenchida, observamos a realização da oclusiva glotal [ʔ].

Os dados abaixo confirmam que em palavras isoladas a oclusiva glotal só se realiza em posição de coda em sílaba final, que é tônica (135-147), e não ocorre quando a coda já está preenchida (148-150). Ela se realiza após todas as vogais orais e nasais (135-147).

(135) [taʔ] - /taə/ “pé”

(136) [aʔpaʔ] - /aspa/ “boca”

(137) [wəʔroʔ] - /bəru/ “olho”

(138) [baʔreʔ] - /bari/ “sol”

(139) [ʔiʔ] ~ [ʔi:] - /i/ “árvore”

(140) [joʔtʃiʔ] - /iutʃi/ “pimenta”

(141) [kãʔpuʔ] - /kanpu/ “sapo-verde” (utilizado para a “vacina do sapo”)

(142) [aʔmãʔ] - /aman/ “capivara”

(143) [naʔĩʔ] - /nain/ “bicho-preguiça”

(144) [ʃaʔũʔ] - /ʃaun/ “jacundá”

(145) [taʔpõʔ] ~ [taʔpũʔ] - /tapun/ “raiz”

(146) [saʔnẽʔ] - /sanin/ “piabinha”

(147) [ʔ] - /ən/ “meu/minha” (pronome possessivo)

(148) [po'pos] - /pupus/ “lama”

(149) [ja'iʃ] - /iais/ “tatu”

(150) [ʔboj] - /buj/ “cera”

Nos exemplos (142-147) acima, a realização da oclusiva glotal após vogal nasalizada é explicada pelo fato de que a nasal alveolar após ter seu traço de nasalidade assimilado pela vogal precedente é apagada na superfície, portanto, a coda está preenchida apenas na subjacência, sendo necessária a realização de [ʔ] a fim de que a coda final seja preenchida na superfície.

Já no exemplo (139) acima, podemos observar que a língua adota uma estratégia opcional à coda glotal: o alongamento vocálico. Esta estratégia só ocorre em monossílabos e, como veremos em 3.2., é denominada de alongamento iâmbico.

Quanto ao comportamento de [ʔ] em frases, vejamos.

Em (151-154) abaixo, observamos a realização de [ʔ] quando da elicitación isolada de palavras, mas, em (155-158), estas mesmas palavras não apresentam [ʔ] quando estão em interior de frase.

(151) [ba'kaʔ] - /baka/ “água, rio”

(152) [ta'riʔ] - /tari/ “roupa”

(153) [i'noʔ] - /inu/ “onça”

(154) [ma'iʔ] - /mai/ “terra”

(155) [ba'ka ,pes'ta ,ris'taʔ] - /baka pista rista/
rio pequeno
“o rio é pequeno”

(156) [ta'ri ʃu'tʃiʔ] - /tari ʃutʃi/
roupa peito
“blusa”

(157) [i'no ba'ka aja'iʔ] - /inu baka ai ai/

onça água beber

“a onça está bebendo água”

(158) [ma'i tʃaka'boʔ] - /mai tʃakabu/

terra ruim

“a terra é ruim”

O fato de a língua evitar sílabas abertas em final de palavra isolada ou de frase é explicado pelo padrão rítmico da língua, em como é atribuído o acento na palavra e o acento frasal, como veremos em 3.2.

Por enquanto, sem nos adentrarmos nas razões de sua realização, podemos concluir que a oclusiva glotal não se constitui em um fonema, nem em uma realização alofônica dos demais fonemas consonantais do Saynáwa. Essa interpretação se deve ao fato de [ʔ] não se apresentar como os demais segmentos consonantais da língua.

O comportamento observado nos exemplos (151-158) acima é sistemático no Saynáwa, revelando que não temos uma variação, onde ora a oclusiva glotal é produzida, ora é apagada, mas sim uma estratégia adotada pela língua para atender a aspectos suprasegmentais.

Além disso, as demais consoantes que ocupam a posição de coda na língua, /n, s, j/, não se constituem em pares suspeitos em relação a [ʔ], por isso não haveria razão para comutá-los.

Por outro lado, poderíamos suspeitar que a oclusiva glotal fosse um alofone da fricativa glotal surda /h/, por serem ambas homorgânicas e estarem, possivelmente, em distribuição complementar, uma vez que o alofone [h] só se realiza em posição de onset silábico, e quando se realiza em coda, sempre é em coda medial e sofre um processo de neutralização com os fones [s, ʃ], constituindo-se em um alofone de /s/. Assim, quando /h/ estivesse em coda final se realizaria como [ʔ]. Se considerarmos isto, todas as representações fonológicas deverão atribuir /h/ em final de palavra, com exceção das palavras terminadas

em /s, j/. Não nos parece plausível tal assunção, pois não conseguiríamos explicar o apagamento desse segmento quando a palavra não é realizada no final de frase. Assumir neste caso um processo de apagamento não nos diria muito sobre a organização da língua em relação ao seu padrão rítmico.

Nesse sentido, nossa interpretação se assemelha à de Cândido (2004) para o Shanenawa, onde a oclusiva glotal é realizada de modo semelhante ao Saynáwa. Cândido (2004, p. 49) interpretou essa consoante como uma realização fonética, não se constituindo em alofone de nenhum fonema, e sendo realizada para se evitar sílaba final sem coda e, assim, atender às exigências do padrão acentual⁵³.

⁵³ Conforme a bibliografia consultada, encontramos em outras línguas Pano, além do Shanenawa, um comportamento parecido com o do Saynáwa em relação à realização da oclusiva glotal: em Kaxinawa (CAMARGO 1988-1989, p. 41-42), essa consoante não tem valor distintivo e é realizada em final de palavras terminadas em sílaba aberta, já segundo Kensinger (1963, p. 214), a língua Cashinahua apresenta oclusiva glotal em final de frase fonológica; em Marinahua (PIKE E SCOTT 1962), a oclusiva glotal ocorre em final de palavras, frases ou sentenças e se constitui em um traço distintivo de uma unidade fonológica maior, “*the phonological discourse, or, possibly, the phonological paragraph*” (PIKE E SCOTT 1962, p. 4); e já em Huariapano (PARKER 1994, p. 97), a oclusiva glotal é realizada de modo variável em final de palavras isoladas terminadas em sílaba aberta.

Em outras línguas Pano, conforme nossa bibliografia, a oclusiva glotal ora se realiza como fonema, como em: Cashibo (SHELL 1950), Shipibo-Conibo, Capanahua, Amahuaca (SHELL 1975), Chácobo (PROST 1967), Kaxarari (COUTO 2005), Katukína (BARROS 1987), Pacanawa e Camannawa (LOOS 1999, p. 230); ora apenas como realização fonética: Matis (FERREIRA 2005), Arara (SOUZA 2009) e Yaminahua (FAUST E LOOS 2002). Em outras línguas da mesma família, contudo, não é identificada a realização da oclusiva glotal nem na subjacência, nem na superfície, como em: Arara (CUNHA 1993), Marubo (COSTA 2000), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Yawanawá (DE PAULA 2007), Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000), Cashinahua, Marinahua (SHELL 1975) e Kaxarari (SOUSA 2004).

Shell (1975, p. 53, 57), em sua reconstrução do Proto-Pano, assumiu a oclusiva glotal como fonema reconstruído.

3.1.4. Ressilabificação.

Identificamos dois processos de ressilabificação: o das vogais altas adjacentes e o da coda nasal em ambiente intervocálico.

A ressilabificação, que consiste em um rearranjo dos segmentos em relação às posições silábicas, está integrada à silabificação, obedecendo aos mesmos pressupostos nela identificados. Elas se distinguem tão somente porque a ressilabificação se dá em momento posterior à silabificação.

Além disso, veremos porque, devido à ressilabificação, certos tipos silábicos não podem ser produzidos após ou diante de outros tipos.

- Vogais altas adjacentes

Como vimos na descrição dos fonemas /i, u/, essas vogais altas ressilabificam, realizando-se como [j, w], respectivamente, passando a ocupar a posição de onset da sílaba seguinte, quando: estão em palavras com três ou mais sílabas e ocorrem diante de sílaba sem onset, desde que a vogal anterior alta esteja em sílaba do tipo /V/ e a posterior alta em ambiente intervocálico.

A vogal posterior alta precisa estar em ambiente intervocálico porque a aproximante labial sonora [w] quando realizada em início de palavra constitui-se em uma alofonia de /b/. Já para a ressilabificação da anterior alta não existem restrições em relação à posição na palavra.

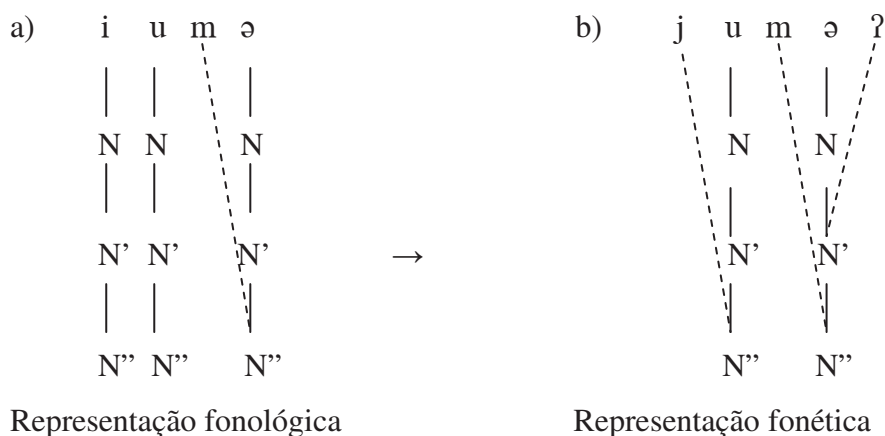
A interpretação das aproximantes como realizações alofônicas das vogais cognatas se respalda no exposto em Clements e Hume (1995), que demonstram terem os glides, aqui denominados de aproximantes, a mesma estrutura interna das vogais a eles homorgânicas, distinguindo-se destas tão somente porque ocupam a posição de margem silábica. Assim, tanto as aproximantes como as vogais integram a classe dos vocóides.

A realização das vogais altas na superfície como aproximantes se deve à ressilabificação, proporcionada pela tendência das línguas em se evitar sílabas sem onset (KENSTOWICZ 1994, p. 254, 280), conhecida

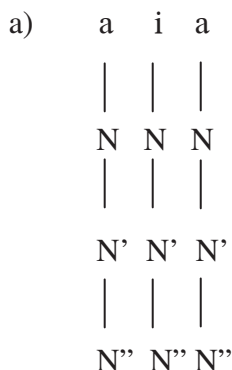
como “*CV-rule*” ou “*Maximal Onset Principle*” (BLEVINS 1995, p. 230). Desse modo, a ressilabificação da vogal alta adjacente atribui uma posição de onset à sílaba seguinte.

Em (159 – a, 160 – a) abaixo, temos duas vogais adjacentes, com posições nucleares distintas. Já em (159 – b, 160 – b), a vogal alta localizada à esquerda perdeu sua posição nuclear e ressilabificou, ocupando a posição de onset da sílaba seguinte.

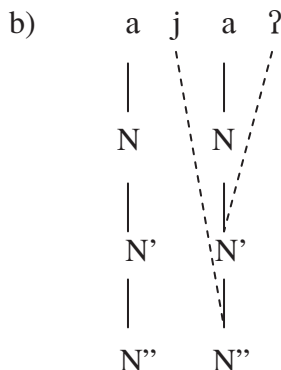
(159) [ju'məʔ] - /iumə/ “linha de costura”



(160) [a'jaʔ] - /aia/ “maracanã”



→



Representação fonológica

Representação fonética

A ressilabificação só ocorre quando as vogais altas /i, u/ estão em sílaba sem onset porque a língua não permite onset ramificado. Por isso, mesmo que estejam diante de sílaba sem onset, as vogais altas, nessas condições, não se ressilabificam, como podemos ver em (161-163):

(161) [pua'kĩʔ] - /puakin/ “fumar” *[pwa'kĩʔ]

(162) [jono'ãʔ] - /iunuan/ “maúba” *[jo'nwãʔ]

(163) [pəʔʃjo'reʔ] - /pəʔʃiuri/ “atrás” *[pəʔʃjo'reʔ]

Para que ocorra a ressilabificação, a vogal alta não precisa apenas estar em sílaba sem onset, mas necessita também ser realizada em palavras com três ou mais sílabas fonológicas, por isto não observamos a ressilabificação em (164-165):

(164) [i'aʔ] - /i.a/ “piolho” *['jaʔ]

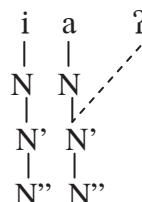
(165) [u'iʔ] - /u.i/ “chuva” *['weʔ]

Nessas palavras, as posições nucleares permanecem distintas, como podemos ver abaixo:

[i'a?] - /i.a/ “piolho”



→



Representação fonológica

Representação fonética

Essa restrição pode ser explicada pelo padrão rítmico da língua, em como os pés métricos são constituídos.

Como veremos em 3.2., a língua precisa de uma sílaba leve seguida de uma pesada para a construção de seu pé métrico canônico, que deve estar, quando possível, presente no final de palavra isolada ou de enunciado. Pois bem, em (164-165) acima, se ocorresse a ressilabificação, não teríamos a formação do pé canônico, mas tão somente de um pé não-binário, que seria pouco produtivo para o padrão rítmico.

Já em palavras como as demonstradas em (159-160), abaixo repetidas, temos mais de duas sílabas, podendo ocorrer a ressilabificação sem que o pé canônico deixe de ser formado.

[ju'mə?] - /i.u.mə/ “linha de costura” (159)

[a'ja?] - /a.i.a/ “maracanã” (160)

Na verdade, em palavras com sílabas ímpares, como no caso de (159-160) acima, a ressilabificação não é apenas permitida, como é mais produtiva para a análise dos pés métricos, pois, como veremos em 3.2., em palavras com sílabas ímpares se aplica a análise local fraca (“*Weak Local Parsing*”) (HAYES 1995, p. 308), deixando de ser analisada em pés métricos a primeira sílaba. Portanto, a ressilabificação em (159-160) permite que toda a palavra seja analisada em pés

métricos, caso contrário, a sílaba /i./ em /i.u.mə/ “linha de costura”, e /a./ em /a.i.a/ “maracanã”, não constituiriam pés métricos.

Em palavras com sílabas pares, desde que elas não sejam dissilábicas, a ressilabificação também é permitida, uma vez que o pé canônico já foi formado no final da palavra, como podemos observar nos exemplos abaixo⁵⁴:

(166) [jao'ʃiʔ] - /i.a.u.ʃi/ “sovino”

(167) [əwa'iʔ] - /ə.u.a.i/ “crescer”

Portanto, é mais importante para o Saynáwa a formação de pés métricos canônicos que a atribuição de onset às sílabas sem essa posição silábica. Assim, a “CV-rule” ou “*Maximal Onset Principle*”, tendência identificada em grande parte das línguas do mundo (KENSTOWICZ 1994, p. 254, 280; BLEVINS 1995, p. 230), não se aplica quando a ressilabificação impede a formação de pés canônicos, e, por outro lado, o padrão rítmico toma a ressilabificação como estratégia para a completa análise da palavra em pés métricos. Desse modo, para a ressilabificação das vogais altas, o padrão rítmico tem um papel de motivação maior que a tendência de se evitar sílabas sem onset.

O processo de ressilabificação das vogais altas proporciona o surgimento de ditongos crescentes, que se realizam tão somente na superfície, não tendo sido identificados ditongos nasais, pois o traço de nasalidade da coda nasal não se espraia até a aproximante, uma vez que o processo de nasalização é anterior à ressilabificação:

(168) [βe'wãʔ] ~ [βi'wãʔ] - /biuan/ “tamanduá pequeno”

(169) [jãtə'iʔ] - /iantəin/ “a tarde”

Não foram identificados, de igual modo, ditongos decrescentes surgidos a partir da ressilabificação. A formação de ditongo decrescente com a aproximante labial sonora [w], como vimos na

⁵⁴ Loos (1999, p. 232) demonstra que a quantidade de sílabas em uma palavra, par ou ímpar, motiva mudanças fonológicas em muitas línguas Pano.

descrição do fonema /u/ e em 2.1.3.2., não se confirma em fala silabada e não é sistemática em fala rápida.

Já quanto à formação de ditongo decrescente com a aproximante palatal [j], identificamos que ela não ocorre devido à ressilabificação, mas sim porque temos na base o fonema /j/, ocorrendo o ditongo decrescente na subjacência.

Como vimos em 2.1.1.2. e podemos ver agora em (170), a consoante /j/ quando comutada com a vogal /i/ apresenta contraste de significado, confirmando-se como fonema⁵⁵.

(170) ['koj] - /kuj/ “queixo”

[ko'i?] - /kui/ “quente”

Como exposto por Kenstowicz (1994, p. 256), a interpretação de que as realizações de [w, j] são meramente alofônicas e decorrem da posição não-nuclear das respectivas vogais cognatas esbarra em algumas línguas em situações onde vogais altas contrastam com essas aproximantes. Esse é o caso, portanto, do Saynáwa quando a aproximante palatal [j] está em posição de coda silábica.

Segundo Kenstowicz (1994), diante desses casos, “*it is unclear whether the appropriate move in such cases is to postulate a lexical syllabification or to distinguish the glides in terms of their feature structure*” (KENSTOWICZ 1994, p. 256).

Por considerarmos que a realização de [j] em (170) acima possui a mesma estrutura interna da realização [j] quando esta consiste em uma realização alofônica de /i/, entendemos ser mais pertinente interpretar tal oposição em razão de uma silabificação lexical.

⁵⁵ Camargo (1988-1989) identificou no Kaxinawa a mesma oposição /j/ : /i/ em coda silábica. Ela chama a atenção para esses casos para demonstrar que não se trata de uma oposição fundamentada na existência de tons pontuais, como defendido por Shell e Kensinger (CAMARGO 1988-1989, p. 41), mas sim na formação de ditongo, não sendo o Kaxinawa uma língua tonal.

Assim, a aproximante palatal [j], quando ocupa a posição de coda, consiste em uma realização alofônica de /j/, mas, quando ocupa a posição de onset, consiste em uma realização alofônica de /i/ e surge na superfície graças ao processo de ressilabificação.

- Coda nasal em ambiente intervocálico

Ao tratarmos do fonema nasal alveolar /n/, vimos que quando essa consoante está em posição de coda e se encontra em ambiente intervocálico, ela ressilabifica, passando a ocupar a posição de onset da sílaba seguinte, realizando-se como [ɲ], se for precedida pelas vogais anteriores ou se estiver diante de [j], ou como [n], nos demais ambientes.

(171) [bũ.'naʔ] - /bun.a/ “abelha urucu”

(172) [ta.pĩ.'ɲãʔ] - /ta.pin.an/ “saber”

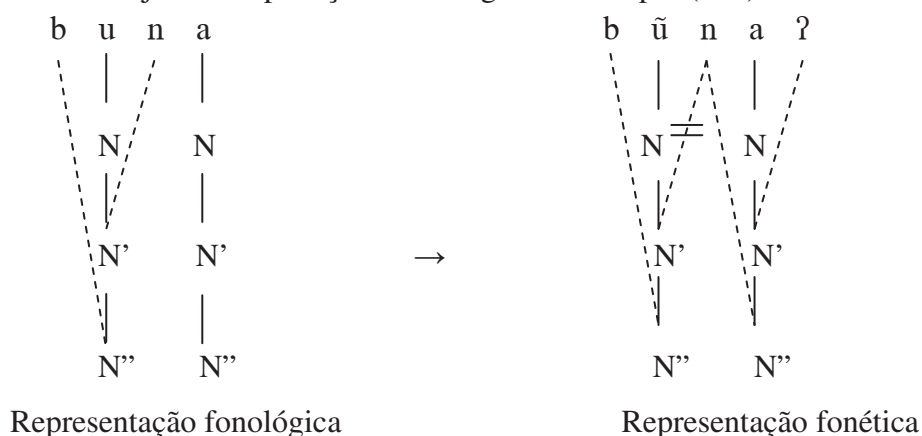
Assim, em (171) acima, temos na base /bun.a/, que passa à superfície como [bũ.'naʔ]; e em (172), /ta.pin.an/, que se realiza como [ta.pĩ.'ɲãʔ]. Em ambos os exemplos, a sequência na base CVC.V, em (171), ressilabificou como CV.CVC; e CV.CVC.VC, em (172), ressilabificou como CV.CV.CVC.

Essa ressilabificação está em acordo com o que apresentamos sobre o Saynáwa na silabificação, quando vimos que a língua tende a silabificar sequências VCV como V.CV e não como VC.V, privilegiando o preenchimento do onset. Essa tendência, como já expusemos, é universal e evita sílabas sem onset, “*prevocalic consonants prefer to occupy the syllable onset (part of a more general tendency to avoid onsetless syllables, at least Word-medially)*” (KENSTOWICZ 1994, p. 280). Diferentemente da ressilabificação das vogais altas, a ressilabificação de coda nasal tem na “*CV-rule*” ou “*Maximal Onset Principle*” (KENSTOWICZ 1994, p. 254, 280; BLEVINS 1995, p. 230) a maior motivação para sua realização.

A ressilabificação aqui discutida pode ser representada nesta regra:

“*resyllabification*: $C.V \rightarrow .CV$ ” (KENSTOWICZ 1994, p. 281)

Vejam os a aplicação dessa regra no exemplo (171):



A presença em coda da nasal alveolar pode ser atestada em (171-172) acima em razão de a vogal precedente estar nasalizada. Isso demonstra que a ressilabificação só ocorre após a assimilação da coda nasal.

Caso não estivesse em ambiente intervocálico, a coda nasal, após ser assimilada, seria apagada, como vemos em:

(173) [ta.¹pĩʔ] - /ta.pin/ “aprender”

O exemplo (173) acima comparado ao (172) é bem ilustrativo nesse sentido, pois quando se acresce o sufixo –an à base /ta.pin/ “aprender”, temos /ta.pin.an/ “saber”, que se realiza na superfície como [ta.pĩ.¹jãʔ], podendo ser observada a ressilabificação da nasal alveolar, que só ocorreu porque essa consoante está agora em ambiente intervocálico.

O exemplo abaixo demonstra que a ressilabificação da coda nasal se dá em momento posterior à ressilabificação da vogal alta, vejamos:

(174) [põ.'ɲãʔ] - /pun.i.an/ “braço”

Essa realização surge a partir da seguinte derivação:

/pun.i.an/ → [pũn.i.ã̃n] → [pũn.jã̃n] → [pũ.njã̃] → [pũ.'ɲãʔ] - “braço”

A princípio, essa derivação parece contradizer a regra que apresentamos para a ressilabificação da coda nasal, onde quando temos “C.V” passamos a ter “.CV” (KENSTOWICZ 1994, p. 281), uma vez que, em [pũn.jã̃n], já teríamos o onset da última sílaba preenchido e, assim, não haveria necessidade para a nasal alveolar se ressilabificar. Entretanto, como já afirmamos, as aproximantes (glides) e as vogais possuem a mesma estrutura interna e por isso integram a classe dos vocoides (CLEMENTS E HUME 1995). Portanto, em (174) acima, mesmo ocorrendo a formação do ditongo crescente, a coda nasal ainda se encontra em ambiente intervocálico, o que favorece sua ressilabificação. Por esta razão, temos de [pũn.jã̃n] a formação [pũ.njã̃], e, por causa da proibição de onset ramificado, a nasal alveolar se funde à aproximante palatal, passando a se realizar como uma nasal palatal [ɲ].

Assim, a ressilabificação da coda nasal se dá em momento posterior ao processo de nasalização da vogal e da ressilabificação da vogal alta.

- Restrições para a realização de sílabas fonéticas

Ao tratarmos das sílabas fonéticas, vimos que não são permitidas as seguintes sequências de tipos silábicos: a) VC.V, b) CVC.V, c) CVCC.V, d) VC.VC, e) CVC.VC, f) CVCC.VC. Isso se dá por causa da tendência da língua em se evitar sílabas sem onset, aplicando-se nesses casos a regra:

“resyllabification: C.V → .CV” (KENSTOWICZ 1994, p. 281)

Assim, temos: a) V.CV, b) CV.CV, c) CVC.CV, d) V.CVC, e) CV.CVC, f) CVC.CVC.

Quanto à sílaba fonológica, não encontramos as mesmas restrições, pois na superfície ocorre a ressilabificação, evitando-se, desse modo, sílabas sem onset. Por essa razão, mesmo não tendo encontrado no corpus a sequência de sílabas fonológicas VC.V, acreditamos que ela seja possível, da mesma forma que a sequência fonológica VC.VC é permitida.

3.2. O acento em Saynáwa.

Trataremos neste tópico primeiramente do acento na palavra, quando observaremos o padrão rítmico da língua e como o acento é atribuído na palavra, depois veremos como se comporta o acento frasal, nos compostos e nas frases, observando de igual modo o padrão rítmico e a regra do acento no nível frasal.

3.2.1. O acento na palavra.

3.2.1.1. O padrão rítmico do Saynáwa.

O acento na língua Saynáwa é predizível na última sílaba⁵⁶ (175-191), bem como apresenta monossílabos tônicos (175-179), como podemos ver nos exemplos abaixo, os quais correspondem a palavras não estruturadas, sem morfologia⁵⁷. As palavras não estruturadas são em sua maioria dissílabas, sendo poucos os monossílabos e raros os

⁵⁶ Esse comportamento está em acordo com a informação de que o etnônimo Saynáwa não era uma autorreferência, tendo sido adotado pelo grupo em momento posterior de sua história, uma vez que esse termo apresenta acento na penúltima sílaba, contradizendo o padrão acentual da língua. A palavra “náwa” é realizada na língua como “nawá”. Assim, o etnônimo Saybaybô, tido como a antiga autorreferência do grupo, condiz mais com o acento da língua.

⁵⁷ Para compreendermos melhor a estrutura morfológica do Saynáwa também recorreremos às descrições de outras línguas Pano, como, por exemplo, o Shanenawa (CÂNDIDO 2004) e o Yawanawá (DE PAULA 2007).

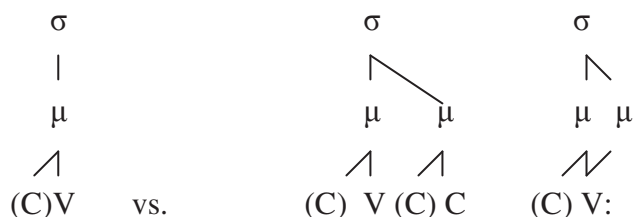
trissílabos. Em todas elas, independentemente do número de sílabas, identificamos o acento na última sílaba.

- (175) [ˈtsoʔ] ~ [ˈtso:] - /tsu/ “pulga”
- (176) [ˈiʔ] ~ [ˈi:] - /i/ “árvore”
- (177) [ˈnaʔ] ~ [ˈna:] - /na/ “este/esta” (pronome demonstrativo)
- (178) [ˈboj] - /buj/ “cera”
- (179) [ˈmaʔ] - /ma/ “não”
- (180) [taˈmoʔ] - /tamu/ “bochecha”
- (181) [maˈʃiʔ] - /maʃi/ “areia”
- (182) [peˈʃiʔ] - /piʃin/ “esteira”
- (183) [βiˈtaʃ] - /bitas/ “perna”
- (184) [raˈis] - /rais/ “genro”
- (185) [poˈpos] - /pupus/ “lama”
- (186) [saˈkoj] - /sakuj/ “dança tradicional”
- (187) [əˈwaʔ] - /əua/ “mãe”
- (188) [ˌpasˈpeʔ] - /paspi/ “lança”
- (189) [paβiˈkiʔ] - /pabinki/ “orelha”
- (190) [taˈkaˈraʔ] - /takara/ “galinha”
- (191) [jaməˈreʔ] - /iaməri/ “amanhã”

Além de estar acentuada, a última sílaba dessas e das demais palavras da língua sempre apresentam coda final preenchida, não sendo permitida na superfície a existência de sílaba aberta em final de palavra, como vimos quando da descrição da sílaba. Isso se dá em razão de o Saynáwa ser sensível ao peso silábico. Desse modo, quando a coda final não está preenchida na base, ou quando está, mas ocorre o processo de assimilação da coda nasal (182), identificamos o processo de inserção da oclusiva glotal (175-177, 179-182, 187-191), ou o alongamento da vogal (175-177), o qual ocorre apenas em monossílabos.

As sílabas que apresentam coda nasal, como pode ser observado em (182) acima, são interpretadas como sílabas leves na superfície porque após o processo de assimilação, que resulta no surgimento da vogal nasal, a nasal alveolar é apagada⁵⁸.

Desse modo, sílabas fonéticas dos tipos (C)V(C)C e (C)V: são interpretadas como sílabas pesadas (-), enquanto sílabas fonéticas dos tipos (C)V são interpretadas como leves (˘). Conforme Hayes (1995, p. 53-54), temos:



Além de apresentar sensibilidade ao peso silábico, podemos observar nas palavras dissilábicas, como em (180-187) acima, que a maioria apresenta a primeira sílaba leve, ocorrendo contraste de duração com a sílaba seguinte, que sempre é pesada. Isso demonstra, segundo a teoria Métrica do acento (HAYES 1995), que o acento em Saynáwa é métrico e o padrão rítmico da língua é o Iâmbico (HAYES 1995, p. 65).

Conforme a Lei Iâmbica-Trocáica, os elementos que contrastam em intensidade formam grupos com proeminência inicial, enquanto os que contrastam em duração formam grupos com proeminência final (HAYES 1995, p. 80). Hayes (1995, p. 81) defende que essa lei influencia os padrões rítmicos, e ao propor o inventário métrico, composto por pés do tipo: Trocáico Silábico, Trocáico Moráico e Iâmbico (HAYES 1995, p. 71); demonstra que o padrão rítmico Iâmbico

⁵⁸ Em Huariapano (PARKER 1994, p. 110-111), as sílabas que apresentam coda nasal são interpretadas na superfície como sílabas leves após ocorrer a “*Vowel-Nasal Coalescence*”, inserindo-se [h] na posição de coda dessas sílabas quando o padrão rítmico da língua exigir sílabas pesadas.

é formado por pés métricos com contraste de duração, formando, portanto, grupos com proeminência final, à direita (HAYES 1995, p. 82).

Desse modo, o padrão Iâmbico forma pés métricos do tipo (HAYES 1995, p. 71):

$$\begin{array}{ccc} (. \text{ X}) & & (\text{ X}) \\ \cup & \text{ ou } & - \\ \sigma & & - \end{array}$$

O pé canônico do padrão Iâmbico é formado por uma sílaba leve seguida de uma pesada (HAYES 1995, p. 82):

$$\begin{array}{c} (. \text{ X}) \\ \cup - \end{array}$$

Vejamos as representações a seguir:

$$(192) \quad \begin{array}{c} (\text{ X}) \\ - \end{array}$$

[⁵⁹tsoʔ] ~ [tso:] - /tsu/ “pulga”

$$(193) \quad \begin{array}{c} (\text{ X}) \\ - \end{array}$$

[iʔ] ~ [i:] - /i/ “árvore”

$$(194) \quad \begin{array}{c} (. \text{ X}) \\ \cup - \end{array}$$

[βi'taʃ] - /bitas/ “perna”

$$(195) \quad \begin{array}{c} (. \text{ X}) \\ \cup - \end{array}$$

[ə'waʔ] - /əua/ “mãe”

⁵⁹ Consideramos a representação fonética porque a constituição dos pés métricos e a atribuição do acento são realizadas no nível fonético, após o processo de inserção da oclusiva glotal ou do alongamento da vogal em monossílabos.

(196) (. X)
 ˘ -

[sa'koj] - /sakuj/ ‘dança tradicional’

(197) (X)
 (X) (X)
 - -

[pas'peʔ] - /paspi/ “lança”

(198) (X)
 (. X)
 ˘ ˘ -

[taka'raʔ] - /takara/ “galinha”

(199) (X)
 (. X)
 ˘ ˘ -

[paʃi'kiʔ] - /pabinki/ “orelha”

Nos exemplos (194-196) acima, observamos em palavras dissilábicas o pé canônico do padrão Iâmbico, sendo que em (195) esse pé foi obtido graças a um processo fonológico que corrigiu a má formação inicial da estrutura métrica.

A inserção da oclusiva glotal é observada não apenas em (195), como também nos monossílabos (192-193), no dissílabo (197) e nos trissílabos (198-199) acima. Essa inserção ocorre para se atribuir peso à sílaba final e aos monossílabos, uma vez que a língua:

- a) não permite pés degenerados (192-193, 197);
- b) nem permite iampos planos em final de palavra (195, 198-199).

Vejamos,

a) O Saynáwa é uma língua em que a proibição de pé degenerado para o acento na palavra é forte, sendo completamente evitada sua formação (HAYES 1995, p. 87). O pé degenerado no padrão Iâmbico é formado por uma sílaba leve, como em (HAYES 1995, p. 205):

(X)
 ∪

Por apresentar proibição forte à formação de pés degenerados, todos os monossílabos da língua quando não são constituídos por sílabas pesadas fonológicas, pelos fonemas /s, j/, apresentam a inserção na superfície da oclusiva glotal [ʔ] ou então o alongamento vocálico. Este alongamento da vogal (192-193) é denominado de alongamento iâmbico (HAYES 1995, p. 83), sendo bastante comum entre as línguas que apresentam esse padrão rítmico.

O alongamento iâmbico, entretanto, só é identificado no Saynáwa em monossílabos, não identificamos o alongamento iâmbico em final de palavras que contenham mais de uma sílaba. Tal restrição, cuja única exceção é os monossílabos, pode ser explicada pelo fato de que nas línguas de mesmo padrão, tal alongamento tende a não se aplicar às sílabas em final de palavra (HAYES 1995, p. 269).

O alongamento iâmbico também não ocorre em interior de palavras. Em exemplos como os abaixo relacionados (200-201), o alongamento vocálico ocorre porque temos a contiguidade de vogais idênticas, e não o alongamento iâmbico.

(200) (X)
 (X) (X)
 - -

[ɛ:'keʔ] - /əəki/ “assustar”

(201) (X)
 (X)(X)
 - -

[_le:'keʔ] - /iiki/ “cantar”

No exemplo (197), temos de igual modo a inserção da oclusiva glotal a fim de se evitar a formação de pé degenerado, o que é esperado, uma vez que quando a língua não admite pé degenerado em monossílabos, também não admite em outras palavras (HAYES 1995, p. 310).

b) Já nos exemplos (195, 198-199), vemos que a inserção da oclusiva glotal se deu por outro motivo, para evitar a construção de iambo plano em final de palavra. O iambo plano é constituído pelo seguinte pé (HAYES 1995, p. 267):

(. X)
 σ σ

Segundo Hayes (1995, p. 82-83), um iambo de forma /[˘]˘/, que consiste em um iambo plano, viola a Lei Iâmbica-Trocáica, pois não apresenta contraste de duração e mesmo assim tem proeminência final. Desse modo, processos segmentais podem corrigir esse pé mal formado para o pé canônico /[˘]ˈ/ (HAYES 1995, p. 82-83), é o que ocorre com a inserção da oclusiva glotal nos exemplos aludidos (195, 198-199).

Além de proibir pés degenerados e iambos planos em final de palavra, como vimos nas observações a) e b), podemos identificar nos exemplos abaixo (198-199) que se aplica à língua a análise local fraca para a construção de pé métrico (“*Weak Local Parsing*”), segundo o Parâmetro de localidade da análise de pé métrico (“*Foot Parsing Locality Parameter*”). A análise local fraca, que é a forma marcada desse parâmetro, realiza-se do seguinte modo: “*when a foot has been*

constructed, align the window for further parsing by skipping over / ʔ/, where possible.” (HAYES 1995, p. 308)⁶⁰.

A partir da análise local fraca, a primeira sílaba dos exemplos (198, 199) não é analisada como constituinte do pé métrico, desse modo, Hayes (1995, p. 308) eliminou a possibilidade de pés ternários em sua teoria e pôde explicar em línguas como o Saynáwa como ocorrem tais construções, sendo tão somente necessária a postulação de pés binários.

A consideração dessa sílaba solta é possível porque a construção em pés métricos, segundo a teoria de Hayes (1995, p. 308), não exaure todas as sílabas de uma sequência, sendo comum em línguas que proíbem pés degenerados a análise dos pés métricos (“*parsing*”) deixar sílabas soltas em sequências ímpares, como é o caso dos exemplos mencionados.

(X) (198)

(. X)

˘ ˘ -

[taka¹raʔ] - /takara/ “galinha”

(X) (199)

(. X)

˘ ˘ -

[paβi¹kiʔ] - /pabinki/ “orelha”

O fato de a primeira sílaba nos exemplos (198-199) acima não ser analisada como constituinte do pé métrico, por conta da análise

⁶⁰ O Parâmetro de localidade da análise de pé métrico (“*Foot Parsing Locality Parameter*”) prevê para a análise dos pés métricos a análise local fraca (“*Weak Local Parsing*”) e a análise local forte (“*Strong Local Parsing*”). A análise local forte se distingue da análise local fraca porque na primeira, “*when a foot has been constructed, align the window for further parsing at the next unfooted syllable*” (HAYES 1995, p. 308).

local fraca, demonstra que a análise de construção de pés métricos se dá da direita para a esquerda.

Caso os iambos fossem construídos da esquerda para a direita, teríamos estruturas como estas, inexistentes em nossos dados:

*[ta'karaʔ] - /takara/ “galinha”

*[pa'βikiʔ] - /pabinki/ “orelha”

Iambos construídos da direita para a esquerda (“*Right-to-Left Iamb*s”), entretanto, não foram seguramente atestados em Hayes (1995, p. 265). O autor considera que línguas como “*Turkish; Sarangani Manobo; Javanese; Malay; (Tiberian) Biblical Hebrew; Tübatulabal; Aklan; Weri*” (HAYES 1995, p. 262-266), que são consideradas como formando iambos da direita para a esquerda, podem ser, na verdade, analisadas como troqueus ou, então, suas análises foram baseadas em dados insuficientes, caso das línguas “*Sarangani Manobo; Malay*” (HAYES 1995, p. 265).

Desse modo, Hayes (1995, p. 265-266) considera que a razão de não terem sido identificadas línguas que formem iambos da direita para a esquerda pode ser meramente acidental ou, talvez, porque a formação de iambos da esquerda para a direita requer menos pré-planejamento fonológico na fala.

Acreditamos que o Saynáwa apresenta a formação de iambos da direita para a esquerda, pois não podemos analisar seus constituintes métricos a partir de pés do tipo Trocáico Silábico ou do tipo Trocáico Moráico, uma vez que o primeiro é insensível ao peso silábico (HAYES 1995, p. 63), já sendo bastante claro que o Saynáwa não apresenta tal comportamento, e porque o segundo apresenta proeminência inicial e não demonstra contraste de duração, mas de intensidade (HAYES 1995, p. 69, 80-82), diferindo assim do que vimos para o Saynáwa.

Poder-se-ia argumentar que teríamos a extrametricalidade na sílaba inicial, formando a língua iambos da esquerda para a direita. Entretanto, a extrametricalidade à esquerda é uma forma marcada (HAYES 1995, p. 57), além disto, quando virmos as palavras estruturadas, observaremos que a interpretação da sílaba inicial em

(198-199) acima como sílaba solta devido à análise local fraca se confirma.

Assim, concluímos que em Saynáwa existe a construção de pés métricos formando iambos da direita para a esquerda⁶¹.

Após essas observações, podemos entender melhor porque o processo de ressilabificação das vogais altas, tratado em 3.1.4., não ocorre em palavras dissilábicas, enquanto em palavras com sílabas ímpares não só é realizado como é mais produtivo. Vejamos alguns exemplos:

(202) (. X)
 ◡ -

[i'aʔ] - /i.a/ “piolho”

(203) (X)
 -

*[jaʔ] - /i.a/ “piolho”

⁶¹ Outras línguas Pano também formam iambos da direita para a esquerda, exemplo do Matsés (DORIGO s.d.), idioma classificado como do tipo Iâmbico defectivo, formando pés métricos da direita para a esquerda (DORIGO s.d., p. 10). Já no Shanenawa, Cândido (2004), apesar de ao final interpretar que o acento é atribuído conforme a regra da “*Sensibilidade Quantitativa*” (grifo da autora) (CÂNDIDO 2004, p. 47), nos demonstra ao longo de seu estudo que a língua forma pés iâmbicos da direita para a esquerda (CÂNDIDO 2004, p. 46).

A língua Marubo também apresenta iambos como pés métricos, mas eles convivem com troqueus, sendo a língua um tipo misto, Trocáico-iâmbica Silábica, tendo Costa (2000) adotado a teoria de Kager (1993 *apud* COSTA 2000, p. 213) ao lado da de Hayes (1995) para explicar o acento nesta língua. Em Marubo, a análise se dá da esquerda para a direita.

De acordo com Costa (2000, p. 178), são Trocáicas Silábicas as línguas Shipibo-Conibo, Capanahua e Cashibo (SHELL 1975), convivendo nestas línguas troqueus e iambos (COSTA 2000, p. 178), sendo também Trocáico Silábico o idioma Wariapano (VALENZUELA 1998 *apud* COSTA 2000). Já as línguas Caxinauá (CAMARGO 1995), Matsés (DORIGO E COSTA 1997 *apud* COSTA 2000) e Katukina (BARROS 1987; AGUIAR 1994) são do tipo Iâmbico Silábico, segundo Costa (2000).

O Huariapano, por sua vez, segundo Parker (1994, p. 105), é do tipo Trocáico Moráico (Moraic Trochee).

Em /i.a/, se ocorresse a ressilabificação teríamos a formação do pé (X), como podemos ver em (203) acima. Esse pé é permitido, mas sua formação neste caso impediria a formação do pé canônico (. X), como vemos em (202). Como o pé canônico é privilegiado pela língua, a formação de (X) em detrimento de (. X) não seria produtiva.

Já em palavras com sílabas ímpares, a ressilabificação permite que todas as sílabas sejam analisadas em pés métricos, como vimos em (195) para [ə'waʔ] - /əua/ “mãe” e agora vemos em (204) abaixo, pois, do contrário, por causa da análise local fraca, a primeira sílaba não seria analisada, como vemos em (205):

(204) (. X)

˘ -

[ja'əʔ] - /iaə/ “biorana”

(205) (X)

(. X)

˘˘ -

*[ia'əʔ] - /iaə/ “biorana”

3.2.1.2. A atribuição do acento em Saynáwa.

Já quanto à atribuição do acento, podemos ver que a língua adota a Regra final à direita, como segue:

(206) (X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(X) Nível do pé

- Nível da sílaba

[ʼβiʔ] - /bi/ “carapanã”

(207) (X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(. X) Nível do pé

˘ - Nível da sílaba

[təʃoʔ] - /təʃu/ “pescoço”

(208) (X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(X) (X) Nível do pé

- - Nível da sílaba

[₁bu^h'kaʔ] - /buska/ “cabeça”

(209) (X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(. X) Nível do pé

˘ ˘ - Nível da sílaba

[taka^h'raʔ] - /takara/ “galinha”

Antes de concluirmos nossas observações sobre o acento na palavra, vejamos como se comporta o acento em palavras estruturadas, com morfologia:

(210) [aĩ^h'boʔ] - /ainbu/ “mulher”

(211) [i₁kəne^h'βiʔ] - /ikənibin/ “castanhola”

(212) [hə₁maĩ^h'teʔ] - /həmainti/ “terreiro”

(213) [ma₁potəre^h'peʔ] - /maputəripi/ “nuca”

(214) [ra₁bəbəja^h'teʔ] - /rabəbəiati/ “brincadeira”

Vejamos como os constituintes métricos são analisados nessas palavras:

(X) Nível da palavra (Regra final à direita) (210)

(. X) Nível do pé

˘ ˘ - Nível da sílaba

[aĩ^h'boʔ]⁶² - /ainbu/ “mulher”

⁶² Este exemplo confirma mais uma vez que a sílaba com vogal nasalizada não conta peso.

(X) Nível da palavra (Regra final à direita) (211)

(. X)(. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[i,kəne'βiʔ] - /ikənibin/ “castanhola”

(X) Nível da palavra (Regra final à direita) (213)

(. X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[ma.potəre'peʔ] - /maputəripi/ “nuca”

Podemos ver acima que as palavras estruturadas repetem o padrão rítmico iâmbico e a Regra final à direita, isso reafirma nossa interpretação de que o acento em Saynáwa é rítmico e não morfológico⁶³ (HAYES 1995, p. 31-32), e que a análise de construção de pés métricos se dá da direita para a esquerda.

As palavras (211-214) nos indicam também que a língua permite a construção de pé iâmbico plano após a construção de pés canônicos, não ocorrendo processos fonológicos que corrijam esse pé plano e o transforme em pé canônico, como ocorre com os pés métricos em final de palavra. Assim, pés iâmbicos planos são permitidos desde que não finalizem palavra.

A análise local fraca pode ser confirmada nos exemplos (210, 213-214), não sendo analisada em pés métricos a primeira sílaba do exemplo (210) e as antepenúltimas sílabas dos exemplos (213-214), obedecendo assim à regra que deixa sílabas soltas em sequências ímpares.

Nos exemplos (211-212), não ocorre a análise local fraca porque temos uma sequência par, sendo improdutiva para a língua a aplicação de tal análise nesses casos porque ao não analisar a sílaba adjacente à formação do pé métrico, teríamos a formação de um pé degenerado à esquerda, o que é proibido pela língua no nível da palavra

⁶³ Já em Marubo, Costa (2000) identificou um sistema acentual misto: morfológico e rítmico.

e mesmo que fosse permitida a construção de pés degenerados, não é esperada sua realização em locais fracos (HAYES 1995, p. 101).

(X) Nível da palavra (Regra final à direita) (212)

(X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[həmaĩ'teʔ] - /həmainti/ “terreiro”

Os exemplos (211-212), junto aos (213-214), demonstram que a formação de pés métricos em Saynáwa é iterativa e persistente (“*Persistent Footing*”)⁶⁴ (HAYES 1995, p. 113-115), formando, assim, mais de um pé métrico.

Os pés métricos analisados além do pé canônico apresentam proeminência final, como ocorre com todo pé do padrão iâmbico. Por essa razão, marcamos na representação fonética essa sílaba proeminente com o diacrítico (˘), como podemos ver em (211-214) acima, ocorrendo o mesmo com as sílabas pesadas que não estiverem no final da palavra, pois elas normalmente atraem acento (HAYES 1995, p. 50), como vemos em:

(X) Nível da palavra (Regra final à direita) (208)

(X) (X) Nível do pé

 - - Nível da sílaba

[buʃ˘'kaʔ] - /buska/ “cabeça”

Desse modo, a atribuição de acentos (˘) após o acento mais proeminente (˘) se dá em sílaba pesada e na sílaba que forma pé binário e está à direita neste pé, seja ela leve ou pesada. Essas sílabas são a cabeça do pé métrico e, portanto, possuem uma marca na grade do nível do pé, mas não no nível da palavra, destinado este nível ao acento mais proeminente.

⁶⁴ Em Shanenawa, a análise em pés métricos se dá de forma não-iterativa (CÂNDIDO 2004, p. 46), diferente do Saynáwa, onde ela se dá de forma iterativa, conformando-se o padrão rítmico ao longo da palavra.

3.2.1.3. Quadro resumitivo do acento na palavra em Saynáwa.

Após observarmos o comportamento das palavras sem e com morfologia, podemos chegar às seguintes conclusões sobre o acento na palavra em Saynáwa:

Tabela nº 1

ACENTO NA PALAVRA DO SAYNÁWA	
- o acento é métrico;	
- a construção de pés métricos:	forma iambos da direita para a esquerda;
	pés degenerados são absolutamente proibidos;
- aplica-se a análise local fraca;	
- a formação dos pés métricos é iterativa e persistente (“ <i>Persistent Footing</i> ”), desse modo temos a análise em pés para além do pé ao qual é atribuído o acento mais proeminente;	
- admite iambos planos apenas quando não finalizam palavra;	
- a proeminência de sílaba pesada ou de sílaba cabeça de pés binários, analisadas após o pé que recebe o acento mais proeminente, é marcada na representação fonética pelo diacrítico (,);	
- construção do nível da palavra: Regra final à direita.	

3.2.2. O acento frasal⁶⁵.

Observemos primeiramente os compostos e depois as frases em níveis de complexidade crescentes.

⁶⁵ Hayes (1995, p. 369) trata do acento frasal sem considerar os constituintes prosódicos como proposto por Nespor e Vogel (1986), uma vez que não há consenso na literatura se a Regra final se aplica às estruturas morfossintáticas ou aos constituintes prosódicos e também devido à dificuldade no inglês, língua utilizada por Hayes (1995) para analisar o acento frasal, em se determinar como esses constituintes prosódicos estão organizados. Em Saynáwa, como veremos no tópico 3.3., alguns dos constituintes prosódicos são facilmente identificados, aplicando-se a Regra final a estes constituintes, como previsto por Nespor e Vogel (1986).

3.2.2.1. Os compostos.

Vejamos os seguintes compostos:

(215) [hə'nə i'noʔ] - /hənə inu/ “lontra”

(216) [na'wa oʃa'teʔ] - /naua uʃati/ “cama”

(217) [ta'ə ɓuʃ'kaʔ] - /taə buska/ “dedão do pé”

(218) [a'tsa po'toʔ] - /atsa putu/ “farinha de mandioca”

(219) [o'ʃo ʃi'peʔ] - /uʃu ʃipi/ “soim-branco”

(220) [o'ʃo ʃi'noʔ] - /uʃu ʃinu/ “macaco-cairara”

Todas as palavras que formam os compostos encontram-se elicitadas individualmente em nosso corpus como apresentamos a seguir:

Tabela nº 2

EXEMPLO	1º ITEM	2º ITEM	COMPOSTO
(215)	[hə'nəʔ] - /hənə/ “rio” (‘rio grande’)	[i'noʔ] - /inu/ “onça”	[hə'nə i'noʔ] - /hənə inu/ “lontra”
(216)	[na'waʔ] - /naua/ “branco (gente)”	[oʃa'teʔ] - /uʃati/ ‘lugar onde se dorme’ (formado a partir de uʃai “dormir”, acrescido do sufixo instrumentalizador -ti)	[na'wa oʃa'teʔ] - /naua uʃati/ “cama”
(217)	[ta'əʔ] - /taə/ “pé”	[,buʃ'kaʔ] - /buska/ “cabeça”	[ta'ə ,buʃ'kaʔ] - /taə buska/ “dedão do pé”
(218)	[a'tsaʔ] - /atsa/ “mandioca”	[po'toʔ] - /putu/ “pó”	[a'tsa po'toʔ] - /atsa putu/ “farinha de mandioca”
(219)	[o'ʃoʔ] - /uʃu/ “branco”	[ʃi'peʔ] - /ʃipi/ “soim”	[o'ʃo ʃi'peʔ] - /uʃu ʃipi/ “soim-branco”
(220)	[o'ʃoʔ] - /uʃu/ “branco”	[ʃi'noʔ] - /ʃinu/ “macaco”	[o'ʃo ʃi'noʔ] - /uʃu ʃinu/ “macaco- cairara”

Podemos observar que a oclusiva glotal permanece na palavra que se encontra no final do composto, garantindo o peso para a sílaba final no intuito de que o acento seja atribuído a esta, não sendo mais necessária a inserção da oclusiva glotal ao final da primeira palavra do composto⁶⁶, uma vez que a língua permite pés iâmbicos planos à esquerda do pé iâmbico canônico.

Esses compostos são analisados em constituintes métricos do seguinte modo:

(X) Nível do composto⁶⁷ (Regra final à direita) (215)

(X)(X) Nível da palavra

(. X)(. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[hə'nə i'noʔ] - /hənə inu/ “lontra”

(X) Nível do composto (Regra final à direita) (216)

(X)(X) Nível da palavra

(. X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[na'wa oʃa'teʔ] - /naua uʃati/ “cama”

(X) Nível do composto (Regra final à direita) (217)

(X)(X) Nível da palavra

(. X)(X)(X) Nível do pé

 ˘ ˘ - - Nível da sílaba

[ta'ə buʃ'kaʔ] - /taə buska/ “dedão do pé”

Os exemplos (218-220) são analisados da mesma forma como o exposto em (215) acima.

Podemos observar que o padrão rítmico iâmbico, formando pés da direita para a esquerda, a análise local fraca e a Regra final à direita,

⁶⁶ Cândido (2004, p. 47) identificou o mesmo comportamento no Shanenawa.

⁶⁷ Hayes (1995, p. 191) prevê um nível extra para os compostos.

dentre outras características do acento na palavra, se repetem nos compostos.

Quanto à Regra final à direita para os compostos, a língua Saynáwa não apresenta a Regra do acento do composto (“*Compound Stress Rule*”) mais comum entre as línguas do mundo conforme Hayes (1995, p. 368)⁶⁸, em que o membro mais à esquerda é o mais forte⁶⁹.

A análise em pés métricos demonstra também que os compostos se comportam como palavras fonológicas distintas. Não sabemos ainda, todavia, se essas estruturas que inicialmente chamamos de compostos se confirmam como tais na morfologia da língua.

3.2.2.2. As frases.

Vejamos agora as frases:

(221) [aĩ'bo ʃo'tʃiʔ] - /ainbu ʃutʃi/ “peito da mulher”

(222) [aĩ'bo itʃa'paʔ] - /ainbu itʃapa/ “muitas mulheres”

(223) [ma'i 'pəʔ] - /mai pə/ “terra boa, fértil”

(224) ['bo tʃaj'paʔ] - /bu tʃajpa/ “cabelo comprido”

(225) ['ẽ aʃ'paʔ] - /ən aspa/ “minha boca”

(226) [ta're oʃini'paʔ] - /tari uʃinipa/ “a roupa é vermelha”

(227) [na'wə na'no 'keʔ] - /nauə nanu ki/ “o fumo está aqui”

(228) [ro'no ma'waʔ] - /runu maua/ “a cobra está morta”

(229) [ka'mə o'ʃaʔ] - /kamə uʃa/ “o cachorro dorme”

(230) [ta'ə buʃ'ka ewa'paʔ] - /taə buska iupa/ “o dedão do pé é grande”

(231) [i'no ba'ka aja'iʔ] - /inu baka ai ai/ “a onça está bebendo água”

⁶⁸ Devemos ressaltar que as conclusões de Hayes (1995) sobre o acento frasal se baseiam nas observações sobre a língua inglesa e a holandesa (HAYES 1995, p. 368).

⁶⁹ A língua Matsés também apresenta para os compostos a Regra final à direita (DORIGO s.d., p. 10). Já o Marubo apresenta proeminência inicial para os compostos (COSTA 2000, p. 156).

(232) [ʔtʃi ʔtʃaj¹ma tsa¹waʔ] - /ʔtʃi ʔtʃajma tsaʊa/ “ele está sentado perto do fogo”

(233) [kamə¹nã ro¹no kəjoa¹keʔ] - /kamənan runu kəiuaki/ “o cachorro mordeu a cobra”

Essas frases são analisadas em constituintes métricos do seguinte modo:

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (221)

(X) (X) Nível da palavra

(. X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[aĩ¹bo ʃo¹tʃiʔ] - /ainbu ʃutʃi/

mulher peito

“peito da mulher”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (222)

(X) (X) Nível da palavra

(. X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[aĩ¹bo itʃa¹paʔ] - /ainbu itʃapa/

mulher muito

“muitas mulheres”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (223)

(X)(X) Nível da palavra

(. X)(X) Nível do pé

 ˘ ˘ - Nível da sílaba

[ma¹i ¹pəʔ] - /mai pə/

terra bom

“terra boa, fértil”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (224)

(X) (X) Nível da palavra

(X) (X)(X) Nível do pé

 - - Nível da sílaba

[¹bo ,tʃaj¹paʔ] - /bu tʃajpa/

cabelo comprido

“cabelo comprido”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (225)

(X) (X) Nível da palavra

(X) (X)(X) Nível do pé

 - - Nível da sílaba

[¹ẽ ,aʃ¹paʔ] - /ən aspa/

meu/minha boca

“minha boca”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (226)

(X)(X) Nível da palavra

(. X)(.X)(. X) Nível do pé

 - - Nível da sílaba

[ta¹re o,ʃini¹paʔ] - /tari uʃinipa/

roupa vermelho

“a roupa é vermelha”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (227)

(X)(X)(X) Nível da palavra

(. X)(. X)(X) Nível do pé

 - - Nível da sílaba

[na¹wə na¹no ¹keʔ] - /nauə nanu ki/

fumo aqui (declarativo)

“o fumo está aqui”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (228)

(X) (X) Nível da palavra

(. X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[ro'no ma'waʔ] - /runu maua/

cobra morta

“a cobra está morta”

(X) Nível da frase I (Regra final à direita) (229)

(X) (X) Nível da palavra

(. X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[ka'mə o'ʃaʔ] - /kamə uʃa/

cachorro dormir

“o cachorro dorme”

(X) Nível da frase II (Regra final à direita) (230)

(X)(X) Nível do composto (Geração de Domínio)

(X) (X)(X) Nível da palavra

(. X) (X)(X) (. X) Nível do pé

 ˘ ˘ - ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[ta'ə ˌbuʃ'ka ewa'paʔ] - /taə buska iuapa/

pé cabeça

dedão do pé grande

“o dedão do pé é grande”

(X) Nível da frase II (Regra final à direita) (231)
 (X)(X) Nível da frase I (Geração de Domínio)
 (X)(X)(X) Nível da palavra
 (. X)(. X) (. X) Nível do pé
 ˘ ˘ ˘ ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[i'no ba'ka aja'i?] - /inu baka ai ai/

onça água beber

“a onça está bebendo água”

(		X) Nível da frase II (Regra final à direita) (232)
(	X)	(X) Nível da frase I (Geração de Domínio)
(X)	(	X) Nível da palavra
(X)	(X)(X)	(. X) Nível do pé
˘	-	˘ ˘ - Nível da sílaba

[¹tʃi tʃaj¹ma tsa¹waʔ] - /tʃi tʃajma tsaua/

fogo perto sentado

“ele está sentado perto do fogo”

(233)

(X) Nível da frase II (Regra final à direita)
 (X)(X) Nível da frase I (Geração de Domínio)
 (X) (X)(X) Nível da palavra
 (. X) (. X)(. X)(. X) Nível do pé
 ~ ~ ~ ~ ~ - Nível da sílaba

[kamə'nã ro'no kə'joa'ke?] - /kamənan runu kəiuaki/

cachorro(erg.)⁷⁰ cobra morder

“o cachorro mordeu a cobra”

Os exemplos acima (221-233) demonstram que no nível da frase o padrão rítmico da língua confirma-se, mais uma vez, como iâmbico, formando iambos da direita para a esquerda.

⁷⁰ Ao contrário do Marubo (COSTA 2000, p. 182), a marcação de caso não resulta em inversão acentual no Saynáwa.

A análise dos pés métricos realizada no nível da palavra é preservada no nível frasal, não ocorrendo nova análise. Desse modo, assim como no acento na palavra, identificamos no acento frasal a análise local fraca (221-222, 230-231, 233), iambos planos, desde que não finalizem a frase (221-223, 226-231, 233), e a formação iterativa e persistente de pés (“*Persistent Footing*”).

Já quanto à formação de pés degenerados, identificamos uma distinção em relação ao acento na palavra. No nível frasal, a proibição de formação de pés degenerados é fraca, sendo permitido “*when dominated by another grid mark*” (HAYES 1995, p. 87), como podemos ver em (224-225, 230, 232), não sendo possível sua ocorrência em final de frase, mas tão somente em seu interior, do mesmo modo que os iambos planos.

Quanto ao acento frasal, observamos que assim como o acento na palavra, ele também obedece à Regra final à direita. Nesse sentido, apresenta o que Hayes (1995, p. 368) considera ser o padrão mais comum entre as línguas do mundo para as frases sintáticas, a Regra do acento nuclear (“*Nuclear Stress Rule*”), em que “*the rightmost member of a phrase is strongest*” (HAYES 1995, p. 368).

Por apresentar acento mais proeminente à direita, quando a coda final da frase não está preenchida, observa-se a inserção da oclusiva glotal nessa posição a fim de conferir peso a essa sílaba. A realização dessa consoante não ocorre nas palavras que não finalizam a frase, como em [aĩ'bo] na frase [aĩ'bo ʃo'tʃiʔ] - /ainbu ʃutʃi/ “peito da mulher” em (221), uma vez que a língua permite iambos planos após a formação do pé canônico, sendo indiferente para a atribuição do acento frasal o peso de sílabas que não se encontram no final da frase⁷¹.

⁷¹ Os ditongos decrescentes formados por [w], como vimos na descrição do fonema /u/ e em 2.1.3.2., só são realizados, de modo variável e em poucos dados, na elicitacão de textos em fala mais rápida, sendo percebidos apenas em palavras que não finalizam a frase. A última restrição ocorre talvez porque a posição final da frase é preservada por causa da Regra final à direita (Regra do Acento Nuclear).

Para obedecer à Regra final à direita no nível frasal, além da inserção da oclusiva glotal, níveis superiores são adicionados aos já existentes na grade, assim, além do Nível da sílaba, do pé e da palavra, temos o Nível da frase, onde será atribuída a marca na grade que corresponde ao elemento mais proeminente da frase. Em (221-229), observamos a necessidade de apenas um nível da frase, o qual denominamos de Nível da frase I. Já em (230-233), além do Nível da frase I ou do Nível do composto, outro nível precisa ser adicionado, o Nível da frase II, devido à maior complexidade destas frases.

Nos exemplos (230-233), observamos a necessidade não apenas de se acrescentar níveis para a frase, como também de tornar “o mais baixo mais alto” (*“Making the Shorter Taller”*). Segundo a Convenção de Equalização do Acento (*“Stress Equalization Convention”*) revista por Hayes (1995),

“When two metrical constituents are concatenated, and their tallest grid columns are unequal, then grid marks are assigned to the shorter column if necessary to avoid violating the Continuous Column Constraint” (HAYES 1995, p. 378)

Em razão de a Regra final do acento em Saynáwa ser à direita, torna-se necessário em (230-233) a aplicação dessa Convenção, a qual promove o surgimento da Geração de Domínio, como podemos ver nos aludidos exemplos através dos constituintes em negrito. Esses constituintes possibilitam que o elemento mais à direita tenha uma marca no Nível do composto (230) ou no Nível da frase I (231-233) e, assim, possa ser mais proeminente, apresentando uma marca no Nível da frase II, sem que seja violada a Restrição da Coluna Contínua (*“Continuous Column Constraint”*) (HAYES 1995).

Por último, parece-nos evidente, a partir da análise dos constituintes métricos apresentada em (221-233), que o Nível do composto (230) tem um comportamento semelhante ao Nível da frase I, apresentando-se o composto do exemplo (230) igual às frases dos constituintes à esquerda (excluindo a Geração de Domínio) no Nível da

frase I em (231-233), ou igual aos constituintes no Nível da frase I em (221-229).

Essa evidência é reforçada pelas considerações feitas sobre os compostos expostos nos exemplos (215-220), quando vimos que o acento nos compostos obedece à Regra final à direita, distinta da Regra do acento do composto (“*Compound Stress Rule*”) mais comum nas línguas do mundo, com dominância à esquerda (HAYES 1995, p. 368). Isso se dá porque os compostos em Saynáwa se comportam do mesmo modo que a frase, a qual também obedece à Regra final à direita.

Assim, os compostos do Saynáwa comportam-se como frases, não existindo como uma categoria à parte, entre a palavra e a frase. Como dissemos no subtópico anterior, resta-nos saber se essas estruturas comportam-se morfologicamente como compostos. Essa questão só poderá ser respondida em estudos posteriores, que abordem a morfologia do Saynáwa.

3.2.2.3. Quadro resumitivo do acento frasal em Saynáwa.

Assim, concluímos que o acento frasal apresenta as seguintes características:

Tabela nº 3

ACENTO FRASAL DO SAYNÁWA	
- o acento é métrico;	
- a construção de pés métricos:	forma iambos da direita para a esquerda; pés degenerados possuem proibição fraca, sendo permitidos apenas quando dominados por outra marca na grade e desde que não finalizem frase;
- aplica-se a análise local fraca;	
- a formação de pés é iterativa e persistente (“ <i>Persistent Footing</i> ”);	
- admite iambos planos apenas quando não finalizam frase;	
- os compostos se comportam como as frases;	
- Formação de Geração de Domínio;	
- construção do nível da frase: Regra final à direita (Regra do Acento Nuclear).	

3.2.3. Conclusões sobre o padrão rítmico e o acento em Saynáwa.

Desse modo, podemos concluir que tanto no nível da palavra como da frase (os compostos comportam-se como frases), o padrão rítmico do Saynáwa é o Iâmbico, formando iambos da direita para a esquerda, aplicando-se a Regra final à direita⁷² e apresentando formação persistente de pés métricos e análise local fraca⁷³.

A língua não admite pés iâmbicos planos ou pés degenerados em final de palavra ou de frase, evitando esses pés mal formados através de dois processos fonológicos: a inserção da oclusiva glotal ou o alongamento iâmbico, sendo este restrito aos monossílabos. Assim, a sílaba final torna-se pesada e a ela pode ser atribuído o acento mais proeminente.

Por essa razão analisamos os constituintes métricos a partir da representação fonética da língua, uma vez que a constituição dos pés métricos e a atribuição do acento ocorrem após a realização dos aludidos processos, que são ativados pelo mesmo padrão rítmico através do qual a análise em pés métricos é feita e pelo qual se atribui o acento da língua.

Pés iâmbicos planos e pés degenerados só são permitidos quando não finalizam palavra ou frase, portanto, pés degenerados são fortemente proibidos no acento na palavra e fracamente proibidos no acento frasal⁷⁴.

⁷² Nas línguas Katukina (AGUIAR 1994, p. 69, 87), Shanenawa (CÂNDIDO 2004, p. 46) e Matsés (DORIGO s.d., p. 10), a dominância também é à direita. Já em Marubo, o acento na palavra prevê a Regra final à esquerda e o acento frasal a Regra final à direita (COSTA 2000, p. 180).

Em línguas como Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000), Yawanawá (DE PAULA 2007) e Poyanáwa (DE PAULA 1992), o acento também recai na última sílaba, não sendo afirmado pelos autores destes estudos se estas línguas possuem acento métrico. Tal afirmação também não é feita para o Yaminahua, onde o acento na palavra pode ocorrer nas duas primeiras sílabas na raiz de verbo transitivo e na primeira sílaba na raiz de verbo intransitivo ou na frase nominal (FAUST E LOOS 2002, p. 18).

⁷³ O Matsés (DORIGO s.d., p. 10) e o Marubo (COSTA 2000, p. 162) também aplicam a análise local fraca.

⁷⁴ A língua Matsés (DORIGO s.d., p. 10) também admite pés degenerados no interior de frases, já quanto aos iambos planos, eles podem ser produzidos nessa língua em

No Saynáwa, o acento não está na subyacência, por essa razão ele não é indicado na representação fonológica⁷⁵.

3.3. Os constituintes prosódicos do Saynáwa.

3.3.1. A Fonologia prosódica e os constituintes prosódicos.

A Fonologia Prosódica tem por objeto de estudo o subsistema prosódico, e pode ser definida como “*a theory of the way in which the flow of speech is organized into a finite set of phonological units*” (NESPOR E VOGEL 1986, p. 299). Essas unidades são denominadas de constituintes prosódicos, os quais estão hierarquicamente organizados e se configuram em domínios onde se aplicam as regras fonológicas, razão pela qual a teoria prosódica representa uma teoria dos domínios (NESPOR E VOGEL 1986, p. 1, 301).

Segundo Nespore e Vogel (1986, p. 11), os constituintes prosódicos estão hierarquicamente organizados na seguinte ordem decrescente:

Tabela nº 4

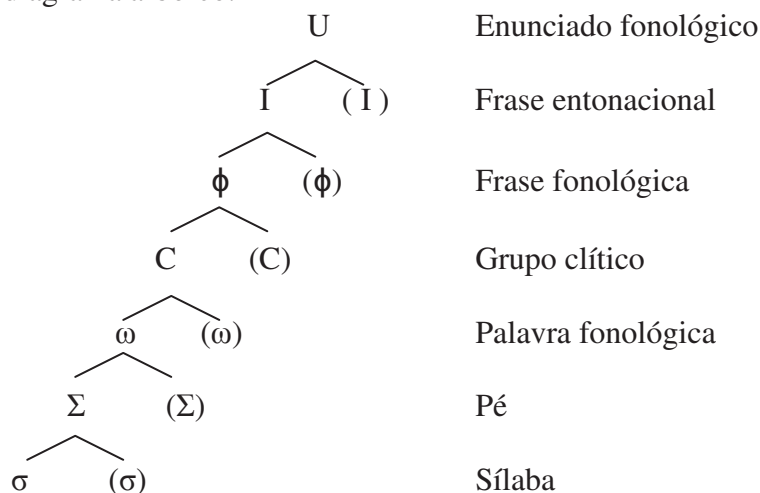
Enunciado fonológico (phonological utterance)	U
Frase entonacional (intonational phrase)	I
Frase fonológica (phonological phrase)	φ
Grupo clítico (clitic group)	C
Palavra fonológica (phonological Word)	ω
Pé (foot)	Σ
Sílaba (syllable)	σ

qualquer posição, inclusive em final de palavra ou frase, por isto a língua foi interpretada como Iâmbica defectiva.

Em Marubo (COSTA 2000, p. 180), pés degenerados são fortemente proibidos no nível frasal e fracamente proibidos no nível da palavra.

⁷⁵ Na maior parte das línguas Pano, o acento também não está na subyacência, como, por exemplo, em: Katukina (BARROS 1987; AGUIAR 1994), Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000), Yawanawá (DE PAULA 2007), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Arara (CUNHA 1993), Yaminahua (FAUST E LOOS 2002) e Shanenawa (CÂNDIDO 2004).

Essa hierarquia pode ser representada através do seguinte diagrama arbóreo:



(Diagrama retirado de BISOL 2005, p. 244)

Os constituintes prosódicos têm sua estrutura interna construída a partir da seguinte regra: “*Join into an n -ary branching Xp all $Xp-1$ included in a string delimited by the definition of the domain of Xp* ” (NESPOR E VOGEL 1986, p. 7), em que Xp é um constituinte, por exemplo, o pé (Σ), e $Xp-1$ é o constituinte imediato inferior, seguindo o exemplo, a sílaba (σ).

Em sua delimitação, os constituintes prosódicos utilizam além de critérios fonológicos, informações não-fonológicas, o que revela uma interação entre a fonologia e os demais componentes gramaticais. A sílaba e o pé, por exemplo, são formados tendo por base critérios fonológicos, já os demais constituintes se valem também de informações morfosintáticas e semânticas. Isso não implica, contudo, em isomorfismo entre estes constituintes prosódicos e os demais constituintes gramaticais (NESPOR E VOGEL 1986, p. 2, 299).

Ainda segundo Nespor e Vogel (1986, p. 58-60), quatro critérios podem ser utilizados para se identificar uma dada sequência como um constituinte prosódico:

1º) se há regras da gramática que em sua formulação necessitam se referir a esse constituinte; ou,

2º) se há regras que utilizam esse constituinte como seu domínio de aplicação; ou,

3º) se a sequência é o domínio de restrições fonotáticas; ou,

4º) se há relações de proeminência relativa entre os elementos da sequência, ou seja, se o constituinte tem a função de delimitar os domínios dos padrões acentuais.

A identificação dos constituintes prosódicos é importante porque permite que os processos e regras fonológicas façam referência direta a componentes fonológicos e não a constituintes morfossintáticos, que não constituem domínios para a aplicação de certas regras fonológicas (NESPOR E VOGEL 1986, p. 27, 301).

3.3.2. Os constituintes prosódicos do Saynáwa.

Para identificarmos os constituintes prosódicos do Saynáwa, utilizaremos o 4º critério exposto por Nespor e Vogel (1986, p. 58-60): as relações de proeminência relativa entre os elementos da sequência, ou seja, se o constituinte tem a função de delimitar os domínios dos padrões acentuais.

Desse modo, relembando o que apresentamos no tópico 3.2. sobre o padrão rítmico e o acento em Saynáwa, temos as seguintes análises em constituintes métricos:

(234) (X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(. X) Nível do pé

˘ - Nível da sílaba

[tə'ʃoʔ] - /təʃu/ “pescoço”

- (235) (X) Nível da frase I (Regra final à direita)
 (X) (X) Nível da palavra
 (X) (X)(X) Nível do pé
 ∪ - - Nível da sílaba
- [^ht̃ ,aʃ^hpaʔ] - /ən aspa/
 meu/minha boca
 “minha boca”
- (236) (X) Nível da frase II (Regra final à direita)
 (X) (X) Nível da frase I (Geração de Domínio)
 (X) (X) (X) Nível da palavra
 (X) (X)(X) (. X) Nível do pé
 ∪ - ∪ ∪ - Nível da sílaba
- [^htʃi tʃaj^hma tsa'waʔ] - /tʃi tʃajma tsaua/
 fogo perto sentado
 “ele está sentado perto do fogo”

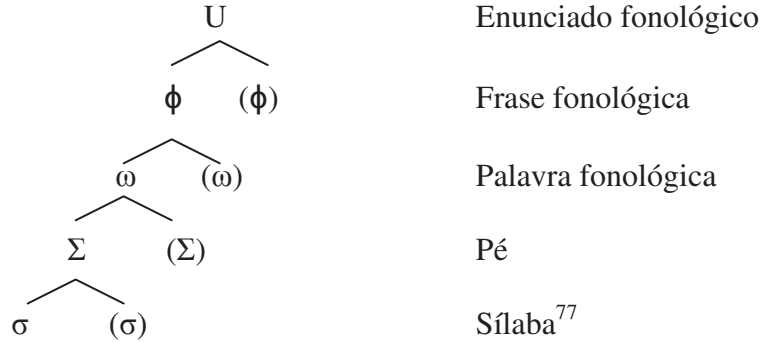
Os níveis delimitados à direita em (234-236) acima, os constituintes métricos, são os domínios onde atuam o padrão rítmico da língua e a partir do qual se dá a atribuição do acento. Desse modo, esses níveis se configuram como constituintes prosódicos⁷⁶.

Assim, o “Nível da sílaba” corresponde ao constituinte prosódico sílaba (σ), o “Nível do pé” corresponde ao constituinte pé (Σ), e o “Nível da palavra” ao constituinte palavra fonológica (ω). Já o “Nível da frase I”, que também engloba o “Nível do composto”, como vimos em 3.2.2.2., corresponde ao constituinte frase fonológica (ϕ),

⁷⁶ Como afirmamos em nota de rodapé no subtópico 3.2.2., Hayes (1995, p. 369) não considera os constituintes prosódicos como domínios para a aplicação da Regra final do acento frasal no inglês. Em Saynáwa, entretanto, podemos identificar que a Regra final se aplica a esses constituintes. Tal relação é prevista por Nespor e Vogel (1986), que defendem uma interação entre o subsistema prosódico e os demais subsistemas do componente fonológico, tais como os estudados pela teoria métrica e pela teoria autosssegmental (Nespor e Vogel 1986, p. 6, 301).

enquanto o “Nível da frase II” corresponde ao constituinte enunciado fonológico (U).

Propomos para o Saynáwa o seguinte diagrama arbóreo para representar a organização hierárquica de seus constituintes prosódicos:



Desse modo, temos os seguintes constituintes prosódicos para (234-236):

(234)

[tə^hʃoʔ] - /təʃu/ “pescoço”:

[[[tə]σ[^hʃoʔ]σ] Σ] ω

(235)

[^hə^h ,aʃ^hpaʔ] - /ən aspa/ “minha boca”:

[[[[^hə]σ]Σ] ω [[[,aʃ]σ]Σ[[paʔ]σ]Σ] ω] φ

⁷⁷ Nespor e Vogel (1986), ao considerarem a sílaba como o menor constituinte prosódico, não negam que ela tenha uma estrutura interna, podendo ser dividida em onset e rima. As autoras acreditam apenas que é supérfluo referir uma regra ao domínio da rima, por exemplo, quando se pode referir essa mesma regra à sílaba (NESPOR E VOGEL 1986, p. 12-13, 104), não servindo os subcomponentes da sílaba como domínios para a aplicação de regras fonológicas. Seguiremos esse entendimento.

(236)

[^htʃi tʃaj^hma tsa^hwaʔ] - /tʃi tʃajma tsa^hua/ “ele está sentado perto do fogo”:

[[[[[^htʃi]σ]Σ]ω[[[^htʃaj]σ]Σ[[^hma]σ]Σ]ω] ϕ [[[[tsa]σ[^hwaʔ]σ]Σ]ω] ϕ] U

No enunciado fonológico exposto em (236) acima, observamos uma pausa entre a frase fonológica [^htʃi tʃaj^hma]ϕ e [tsa^hwaʔ]ϕ, repetindo-se esse comportamento nos demais enunciados coletados. Essa pausa é bastante breve e não se caracteriza, conforme as análises acústica e articulatória, como uma oclusão glotal. Ela nos indica os limites das frases fonológicas que formam o enunciado fonológico⁷⁸.

A realização da oclusiva glotal, por sua vez, delimita o nível mais alto na hierarquia prosódica: o enunciado fonológico, desde que ele termine em sílaba aberta, como podemos observar em (236). Já em (234-235), a realização da oclusiva glotal marcou o nível da palavra e da frase fonológica, respectivamente, porque estes constituintes coincidem nestes dados com os limites do enunciado. Como em (236) o enunciado é composto por mais de uma frase e, estas, por mais de uma palavra, ficou mais perceptível que a oclusiva glotal exerce na língua não apenas a função de se evitar pés degenerados ou iambos planos, a fim de que a Regra final à direita seja aplicada, como também marca os limites do enunciado fonológico.

Esse papel da oclusiva glotal como delimitadora de constituintes prosódicos parece se repetir em outras línguas Pano, vejamos: no Cashinahua (KENSINGER 1963, p. 214), a oclusiva glotal é realizada em final de frase fonológica, observação diversa da de Camargo (1988-1989, p. 41-42), que demonstra para o Kaxinawa a ocorrência da oclusiva glotal em final de palavras terminadas em sílaba aberta; no Marínahua (PIKE E SCOTT 1962), a oclusiva glotal é realizada em final de palavras, frases ou sentenças e se constitui em um traço

⁷⁸ Em estudos posteriores, pretendemos nos concentrar na análise dos processos de junção externa para entender de modo mais aprofundado os limites dos constituintes prosódicos.

distintivo de uma unidade fonológica maior, “*the phonological discourse, or, possibly, the phonological paragraph*” (PIKE E SCOTT 1962, p. 4); e no Huariapano (PARKER 1994, p. 97), essa consoante ocorre de modo variável em final de palavras isoladas terminadas em sílaba aberta.

Não postulamos para o Saynáwa os constituintes prosódicos grupo clítico (C) e frase entonacional (I) porque não conseguimos identificá-los até o momento a partir dos critérios previstos em Nespor e Vogel (1986, p. 58-60). Isto certamente se deve ao fato de que nossa pesquisa não avançou na análise da morfossintaxe e da semântica da língua.

A delimitação do grupo clítico, por exemplo, revela uma interação entre a fonologia e a sintaxe (NESPOR E VOGEL 1986, p. 162), uma vez que esse grupo é formado a partir de uma palavra fonológica independente (não-clítica) mais palavras fonológicas adjacentes que contenham clíticos direcionais (DCL) ou clíticos *tout court* (CL) (NESPOR E VOGEL 1986, p. 154), fazendo-se necessário, portanto, conhecer a estrutura morfossintática da língua mais detalhadamente para podermos compreender como se comporta esse constituinte prosódico.

Já a frase entonacional necessita não só de informações morfossintáticas, como também semânticas, que estão relacionadas: à velocidade da fala, à ênfase, às distinções entre informações novas vs. informações pressupostas (NESPOR E VOGEL 1986, p. 187-188, 190). Como nossa análise não se concentrou nessas questões, não pudemos determinar os limites desse constituinte, muito menos como ele se comporta como domínio para a atuação do padrão rítmico da língua, dado que diferentemente dos demais constituintes, onde o acento recai em uma posição específica e é restringido estruturalmente, o acento é variável nesse constituinte, pois obedece a princípios de proeminência semântica (NESPOR E VOGEL 1986, p. 191, 193, 218) por nós não analisados quando tratamos do acento em 3.2.

Portanto, para o que foi observado para a língua, o Saynáwa apresenta 5 constituintes prosódicos.

A delimitação desses constituintes será por nós referida quando tratarmos dos processos fonológicos, pois iremos situar a atuação desses processos em seus respectivos domínios, quando observaremos mais uma vez que há regras, além da relacionada ao padrão rítmico, que utilizam esses constituintes como seu domínio de aplicação.

3.4. Os processos fonológicos do Saynáwa.

Identificamos para o Saynáwa os seguintes processos fonológicos: assimilação – nasalização e palatalização, alongamento iâmbico, inserção – da oclusiva glotal e de [j], lenição, e neutralização.

Esses processos podem ser explicados a partir de regras fonológicas, que segundo a Geometria dos Traços, como exposto em Clements e Hume (1995), obedecem ao seguinte princípio: “*phonological rules perform single operations only*” (CLEMENTS E HUME 1995, p. 250). Assim, observaremos a atuação dessas operações na organização hierárquica dos traços dos segmentos envolvidos em processos como, por exemplo, o da assimilação.

A partir da Geometria dos Traços, portanto, poderemos ter uma compreensão mais acurada de alguns dos processos do Saynáwa, uma vez que essa teoria tem por objetivo “*to seek a formalism capable of expressing common processes in terms of simple descriptive parameters*” (CLEMENTS E HUME 1995, p. 296).

Em razão de as regras fonológicas atuarem em domínios específicos, identificados como os constituintes prosódicos apresentados no tópico 3.3., analisaremos essas regras tendo em vista também o subsistema prosódico (NESPOR E VOGEL 1986, p. 15).

Ao fazermos essa análise, observaremos o que Selkirk (1980) denomina de regras prosódicas, que são retomadas por Nespor e Vogel (1986). Essas regras prosódicas situam os segmentos envolvidos em um dado processo a partir de sua ocorrência: apenas no interior do domínio, regra interior de domínio (“*domain span*”); na contiguidade de domínios, regra juntura de domínio (“*domain juncture*”); ou na fronteira de domínio, regra limite de domínio (“*domain limit*”) (SELKIRK 1980; NESPOR E VOGEL 1986, p. 15).

As regras prosódicas podem ser assim representadas, conforme Selkirk (1980, p. 111-112) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), em que “*A e B são segmentos, um dos quais pode ser nulo; X, Y e Z são sequências de segmentos, todos podendo ser nulos; e D¹ e D² são constituintes prosódicos*” (tradução nossa) (NESPOR E VOGEL 1986, p. 15):

1) Regra interior de domínio (“*domain span*”)

$A \rightarrow B / [...X_Y...]D^1$

2) Regra juntura de domínio (“*domain juncture*”)

$A \rightarrow B / [...[...X_Y]D^2 [Z...]D^2 ...]D^1$

$A \rightarrow B / [...[...X]D^2 [Y_Z...]D^2 ...]D^1$

3) Regra limite de domínio (“*domain limit*”)

$A \rightarrow B / [...X_Y]D^1$

$A \rightarrow B / [X_Y...]D^1$

Além de observarmos a atuação das regras fonológicas na organização hierárquica dos traços e em como elas atuam na hierarquia prosódica, iremos considerar também o subsistema métrico da língua, já analisado em 3.2., pois alguns processos do Saynáwa só podem ser compreendidos a partir do padrão rítmico da língua.

Retornaremos também a falar brevemente da ressilabificação, discutida em 3.1.4., porque ela está relacionada ao processo de palatalização, quando situaremos sua ocorrência em relação aos demais processos da língua.

3.4.1. Assimilação.

3.4.1.1. Nasalização.

No Saynáwa, as vogais nasais não se confirmam fonologicamente, elas são realizadas graças ao processo de assimilação de coda nasal, como podemos ver nos exemplos abaixo:

(237) [a'sĩ?] - /asin/ “mutum”

(238) [a]kẽ'ke? - /askinki/ “respirar”

(239) [ʼĩ?] - /ən/ “meu/minha” (pronome possessivo)

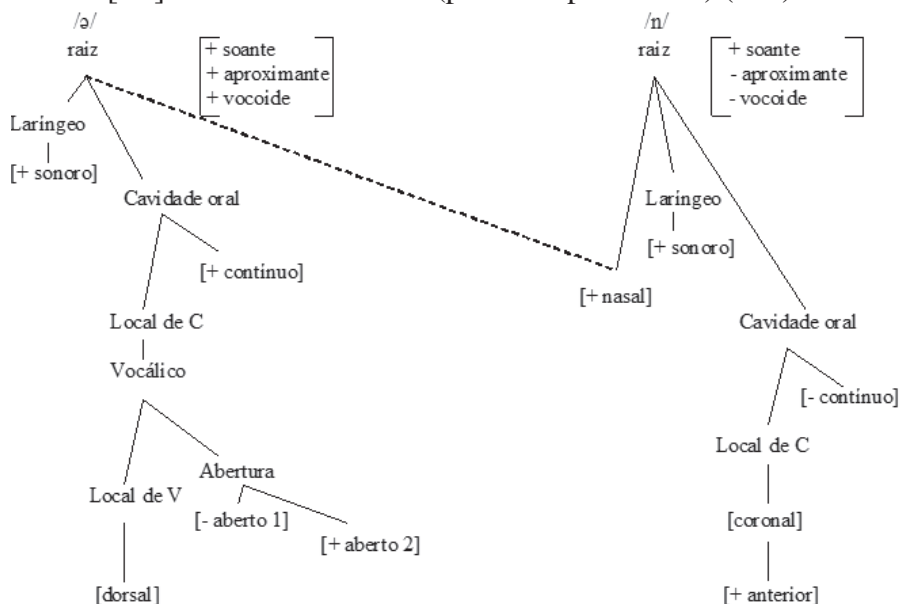
(240) [rono'ãʔ] - /runuan/ “sucuri, jiboia” (‘cobra da água’)

(241) [ʃi'mũʔ] - /ʃimun/ “camapum”

(242) [pũ,poh'toʔ] ~ [põ,poh'toʔ] - /punpustu/ “músculo do membro superior”

O traço de nasalidade da coda nasal, que assumimos ser a nasal alveolar /n/⁷⁹, se espraia até a vogal precedente, sendo assimilado por esta, como podemos ver na representação abaixo, conforme exposto em Clements e Hume (1995) para os processos de assimilação:

[^hĩʔ] - /ən/ “meu/minha” (pronome possessivo) (239)



Não ocorre o processo de assimilação do traço de nasalidade quando temos onset nasal:

⁷⁹ No subtópico 3.4.1.2., veremos porque assumimos que a coda nasal tem ponto de articulação especificado.

- (243) [ʃi'maʔ] - /ʃima/ “sarapó”
 (244) [mu'kaʔ] - /muka/ “amargoso” (planta)
 (245) [kə'noʔ] - /kənu/ “arco”
 (246) [na'iʔ] - /nai/ “céu”

Portanto, o processo de assimilação do traço de nasalidade é quanto à direção: do tipo regressivo, da direita para a esquerda (LASS 1984, p. 171); quanto à natureza do segmento afetado: do modo preenchedor de traço (“*feature-filling mode*”); e quanto ao nó ou traço espraído: a assimilação é de traço único (“*single-feature assimilation*”) (CLEMENTS E HUME 1995, p. 258).

Como podemos ver nos exemplos abaixo (247-252), a assimilação é apenas de contato (“*contact assimilation*”), não se espraçando o traço de nasalidade para além dos limites da sílaba onde se encontra a coda nasal, inexistindo a assimilação não contígua (“*distant assimilation*”) (LASS 1984, p. 171)⁸⁰.

- (247) [ʃoð'keʔ] - /ʃuənki/ “soprar”
 (248) [ʃã,kã'teʔ] - /ʃankainti/ “pulmão”
 (249) [u'nãʔ] - /unan/ “saúva”
 (250) [tʃi'ĩʔ] - /tʃirin/ ‘dança tradicional’
 (251) [kuʃa'kĩʔ] - /kuʃakin/ “gafanhoto”
 (252) [ʃa'wãʔ] - /ʃauan/ “arara”

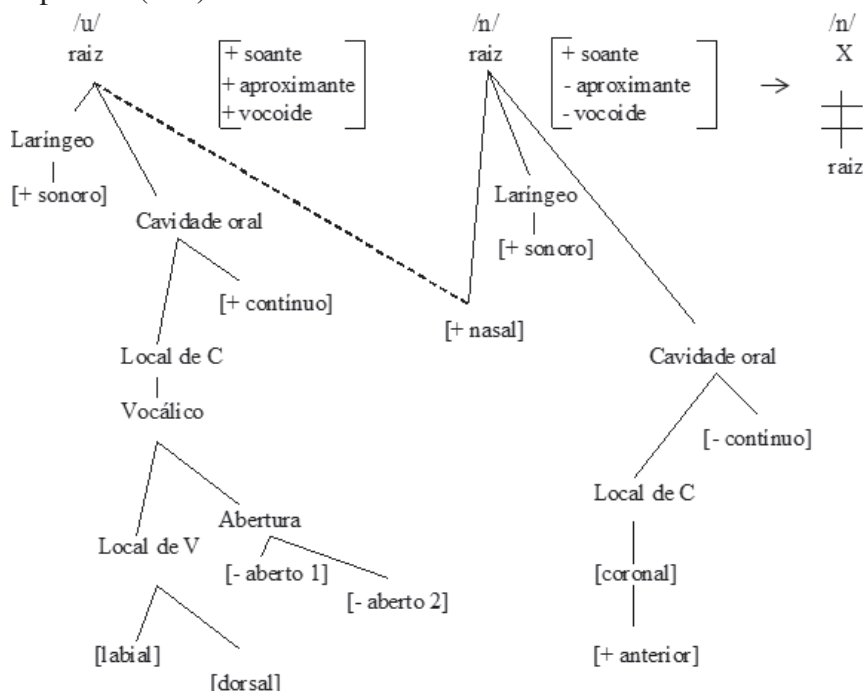
Isso se deve ao fato de que a assimilação de coda nasal é tautossilábica, restringindo-se sua aplicação ao domínio da sílaba. Portanto, conforme Selkirk (1980) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), observamos para esse processo a regra prosódica do tipo: regra limite de domínio (“*domain limit*”), como segue.

$$v \rightarrow \tilde{v} / [\dots _ n] \sigma$$

⁸⁰ Loos (2006) demonstra que o espraçamento da nasalidade é descontínuo na língua Yaminahua.

Após ocorrer a assimilação do traço de nasalidade da nasal alveolar pela vogal precedente, ocorre o apagamento dessa consoante na superfície:

[pũ₁poh'toʔ] ~ [põ₁poh'toʔ] - /punpustu/ “músculo do membro superior” (242)



Por causa do apagamento da nasal alveolar em coda, a vogal nasalizada apresenta um alongamento compensatório. Esse alongamento, entretanto, como vimos em 2.1.2.3.1., não é significativo e por isso não foi interpretado como vogal longa. Portanto, temos para a vogal nasalizada uma raiz ligada a uma e não a duas unidades de quantidade (CLEMENTS E HUME 1995, p. 257).

Por causa do apagamento na superfície da coda nasal e do alongamento compensatório da vogal nasalizada não se caracterizar

como vogal longa, a sílaba ocupada por nasal alveolar em coda na base não é interpretada na língua como uma sílaba pesada, tornando-se necessária a inserção da oclusiva glotal após vogal nasalizada para atribuir peso à sílaba final, em conformidade com o padrão rítmico do Saynáwa, como vemos abaixo (250)⁸¹:

(X) Nível da palavra (Regra final à direita) (250)

(. X) Nível do pé

˘ - Nível da sílaba

[tʃi'riʔ] - /tʃirin/ 'dança tradicional'

Isso demonstra que no Saynáwa a análise em pés métricos e a conformidade ao padrão rítmico, que requer processos como a inserção de [ʔ], ocorrem após a assimilação de coda nasal e de seu apagamento.

Apesar de não termos nos aprofundado na análise da morfossintaxe do Saynáwa, identificamos que o processo de nasalização é bastante produtivo na língua, revelando uma interface entre a fonologia e os componentes gramaticais. Isto pode ser observado:

1) na marcação do caso ergativo. Em (253, 255), as palavras *mi* e *kamə* são sujeitos de verbos intransitivos e não apresentam nasalização, enquanto em (254, 256), elas são sujeitos de verbos transitivos e apresentam nasalização. A nasalização, portanto, é uma das estratégias para marcar a ergatividade, comportamento parecido com outras línguas Pano, como, por exemplo, o Yawanawá (DE PAULA

⁸¹ Em Shanenawa (CÂNDIDO 2004), que também apresenta um processo de inserção de oclusiva glotal em coda para conferir peso à sílaba final, não foi identificada a realização da oclusiva glotal após vogal nasalizada, mesmo ocorrendo na superfície o apagamento da coda nasal (CÂNDIDO 2004, p. 61-62). Já em Huariapano (PARKER 1994, p. 110-111), que não apresenta um processo de inserção de oclusiva glotal, mas de [h] em coda medial a fim de atribuir peso à sílaba por causa do padrão rítmico, Parker (1994, p. 110-111) identificou a inserção de [h] após vogal nasalizada, demonstrando que sílaba com coda nasal na base é interpretada como sílaba leve após ocorrer a “*Vowel-Nasal Coalescence*”.

2007), o Marubo (COSTA 2000) e o Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000).

(253) ['mi oʃa'ke ra'maʔ] - /mi uʃaki rama/ “você dormiu hoje”

(254) ['mĩ ka'pə ra,tea'keʔ] - /min kapə ratiaki/ “você matou o jacaré”

(255) [ka'mə o'ʃaʔ] - /kamə uʃa/ “o cachorro dorme”

(256) [kamə'nã ro'no kəjoa'keʔ] - /kamənan runu kəiuaki/ “o cachorro mordeu a cobra”

2) no paradigma de posse. Em (258, 260), podemos identificar que os pronomes possessivos se distinguem dos pronomes pessoais (257, 259) devido à nasalização, comportamento semelhante ao do Caxinauá (CAMARGO 2005), apresentando o Saynáwa, a princípio, os mesmos pronomes pessoais e possessivos identificados para o Caxinauá.

(257) ['əʔ] - /ə/ “eu” (pronome pessoal)

(258) ['ẽʔ] - /ən/ “meu/minha” (pronome possessivo)

(259) ['miʔ] - /mi/ “tu” (pronome pessoal)

(260) ['mĩʔ] - /min/ “teu/tua” (pronome possessivo)

Observemos agora como ocorre o processo de nasalização em outras línguas Pano.

Como bem exposto em Cândido (2004, p. 57), os estudos sobre as línguas Pano se dividem entre os que afirmam a existência de vogais nasais fonológicas e os que interpretam essas vogais como realizações apenas fonéticas, realizadas devido a um processo de nasalização.

Conforme nossa bibliografia, no primeiro grupo, temos as línguas: Arara (CUNHA 1993), Poyanáwa (DE PAULA 1992), Marinahua

(PIKE E SCOTT 1962), Cashinahua (KENSINGER 1963), Katukína (BARROS 1987), Shipibo-Conibo, Cashibo⁸² e Amahuaca (SHELL 1975).

No segundo grupo, dos estudos que consideram as vogais nasais como realizações apenas fonéticas, temos: Yawanawá (DE PAULA 2007), Shanenawa (CÂNDIDO 2004), Jaminawa (LANES 2000), Marubo (COSTA 2000), Chácobo (PROST 1967), Caxinauá (CAMARGO 1995), Katukina (AGUIAR 1994), Kaxarari (SOUSA 2004), Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000), Capanahua (SHELL 1975), Huariapano (PARKER 1994) e Yaminahua (LOOS 2006).

Dentre as línguas interpretadas como tendo realizações apenas fonéticas de vogais nasais, destacamos o Yawanawá (DE PAULA 2007) e o Matis (SPANGHERO FERREIRA 2000), pois nestas línguas, assim como no Saynáwa, a nasalização é tautossilábica, ocorre da direita para a esquerda e não se realiza quando temos onset ocupado por consoante nasal. Em Katukina (AGUIAR 1994), também não ocorre a nasalização quando temos onset nasal.

Já em Marubo (SOARES 1996; COSTA 2000) e em Shanenawa (CÂNDIDO 2004), ocorre a nasalização quando temos coda ou onset ocupado por consoante nasal, além da assimilação poder ser tautossilábica ou heterossilábica. No Shanenawa (CÂNDIDO 2004), entretanto, a nasalização ocorre apenas da direita para a esquerda, enquanto no Marubo (COSTA 2000), ela pode ocorrer em ambas as direções quando temos coda nasal.

3.4.1.2. Palatalização.

Quando tratamos em 3.1.4. da ressilabificação, vimos que a nasal alveolar, quando está em coda e em ambiente intervocálico, não é apagada na superfície, ressilabificando e passando a ocupar a posição de onset da sílaba seguinte.

A presença de vogal nasalizada precedendo a nasal alveolar em posição de onset é um indício da ocorrência dessa ressilabificação (261-263), pois como vimos no subtópico anterior e podemos rever

⁸² Em Shell (1950, p. 199), a autora afirma que a nasalização em Cashibo pode ser explicada por um fonema suprasegmental.

agora em (264-266), quando a nasal alveolar está em posição de onset desde a base, ela não promove a nasalização da vogal precedente.

Assim, quando comparamos os exemplos (261/264), (262/265) e (263/266), podemos observar que em (264-266), a nasal alveolar ocupa a posição de onset desde a base, não promovendo a nasalização das vogais precedentes, enquanto em (261-263), a nasalização das vogais da primeira sílaba pode ser explicada pelo fato de na base termos uma coda nasal, que após ter seu traço de nasalidade assimilado pelo núcleo silábico, ressilabificou, passando a ocupar a posição de onset da sílaba seguinte. O processo de nasalização, portanto, é anterior ao da ressilabificação de /n/.

(261) [ʃõ.'nãʔ] - /ʃun.an/ “marrom”

(262) [bũ.'naʔ] - /bun.a/ “abelha uruçú”

(263) [ĩ'jãʔ] - /in.an/ “lago”

(264) [ʃo'noʔ] - /ʃu.nu/ “samaúma”

(265) [u'naʔ] - /u.nan/ “saúva”

(266) [i'naʔ] - /i.na/ “rabo”

Isso demonstra que a coda nasal em Saynáwa tem ponto de articulação especificado, sendo a nasal alveolar a consoante que ocupa na subjacência essa posição silábica.

Essa interpretação se respalda não apenas na ressilabificação, como também porque não identificamos no Saynáwa a assimilação pela coda nasal de ponto de articulação da oclusiva que a segue, como ocorre em outras línguas Pano: no Shanenawa (CÂNDIDO 2004), no Marubo (COSTA 2000) e no Caxinauá (CAMARGO 1995). No Saynáwa, não observamos as realizações (270-272), mas tão somente (267-269).

(267) [ãĩ'boʔ] - /ainbu/ “mulher”

(268) [nutã'teʔ] - /nutanti/ “alguidar” (“copo pequeno”)

(269) [bõ'kaʔ] - /bunkas/ “cana-de-macaco”

(270) *[aĩm'boʔ] - /ainbu/ “mulher”

(271) *[nuṭ̃n'teʔ] - /nutanti/ “alguidar” (“copo pequeno”)

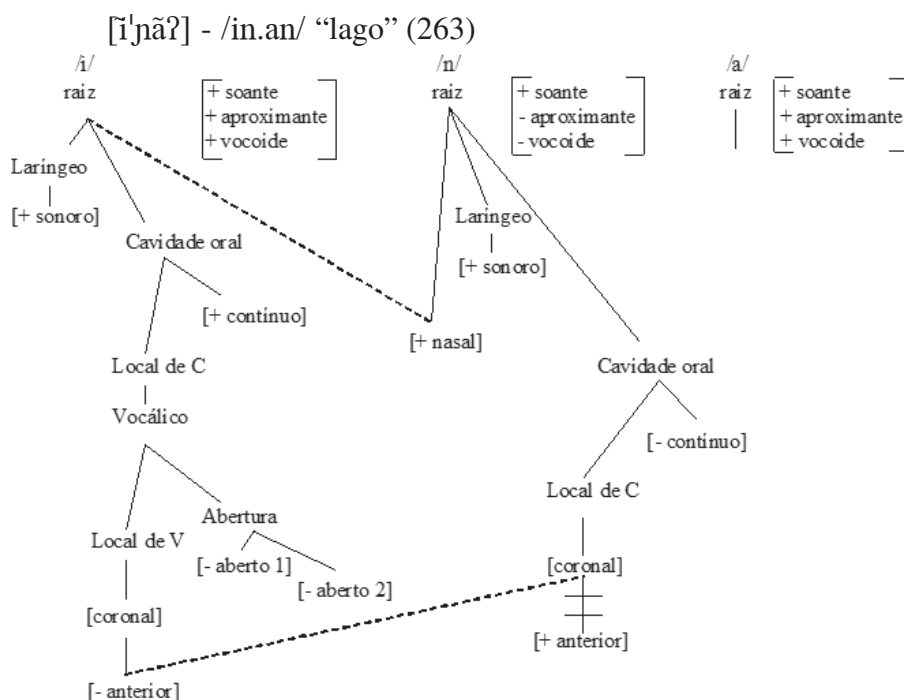
(272) *[bõŋ'kaʃ] - /bunkas/ “cana-de-macaco”

Todas essas observações são necessárias para entendermos a realização da nasal palatal [ɲ], que ocorre na superfície devido ao processo de palatalização e à ressilabificação. Identificamos nos nossos dados duas motivações distintas em relação ao ambiente para a realização de [ɲ], vejamos:

1) Palatalização progressiva

A nasal alveolar /n/, quando em posição de coda e em ambiente intervocálico, realiza-se como [n] em onset da sílaba seguinte se for antecedida por vogal [- coronal], mas se for antecedida por vogal [+ coronal], realiza-se como [ɲ]. Isto ocorre devido ao processo de espraçamento do traço [- anterior] da vogal coronal, que é assimilado pela nasal alveolar, como vemos abaixo, a partir das proposições de Clements e Hume (1995)⁸³:

⁸³ Não especificamos os demais nós e traços de /a/ porque o traço [+ vocoide] é suficiente para entendermos que ocorrerá a ressilabificação da consoante nasal.



A simples contiguidade da vogal coronal com a nasal alveolar não promove a palatalização, como vemos em (273-275), devendo estar a nasal alveolar em posição de coda para que assimile o traço [-anterior] (276-280). Além disso, para que [ɲ] ocorra na superfície, também é necessário que esteja em ambiente intervocálico, ou seja, que se realize diante de segmento com o traço [+vocoide], para que aconteça a ressilabificação e a coda nasal não seja apagada, como em (276-277).

Assim, o processo de palatalização, como aqui descrito, é anterior à ressilabificação, mas só pode ser observado na língua quando ocorre este último processo.

(273) [i^hnoʔ] - /i.nu/ “onça”

(274) [i^hnaʔ] - /i.na/ “rabo”

- (275) [tʃini'kĩʔ] - /tʃi.ni.kin/ “espremer”
 (276) [ta.'pĩʔ] - /ta.pin/ “aprender”
 (277) [paβi'kiʔ] - /pabinki/ “orelha”
 (278) [nẽ.ju.'ãʔ] - /nin.u.an/ “choaca”
 (279) [ma.ɾĩ.ja.'taʔ] - /ma.rin.a.ta/ “mucunã”
 (280) [ta.pĩ.'jãʔ] - /ta.pin.an/ “saber”

Portanto, o processo de assimilação do traço [- anterior] aqui descrito é quanto à direção: da esquerda para a direita, progressivo; quanto à contiguidade: a assimilação é de contato (“*contact assimilation*”) (LASS 1984, p. 171); quanto à natureza do segmento afetado: é do modo modificador de traço (“*feature-changing mode*”); e quanto ao nó ou traço espraído: a assimilação é de traço único (“*single-feature assimilation*”) (CLEMENTS E HUME 1995, p. 258).

Essa assimilação é tautossilábica, e só é observada quando da juntura de sílaba em interior de palavra, e não apenas em interior de pé, pois em (279), por exemplo, os segmentos envolvidos no processo estão em fronteira de pé, e não em interior, como vemos abaixo:

- (X) Nível da palavra (Regra final à direita) (279)
 (. X)(. X) Nível do pé
 ˘ ˘ ˘ - Nível da sílaba

[ma.ɾĩ.ja.'taʔ] - /ma.rin.a.ta/ “mucunã”

Desse modo, conforme Selkirk (1980) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), observamos que esse processo ocorre no domínio da sílaba, aplicando-se a ele a regra prosódica do tipo: regra juntura de domínio (“*domain juncture*”), como segue.

/n/. → .[ɲ] / [...[[...i,e ____] σ [V...] σ] Σ...] ω

Na representação acima, não importa se os segmentos envolvidos estão em interior de pé, /n/. → .[ɲ] / [...[[...i,e ____] σ [V...] σ] Σ...] ω, ou em juntura de pé, /n/. → .[ɲ] / [...[[...i,e ____] σ] Σ [[V...]

σ...] Σ...] ω, por isso a regra é de juntura de sílaba e deve estar em interior de um domínio superior ao pé: a palavra fonológica.

2) Palatalização regressiva (fusão)

A nasal alveolar /n/, quando em posição de coda e em ambiente intervocálico, realiza-se como [ɲ] em onset da sílaba seguinte se for realizada diante da aproximante palatal [j], como podemos ver nos exemplos abaixo:

(281) [pũ.'ɲãʔ] ~ [põ.'ɲãʔ] - /pun.i.an/ “braço”

(282) [mã.'ɲoʔ] - /man.i.u/ “liso”

(283) [pi'to tʃõ'ɲõʔ] - /pi.tu tʃun.i.un/ “periquitinho” (tipo de periquito)

Esse processo só pode ser compreendido a partir das seguintes derivações:

/pun.i.an/ → [pũn.i.ãn] → [pũn.jãn] → [pũ.njã] → [pũ.'ɲãʔ] - “braço” (281)

/man.i.u/ → [mãn.i.u] → [mãn.ju] → [mã.nju] → [mã.'ɲoʔ] - “liso” (282)

/pi.tu tʃun.i.un/ → [pi.tu tʃũn.i.ũn] → [pi.tu tʃũn.jũn] → [pi.tu tʃũ.njũ] → [pi'to tʃõ'ɲõʔ] - “periquitinho” (tipo de periquito) (283)

As derivações acima expostas baseiam-se nas seguintes considerações:

a) o processo de nasalização ocorre antes da ressilabificação das vogais altas adjacentes, como vimos em 3.1.4. e podemos rever abaixo (284-285), onde constatamos que a aproximante não assimila o traço de nasalidade da coda nasal porque a vogal alta ressilabifica após o espraçamento desse traço. O mesmo ocorre para os exemplos (281-283) acima, onde primeiro observamos a nasalização dos núcleos silábicos e

só depois a ressilabificação da vogal alta, como em /pun.i.an/ → [pũn.i.ãn] → [pũn.jãn] (281).

(284) [βe'wãʔ] ~ [βi'wãʔ] - /bi.u.an/ “tamanduá pequeno”

(285) [jãtə'ĩʔ] - /iantəin/ “a tarde”

b) após a ressilabificação da vogal alta, observamos a ressilabificação da nasal alveolar, que ocorre porque se encontra em ambiente intervocálico. Como já afirmamos, segundo Clements e Hume (1995, p. 274), as aproximantes (glides) pertencem à mesma classe das vogais, diferenciando-se destas tão somente porque ocupam posição de margem silábica. Portanto, estando diante de segmento [+vocoide], a nasal alveolar ressilabifica, passando a ocupar a posição de onset da sílaba seguinte, enquanto a coda nasal em final de palavra é apagada, como vemos em [pũn.jãn] → [pũ.njã] (281) acima.

Assim, primeiro temos a ressilabificação da vogal alta para só então termos a ressilabificação da nasal alveolar. Esses processos ocorrem nessa ordem a fim de que toda a palavra seja analisada em pés métricos. Como vimos em 3.2., em palavras com sílabas ímpares, como nos exemplos (281-283) acima, observa-se a análise local fraca (“*Weak Local Parsing*”), não sendo analisada em pés métricos a primeira sílaba destas palavras (HAYES 1995, p. 308). Por esta razão, para que todas as sílabas sejam analisadas, a palavra tem seu número reduzido na superfície para sílabas pares.

Se ocorresse primeiro o processo de ressilabificação da nasal alveolar, como no exemplo abaixo (286), hipotético, ainda teríamos uma sequência de sílabas ímpares, permanecendo a primeira sílaba sem ser analisada em pés métricos, não podendo ocorrer a ressilabificação da vogal alta porque, como vimos em 3.1.4., a vogal coronal deve estar em sílaba do tipo V para ressilabificar e no caso de (286) ela se encontra em sílaba do tipo CV.

(286) /pun.i.an/ → [pũn.i.ãn] → *[pũ.ni.ãn] → *[pũ.ni.'ãʔ] - “braço”

Desse modo, é mais produtivo que ocorra primeiro a ressilabificação da vogal coronal e só depois da nasal alveolar, pois assim toda a palavra poderá ser analisada em pés métricos.

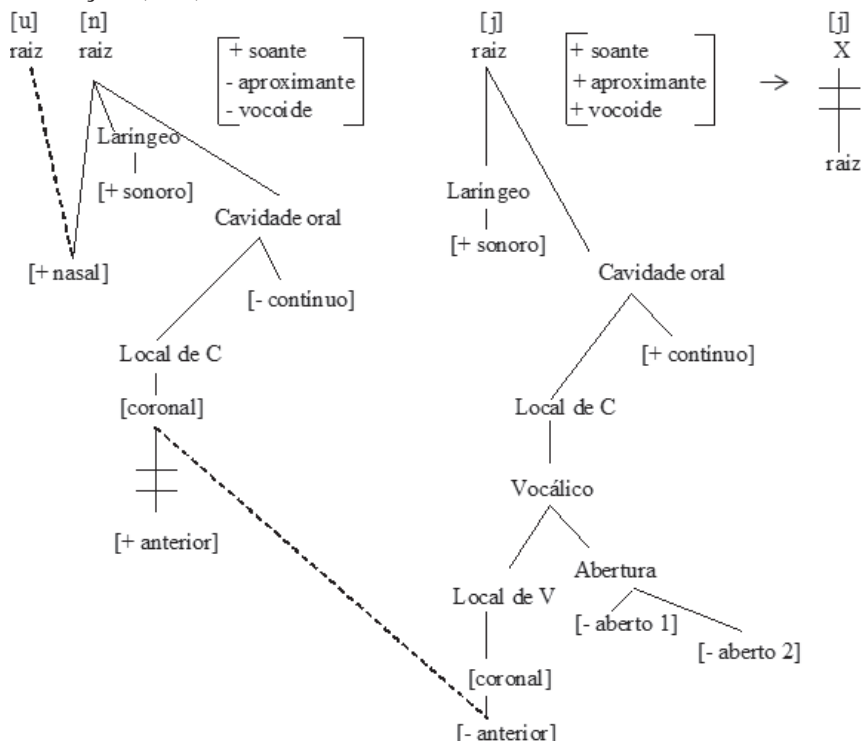
c) após a ressilabificação da nasal alveolar, como vemos em [pũ.njã] (281) acima, é que ocorre o processo de palatalização. Como a língua não permite sílabas do tipo CCV, a nasal alveolar se funde à aproximante palatal (LASS 1984, p. 173), passando a se realizar como uma nasal palatal [ɲ], uma vez que assimilou o traço [- anterior] da aproximante palatal. Assim, observamos a derivação [pũ.njã] → [pũ.'ɲã?] (281), quando passamos a ter na última sílaba o tipo CVC, e não mais CCV.

Podemos ver esse processo na representação abaixo, a partir das proposições de Clements e Hume (1995). Em **negrito**, temos o momento da derivação em análise⁸⁴:

⁸⁴ Não especificamos os demais nós e traços de [u] porque objetivamos tão somente demonstrar que o traço de nasalidade da nasal alveolar foi assimilado por essa vogal.

/pun.i.an/ → [pũn.i.ãn] → [pũn.jãn] → **[pũ.njã]** → **[pũ.ˈjãʔ]**

- “braço” (281)



As considerações expostas acima em a), b) e c) baseiam-se também em dados que demonstram que para ocorrer essa palatalização não basta: que a nasal alveolar seja realizada diante de vogal coronal, como em (287-288) abaixo, devendo a consoante nasal estar em posição de coda na subyacência; ou que essa consoante nasal, estando em coda na subyacência e ressilabificando, passe a ocupar a posição de onset de sílaba cujo núcleo é uma vogal coronal, como em (289), devendo a nasal alveolar constituir onset de sílaba ocupada por uma aproximante palatal.

Em (290), podemos ver também que quando a aproximante palatal ocorre diante da nasal alveolar, ela não promove a palatalização.

(287) [pa.'neʔ] - /pa.ni/ “rede de dormir”

(288) [ma.ni.'paj] - /ma.ni.paj/ “sororoca”

(289) [nõ.'neʔ] - /nun.i/ “mulateiro”

(290) [ˌmaj'naʔ] - /majna/ “magro”

Portanto, o processo de assimilação do traço [- anterior] aqui descrito é quanto à direção: da direita para a esquerda, regressivo; quanto à contiguidade: a assimilação é de contato (“*contact assimilation*”) (LASS 1984, p. 171); quanto à natureza do segmento afetado: é do modo modificador de traço (“*feature-changing mode*”); e quanto ao nó ou traço espreado: a assimilação é de traço único (“*single-feature assimilation*”) (CLEMENTS E HUME 1995, p. 258). Essa assimilação pode ser classificada também como fusional, pois os segmentos envolvidos, a nasal alveolar e a aproximante palatal, fundem-se em um só segmento: a nasal palatal (LASS 1984, p. 173).

A assimilação é tautossilábica, e só ocorre após a ressilabificação da nasal alveolar, estando relacionada à análise das sílabas em pés métricos. Por essa razão, identificamos sua realização quando os segmentos envolvidos estão em juntura de sílaba e em interior de pé, não existindo em nossos dados exemplos onde esses segmentos estejam em fronteira de pé.

Assim, conforme Selkirk (1980) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), observamos que esse processo ocorre no domínio da sílaba, aplicando-se a ele a regra prosódica do tipo: regra juntura de domínio (“*domain juncture*”), como segue.

/n/. → .[ɲ] / [...v ____] σ [j...] σ Σ

Diante do exposto acima nos itens 1) e 2), podemos concluir que os dois processos de palatalização do Saynáwa se diferenciam não apenas em relação aos segmentos que devem anteceder ou suceder a nasal alveolar, como também porque: enquanto no item 1), a

palatalização ocorre antes da ressilabificação, no item 2), ela ocorre após a ressilabificação; em 1), a assimilação é progressiva, já em 2), é regressiva; em 2), a assimilação é fusional, enquanto em 1), os segmentos não se fundem; e apesar de em ambos os processos a assimilação ocorrer no mesmo domínio e conforme um mesmo tipo de regra prosódica, em 1), a junção de sílabas está em interior de palavra, enquanto em 2), está em interior de pé. A última distinção é explicada pelo fato de que a palatalização regressiva está relacionada ao padrão rítmico da língua.

Em outras línguas Pano, conforme nossa bibliografia, a nasal palatal [ɲ], também identificada como nasal álveo-palatal (BARROS 1987), foi interpretada como: uma alofonia de /n/ em Shanenawá (CÂNDIDO 1998) e em Katukina (BARROS 1987; AGUIAR 1994), uma alofonia de /i/ em Arara (CUNHA 1993), e uma alofonia de /y/ em Yawanawa (LANES 2000) e em Yaminahua (FAUST E LOOS 2002).

Em Shanenawá, temos a realização da nasal palatal diante de [j], como em “/punjan/ [pũɲjã] ‘braço’” (grifo da autora) (CÂNDIDO 1998, p. 61), já em Katukina (BARROS 1987, p. 36; AGUIAR 1994, p. 80-82), apesar de as autoras divergirem sobre o estatuto fonológico das vogais nasais, elas defendem que a nasal álveo-palatal [ɲ] ocorre quando antecederida por vogal palatal nasalizada. Em Arara (CUNHA 1993, p. 67), o fone nasal palatal ocorre “*como aclave de sílaba final de palavra, antecedido por vogal nasal*”. Em Yaminahua (FAUST E LOOS 2002, p. 17-18), a nasal palatal é realizada quando diante de vogal nasalizada, e em Yawanawa (LANES 2000, p. 94), a nasal palatal “*seria resultado de uma nasalização de [y]*”. Portanto, nas línguas citadas, diferentemente do Saynáwa, a realização da nasal palatal não depende da ressilabificação.

3.4.2. Alongamento iâmbico.

Como vimos em 2.1.2.3.1., as vogais longas do Saynáwa são realizações apenas fonéticas e uma das razões para sua ocorrência é o processo do alongamento iâmbico, motivado pelo padrão rítmico

iâmbico (tópico 3.2.), sendo bastante comum tal processo entre as línguas que apresentam esse padrão rítmico (HAYES 1995, p. 83).

Vejamos alguns exemplos onde ocorre esse processo⁸⁵:

(291) [ˈtso:] ~ [ˈtsoʔ] - /tsu/ “pulga”

(292) [ˈi:] ~ [ˈiʔ] ~ [ˈeʔ] - /i/ “árvore”

(293) [ˈtʃi:] ~ [ˈtʃiʔ] ~ [ˈtʃeʔ] - /tʃi/ “fogo”

(294) [ˈne:] ~ [ˈneʔ] - /ni/ “floresta”

(295) [ˈna:] ~ [ˈnaʔ] - /na/ “este/esta” (pronome demonstrativo)

Em razão de pés degenerados serem absolutamente proibidos no nível da palavra e somente permitidos no nível frasal quando não finalizarem enunciado (tópico 3.2.), os monossílabos que são constituídos por sílabas leves têm sua vogal alongada a fim de que tenhamos uma sílaba pesada e, assim, o pé degenerado inicial seja reparado e a Regra final à direita possa ser aplicada.

Vejamos como ocorre esse processo:

[ˈne:] ~ [ˈneʔ] - /ni/ “floresta” (294)

A sílaba /ni/ (294) apresenta apenas uma mora, realizando-se como uma sílaba leve, como vemos abaixo (HAYES 1995, p. 53-54):

$$\begin{array}{c} \sigma \\ | \\ \mu \\ \nearrow \\ C V \end{array}$$

⁸⁵ Utilizamos como critério para distinguir vogais breves de vogais longas o estabelecido em Hayes (1995, p. 81) para línguas iâmbicas, onde para se obter o efeito iâmbico, os elementos longos devem ser 1,5 ou 2,0 vezes mais longos que os elementos breves.

Desse modo, ela formaria um pé degenerado (HAYES 1995, p. 102):

$$(X)$$

Para que esse pé seja reparado, temos o seguinte processo, conforme Hayes (1995, p. 206):

(X)

$$\emptyset \rightarrow \mu / \begin{array}{c} \sigma \\ \uparrow \diagdown \\ \mu _ \\ \downarrow \diagup \\ \nu \end{array}$$

Assim passamos a ter ['ne:] (294), que apresenta duas moras (HAYES 1995, p. 53-54):

$$\begin{array}{c} \sigma \\ \searrow \\ \mu \quad \mu \\ \swarrow \\ \mathbf{C} \mathbf{V} : \end{array}$$

C V:

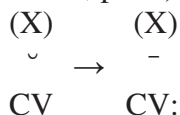
O alongamento vocálico em ['ne:] - /ni/ (294) faz com que a vogal coronal passe a apresentar dois segmentos métricos (dois nós na camada da quantidade) ligados a um segmento melódico (um nó na camada da raiz) (CLEMENTS E HUME 1995, p. 256-257):

[e:]

X X

raiz

Portanto, a partir desse processo, o monossílabo passa a ser constituído por uma sílaba pesada e não forma mais um pé degenerado (HAYES 1995, p. 83):



Esse alongamento é variável como podemos ver acima em (291-295), não ocorrendo quando temos a realização da oclusiva glotal. Isso acontece porque a inserção da oclusiva glotal se dá pelas mesmas razões que motivam o alongamento iâmbico. A diferença entre essas estratégias é que a inserção de [ʔ] tem uma ocorrência mais larga, não se restringindo aos monossílabos, e é utilizada para reparar não apenas pés degenerados como também iambos planos.

A maior restrição para o alongamento iâmbico talvez seja explicada pelo fato de que nas línguas de mesmo padrão, tal alongamento tende a não se aplicar às sílabas em final de palavra (HAYES 1995, p. 269), adotando o Saynáwa esse processo, como uma exceção, apenas para monossílabos.

Como o alongamento iâmbico só ocorre para garantir a boa formação dos pés métricos em monossílabos isolados ou que finalizem frase fonológica isolada ou enunciado fonológico, podemos concluir que esse processo se realiza no domínio do pé, quando este se encontra em limite de enunciado. Se ele ocorresse tão somente em limite de palavra ou em limite de frase fonológica, o observaríamos em monossílabos, constituídos por sílaba leve, realizados em interior de enunciado quando este fosse formado por mais de uma palavra ou frase fonológica, o que não condiz com a realidade.

Diante desse comportamento, conforme Selkirk (1980) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), observamos para esse processo a regra prosódica do tipo: regra limite de domínio (“*domain limit*”), como segue.

$$v \rightarrow v: / [\dots [\dots [[[\dots __] \sigma] \Sigma] \omega] \phi] U$$

A ocorrência do processo de alongamento iâmbico se dá quando da análise em pés métricos e em momento anterior à atribuição do acento.

3.4.3. Inserção.

3.4.3.1. Inserção da oclusiva glotal [ʔ].

A oclusiva glotal, como exposto em 3.1.3.1., não se confirma como fonema da língua, comportando-se de modo diverso quando comparada aos demais fones consonantais. Sua realização está relacionada ao padrão rítmico da língua, que não permite pés degenerados ou pés iâmbicos planos em final de palavra ou de frase fonológica isoladas ou de enunciado fonológico (tópico 3.2.). Por isto, quando a coda de sílaba final não está preenchida, observamos a inserção de [ʔ], como vemos abaixo em palavras isoladas (296-298), em frases fonológicas isoladas (299-300) ou em enunciado fonológico (301):

(296) [ka'riʔ] - /kari/ “batata-doce”

(297) [ˌmaj'naʔ] - /majna/ “magro”

(298) [ʃi'mũʔ] - /ʃimun/ “camapum”

(299) [o'ʃo ʃi'peʔ] - /uʃu ʃipi/ “soim-branco”

(300) ['bo ˌtʃaj'paʔ] - /bu tʃajpa/ “cabelo comprido”

(301) ['tʃi ˌtʃaj'ma tsa'waʔ] - /tʃi tʃajma tsaua/ “ele está sentado perto do fogo”

Caso não ocorresse a inserção da oclusiva glotal em (296, 298), em (299) ou em (301), teríamos em final de palavra isolada, de frase fonológica isolada ou de enunciado fonológico, respectivamente, um pé iâmbico plano, do tipo (HAYES 1995, p. 267):

(. X)

σ σ

Já em (297) ou em (300), caso a oclusiva glotal não fosse inserida, teríamos um pé degenerado em final de palavra ou de frase fonológica isoladas (HAYES 1995, p. 102):

(X)
 ~

Desse modo, a fim de que pés mal formados sejam reparados e a Regra final à direita, presente tanto no nível da palavra quanto da frase, possa ser aplicada, a oclusiva glotal é inserida em posição de coda de sílaba final de palavra ou de frase isoladas ou de enunciado.

Processos como esse são comuns segundo Hayes (1995, p. 82-83), pois pés métricos como o iambo plano /[˘]˘/ violam a Lei Iâmbica-Trocáica, que prevê contraste de duração para o padrão iâmbico, por isso esses pés sofrem processos segmentais que o transformam em um pé canônico /[˘]˘-/ (HAYES 1995, p. 82-83).

Vejamos como ocorre esse processo para evitar iampos planos em posição final:

[ka'riʔ] - /kari/ “batata-doce” (296)

Em /kari/ (296), temos uma sílaba final leve e a formação de um pé iâmbico plano em final de palavra isolada:

*(X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(. X) Nível do pé

~ ~ Nível da sílaba

*ka'ri

Para atribuir peso à sílaba final, cuja coda não está preenchida, insere-se a oclusiva glotal e assim a sílaba final passa a ser pesada e o pé passa a ser um pé iâmbico canônico:

(X) Nível da palavra (Regra final à direita)

(. X) Nível do pé

˘ - Nível da sílaba

[ka'riʔ] - /kari/

Agora, vejamos como ocorre esse processo para evitar pés degenerados em posição final:

[ˈbo ˌtʃajˈpaʔ] - /bu tʃajpa/ “cabelo comprido” (300)

Em /bu tʃajpa/ (300), temos uma sílaba final leve e a formação de um pé degenerado em final de frase fonológica isolada:

*(X) Nível da frase I (Regra final à direita)

(X) (X) Nível da palavra

(X) (X)(X) Nível do pé

˘ - ˘ Nível da sílaba

*ˈbu ˌtʃajˈpa “cabelo comprido”

Como a coda da sílaba final da frase não está preenchida, insere-se a oclusiva glotal e assim atribui-se peso à sílaba final e corrige-se o pé degenerado:

(X) Nível da frase I (Regra final à direita)

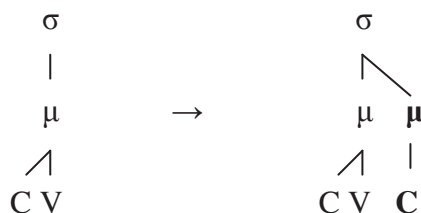
(X) (X) Nível da palavra

(X) (X) (X) Nível do pé

˘ - - Nível da sílaba

[ˈbo ˌtʃajˈpaʔ] - /bu tʃajpa/ “cabelo comprido”

Tanto em (296), como em (300), a sílaba final leve passou a se realizar como pesada, apresentando duas moras, como segue (HAYES 1995, p. 53-54):



O exemplo (298) [ʃi'mũʔ] - /ʃimun/ “camapum” apresenta oclusiva glotal após vogal nasalizada. A inserção de [ʔ] nesse ambiente se faz necessária porque apesar de na subjacência termos uma coda nasal, esta, após ter seu traço de nasalidade assimilado pela vogal precedente, é apagada na superfície, como vimos em 3.4.1.1. O alongamento compensatório das vogais nasalizadas, visto em 2.1.2.3.1., por sua vez, não caracteriza estes segmentos como vogais longas e por isso não confere peso silábico.

Desse modo, como a sílaba onde é realizada a vogal nasalizada é interpretada pela língua como sendo uma sílaba leve, insere-se a oclusiva glotal a fim de se atribuir peso silábico e de se evitar pés mal formados. Isso demonstra que o processo de assimilação da coda nasal e seu posterior apagamento ocorrem antes da análise em pés métricos e dos processos que corrigem a má formação desses pés, como a inserção aqui estudada.

Só não será necessária a inserção de [ʔ] quando tivermos na base os fonemas /s, j/, os quais não são apagados na superfície.

Devemos ressaltar que além da coda glotal, a língua adota outra estratégia para evitar pés degenerados, mas tão somente em monossílabos: o alongamento iâmbico. Assim, a inserção de [ʔ] é o processo utilizado para a adequação ao padrão rítmico da língua que tem maior distribuição, aplicando-se não apenas a monossílabos, e que pode reparar qualquer pé métrico mal formado, não apenas pés degenerados.

Como a inserção da oclusiva glotal só ocorre para garantir a boa formação dos pés métricos e quando temos sílaba final sem coda em

palavra ou frase fonológica isoladas ou em enunciado fonológico, concluímos que esse processo se realiza no domínio do pé, estando este em limite de enunciado.

Se interpretássemos que essa inserção se realiza quando o pé métrico está em limite de palavra ou em limite de frase fonológica, teríamos realizações como (302) e (303) abaixo, respectivamente, que não condizem com a realidade. Por isso afirmamos em 3.3.2., que a oclusiva glotal serve como delimitadora do enunciado fonológico, o nível mais alto na hierarquia prosódica, desde que este termine em sílaba aberta. Quando temos a realização da oclusiva glotal em final de palavra ou de frase fonológica isoladas é porque estes constituintes coincidem nestes casos com os limites do enunciado.

(302) *['boʔ ʔʃaj'paʔ] - /bu ʔʃajpa/ “cabelo comprido”

(303) *['ʔʃi ʔʃaj'maʔ tsa'waʔ] - /ʔʃi ʔʃajma tsaʊa/ “ele está sentado perto do fogo”

Diante desse comportamento, conforme Selkirk (1980) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), observamos para esse processo a regra prosódica do tipo: regra limite de domínio (“*domain limit*”), como segue.

$$\emptyset \rightarrow ? / [...[...[...[...v __] \Sigma] \omega] \phi] U$$

O processo de inserção de [ʔ] ocorre quando da análise em pés métricos e pode ser situado em momento anterior à atribuição do acento e posterior ao processo da assimilação de coda nasal.

Conforme nossa bibliografia, a língua Shanenawa (CÂNDIDO 2004) apresenta um processo bastante semelhante ao aqui exposto para o Saynáwa.

Em Shanenawa (CÂNDIDO 2004, p. 43, 46-49), a oclusiva glotal também é inserida quando a sílaba final não apresenta coda, a fim de que o acento possa ser atribuído. O Saynáwa e o Shanenawa, entretanto, apresentam algumas distinções quanto à realização desse processo: a inserção de [ʔ] está relacionada ao acento em ambas as

línguas, mas no Shanenawa, aplica-se a regra da “*Sensibilidade Quantitativa*” (grifo da autora) (CÂNDIDO 2004, p. 47), enquanto no Saynáwa, o acento é métrico e a inserção da oclusiva glotal não está relacionada apenas à necessidade de se atribuir peso à última sílaba, mas de evitar pés mal formados para que o acento mais proeminente seja atribuído; e em Shanenawa (CÂNDIDO 2004, p. 61-62), essa inserção não ocorre após vogal nasalizada, mesmo ocorrendo o apagamento da coda nasal, enquanto em Saynáwa, identificamos tal realização.

Outras línguas Pano também apresentam a oclusiva glotal em final de constituintes prosódicos: o Marinahua (PIKE E SCOTT 1962), o Cashinahua (KENSINGER 1963), o Kaxinawa (CAMARGO 1988-1989) e o Huariapano (PARKER 1994), estando a realização da oclusiva glotal condicionada segundo os dois últimos estudos à existência de sílaba final aberta.

Nas línguas Marinahua (PIKE E SCOTT 1962), Cashinahua (KENSINGER 1963) e Kaxinawa (CAMARGO 1988-1989), entretanto, não sabemos se a realização da oclusiva glotal se dá pelas mesmas razões identificadas para o Saynáwa ou para o Shanenawa (CÂNDIDO 2004).

Já quanto ao Huariapano, sabemos que a realização da oclusiva glotal não está relacionada à atribuição do acento (PARKER 1994, p. 97). Contudo, essa língua tem, assim como o Saynáwa, um processo de inserção motivado pelo padrão rítmico, que no caso do Huariapano é Trocáico Moráico (Moraic Trochee) (PARKER 1994, p. 105), “*the motivation for [h]-epenthesis in Huariapano is the pressure to achieve or maintain foot-level well-formedness*” (PARKER 1994, p. 106). Nesta língua, insere-se o segmento [h] em posição de coda medial para atribuir peso à sílaba, quando o padrão rítmico assim o exigir.

3.4.3.2. Inserção de [j].

Como vimos em 3.1.1., quando tratamos das sílabas fonéticas, o padrão [CVCC] não se confirma fonologicamente, surgindo graças ao processo de inserção da aproximante palatal [j]. Desse modo, os ditongos decrescentes formados em sílabas com coda ramificada são

apenas fonéticos, diferentemente dos demais ditongos decrescentes formados por essa aproximante, que se confirmam na fonologia quando realizados em sílabas [VC] ou [CVC], conforme exposto em 2.1.3.2.

Vejamos os dados abaixo:

(304) [mã'tejs] - /mantis/ “unha”

(305) [tɛjʃ'təʔ] - /tistə/ “carvão”

(306) [rɛjs.'peʔ] ~ [rejʃ'tpeʔ] ~ [res.'peʔ] ~ [riʃ'tpeʔ] - /rispi/ “corda”

(307) [po'ko tʃe'pojʃ] - /puku tʃipus/ “barriga toda” (o abdômen e o tórax)

(308) [pi'ruʃ] ~ [pi'rus] - /pirus/ “pipira”

Como podemos observar nos dados acima, na sílaba onde se realiza a aproximante palatal temos sempre em posição de núcleo silábico as vogais [e] (304-306) ou [o] (307) e na última posição de coda as consoantes [s] (304, 306) ou [ʃ] (305-307). Os dados (306, 308) mostram, por sua vez, que, quando temos a realização das vogais [i, u] em núcleo silábico, não observamos a ocorrência da aproximante palatal.

Desse modo, para que ocorra o processo de inserção de [j] é necessário que se realize o abaixamento das vogais /i, u/, /i/ → [e], /u/ → [o]; e que a posição de coda seja preenchida pelos fones [s, ʃ], alofones de /s/.

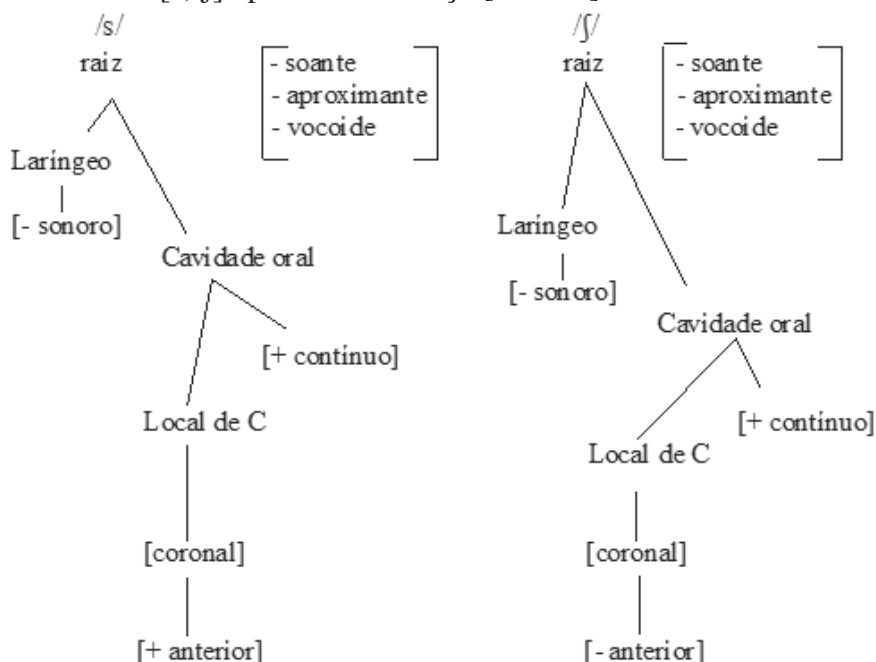
A realização de [j] é variável, como pode ser observado acima em (306), demonstrando que tal inserção é opcional.

Assim, a inserção de [j] pode ser representada deste modo:

∅ → [j] / [e, o] __ [s, ʃ]

Segundo Lass (1984, p. 184-186), processos como esse são assimilatórios, sendo comum em línguas como o inglês (LASS 1984) e o português (COLLISCHONN 2005, p. 123-126). Em Saynáwa, podemos

observar que a inserção de [j] é promovida pela presença de um determinado traço no segmento contíguo. Como podemos ver nas representações abaixo, conforme Clements e Hume (1995), as consoantes [s, ʃ] apresentam o traço [coronal].



As consoantes [s, ʃ] favorecem a realização de [j]. Assim, a presença do traço [coronal] nelas promove a realização de um vocoide com o mesmo traço coronal e mais alto que as vogais em núcleo silábico, por isto a inserção só pode ocorrer após o abaixamento dos segmentos nucleares.

O segmento inserido se realiza como uma aproximante palatal porque está em margem silábica, mas apresenta a mesma estrutura interna da vogal coronal alta (CLEMENTS E HUME 1995, p. 274).

Diante do exposto, e com base em Selkirk (1980) e em Nespor e Vogel (1986, p. 15), observamos que esse processo ocorre no domínio da sílaba e a regra prosódica que se aplica é do tipo: regra interior de domínio (“*domain span*”), como segue.

$$\emptyset \rightarrow j / [\dots e, \text{ o } __ s, \text{ } \int] \sigma$$

Esse processo, como vimos em 3.1.3., está ligado à silabificação, pois faz com que a língua adote uma 4ª regra para a formação dos tipos silábicos (KENSTOWICZ 1994, p. 255).

3.4.4. Lenição.

Como exposto em 2.1.1.3., quando o fonema /b/ está em início de palavra e diante das vogais dorsais /ə, a/, ele pode se realizar como [b], [β] ou [w]⁸⁶.

(309) [bə'neʔ] ~ [βə'neʔ] - /bəni/ “levantar-se”

(310) [ba'reʔ] ~ [βa'reʔ] - /bari/ “sol”

(311) [bə'ʃoʔ] ~ [wə'ʃoʔ] - /bəʃu/ “freijó”

(312) [ba'kaʔ] ~ [wa'kaʔ] - /baka/ “água, rio”

(313) [βə'roʔ] ~ [wə'roʔ] - /bəru/ “olho”

A flutuação [b] ~ [β] ~ [w] ocorre graças ao processo de lenição. Processos como esse têm valores para os traços [soante], [consonantal], [contínuo] modificados (CLEMENTS E HUME 1995, p. 265), e podem ser representados pela seguinte hierarquia⁸⁷:

“*Stop > Fricative > Approximant > Zero*” (LASS 1984, p. 177)

⁸⁶ É importante lembrarmos que o fone [b] ocorre apenas diante de vogais labiais e dorsais, enquanto [β], apenas diante de vogais coronais e, desde que em início de palavra, diante de [ə, a].

⁸⁷ Lass (1984, p. 178) expande esta hierarquia, mas, para entendermos o processo de lenição no Saynáwa, a representação tradicional é suficiente, por isto nos baseamos apenas nela.

Para o Saynáwa, temos a hierarquia:

Oclusiva (b) > Fricativa (β) > Aproximante (w)

Essa escala demonstra que temos um movimento que vai do maior impedimento até a livre passagem do fluxo de ar, por isso Lass (1984, p. 177-178) nos mostra que a lenição pode ocorrer como uma escala decrescente de resistência à passagem de ar no trato vocal (“openness”).

No Saynáwa, esse movimento de abertura implica em mudança de valores dos traços [contínuo] e [consonantal] (LASS 1984, p. 179-180; CLEMENTS E HUME 1995, p. 265), pois a oclusiva labial sonora [b] não apresenta o traço contínuo, [- contínuo], enquanto a fricativa labial sonora [β] o apresenta, [+ contínuo]. Essas consoantes, por sua vez, se distinguem da aproximante labial [w] porque apresentam o traço [+ consonantal], enquanto a aproximante é [- consonantal]⁸⁸.

Assim, temos:

$$\begin{bmatrix} - \text{ contínuo} \\ + \text{ consonantal} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} + \text{ contínuo} \\ + \text{ consonantal} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} + \text{ contínuo} \\ - \text{ consonantal} \end{bmatrix}$$

Com base no que observamos, e conforme Selkirk (1980) e Nespor e Vogel (1986, p. 15), identificamos que esse processo ocorre no domínio da palavra e a regra prosódica que se aplica é do tipo: regra limite de domínio (“*domain limit*”), como segue.

$$/b/ \rightarrow [b] \sim [\beta] \sim [w] / [__ \mathfrak{a}, a...] \mathfrak{w}$$

⁸⁸ Conforme Chomsky e Halle (1968), o traço contínuo está presente nos “*sons em cuja constrição primária o trato vocal não está estreitado a ponto de bloquear a passagem do fluxo de ar*” (MATZENAUER 2005, p. 24), enquanto nos sons não-contínuos, o fluxo de ar é bloqueado. Já o traço consonantal está presente em “*sons produzidos com uma obstrução radical da região médio-sagital do trato vocal*” (MATZENAUER 2005, p. 22), enquanto os sons não-consonantais não apresentam tal obstrução.

Conforme nossa bibliografia, a variação entre os fones [b, β, w] também foi identificada em outras línguas Pano. Dentre esses idiomas, temos o Kaxarari, no qual, segundo Lanes (2000)⁸⁹, ocorre uma variação entre [β, w], estando /w/ na base. Seguindo essa interpretação, Lanes (2000, p. 111-112) considerou para o Kaxarari que a margem esquerda da palavra favorece processos de fortalecimento consonantal, em que a aproximante passa a se realizar como uma fricativa. Assim, enquanto em Kaxarari (LANES 2000, p. 111-112), temos um processo de fortalecimento, em Saynáwa, temos um processo de lenição.

Em Huariapano (PARKER 1994), idioma no qual também ocorre a variação entre os fones [b, β, w], todos alofones de /β/, Parker (1994) relata que quando /β/ é realizado como uma aproximante: “*it sounds to my ear as though it has been completely neutralized with /w/, but the Shipibo speaker who assisted me always seemed to be able to distinguish the two*” (PARKER 1994, p. 96).

Essa informação é importante porque para o Saynáwa não identificamos a realização do fonema /u/ como [w] em início de palavra, pois em todos os dados coletados esse fone sempre flutua nessa posição com [b, β]. Nada impede, porém, que frente a novos dados possa ser identificada nessa posição a realização de [w] sem flutuação, o que confirmaria a possibilidade de termos em início de palavra a realização de [w] como alofone de /u/, em alguns casos, e, em outros, como alofone de /b/, o que consistiria em *overlapping* fonológico (LASS 1984, p. 27-30). Assim, em futuras pesquisas de campo, devemos investigar se as distinções percebidas pelo informante de Parker (1994) também são pelos falantes do Saynáwa.

⁸⁹ Sousa (2004, p. 48) apresenta para o Kaxarari uma interpretação distinta da de Lanes (2000). Segundo a autora, os segmentos /w, β/ confirmam-se como fonemas da língua.

3.4.5. Neutralização.

Os fones [s, ʃ, h], quando ocorrem em posição de onset silábico, confirmam-se como os fonemas /s, ʃ, h/, como vimos em 2.1.1.2., entretanto, não apresentam contraste quando são realizados em posição de coda silábica, ocorrendo a variação [s, ʃ] ~ [h] em coda medial e [s] ~ [ʃ] em coda medial e final, sendo todos alofones de /s/.

(314) [ᵀpoh'toʔ] ~ [ᵀpos'toʔ] ~ [ᵀpoʃ'toʔ] - /pustu/ “barriga”

(315) [pi'rus] ~ [pi'ruʃ] - /pirus/ “pipira”

(316) [βa,kis'taʔ] ~ [βa,kiʃ'taʔ] ~ [ba,kiʃ'taʔ] - /bakista/ “criança”

(317) [ᵀmeʃ'keʔ] ~ [ᵀmes'keʔ] - /miski/ “pedra”

A variação desses fones em posição de coda silábica pode ser explicada pelo processo de neutralização, que elimina os contrastes entre os traços ligados ao nó ponto de articulação (Local de C) desses segmentos (CLEMENTS E HUME 1995, p. 263).

Os fones [s, ʃ, h] apresentam como traços comuns [+ contínuo, - sonoro] e se distinguem pelas seguintes características: [s, ʃ] possuem ponto de articulação especificado, enquanto [h] não possui, realizando-se como [- consonantal] (CLEMENTS E HUME 1995, p. 271); já [s] e [ʃ], apesar de terem ponto especificado e de serem coronais, apresentam o traço [anterior] com valores distintos.

A partir de regras distintas, a debucalização e a palatalização, temos, respectivamente, a neutralização de [s, ʃ, h] e de [s, ʃ].

A neutralização a partir da palatalização faz com que o fonema /s/, em posição de coda, realize-se não apenas como uma fricativa alveolar [s], mas também como uma fricativa palatal [ʃ]. Essa palatalização ocorre em qualquer ambiente, não sendo realizada devido a um processo de assimilação, mas à neutralização das distinções entre [s, ʃ] em relação ao traço [anterior] (CLEMENTS E HUME 1995, p. 263).

Já a neutralização a partir da regra da debucalização promove o desligamento do nó Local de C (“*node delinking*”) de [s] ou [ʃ], que variam livremente em coda como vimos acima⁹⁰, quando um desses segmentos é precedido por [o] e seguido por [t], restando os traços [+ contínuo, - sonoro], que não estão ligados a esse nó, e eliminando os traços que distinguem os segmentos [s, ʃ, h], podendo o segmento se realizar na superfície como [h], sem a especificação de ponto, como [s], com ponto especificado e o traço [+ anterior], ou como [ʃ], com ponto especificado e [- anterior] (CLEMENTS E HUME 1995, p. 264, 271).

Interpretamos que a fricativa alveolar /s/ está na base porque ela é mais natural que a fricativa palatal ou a glotal. Segundo Lass (1984, p. 151, 154), /s/ é mais comum que as demais fricativas nas línguas do mundo.

Diante do exposto, e com base em Selkirk (1980) e em Nespor e Vogel (1986, p. 15), identificamos que esse processo ocorre no domínio da sílaba e as regras prosódicas que se aplicam são do tipo: regra juntura de domínio (“*domain juncture*”) em interior de palavra fonológica, quando temos a debucalização, a variação entre [s, ʃ, h], uma vez que ela só ocorre em coda medial; e regra limite de domínio (“*domain limit*”), quando temos a palatalização, a variação entre [s, ʃ], pois ela ocorre em coda medial e final, como segue.

$$\begin{aligned} /s/. \rightarrow [s] \sim [ʃ] \sim [h] / [...[...[...o __] \sigma] \Sigma [[t...] \sigma...] \Sigma...] \omega \\ [s] \sim [ʃ] / [... __] \sigma \end{aligned}$$

⁹⁰ Não identificamos a variação [s] ~ [ʃ] apenas diante de [m], sendo realizada tão somente [ʃ], como em [iʃ'mẽʔ] - /ismin/ “urubu-rei”. Essa aparente distribuição mais larga de [ʃ] em coda, entretanto, pode ser limitada aos dados por nós coletados, como ponderamos em 2.1.1.3. ao tratarmos do fonema /s/.

3.4.6. Conclusões sobre os processos fonológicos do Saynáwa.

Nossas observações sobre quais constituintes prosódicos os processos fonológicos do Saynáwa utilizam como domínio de aplicação de suas regras e quais as regras prosódicas são observadas para esses processos podem ser resumidas no quadro abaixo:

Tabela nº 5

AS REGRAS PROSÓDICAS E OS DOMÍNIOS DE APLICAÇÃO DOS PROCESSOS FONOLÓGICOS		
PROCESSO	DOMÍNIO	REGRA PROSÓDICA
Nasalização	Sílaba	Limite de domínio
Palatalização progressiva	Sílaba	Juntura de domínio (em interior de palavra)
Palatalização regressiva (fusão)	Sílaba	Juntura de domínio (em interior de pé)
Inserção de [j]	Sílaba	Interior de domínio
Neutralização	Sílaba	[s, ʃ, h] (debucalização) - Juntura de domínio (em interior de palavra) [s, ʃ] (palatalização) - Limite de domínio
Alongamento iâmbico	Pé	Limite de domínio (de enunciado fonológico)
Inserção da oclusiva glotal [ʔ]	Pé	Limite de domínio (de enunciado fonológico)
Lenição	Palavra fonológica	Limite de domínio

Alguns desses processos fonológicos confirmam a afirmação de Hayes (1995) de que “*metrical structure is not just a means of deriving stress but serves as a general organizing principle for the phonology of a language. (...) The foot structure of a language can (...) motivate the segmental changes themselves*” (HAYES 1995, p. 82).

Isso pode ser observado nos processos da inserção da oclusiva glotal e do alongamento iâmbico, que são realizados como um modo de

adequação ao padrão rítmico da língua, bem como explica a derivação existente no processo de palatalização regressiva, que promove a completa análise da palavra em pés métricos através de outros processos como a ressilabificação das vogais altas, o qual está diretamente ligado à estrutura métrica, pois tem sua maior motivação de realização no padrão rítmico que na tendência de se evitar sílabas sem onset, como vimos em 3.1.4.

Assim, estão ligados à estrutura métrica da língua os processos do alongamento iâmbico, da inserção de [ʔ], da ressilabificação das vogais altas e da palatalização regressiva. Nesse sentido, a observação de que os dois primeiros processos ocorrem no domínio do pé e apresentam como regra prosódica o limite de enunciado fonológico reafirma nossa interpretação em 3.2. de que a formação de iambos se dá da direita para a esquerda, uma vez que estes processos, que ocorrem quando da análise em pés métricos, tomam a extremidade direita como local para a aplicação das mudanças segmentais, independentemente dos segmentos ou constituintes prosódicos localizados à esquerda.

Outro aspecto interessante observado quando da análise dos processos fonológicos é o fato de que não só a sílaba é um domínio de aplicação de regras (NESPOR E VOGEL 1986; KENSTOWICZ 1994; BLEVINS 1995), como também sua estrutura interna é importante para a realização delas. Por exemplo, a assimilação, progressiva ou regressiva, que resulta na palatalização de /n/, só ocorre quando esse segmento está em coda na subjacência. No caso da palatalização progressiva, a nasal palatal só será observada se ocorrer a ressilabificação, já na regressiva, ocorrerá a assimilação apenas após a ressilabificação. Desse modo, a compreensão da estrutura interna da sílaba é fundamental para entendermos a ocorrência da palatalização.

Isso não implica dizer, todavia, que estamos considerando os subcomponentes da sílaba como domínios de aplicação de regras fonológicas. Continuamos seguindo o entendimento de Nespor e Vogel (1986), em que o menor constituinte prosódico é a sílaba em si.

A derivação que mostramos para a palatalização regressiva e a condição de a palatalização progressiva só poder ser observada se

acontecer a rersilabificação demonstram que alguns processos do Saynáwa são explicados a partir da ocorrência de outros processos e que podemos situar a aplicação de suas regras em um contínuo. Isso só não foi observado para os processos da inserção de [j], da neutralização e da lenição. Para os demais processos, vejamos como podemos situar suas ocorrências⁹¹:

Tabela nº 6 – Derivação dos processos fonológicos do Saynáwa I⁹²

1º momento		2º momento		3º momento		4º momento
Nasalização	→	Rersilabificação vogais altas	→	Apagamento de /n/	→	Palatalização regressiva (fusão)
Ou				Ou		
Palatalização progressiva				Rersilabificação de /n/		

Tabela nº 7 – Derivação dos processos fonológicos do Saynáwa II

1º momento		2º momento		3º momento		4º momento
Nasalização	→	Apagamento de /n/	→	Inserção de [ʔ]	→	Atribuição do acento
				Ou		
				Alongamento iâmbico		

A comparação entre as tabelas nº 6 e nº 7 acima demonstra que o 1º momento de uma coincide com o da outra e que o 2º momento da tabela nº 7 corresponde ao 3º momento da tabela nº 6. Assim, podemos propor um quadro único, idêntico até o apagamento ou rersilabificação de /n/ e que se bifurca a partir do 4º momento, pois não podemos precisar se a inserção de [ʔ], por exemplo, ocorre antes ou depois da palatalização regressiva.

⁹¹ A tabela nº 6 foi construída a partir das observações apresentadas em 3.4.1. Já para a tabela nº 7, nos baseamos nos subtópicos 3.4.1.1., 3.4.2. e 3.4.3.1.

⁹² No 3º momento, em “Rersilabificação de /n/”, é que a nasal palatal, realizada graças à palatalização progressiva, surge na superfície.

Tabela nº 8 – Quadro resumitivo da derivação dos processos fonológicos do Saynáwa

1º momento		2º momento		3º momento
Nasalização	→	Ressilabificação vogais altas	→	Apagamento de /n/
Ou				Ou
Palatalização progressiva				Ressilabificação de /n/

	4º momento		5º momento
→	Palatalização regressiva (fusão)	→	Atribuição do acento
→	Inserção de [ʔ]		
	Ou		
	Alongamento iâmbico		

Portanto, os processos de assimilação (nasalização e palatalização), alongamento iâmbico e inserção de [ʔ], bem como os processos de ressilabificação e a atribuição do acento, se situam em um contínuo⁹³.

São categóricos os processos: de assimilação (nasalização e palatalização) e de inserção de [ʔ], desde que, no último caso, seja em palavras não monossilábicas, pois tal inserção pode não ocorrer em monossílabos, adotando a língua o alongamento iâmbico como uma estratégia opcional à coda glotal.

⁹³ Parker (1994, p. 111) também postulou para o Huariapano um contínuo, onde primeiro temos “*Primary Stress Assignment*”, depois “*Vowel-Nasal Coalescence*” e, então, “*Coda Epenthesis*”, estando este processo de inserção relacionado ao padrão rítmico da língua (PARKER 1994, p. 106). A precedência do processo de nasalização em relação a processos ligados à boa formação de pés métricos no Huariapano se assemelha ao que postulamos para o Saynáwa.

CONCLUSÃO

Identificamos no Saynáwa 13 fonemas consonantais e 4 fonemas vocálicos.

Os fonemas consonantais, com suas respectivas realizações alofônicas, são:

/p/ → [p]	/r/ → [r]	/tʃ/ → [tʃ]
/b/ → [b, β, w]	/s/ → [s, ʃ, h]	/j/ → [j]
/m/ → [m]	/ts/ → [ts]	/k/ → [k]
/t/ → [t]	/ʃ/ → [ʃ]	/h/ → [h]
/n/ → [n, ɲ]		

Os fonemas vocálicos, com suas respectivas realizações alofônicas, são:

/i/ → [i, e, ĩ, ĕ, j]	/a/ → [a, ã]
/ə/ → [ə, ẽ]	/u/ → [u, o, ũ, õ, w]

As vogais longas não são fonológicas, ocorrem por causa do processo de alongamento iâmbico ou da existência na base de duas vogais idênticas em sequência.

Os ditongos crescentes, formados por [w, j], e decrescentes, formados por [j] em sílaba do tipo [CVCC], são realizações apenas fonéticas, enquanto os ditongos decrescentes, formados por /j/, confirmam-se na subjacência.

A língua Saynáwa apresenta as sílabas fonéticas [V, CV, VC, CVC, CVCC] e as sílabas fonológicas /V, CV, VC, CVC/. Assim, ela tem como molde silábico a estrutura (C)V(C), na qual a posição de onset pode ser preenchida por quase todas as consoantes, exceto /j/, o núcleo por todas as vogais e a coda apenas pelas consoantes /n, s, j/. Identificamos a existência de quatro regras para a atribuição de segmentos às posições silábicas, sendo todas as suas sílabas do tipo “*core syllables*” (KENSTOWICZ 1994, p. 255).

Além disso, observamos a existência de processos de ressilabificação, como o das vogais altas adjacentes e o da coda nasal em ambiente intervocálico.

A compreensão da estrutura interna da sílaba mostrou-se essencial para entendermos processos fonológicos como a palatalização.

O acento, confirmando-se nossa hipótese inicial, é métrico, não sendo distintivo.

Tanto o acento na palavra como o frasal (os compostos comportam-se como frases) obedecem ao padrão rítmico Iâmbico, formando iambos da direita para a esquerda e aplicando-se a Regra final à direita, ocorrendo também a formação persistente de pés métricos e a análise local fraca. Pés degenerados são fortemente proibidos no acento na palavra e fracamente proibidos no acento frasal, e pés iâmbicos planos só são permitidos quando não finalizam palavra ou frase.

Confirmando-se também o que nos diz Hayes (1995, p. 82), *“metrical structure is not just a means of deriving stress but serves as a general organizing principle for the phonology of a language”*, a estrutura métrica do Saynáwa regula não apenas o padrão acentual, mas a fonologia desta língua como um todo, só podendo ser compreendidos alguns de seus fenômenos a partir desta estrutura.

Processos fonológicos como o alongamento iâmbico ou a inserção da oclusiva glotal [ʔ], que ocorrem para se evitar pés métricos mal formados, a derivação identificada no processo da palatalização regressiva (fusão), que promove a análise de toda a palavra em pés métricos, e a ressilabificação das vogais altas, envolvida nessa derivação, são motivados e regulados pela estrutura métrica.

A ressilabificação das vogais altas, por exemplo, tem sua maior motivação no padrão rítmico da língua, o que nos permite observar ser mais importante para o Saynáwa a formação de pés métricos canônicos que a atribuição de onset às sílabas, não se aplicando a *“CV-rule”* ou *“Maximal Onset Principle”* (KENSTOWICZ 1994, p. 254, 280; BLEVINS 1995, p. 230) quando isto impedir a formação de pés canônicos.

O subsistema métrico também está fortemente relacionado ao subsistema prosódico do Saynáwa, o que pode ser claramente observado quando reconhecemos os constituintes prosódicos dessa língua a partir de seus constituintes métricos, sendo postulado para o Saynáwa os seguintes constituintes prosódicos (em ordem crescente na hierarquia prosódica): sílaba (σ), pé (Σ), palavra fonológica (ω), frase fonológica (Φ), enunciado fonológico (U). Além disto, a oclusiva glotal, cuja realização é explicada pelo subsistema métrico, delimita o nível mais alto na hierarquia prosódica, o enunciado fonológico (U).

Quanto aos principais processos fonológicos do Saynáwa, identificamos: a nasalização, a palatalização progressiva, a palatalização regressiva (fusão), o alongamento iâmbico, a inserção da oclusiva glotal [ʔ], a inserção de [j], a lenição e a neutralização.

A nasalização, a palatalização progressiva, a palatalização regressiva (fusão), a inserção de [j] e a neutralização ocorrem no domínio da sílaba. O alongamento iâmbico e a inserção da oclusiva glotal [ʔ] ocorrem no domínio do pé. A lenição ocorre no domínio da palavra fonológica.

As regras prosódicas observadas para os processos fonológicos do Saynáwa são:

- 1) interior de domínio: inserção de [j];
- 2) junção de domínio: palatalização progressiva, palatalização regressiva (fusão), neutralização (debucalização);
- 3) limite de domínio: nasalização, neutralização (palatalização), alongamento iâmbico, inserção da oclusiva glotal [ʔ], lenição.

Alguns desses processos fonológicos – salvo a inserção de [j], a neutralização e a lenição – se situam em um contínuo, juntamente aos processos de ressilabificação e à atribuição do acento, demonstrando que alguns processos só ocorrem a partir de outros processos.

Essas são algumas das principais conclusões a que podemos chegar sobre a fonologia do Saynáwa, cuja análise nos mostrou ter sido bem acertada nossa decisão inicial em considerar essa língua como

pertencente à família linguística Pano, pois ela apresenta uma grande similaridade com as demais línguas dessa família linguística.

Os dados que apresentamos de outras línguas Pano foram utilizados apenas para demonstrarmos essas semelhanças e para entendermos melhor os fenômenos que íamos analisando no Saynáwa, mostrando-se necessário ainda um estudo comparativo, com esses ou mais dados, entre o Saynáwa e os demais idiomas Pano para sabermos como o Saynáwa se situa dentro das classificações internas dessa família linguística.

A identificação da vogal dorsal média /ə/ e o fato do etnônimo mais antigo ter sido Saybaybô, o que para Tastevin (1919, p. 152) seria algo revelador, mereceriam nesse estudo comparativo alguma atenção, pois poderiam demonstrar certo distanciamento do Saynáwa em relação às demais línguas Pano faladas na região do rio Juruá, apesar das semelhanças entre essas línguas aparentemente superarem tais distinções.

Mais estudos também se mostram necessários sobre alguns aspectos da fonologia do Saynáwa, como, por exemplo, as variações existentes entre as vogais altas e as médias-altas, tanto entre as coronais [i, e], quanto entre as labiais [u, o], que a princípio nos pareceram ser distinções apenas auditivas, tendo em vista a pequena diferença acústica por nós detectada na comparação das alturas dos seus 1º formantes.

Outros aspectos igualmente interessantes para serem investigados estão relacionados aos constituintes prosódicos, seja o conhecimento mais profundo dos limites desses constituintes, a partir dos processos de junção externa, seja a identificação dos constituintes grupo clítico (C) e frase entonacional (I), que não puderam ser por nós delimitados porque nosso estudo não teve como objetivo avançar na morfossintaxe e na semântica da língua.

Assim, não apenas a fonologia do Saynáwa pode ainda ser bastante explorada, como também sua morfossintaxe, que jamais foi objeto de estudo. Esta análise não só seria interessante para compreendermos a gramática da língua, como também para podermos

entender ainda mais sua fonologia, pois, como vimos, alguns constituintes prosódicos só podem ser delimitados a partir do conhecimento da morfossintaxe do Saynáwa, e processos como o da nasalização revelam essa interface entre a fonologia e os componentes gramaticais. O estudo da morfossintaxe do Saynáwa poderia nos levar à identificação de fenômenos morfofonológicos e sintático-fonológicos dessa língua.

As relações sociais, a cosmovisão, dentre outros aspectos etnográficos, também merecem mais estudos, principalmente porque eles não foram o objeto específico de nosso trabalho, tendo sido apresentados apenas no intuito de entendermos um pouco a sociedade Saynáwa. De qualquer modo, estas informações etnográficas demonstraram uma grande semelhança entre os Saynáwa e os demais povos Pano, reafirmando as similaridades linguísticas sobre as quais já falamos e a homogeneidade cultural percebida por Rivet e Tastevin (1927), Erikson (1994) e Sáez (2006) sobre os diversos grupos dessa família linguística.

Apesar do muito que ainda se tem por analisar, desejamos que nosso trabalho tenha contribuído para os estudos da família linguística Pano, e que ele tenha tornado visível para a academia o povo Saynáwa, quase extinto no início do século XX, e sua língua, que se não foi extinta naquele século corre sérios riscos de se extinguir neste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. 1914. *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: A Língua dos Caxinauás do Rio Ibuáçu*. Rio de Janeiro: Leuzinger.

AGUIAR, Maria Sueli de. 1987. Os Clãs dos Índios Katukina. In: _ *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 12. Campinas, pp. 43-48.

_____. 1994. *Análise Descritiva e Teórica do Katukina – Pano*. Tese. Unicamp.

_____. 1994. *Fontes de Pesquisa e Estudo da Família Pano*. Campinas: Unicamp.

ALVIANO, Frei Fidelis de. 1957. Ensaio da Língua dos Índios Magironas ou Maiorunas do Rio Jandiatuba. In: _ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 237. pp. 43-60.

BARROS, Luizete Guimarães. 1987. *A nasalização vocálica e fonologia introdutória à língua Katukína (Páno)*. Dissertação. Unicamp.

BISOL, Leda. 2005. Os constituintes prosódicos. In: BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 243-255.

BLEVINS, Juliette. 1995. The Syllable in Phonological Theory. In: GOLDSMITH, John A. (ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 206-244.

BRASIL. 1987. Portaria nº 2734, de 1987. Interdição da Terra Indígena Jamináwa do Igarapé Preto.

BRASIL. 1993. Portaria nº 66/MJ, de 02 de março de 1993. Revisão da área da Terra Indígena Jamináwa do Igarapé Preto.

BRASIL. 2001. Portaria nº 688/PRES, de 22 de agosto de 2001. Vinculação da Terra Indígena Jamináwa do Igarapé Preto à jurisdição da Administração Executiva Regional de Rio Branco/AC da FUNAI.

CAGLIARI, Luiz Carlos. 2002. *Análise Fonológica: Introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras.

CAMARGO, Eliane. 1988-1989. *Sugestão para uma Proposta de grafia unificada do hantxa kuin*: Relatório Técnico de pesquisa de

campo (para o setor de Lingüística do Museu Nacional). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

_____. 1995. Léxico Caxinauá-Português. In: *Amerindia*. Paris: A.E.A., pp. 1-120.

_____. 2005. A construção genitiva em Caxinauá (Páno). In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (orgs.). *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: UNB, pp. 215-227.

CÂNDIDO, Gláucia Vieira. 1998. *Aspectos fonológicos da língua Shanenawá (Pano)*. Dissertação. Unicamp.

_____. 2004. *Descrição Morfossintática da Língua Shanenawa (Pano)*. Tese. Unicamp.

CARVALHO, José Cândido de Melo. 1955. *Notas de viagem ao Javari-Itacoai-Juruá*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

CASTELO BRANCO, J. M. Brandão. 1947. Caminhos do Acre. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 196, jul.-set. Rio de Janeiro, pp. 74-225.

_____. 1950. O Gentio Acreano. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 207, abr.-jun. Rio de Janeiro, pp. 3-78.

CHANDLESS. 1866. Chandless's Notes on the River Purûs. In: *Journal of the Royal Geographical Society*. vol. 36. London: John Murray, pp. 86-118.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Moris. 1968. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper e Row.

CLEMENTS, G. N.; HUME, Elizabeth V. 1995. The Internal Organization of Speech Sounds. In: GOLDSMITH, John A. (ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 245-306.

CLEMENTS, G. N. 1990. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. (eds.). *Papers in laboratory phonology 1: Between the grammar and physics of speech*. Cambridge: Cambridge University, pp. 283-333.

COLLISCHONN, Gisela. 2005. A sílaba em português. In: BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 101-133.

COMRIE, B.; SMITH, N. 1977. The Lingua descriptive studies: Questionnaire. In: _ *Lingua*. pp. 1-72.

COSTA, Raquel Guimarães Romankevicius. 1992. *Padrões rítmicos e marcação de caso em Marubo (Pano)*. Dissertação. UFRJ.

_____. 2000. *Aspectos da Fonologia Marubo (Pano): uma visão não-linear*. Tese. UFRJ.

COUTO, Alexandre. 2005. *Ortografia Kaxarari – uma proposta*. Porto Velho.

CPI-ACRE. 1982. *Da História à Situação Atual dos Índios do Acre* (pela demarcação das Terras Indígenas). Rio Branco.

CRUZ, Tereza Almeida. 2004. *Retrato cultural dos Katukina, Kaxinawá, Shanenawa, Jaminawa e Manchineri*. Rio Branco: FEM.

CUNHA, Carla Maria. 1993. *A Morfossintaxe da Língua Arara (Pano) do Acre*. Dissertação. UFPE.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). 2002. *Enciclopédia da Floresta, o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras.

D'ANS, A.-M. 1973. Reclasificación de las lenguas Pano y datos glotocronológicos para la Etnohistoria de la Amazonía Peruana. In: _ *Revista Del Museo Nacional*. n. 39. pp. 349-369.

DÉLÉAGE. 2009. *Les Sharanahua*. Disponível em: <http://deleagethese.googlepages.com/DeleageT1chap121-37.pdf>. Acesso em: 26/06/09.

DE PAULA, Aldir Santos. 1992. *Poyanáwa A Língua dos Índios da Aldeia Barão, aspectos fonológicos e morfológicos*. Dissertação. UFPE.

_____. 2007. *A Língua dos Índios Yawanawá do Acre*. Maceió: EDUFAL.

DORIGO, Carmen Teresa. s.d. *Constituintes métricos na Língua Matsés (Pano)*.

EAKEN, Lucille. 2008. *Lecciones para el aprendizaje del idioma Yaminahua*. Documento de Trabajo n° 22. Lima: Instituto Lingüístico de Verano.

ERIKSON, Philippe. 1993. A Onomástica Matis é Amazônica? In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHI-USP/FAPESP, pp. 323-338.

_____. 1994. The Panoans: an Overview. Panology: State of the Art. In: ERIKSON, Philippe *et al* (orgs.). *Amerindia*, Kirinkobaon Kirika (<Gringos' Books>) An Annotated Panoan Bibliography. Suplemento 1, n. 19. Paris: A.E.A., pp. 4-9.

ESTADO DO ACRE Político-Turístico-Rodoviário. [200-?]. São Paulo: Cartomapas, 1 mapa. Escala 1:740.000.

FABRE, Alain. 2005. *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos. Pano-Takana*. Disponível em:
<http://butler.cc.tut.fi/~fabre/BookInternetVersio/Dic=PanoTakana.pdf>.
Acesso em: 14/06/2009.

FAUST, Norma; LOOS, Eugene E. 2002. *Gramática del Idioma Yaminahua*. Serie Lingüística Peruana n° 51. Peru: Instituto Lingüístico de Verano.

FERREIRA, Rogério Vicente. 2001. *Língua Matis: Aspectos descritivos da morfossintaxe*. Dissertação. Unicamp.

_____. 2005. *Língua Matis (Pano); uma descrição gramatical*. Tese. Unicamp.

FROIDEVAUX, Sylvain. 2005. Nommer L'Autre: Typologies, ethnonymes et stéréotypes. In: ZIEGLER, Erica; PERRET, Geneviève (orgs.). *Tabou*. Genève: Infolio, pp. 67-89.

GLEASON JR., H. A. 1978. *Introdução à linguística descritiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOLDSMITH, John. 1979. The Aims of Autosegmental Phonology. In: DINNSEN (org.). *Current Approaches to Phonological Theory*. Bloomington: Indiana University, pp. 202-222.

_____. 1995. Phonological Theory. In: GOLDSMITH, John A. (ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell, pp. 1-23.

GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira. 1991. *Acre: história e etnologia*. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena/UFRJ.

HAYES, Bruce. 1995. *Metrical Stress Theory: Principles and Case Studies*. Chicago/ London: The University of Chicago.

KENSINGER, Kenneth M. 1963. The phonological Hierarchy of Cashinahua (Pano). In: *Studies in Peruvian Indian Languages: I*. n. 9. Summer Institute of Linguistics, pp. 207-219.

_____. 1986. Panoan Linguistic, Folkloristic and Ethnographic Research: Retrospect and Prospect. In: KLEIN, Harriet E. Manelis; STARK, Louisa R. (eds.). *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect*. Austin: University of Texas, pp. 224-285.

KENSTOWICZ, Michael. 1994. *Phonology in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell.

KIETZEMAN, Dale W. 1952. Afinidades culturales de los Amahuacas del Peru. In: *Peru Indígena*. vol. 2, n. 5-6, jun. Lima, pp. 1-8.

KINDELL, G. E. 1981. *Guia de Análise Fonológica*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian. 1996. *The Sound of the World's Languages*. Oxford: Blackwell.

LANES, Elder José. 2000. *Mudança Fonológica em Línguas da Família Pano*. Dissertação. UFRJ.

_____. 2005. *Aplicação da léxico-estatística no estudo de línguas indígenas*. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ.

LASS, Roger. 1984. *Phonology: An Introduction to basic concepts*. Cambridge: Cambridge University.

LIMA, Edilene Coffaci de. 1994. Katukina, Yawanawa e Marubo: desencontros míticos e encontros históricos. In: *Cadernos de Campo*. vol. 4, n. 4. São Paulo, pp. 1-19.

LOOS, Eugene E.; LOOS, Betty. 2003. *Diccionario Capanahua-Castellano*. 2. ed. Lima: Instituto Lingüístico de Verano.

LOOS, Eugene E. 1999. Pano. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University, pp. 227-250.

_____. 2006. *Discontinuous Nasal Spread in Yaminahua*. Summer Institute of Linguistics.

LOUKOTKA, Chestmír. 1939. Linguas Indigenas do Brasil. In: *Revista do Arquivo Municipal*. ano 5, vol. 54. São Paulo, pp. 147-174.

MARTINS, Homero Moro. 2006. *Os Katukina e o Kampô: Aspectos Etnográficos da Construção de um Projeto de Acesso a Conhecimentos Tradicionais*. Dissertação. UNB.

MASON, J. Alden. 1950. The languages of South American Indians. In: STEWARD, Julian (ed.). *Handbook of South American Indians*. vol. 6. pp. 157-318.

MATZENAUER, Carmen Lúcia. 2005. Introdução à Teoria Fonológica. In: BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 11-81.

MCQUOWN, Norman A. 1955. The Indigenous Languages of Latin America. In: *American Anthropologist*. vol. 57, n. 3, jun. pp. 501-570.

MORI, Ángel Corbera. 1993. Estudios sobre Lenguas Indígenas Amazónicas en el Peru. In: *Amazonía Peruana: estudios sobre lenguas indigenas*. n. 23, Tomo XII, dez. Centro Amazonico de Antropologia y Aplicacion Practica, pp. 37-74.

NAVEIRA, Miguel Alfredo Carid. 2007. *Yama Yama: os sons da memória, afetos e parentesco entre os Yaminahua*. Tese. UFSC.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. 1986. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris.

OPPENHEIM, Victor. 1936. Notas ethnographicas sobre os indigenas do alto Juruá (Acre) e Valle do Ucayali (Perú). In: *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. n. 2, Tomo VIII. Rio de Janeiro, pp. 145-155.

PARKER, Steve. 1994. Coda epenthesis in Huariapano. In: *International Journal of American Linguistics*. vol. 60, n. 2, abr. The University of Chicago, pp. 95-119.

PAYNE, Thomas E. 1997. *Describing morphosyntax: a guide for field linguistics*. Cambridge: Cambridge University.

PIKE, Eunice; SCOTT, Eugene. 1962. The Phonological Hierarchy of Marinahua. In: *Phonetica*. vol. 8, n. 1-3. pp. 1-8.

PROST, Gilbert R. 1967. Phonemes of the Chácobo Language. In: *Linguistics, An International Review*. 35. The Hague: Mouton, pp. 61-65.

QUESTIONÁRIO. s.d. *Léxico para estudos comparativos*, composto por itens do Rowe Standard Comparative Vocabulary e do léxico de M. Swadesh.

QUESTIONÁRIO. s.d. *Pesquisa tipológica das Línguas Indígenas*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

QUESTIONÁRIO. s.d. *Questionário (SIL-Museu Nacional)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

RIBEIRO, Lincoln Almir Amarante. 2006. Uma proposta de classificação interna das línguas da família Pano. In: *Investigações*. vol. 19, n. 2. Recife: UFPE, pp. 157-182.

RIVET, P.; LOUKOTKA, C. 1952. Langues de L'Amérique du Sud et des Antilles. In: MEILLET, A.; COHEN, Marcel (orgs.). *Les Langues du Monde*. Paris: CNRS, pp. 1099-1160.

RIVET, P.; TASTEVIN, C. 1927. Les dialectes Pano du haut Juruá et du haut Purús. In: *Anthropos*. n. 22. pp. 811-827.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1984. Contribuições das línguas brasileiras para a Fonética e a Fonologia. In: *Language in the Americas*. Ithaca: Cornell University, pp. 263-268.

_____. 1993. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. In: *Revista Delta*. vol. 9, n. 1. São Paulo, pp. 83-103.

_____. 2002. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Loyola.

SÁEZ, Oscar Calavia. 1998. Yaminawá: Localização, população e mobilidade. In: _ *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil*. fev. Instituto Socioambiental.

_____. 2002. Nawa, Inawa. In: _ *Revista Ilha*. vol. 4, n. 1, jul. pp. 35-57.

_____. 2002-2003. Extranjeros sin fronteras. Alteridad, nombre e historia entre los Yaminawa. In: _ *Indiana*. vol. 19/20. pp. 73-88.

_____. 2006. *O nome e o tempo dos Yaminawa: Etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre*. São Paulo: UNESP.

_____. 2008. Os 'índios dos índios': A indianidade, a humanidade e os iaminauás. In: _ *Ciência Hoje*. vol. 42, n. 252, set. pp. 30-35.

SCHULTZ, Harald; CHIARA, Vilma. 1955. Informações sobre os índios do alto rio Purus. In: _ *Revista do Museu Paulista*. vol. 9, n. 5. São Paulo, pp. 181-201.

SELKIRK, E. O. 1980. Prosodic domains in phonology: Sanskrit revisited. In: ARONOFF, M.; KEAN, M.-L. (eds.). *Juncture*. Saratoga: Anna Libri, pp. 107-129.

SHELL, Olive A. 1950. Cashibo I: Phonemes. In: _ *International Journal of American Linguistics*. vol. 16, n. 4. pp. 198-202.

_____. 2008 (1975). Las lenguas Pano y su reconstrucción. In: _ *Serie Lingüística Peruana*. 3.ed. n. 12. Lima: Instituto Lingüístico de Verano.

SOARES, Marília Facó. 1996. Aspectos lineares e não-lineares de processos fonológicos em línguas indígenas brasileiras. In: _ *Letras de Hoje*. vol. 31, n. 2, jun. Porto Alegre, pp. 77-95.

SOUZA, Gladys Cavalcante. 2004. *Aspectos da Fonologia da Língua Kaxarari*. Dissertação. Unicamp.

SOUZA, Emerson Carvalho. 2009. Características léxicas e morfossintáticas da língua Arara – Pano. In: _ *VI Congresso Internacional da Abralin, XIX Instituto de Lingüística*. João Pessoa.

SPANGHERO FERREIRA, Vitória Regina. 2000. *Língua Matis (Pano): uma análise fonológica*. Dissertação. Unicamp.

TASTEVIN, C. 1919. Quelques considérations sur les indiens du Jurua. In: *Bulletin et Memoires de la Société d'Anthropologie de Paris*. Paris, pp. 144-154.

_____. 1924. Chez les indiens du Haut-Jurua (Rio Gregório). In: *Missions Catoliques*. LVI. pp. 65-67, 78-80, 90-93, 101-104.

_____. 1925. Le fleuve Murú. In: *La Géographie*. XLIII-XLIV. pp. 403-422, 14-35.

_____. 1926. Le Haut Tarauacá. In: *La Géographie*. XLV. pp. 34-54, 158-175.

_____. 1928. Le <Riozinho da Liberdade>. In: *La Géographie*. XLIX. pp. 205-215.

TOWNSLEY, Graham. 1993. Song Paths: The Ways and Means of Yaminahua Shamanic Knowledge. In: *L'Homme*. vol. 33, n. 126-128. Paris, pp. 449-467.

WETZELS, W. L. 1999. *Os índios Nambikwára, uma descrição de suas línguas e sua identidade cultural*. Amsterdã: De Vrije Universiteit Amsterdam.

SITES CONSULTADOS

Site:

<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=734&eid=306>. Acesso em: 22/06/09.

Site:

<http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/ac/ac-jaminawadoigarapepreto.htm>. Acesso em: 22/06/09.

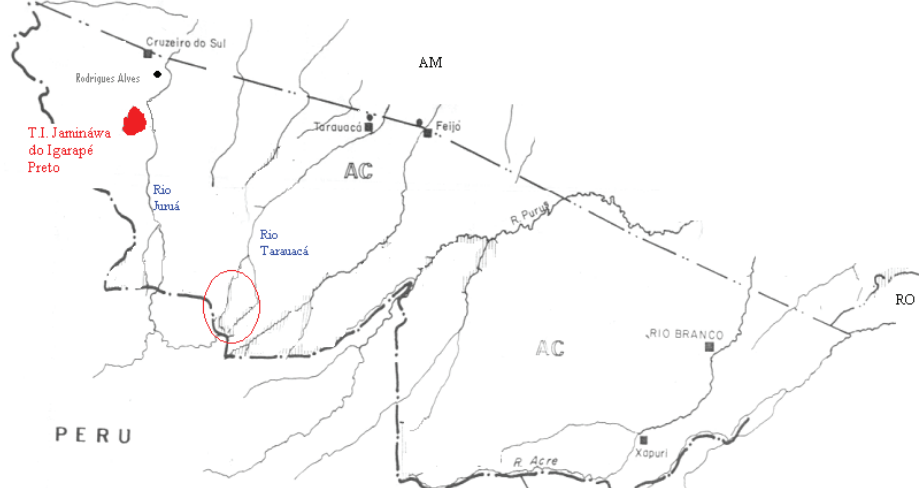
Site:

http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3703. Acesso em: 23/06/09.

ANEXO I

Mapa

Figura nº 1



Mapa da localização da T.I. Jamináwa do Igarapé Preto no estado do Acre (adaptado de LANES 2005)

Sobre o mapa:

- 1) a T.I. Jamináwa do Igarapé Preto encontra-se demarcada de vermelho;
- 2) o círculo vermelho indica a região do alto Tarauacá, onde os Saynáwa teriam vivido até o início do século XX.

ANEXO II

Fotos⁹⁴

Figura nº 2



Seu Benedito (com cocar) e seus filhos e netos durante o *rababaiati*

⁹⁴ Todas as fotos foram tiradas pelo autor entre 21 de novembro e 20 de dezembro de 2008 na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, município de Cruzeiro do Sul-AC.

Figura nº 3



Dona Francisca com seu bisneto

Figura nº 4



Seu Benedito e Seu Roseno (em pé)

Figura nº 5



Dona Maria Joana e Seu Walmir

ANEXO III

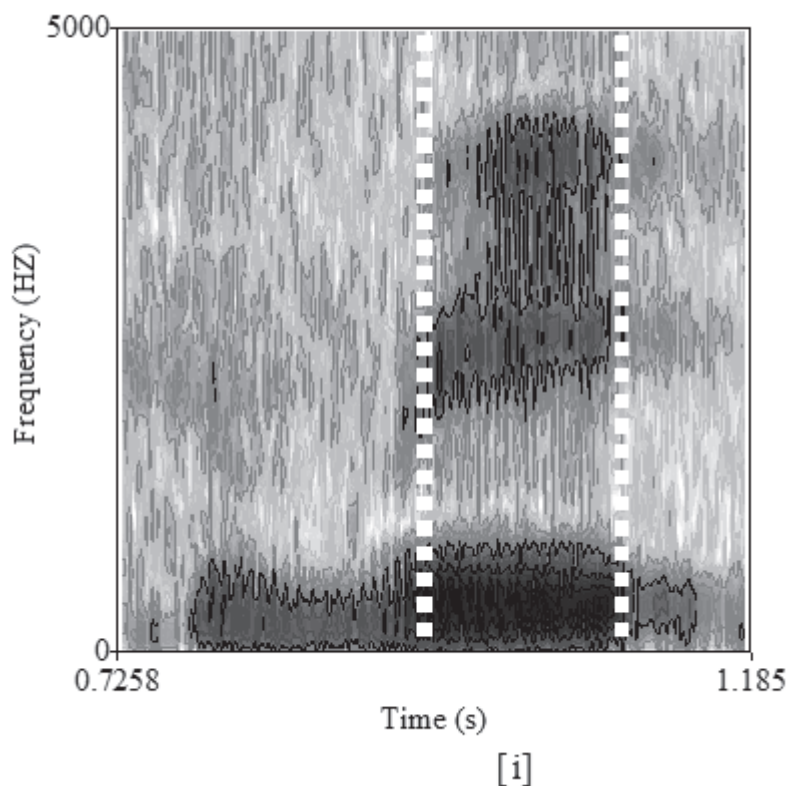
Espectrogramas dos fones vocálicos do Saynáwa⁹⁵

1) Espectrograma da vogal [i] (a vogal [i] encontra-se no intervalo destacado no espectrograma pelas linhas pontilhadas)

Exemplo: ['βiʔ] - /bi/ “carapanã”

Altura do 1º formante: 364,5599 Hz

Figura nº 6



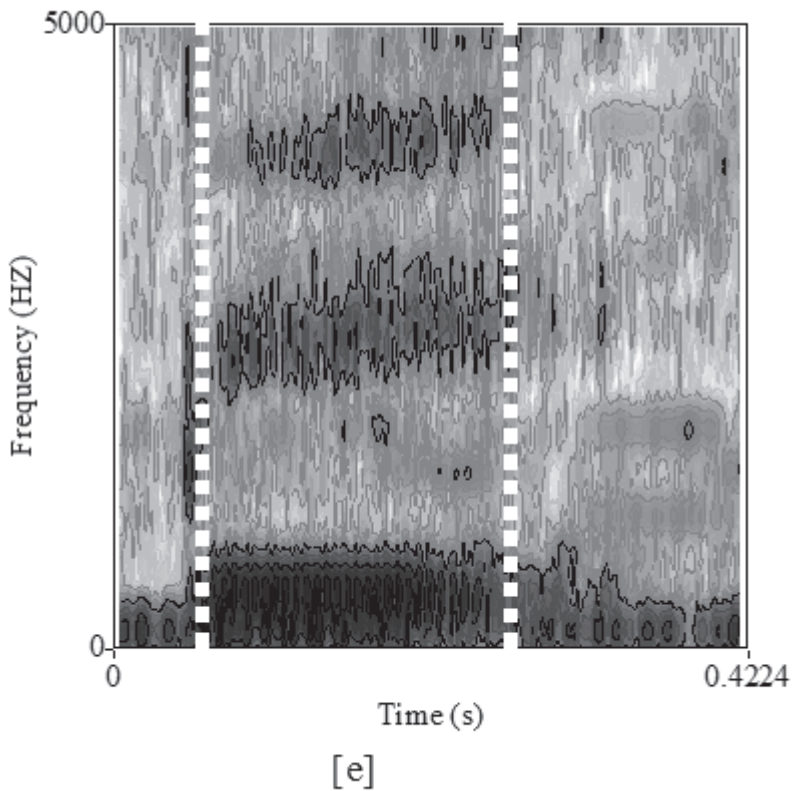
⁹⁵ Todos os espectrogramas foram obtidos a partir do programa computacional *Praat*.

2) Espectrograma da vogal [e] (a vogal [e] encontra-se no intervalo destacado no espectrograma pelas linhas pontilhadas)

Exemplo: ['peʔ] - /pi/ “comer”

Altura do 1º formante: 388,3090 Hz

Figura nº 7

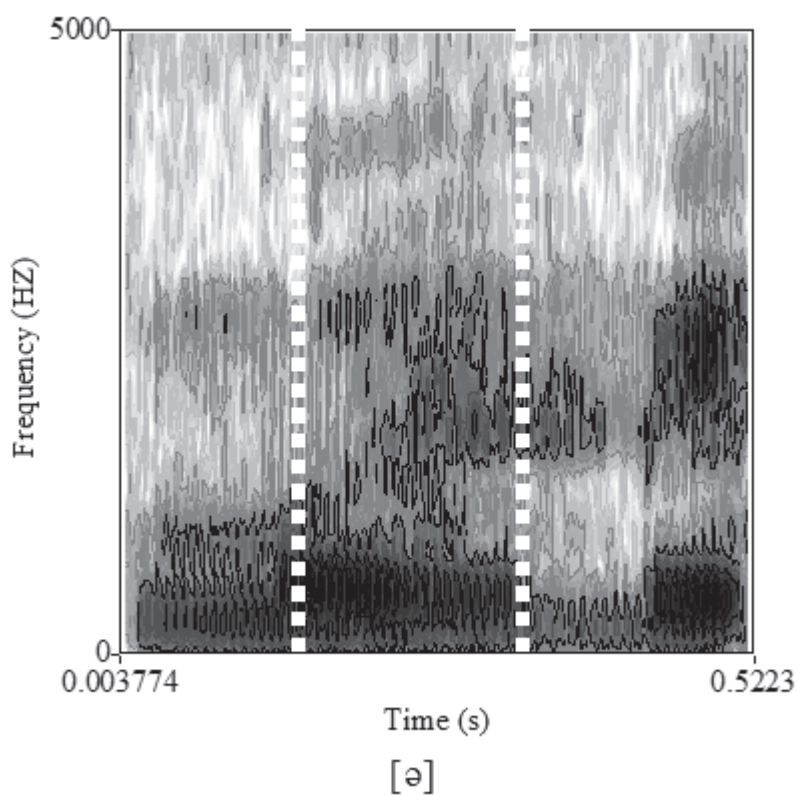


3) Espectrograma da vogal [ə] (a vogal [ə] encontra-se no intervalo destacado no espectrograma pelas linhas pontilhadas)

Exemplo: [mə'βeʔ] - /məbi/ “punho”

Altura do 1º formante: 457, 4274 Hz

Figura nº 8

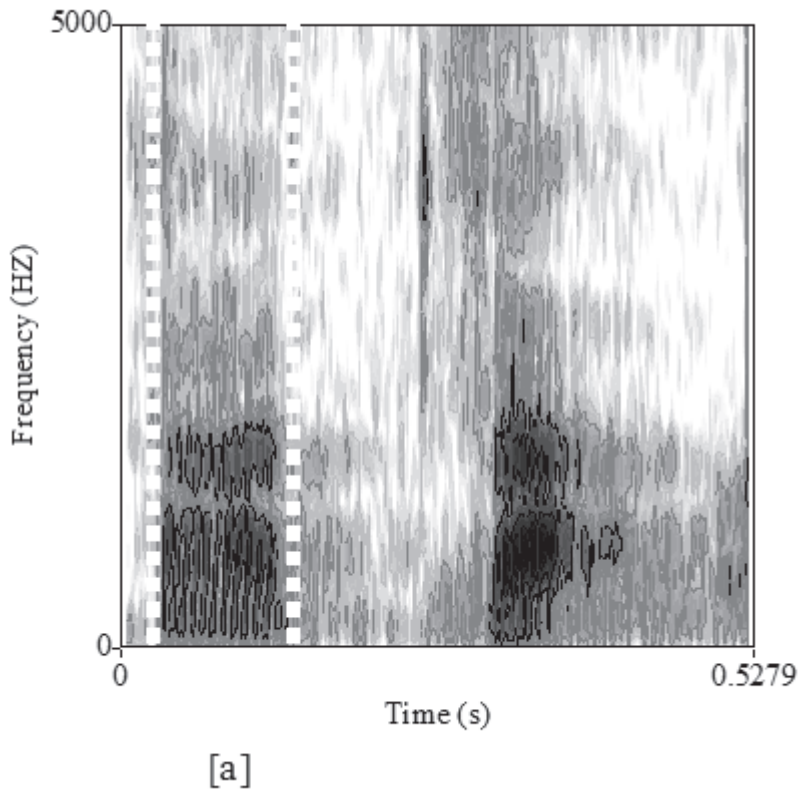


4) Espectrograma da vogal [a] (a vogal [a] encontra-se no intervalo destacado no espectrograma pelas linhas pontilhadas)

Exemplo: [a'tsaʔ] - /atsa/ “mandioca”

Altura do 1º formante: 686,7943 Hz

Figura nº 9

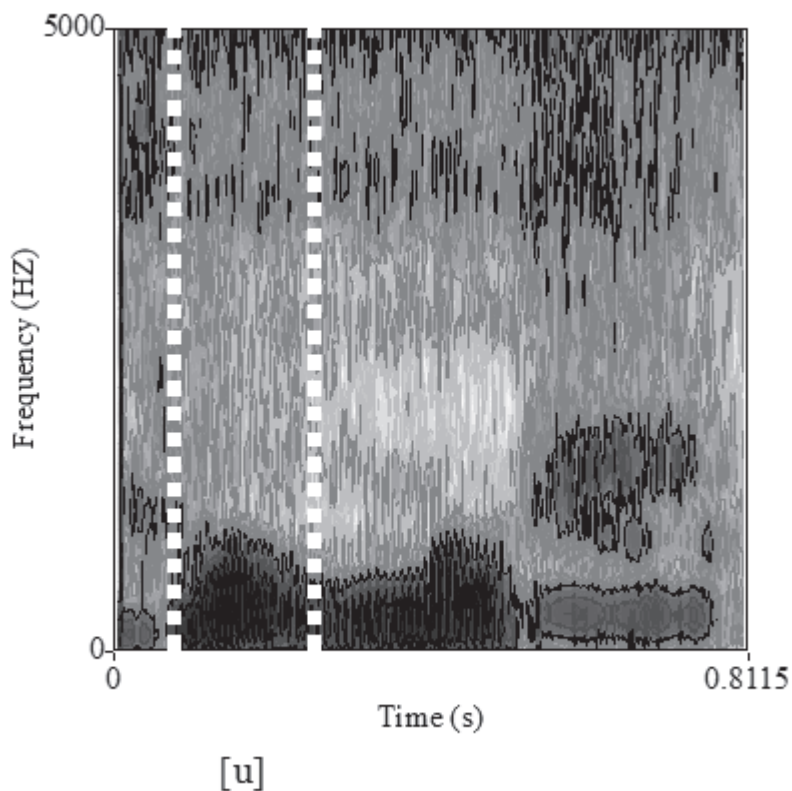


5) Espectrograma da vogal [u] (a vogal [u] encontra-se no intervalo destacado no espectrograma pelas linhas pontilhadas)

Exemplo: [hu'moʃ] - /humus/ “umbu”

Altura do 1º formante: 381,6593 Hz

Figura nº 10

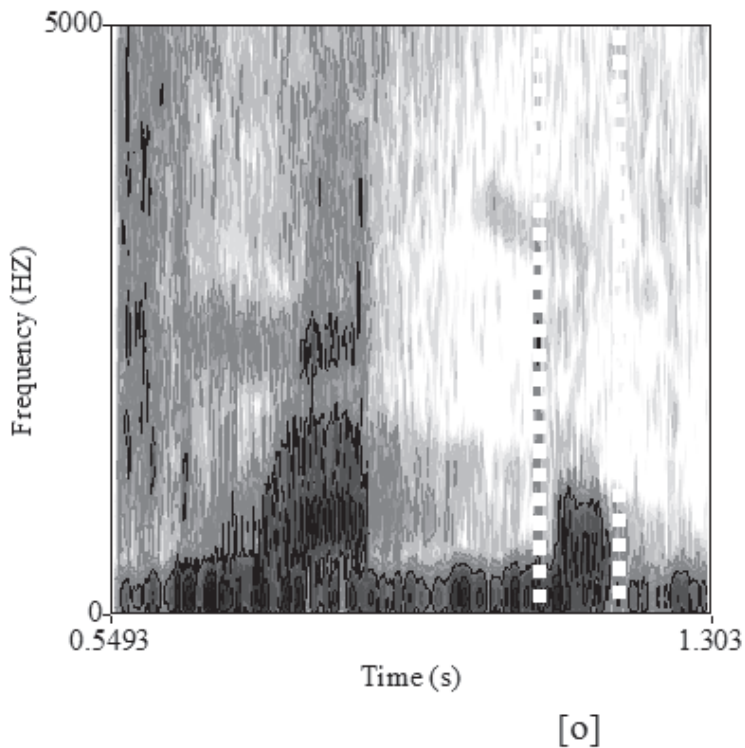


6) Espectrograma da vogal [o] (a vogal [o] encontra-se no intervalo destacado no espectrograma pelas linhas pontilhadas)

Exemplo: [ma'pɔʔ] - /mapu/ “cinzas”

Altura do 1º formante: 382,3282 Hz

Figura nº 11



PEQUENO VOCABULÁRIO SAYNÁWA/PORTUGUÊS⁹⁶

a

aia “maracanã” (*Aratinga leucophthalmus*)

aiamis “beber”

ain “esposa”

ainas “cipó-timbó” (*Paullinia* ?)

ainbu “mulher”

aku “cumaru” (*Torresea acreana*)

akuan “manacá” (*Brunfelsia grandiflora*)

aman “capivara” (*Hydrochaeris hydrochaeris*)

ami “amarelinho” (*Aspidosperma* sp.)

ana “língua”

ania “cunhado (a)”

antsuakin “beijar”

anu “paca” (*Agouti paca*)

asin “mutum” (*Crax mitu*)

askinki “respirar”

aspa “boca”

atu “estômago”

atsa “mandioca” (*Manihot esculenta*)

atsana “cansar-se”

atsa putu “farinha de mandioca”

aua “anta” (*Tapirus terrestris*)

⁹⁶ Os nomes científicos das espécies vegetais e animais estão de acordo com Cunha e Almeida (2002), salvo nos dados “carapanã, palmeira, palha, porco, cachorro, jacaré, morcego, tartaruga-da-mata, gafanhoto, cupim, mosca-varejeira, tartaruga-de-igapó, escorpião, minhoca, caranguejo, jabuti, grilo, mosca-pium, galinha, pulga, mutuca, saúva”.

ə

ə “eu” (pronome pessoal)

əəki “assustar”

ən “meu/minha” (pronome possessivo)

əni “taxi” (*Triplaris surinamensis*)

əpa “pai”

əstun “irmão mais novo”

əua “mãe”

əuai “crescer”

b

baba “neto”

babauan “nora”

bai “passear”

bain “surubim” (*Pseudoplatystoma fasciatum*)

baj “roçado”

bajtətə “gavião” (*Buteo magnirostris*)

baka “água, rio”

bakəaj “fazer sexo”

bakista “criança”

bamana “rosto”

bamu “queixada” (*Tayassu pecari*)

bani “pupunha” (*Bactris acanthocarpa*)

banin mauən “tucum” (*Astrocaryum* sp.)

bari “sol”

bari pəi “verão”

basi “capim” (*Poaceae*)

bastunku “cotovelo”

baʃun “cego”
batun “piau-de-flecha” (*Anostomidae*)
batʃi “ovo”
bəiuan “caparari” (*Pseudoplatystoma tigrinum*)
bənə “marido”
bəni “levantar-se”
bəru “olho”
bəstis “um”
bəsua “frente”
bəʃu “freijó” (*Cordia* sp.)
bətunku “testa”
bi “carapanã” (*Culicidae*)
biana “carrapicho” (*Bidens* sp.)
bimi “fruta”
bin “caucho” (*Castilla ulei*)
bipustu “panturrilha”
biʃi “estrela”
bitas “perna”
bitʃi “pele”
bitʃu “jaburu” (*Jabiru mycteria*)
biuan “tamanduá pequeno” (*Tamandua tetradactyla* ?,
Cyclopes didactylus ?)
bu “cabelo”
- bu (sufixo) “gente”
buə “curimatã” (*Prochilodus* sp.)
buin “pica-pau” (*Picidae*)
buj “cera”
buka “irara” (*Eira barbara*)

bukun “embaúba” (*Cecropia* spp.)
buna “abelha uruçú” (*Melipona* ?)
buni “fome”
bunkas “cana-de-macaco” (*Costus* sp.)
bura “palmeira” (*Palmae*)
busən ‘nome próprio’
buska “cabeça”
busti “pente”
bustjuma “cachorrão” (*Raphiodon vulpinus*)
buʃis “jatobá” (*Hymenaea* sp.)

h
habia “ele” (pronome pessoal)
haka “socó” (*Ardeidae*)
hakauan ‘tipo de socó’ (*Ardeidae*)
hakinma “esquecer”
han “sim”
hana “aracuã” (*Ortalis motmot*)
haskajman “por quê?”
hatina “quando?”
haun “seu/sua” (pronome possessivo)
həmainti “terreiro”
hənə “rio” (‘rio grande’)
hənə inu “lontra” (*Lutra longicaudis*)
həpə “palha” (*Palmae*)
həpəuan “piaçabeira” (*Aphandra natalia*)
həu “sapo” (‘o que canta’) (*Microhylidae* ?)
hinin “extrato” (perfume)

hua “flor”

huinti “coração”

hujpiri “rã” (*Hyla rhodopepla* ?)

humus “umbu” (*Anacardiaceae* ?)

huni “homem, cipó (bebida)”

hunu “caititu” (*Tayassu tajacu*)

i

i “árvore”

ia “piolho”

iaə “biorana” (*Pouteria* spp.)

iais “tatu” (*Dasypus*, *Cabassous*, *Priodontes*)

iama iama ‘canto de ninar’

iamanapun “madrugada”

iaməri “amanhã”

iantəin “a tarde”

iapauan “matrinxã” (*Brycon* sp.)

iasan ‘nome próprio’

iaua “porco” (*Sus domesticus*)

iaufi “sovino”

iban ‘nome próprio’

ibi “casca de árvore”

ibun “mandim-preto” (*Pimelodella* spp. ?)

iiki “cantar”

ikəribin “castanhola” (*Caryodendron grandifolium*)

imi “sangue”

ina “rabo”

inan “lago”

inu “onça” (*Felidae*)
ipu “bode” (peixe) (*Loricariidae*)
isa “pássaro”
isabati ‘nome próprio’
isin “manga” (rede de pesca)
isinipa “zangado”
iskinranpan “jacareúba” (*Clusiaceae*)
isku “japó” (*Psarocolius* spp.)
ismin “urubu-rei” (*Sarcoramphus papa*)
istan “irmã mais nova”
istibin “sapucaia” (*Lecythis* sp.)
istʃuan “espantar”
isu “macaco-preto” (*Ateles paniscus*)
isun “urina”
iʃis “mandim-mole” (*Pimelodella* spp.)
iʃismun “cansação, urtiga” (*Odontocarya* sp. ?, *Urera* sp. ?)
itusta “sobrinha”
itʃapa “muito”
iuapa “grande”
iuiuə “dizer”
iuka “goiabeira” (*Psidium guajava*)
iuma “peixe”
iumə “linha de costura”
iunuan “maúba” (*Lauraceae*)
iunuən “tarumã” (*Verbenaceae*)
iupa “panema”
iura “gente”
iusu “feijão, fava” (*Fabaceae*)

iuʃan “fêmea”

iutʃi “pimenta” (*Piperaceae* ?)

k

kaia “reto”

kamə “cachorro” (*Canis lupus familiaris*)

kamus “cascavel” (*Lachesis muta*)⁹⁷

kankan “abacaxi” (*Ananas comosus*)

kanpu “sapo-verde” (utilizado para a “vacina do sapo”)
(*Phyllomedusa bicolor*)

kanʃiku “rim”

kantʃa “prato”

kapə “jacaré” (*Alligatoridae*)

kari “batata-doce” (*Ipomoea batatas*)

kəʃi “morcego” (*Chiroptera*)

kəiatapa “alto”

kəiukin “morder”

kəmu “saliva”

kənu “arco”

kəʃa “lábio”

kəʃəkin “costurar”

kəʃini “barba”

kətsin “gato-peludo” (tipo de gato-do-mato) (*Felis* sp.)

kimi “tartaruga-da-mata” (*Chelonia*)

kini “buraco”

⁹⁷ O termo “cascavel” comumente denomina a espécie *Crotalus durissus*. No dado apresentado, contudo, esse termo designa a espécie *Lachesis muta*, mais conhecida como “pico-de-jaca”.

kiʃi “coxa”
kiu “maçaranduba” (*Manilkara* sp.)
ku “pus”
kui “quente”
kuin “fumaça”
kuinka “anu” (*Cuculidae*)
kuj “queixo”
kuki “paneiro” (para levar mandioca)
kumauan “nambu-azul” (*Tinamous tao*)
kunma “miratauí” (*Fabaceae*)
kuran “seringa” (*Hevea* spp.)
kuʃa “cedro” (*Meliaceae*)
kuʃakin “gafanhoto” (*Orthoptera*)
kuʃi “correr”
kuʃuka “boto” (*Inia geoffrensis* ?, *Sotalia fluvialis* ?)
kuti “jaci” (*Attalea* cf. *butyracea*)
kutʃa “flecha”

m
ma “não”
mabəs “caiçuma”
mai “terra”
majna “magro”
majti “cocar”
maka ‘rato grande’ (*Scolomys melanops* ?)
makə “piranha” (*Serrasalmus* spp.)
mani hininti “açafroa” (*Zingiberaceae*)
manipaj “sororoca” (*Calathea peruviana*)

maniu “liso”
manku ‘nome próprio’
mantis “unha”
manui “gostar, amar”
mapu “cinzas”
maputəripi “nuca”
marinata “mucunã” (*Dioclea* spp.)
maʃi “areia”
matas “alma-de-porco” (*Neomorphus geoffroyi*)
matukin “varrer”
matsi “frio”
matsuti “vassoura”
matʃi “monte”
maua “morrer”
məbakun “arapuá-amarela” (*Trigona williana* ?,
Trigona chanchamayoensis ?)
məbi “punho”
məkan “mão”
məni “banana” (*Musaceae*)
məpa “xixuá” (*Hippocrateaceae*)
məsku “traíra” (*Hoplias aff. malabaricus*)
məstəbu “homem velho”
məʃui “anoitecer”
mətə “mingau”
mətʃa “várzea”
məuə “barreiro”
məuti “pulseira”
mi “tu” (pronome pessoal)

min “teu/tua” (pronome possessivo)
misinuti “piauí” (*Anostomidae*)
miski “pedra”
miskiti “anzol”
muka “amargoso” (planta) (*Hymenolobium* sp.)
muʃa “espinho”

n
na “este/esta” (pronome demonstrativo)
nai “céu”
nai baj “pajé”
nain “bicho-preguiça” (*Bradypus* sp.)
nai uʃupa “nuvem”
nakas “cupim” (*Isoptera*)
nami “carne”
nanə “jenipapo” (*Tocoyena* sp.)
nanpə “mosca-varejeira” (*Díptera*)
nasa “tartaruga-de-igapó” (*Chelonia*)
naʃiti “porto”
natsa “baço”
naua “branco (gente)”
naua uʃati “cama”
nauə “tabaco” (*Nicotiana tabacum*)
naumi “canela” (*Piper nudibulum*)
nəa “jacamim” (*Psophia leucoptera*)
ni “floresta”
nibu “escorpião” (*Scorpiones*)
ninuan “choaca” (*Sloanea* sp.)

niru “macaco bule-bule” (*Potos flavus*)
niskain “suar”
nisti “paxiúba” (*Socratea exorrhiza* ?)
niʃi “cipó-envira” (*Annonaceae* ?)
niʃi hini “apu” (*Ficus* spp.)
niʃu “mororó” (*Bauhinia* spp.)
niʃuʃu “arruda” (*Ruta graveolens*)
niti “caminho”
niuə “araçá” (*Myrtaceae*)
nua “poço”
nuə “sal”
nuin “minhoca” (*Haplotaxida*)
nuku “nós” (pronome pessoal)
nukun “nosso/nossa” (pronome possessivo)
numi “sede”
nunaj “nadar”
nuni “mulateiro” (*Rubiaceae*)
nuntu “rolinha” (*Columbidae*)
nunun “pato” (*Cairina moschata* ?)
nuʃati “tipoia” (utilizada no passado para levar as crianças nas costas)
nutanti “alguidar” (“copo pequeno”)

p

pabinki “orelha”
pakamuʃa ‘nome próprio’
pani “rede de dormir”
panku “tatu rabo-de-couro” (*Cabassous unicinctus*)
pantu “grotta”

pantʃun “carapanaúba” (*Rubiaceae* ?, *Apocynaceae* ?)
paspi “lança”
paspinka “bem-te-vi” (*Tyrannidae*)
patʃia “maduro”
patʃirista “fraco”
pə “bom, reza”
pəj “asa”
pəʃə “casa”
pəʃə ʃəuati “teto, cobertura da casa”
pətʃi “as costas”
pətʃiuri “atrás”
pi “comer”
pinu “beija-flor” (*Trochilidae*)
pirus “pipira” (*Thraupinae*)
pisa “araçari” (*Pteroglossus*)
pista “curto”
pista rista “pequeno”
piʃi “costela”
piʃin “esteira”
pitu tʃuniun “periquitinho” (tipo de periquito) (*Psittacidae*)
pitsu “periquito” (verde, pequeno) (*Psittacidae*)
pitʃankin “cozinhar”
piu “guariúba” (*Moraceae*)
pua “inhame” (*Dioscorea* spp.)
puakin “fumar”
puj “fezes”
pujpisi “mastruço” (*Chenopodium ambrosioides*)
puku “intestino”

puku tʃipus “barriga toda” (o abdômen e o tórax)

punian “braço”

punpustu “músculo do membro superior”

pupu ‘tipo de coruja’ (*Strigidae*)

pupuan “coruja” (*Strigidae*)

pupus “lama”

pura “timbó” (*Derris* sp.)

pustu “barriga”

putu “pó”

r

rabasta “pouco”

rabəbəiati “brincadeira”

rais “genro”

rakauən “deite”

rantunku “joelho”

raʃu “gripe”

rau “erva, remédio, veneno”

rəi “jurití” (*Columbidae*)

rəkin “nariz”

rətikin “atar, ligar”

rəuə “taquari, flauta” (flauta feita de taquari) (*Olyra caudata*)

rispi “corda”

ru “guariba” (*Alouatta seniculus*)

ruə “machado”

runu “cobra”

runuan “sucuri, jiboia” (‘cobra da água’)

(*Eunectes murinus*, *Boa constrictor*)

rusku “teimoso”

ruʃubi “cacau” (*Sterculiaceae*)

s

saj “grito”

sajbajbu (Saybaybô) ‘povo do grito’ (antigo etnônimo)

sajki “gritar”

sajnaua (Saynáwa) ‘povo do grito’ (etnônimo mais recente)

sakuj ‘dança tradicional’

sanin “piabinha” (*Curimatidae*)

santuri “sururina” (*Crypturellus soui*)

sapu “algodão” (*Malvaceae* ?, *Bombacaceae* ?)

saunki “salgar”

səɾə “pavão” (*Eurypyga helias* ?)

sikumis “tiririca” (*Scleria* sp.)

sinai “reima”

sinaj “raiva”

sinpa “máscara”

ʃ

ʃaba “dia”

ʃabai “amanhecer”

ʃaka “escama”

ʃakajti “maracá”

ʃana “manixi” (*Moraceae*)

ʃankainti “pulmão”

ʃantʃu “caranguejo” (*Brachyura*)

ʃara “bom”

ʃaʃai “marupá” (*Jacaranda* sp.)
ʃata “urubu” (*Cathartidae*)
ʃau “osso”
ʃauan “arara” (*Psittacidae*)
ʃauə “jabuti” (*Chelonia*)
ʃaun “jacundá” (*Crenicichla* sp.)
ʃəakin “engolir”
ʃəinka “cancão” (*Falconidae*)
ʃəkəs “bacuri” (*Clusiaceae*)
ʃəki “milho” (*Zea mays*)
ʃəni “preguiçoso”
ʃənia “gordo”
ʃəнкуani ‘nome próprio’
ʃəta “dente”
ʃəu “cipó” (*Bignoniaceae* ?, *Araceae* ?, *Menispermaceae* ?)
ʃəun “peixe espia-mulher” (nome científico desconhecido)
ʃia “ardência da pimenta”
ʃima “sarapó” (*Sternopygidae*)
ʃimun “camapum” (*Physalis angulata*)
ʃinain “pensar”
ʃini “grilo” (*Orthoptera*)
ʃinu “macaco” (*Cebidae*)
ʃipi “soim” (*Callithrichidae*, *Callimiconidae*)
ʃiu “mosca-pium” (*Díptera*)
ʃu “verde”
ʃua ‘Rio Valparaíso’
ʃuaj “coçar, curuba” (escabiose ou sarna)
ʃuanki “curar”

ʃuənki “soprar”
ʃubin “caxinguba” (*Ficus* sp.)
ʃubu “arapuca”
ʃuia ‘rato pequeno’ (*Muroidea* ?)
ʃumaki “mamar”
ʃumu “pote”
ʃunan “marrom”
ʃunu “samaúma” (*Ceiba* sp.)
ʃutʃi “peito”

t
taə “pé”
taə buska “dedão do pé”
taiki “raio”
takara “galinha” (*Gallus gallus domesticus*)
taku “saracura” (*Rallidae*)
taməs “dedo do pé”
tamu “bochecha”
tanpas “tucano” (*Ramphastidae*)
tapin “aprender”
tapinama “errar”
tapinan “saber”
tapu “ponte”
tapun “raiz”
tari “roupa”
tari ʃutʃi “blusa”
taʃipi “garganta”
tau “paxiubão” (*Iriartea deltoidea*)

taua “cana, ucuubinha” (*Poaceae* ?, *Myristicaceae* ?)
təpəjtima ‘nome próprio’
təʃən “capeba” (*Lamiaceae* ?)
təʃu “pescoço”
təuti “colar”
– ti (sufixo instrumentalizador)
tinki “cair”
tipu “cachimbo”
tistə “carvão”
tua “pássaro sim-*sinhô*” (nome científico desconhecido)
tuakin “atirar”
tuanti “remo”
tumə ‘nome próprio’
tunu “mandim-duro” (*Pimelodus* spp.)
tuspə “bacurau” (*Caprimulgidae*)

ts
tsanu “colher, garfo”
tsauí “sentar-se”
tsəkui “solução”
tsipisi “emissão de flatulência”
tsu “pulga” (*Siphonaptera*)
tsuakin “chupar”
tsumakin “segurar”

tʃ
tʃaj “longe”
tʃajma “perto”

tʃajpa “comprido”
tʃakabu “ruim”
tʃana “japiim” (*Cacicus cela*)
tʃanimis “mentiroso”
tʃapu “podre”
tʃaras “ariramba” (*Galbulidae*)
tʃaʃipakəti ‘nome próprio’
tʃaʃus “sapo-de-enxurrada” (*Phrynohyas venulosa*)
tʃata “Deus, avô, cacique”
tʃatʃiti “facão”
tʃərə “periquito” (‘tipo de periquito do bico preto’) (*Psittacidae*)
tʃəʃəin “arder”
tʃi “fogo”
tʃinikin “espremer”
tʃinkəiu “jandaia” (*Psittacidae*)
tʃipaspi “anca”
tʃipin “irmã mais velha”
tʃirin ‘dança tradicional’
tʃitʃan “cesta”
tʃitʃi “avó”
tʃiun “assa-peixe” (*Vernonia scabra*)
tʃuma “cuia”
tʃupa “mutuca” (*Tabanidae*)

u

ui “chuva”

uin “vivo”

uisi “inverno”

uka “graúna” (*Scaphidura oryzivora*)
unama “idiota”
unan “saúva” (*Formicidae*)
untis “garra”
uri ‘nome próprio’
usain “rir”
uʃai “dormir”
uʃati ‘lugar onde se dorme’
uʃauə uʃauə ‘canto de ninar’
uʃə “lua”
uʃinipa “vermelho”
uʃu “branco”
uʃu ʃinu “macaco-cairara” (*Cebus albifrons*)
uʃu ʃipi “soim-branco” (*Callithrix argentata*)
utsa “coelho” (*Sylvilagus brasiliensis*)

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 16 X 23 cm

TIPOGRAFIA: Perpetua Std / Bauhaus / Myriad Pro

Editora
Universitária



UFPE

A língua Saynáwa é falada por apenas 8 dos 86 índios Saynáwa ('povo do grito'), residentes na T.I. Jamináwa do Igarapé Preto, em Cruzeiro do Sul-AC. A existência dessa língua não é mencionada na literatura da qual dispomos e, neste livro, ela é classificada como pertencente à família linguística Pano. Nesta obra, descrevemos e analisamos a fonologia do Saynáwa, partindo-se dos dados por nós coletados em 2008 e tendo por marco teórico a fonologia moderna, bem como apresentamos um breve relato da história e dos aspectos socioculturais do povo Saynáwa.

